PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

JUSSARAMAR DA SILVA

AS CONEXÕES REPRESSIVAS NO CONE SUL (1960-1990): TERRORISMO DE ESTADO EM CONEXÃO INTERNACIONAL

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

JUSSARAMAR DA SILVA

AS CONEXÕES REPRESSIVAS NO CONE SUL (1960-1990): TERRORISMO DE ESTADO EM CONEXÃO INTERNACIONAL

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História sob a orientação da Professora Doutora Vera Lucia Vieira.

SÃO PAULO

2017

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Para Davi, com o sonho de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma tese revela um processo longo e árduo de pesquisas. Embora solitário, como é lugar comum nas palavras dos pesquisadores, ele enseja momentos de muita solidariedade e auxílio. Contudo, cabe a ressalva, desde já, que a responsabilidade pelo texto é minha. Quero externar meu profundo agradecimento a todos que, de alguma maneira, contribuíram para que se concretizasse esta pesquisa.

Agradeço ao Arquivo do Horror, em Assunção – Paraguai, através da sua Coordenadora, Rosa Palau. Rosa sempre atendeu muito gentilmente a todos os pesquisadores e foi muito solícita em todas as vezes em que estive lá, auxiliando na busca de informações e enviando dados quando fossem necessários. Teria sido muito mais difícil sem tamanha gentileza de toda a equipe.

Ao Arquivo do Estado de São Paulo pelo acesso à documentação do acervo DEOPS.

É importante lembrar o trabalho de pesquisa e disponibilização dos dados realizado por Aluízio Palmar no domínio Documentos Revelados. Além de toda a acolhida que Aluízio sempre teve com os pesquisadores, nunca é demais lembrar o esforço que ele realiza ao colocar online milhares de documentos que ajudam a preencher lacunas.

À Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai que, tão gentilmente, me recebeu; dando mostras do comprometimento que tiveram no levantamento de dados e, sobretudo, fazendo cópias de tão importantes materiais para a pesquisa.

Afora as instituições, várias pessoas foram importantes para o encaminhamento dos trabalhos, seja disponibilizando materiais, seja discutindo questões que em alguns momentos eram insolúveis, seja coletando e enviando dados. Embora possa cometer o erro de não me recordar de todas, quero agradecer a algumas delas nominalmente.

Martin Almada, que me trouxe alguns documentos preciosos e esteve disponível para sanar dúvidas ao longo da pesquisa.

Leneide Duarte-Plon que, com seu livro e a entrevista que tão gentilmente me concedeu, ajudou a elucidar aspectos até então não conhecidos sobre a passagem de Aussaresses no Brasil.

Renato Lemos que acolheu minha matrícula em disciplina especial na UFRJ e também contribuiu muito nas aulas, esclarecendo também as dúvidas que eu levantava. Também é importante mencionar a generosa acolhida dos colegas da turma que, em vários aspectos, contribuíram com as reflexões.

Enrique Serra Padrós que, além de um pesquisador rigoroso, foi muito acolhedor com a minha pesquisa, enviando materiais, trocando dados. Agradeço a gentileza na participação em minha qualificação, ter aceitado compor a banca de defesa, além da amizade que floresceu, fruto de nossas preocupações e pesquisas.

Colegas de turma do doutorado, que sempre fizeram críticas e pontuaram questões tão acertadamente no trabalho. Obrigada! Agradeço especialmente a Daniel Valentini, Mônica Xavier, Moisés Pereira da Silva. Além desses, Arleandra de Lima Ricardo, minha contemporânea de mestrado e doutorado, que sempre auxiliou em tudo o que pôde; obrigada pelos textos enviados, sugestões bibliográficas, companhia em São Paulo, levantamento de fontes no Arquivo Nacional em Brasília; também pela generosa acolhida na casa de Dona Maria, sua mãe, que sempre foi tão solícita. Obrigada a ambas.

Agradeço aos amigos do Centro de Estudos de História da América Latina e Caribe (CEHAL). Nossas pesquisas e afinidades teóricas sempre foram um porto seguro em cada dúvida. Em especial, Vanessa de Mattos, Alessandra Chelest. Ainda destaco Moisés Carlos Ferreira por dividir vários problemas teóricos e práticos, além de toda a gentileza sempre na acolhida em São Paulo e na troca de dados. Rodolfo Machado, pela sempre grande disponibilidade, pelas informações repassadas, pelos dados conseguidos, pelas indicações. Patrícia Sposito Mechi que sempre foi uma amiga querida, desde os idos do mestrado; nossas afinidades teóricas e práticas nesse mundo injusto são sempre um alento; obrigada por enviar materiais, por acreditar na pesquisa, por trazer questões tão importantes para este trabalho, por participar da banca contribuindo tanto! Clécio Ferreira Mendes, pela amizade, proximidade, gentileza, por trazer todos os livros que pedi do Chile sem reclamar do peso e das dificuldades em consegui-los; também pela generosidade em aceitar a revisão dos excertos em espanhol, junto com Kjesed Ana Victória

Faúndes Encina. Wagner Jacinto de Oliveira que, além da proximidade, também gentilmente revisou as traduções do francês.

Lívia e Ivan Cotrin que sempre foram entusiastas do trabalho, ouviram as dúvidas e deram sugestões fundamentais.

Francisco Mata Machado Tavares, o Franck, um amigo que sempre dividiu as dúvidas, lutas e incertezas da vida. Sempre foi um incentivador permanente da pesquisa, deu sugestões importantes e, agora, se torna também um dos avaliadores na composição da banca de defesa.

Professor Antônio Rago Filho que sempre foi um entusiasta da pesquisa. Sempre colaborou muito, fez sugestões e foi a primeira pessoa a me falar sobre a colaboração francesa nas ditaduras do Cone Sul. Foi meu professor no mestrado, compôs todas as bancas de exame de qualificação e defesa, do mestrado e doutorado, foi também membro da banca de seleção do projeto da tese. Tamanha generosidade e acolhida não podem ser medidas em palavras.

Professora Estefânia Canguçu Fraga que me mostrou, desde nossos primeiros contatos, a importância da pesquisa criteriosa. Professora Denise Bernuzzi de Santana, que fez contribuições fundamentais ao trabalho e ajudou, com suas aulas, a dar uma guinada na pesquisa.

Amigos de perto e de longe, mais que especiais e que torceram para que esta tese acabasse logo, devido às permanentes ausências e que se fizeram presentes, tornando o mundo mais agradável e acreditando que é possível sempre fazer mais e melhor: Alan Livan Araújo, Aline Alves Presot, Regiane Fernandes Diegues, Anailson Pamplona de Figueiredo, Carlos Antônio de Souza Lima e Mônica Valle, Deise Silveira. Obrigada por estarem ao meu lado há tanto tempo e por acreditarem que seria possível.

Às amigas da QC – Ouro Preto/MG que acompanharam a tese. Em especial pela calorosa e gentil acolhida: Poliana Corneau, Miramar Martins Barnabé, Gisele Vichi, Maíra Fonseca, Mariana Ostonello. Agradeço ainda a Marli Barreto Rocha Braga pelas transcrições e solidariedade.

Ao amigo Eric Meireles de Andrade que, além de sempre incentivar a pesquisa, sempre foi generoso nas discussões sobre o tema. Também agradeço a presteza no levantamento de dados em São Paulo, o que contribuiu enormemente com a pesquisa.

À Carolina Silva Pinto, que foi mais que uma professora e tradutora. Tornou-se uma amiga ao me conduzir nos duros caminhos do inglês.

À Dina Amara Meneses Faria que foi mais que uma revisora. É uma amiga, capaz de compreender questões e dúvidas que eu trazia, tanto da pesquisa, quanto da vida.

Há muito o que agradecer à minha sogra, Dona Wanda, não só pela acolhida; mas também pela compreensão das ausências nesse período. Também aos meus cunhados que torceram e, sempre que puderam, se fizeram presentes.

À minha família que esteve desde sempre junto e compreendeu todas as minhas ausências. Tios, tias e primos: seria mais difícil sem vocês. Em especial a meus irmãos que vivenciaram todas as agruras e felicidades destes anos juntos – Juneymar e Joycemar. Meu cunhado, Raphael, que divide sempre conosco a vida, problemas e felicidades.

Minha sobrinha Olívia, que renovou a nossa família, trazendo-nos novos sonhos e muita felicidade. Ao Heitor (*in memorian*).

Meu pai e minha mãe que nunca mediram esforços para todos os filhos, e que, no meu caso, sacrificaram anos de vida acreditando que seria possível ter uma filha formada. Meu reconhecimento expresso aqui é muito pouco perto do que foram capazes de abdicar. Saibam que sou muito do que vocês são e trago comigo todas as coisas preciosas que me ensinaram por toda a vida. Me orgulho profundamente de tê-los como pais, de ter aprendido sobre os sacrifícios do trabalho, a solidariedade com todos os que precisaram, o amor dedicado à família.

Meu tio Gelson (*in memorian*) que acompanhou toda a minha formação, seja me levando à escola, seja acompanhando como o mundo estava para onde quer que eu fosse. Sua ausência nestes anos do doutorado foram uma cicatriz que o tempo não conseguiu remediar. Fez toda a falta, mesmo que eu saiba que você viveu num mundo injusto e excludente, incapaz de compreendê-lo.

Ao José, meu avô, um dos mortos da ditadura, que é mais uma das vítimas que o Estado brasileiro não conta. Sua história muito me ensina sobre a vida.

À CAPES pela concessão da bolsa que possibilitou a realização da pesquisa. Nunca é demais lembrar que a maioria dos pesquisadores precisam sobreviver e pesquisar com suas bolsas.

Ao Geraldo, que é mais que um marido, é um companheiro de vida, de afinidades, de sonhos, de lutas, de esperanças. Sua compreensão e seus conhecimentos foram fundamentais para que eu pudesse trilhar essa estrada. Obrigada pela compreensão, pelo carinho, pelo amor e pela nossa amizade.

Aos que não mencionei, mas que de alguma forma contribuíram, porque acreditam na importância de se compreender o passado, porque sonham com um mundo melhor.

À Vera Lucia Vieira, minha orientadora querida. Não há como mensurar a gratidão pela acolhida, pelos apontamentos, pelos ensinamentos, pelas lições de vida que pude tirar em toda a minha trajetória da pós-gradução. Já se passou mais de uma década em que trabalhamos juntas, quando a conheci nos idos do Movimento Desarquivando o Brasil. Naqueles tempos, me chamou a atenção sua preocupação diante dos problemas do mundo, sua crítica às pesquisas mesquinhas, das lutas que empunhou contra os problemas criados e que diziam respeito à um mundo acadêmico pouco transparente em suas escolhas. Sua fala, desde o primeiro momento na reunião em que a conheci, demonstrou que se tratava de uma intelectual de grande envergadura. Desde então, começamos a trabalhar juntas, desenvolvendo a pesquisa do mestrado e depois do doutorado. Vera soube pacientemente indicar caminhos, resolver problemas, criar possibilidades. Acreditou desde sempre nesta pesquisa e acolheu a mim e a todos os orientandos com os quais convivi nos últimos mais de dez anos de forma gentil, carinhosa e honesta. São poucos os que possuem suas qualidades. Foi mais que uma orientadora, é uma amiga, com quem divido minhas angústias e inseguranças na pesquisa.

Finalmente, ao Davi, meu filho, por entender, mesmo sem querer, todos os tropeços e atropelos. Pelo carinho, pelo amor, pela acolhida, por ser quem é, por ser solidário, por tremer diante das injustiças, por me trazer alegrias, por me fazer me orgulhar diante de todas as suas habilidades. Pelo seu sorriso e por me mostrar que o mundo é muito maior do que as minhas caixinhas. Não há maior presente na minha vida do que você, e a você dedico esta tese.

As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990): Terrorismo de Estado em conexão internacional

Resumo:

Esta tese versa sobre as conexões repressivas no Cone Sul entre as décadas de 1960 a 1990, verificando como esses países transformaram seus sistemas de segurança no que se pode denominar um sistema repressivo no singular, tendo como fundamento a articulação entre os agentes e a unidade no *modus operandi* adotado entre as diversas nações deste sub-continente, criando a prática do Terror de Estado. Tal conexão fundiu a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária com as Doutrinas de Segurança Nacional, ambas praticadas por orientação externa, seja francesa, seja norte-americana; criando um Sistema Internacional de Repressão. As estratégias e táticas adotadas nas ações persecutórias contra o "inimigo interno" comprovam tal conexão; demonstrando o financiamento dos Estados Nacionais com tal prática, através da criação de escolas de formação, a fim de uniformizar tais ações, ou com o envolvimento de adidos militares, cuja face mais tenebrosa se evidencia nas práticas de extermínio, torturas e ações extrajudiciais que envolveram as forças armadas oficiais ou seus braços ilegais, como paramilitares e esquadrões da morte.

Palavras-Chave: Ditaduras no Cone Sul, Sistema Internacional de Repressão, Terror de Estado, Combate ao inimigo interno, Formação para a guerra contrarrevolucionária.

The repressive connections in the Southern Cone (1960-1990): State Terror in international connections.

Abstract

This thesis deals with the repressive connections in the Southern Cone between the 1960s and 1990s, looking at how these countries have transformed their security systems into what can be called a singular repressive system, based on the articulation between agents and unity in Modus operandi adopted among various nations of this sub-continent, creating the practice of State Terror. Such connection merged the Counterrevolutionary War Doctrine with the National Security Doctrines, both practiced by external orientation, either French, or North American; Creating an International System of Repression. The strategies and tactics adopted in the persecutory actions against the "internal enemy" prove this connection; Demonstrating the financing of National States with this practice through the creation of training centers in order to standardize such actions or with the involvement of military attachés, whose most terrifying face is evident in the extermination practices, torture and extrajudicial actions that involved The official armed forces or their illegal arms, such as paramilitaries and death squads.

.

Keywords: Dictatorships in the Southern Cone, International System of Repression, Terror of State, Combat to the internal enemy, Formation for the counterrevolutionary war.

LISTA DE ABREVIATURAS

AESIs - Assessorias Especiais de Segurança e Informações

ASI – Assessoria de Segurança e Informação.

AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AGREMIL – Rede de adidos militares

AH – Arquivo do Horror

ALADI - Associação Latinoamericada de Integração

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALBA - Aliança Bolivariana

CALC- Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

CARICOM - Comunidade do Caribe

CARIFTA - *Caribbean Free Trade Association*

CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações

CEA - Conferências dos Exércitos Americanos

CECA- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEL - *Estudios Legales y Sociales*

CIA - *Central Intelligence Agency*

CIE - Centro de Informações do Exército

CIEx- Centro de Informações do Exterior

CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva

CNV – Comissão Nacional da Verdade Brasil

CNI - Central Nacional de Informações

COS - Curso de Operações na Selva

COSAC - Centro de Operações na Selva e Ações de Comando

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

CVJ/PY – *Comisión de la Verdad e Justicia del Paraguay*

DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DGCR - Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária

DIPC - III Departamento de Investigações

DINA - *Dirección Nacional de Inteligencia*

DINE - Dirección de Inteligencia del Ejército

DNAT - Direção Nacional de Assuntos Técnicos

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DS - Doutrina de Segurança

DSN - Doutrinas de Segurança Nacional

DPF - Delegacias da Polícia Federal

EGP - Exército Guerrilheiro do Povo

ELN - *Ejército de Liberación Nacional*

EME – Estado Maior do Exército

ENGESA - Empresa Engenheiros Especializados S/A

ESG - Escola Superior de Guerra

ESMAGENFA - *Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación*

EsNI - Escola Nacional de Informações

FBI - *Federal Bureau of Investigation*

FULNA - *Frente Unido de Liberación Nacional*

GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*- Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GEF - Grupamento de Elementos de Fronteira

JCR - *Junta Coordinadora Revolucionaria*

LAM - Ligas Agrárias Misioneras

MAM - Movimento Agrário Missioneiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MI5 - *Security Service* - Serviço de Segurança Britânico

MODEPA - Movimento em Defesa da Pátria

MIR - *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*

NAFTA - *North American Free Trade Agreement* - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OCOA - *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas*

OEA- Organização dos Estados Americanos

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PA - Peronismo Autêntico

PACTO ABC - Argentina-Brasil-Chile

PC - Partido Comunista

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PNUD - *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo*

PRT- ERP - *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo*

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PVP - Partido por la Victoria del Pueblo

SID - Serviço de Informação de Defesa – Uruguai

SIE - *Servicio de* Informaciones del Ejército

SNI - Serviço Nacional de Informações

SOA – School of America – Escola das Américas

TP - Terceira Posição

TRIPLE A - Aliança Anticomunista Argentina

Unasul - União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 1 - COMO SE FORMA A TEIA: FUNDAMENTOS DA DOUTRINA DE GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA E CONEXÕES NA AMÉRICA 68

1.1 - A coordenação dos serviços na propagação da doutrina 94

1.2 - Sistemas repressivos no Cone Sul: ações locais, bilaterais e multilaterais de repressão 108

CAPÍTULO 2- AS RELAÇÕES ENTRE A INSTRUÇÃO NO CIGS E AS OPERAÇÕES ENCOBERTAS NO CONE SUL – UMA HIDRA POUCO CONHECIDA 114

2.1 - Brasil: o Centro de Instrução de Guerra na Selva e a formação para a Contrarrevolucionária 127

2.2 - Treinamento francês 130

2.3. - Centros de treinamento 136

2.3.1 - O CIGS – complemento “sujo” da Escola das Américas 138

2.4 - Treinamento do CIGS 140

2.5 - A integração entre as polícias 147

2.6 - Conexões e integração 160

2.7 - Esquadrões da morte 165

2.8 - A Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no Manual de treinamento da Escola das Américas 171

Capítulo 3 – Adidos militares nas conexões repressivas 175

3.1 - Atuação nos setores de formação de pessoal 184

3.2 - Redes de adidos militares – Agremil 190

3.3 - Golpes de Estado e comércio de armas: um grande negócio 200

Capítulo 4 – A Operação Toba no Nordeste Argentino: a disseminação do Estado de Terror (1975 - 1977) 214

4.1 - O nordeste da Argentina: situação das províncias e formação das Ligas Agrárias 216

4.2 - A repressão no Nordeste argentino – modus operandi da Guerra Contrarrevolucionária 227

4.2.1 - Operação Toba: uma experiência a ser transmitida 229

4.4 - Operação Toba: fases I, II e III 237

CONSIDERAÇÕES FINAIS 250
REFERÊNCIAS: 256

INTRODUÇÃO

> "Primero, vamos a matar a todos los subversivos; después a sus colaboradores; después a los simpatizantes; después a los indiferentes y, por último, a los tímidos"
>
> (General Ibérico Saint Jean. Mayo de 1977**)**

A complexa articulação entre diferentes países latino-americanos, norte-americanos e europeus que vigorou durante as ditaduras no Cone Sul revela a instauração do terror como dinâmica de Estado. Tal articulação vem de longa data e a sua complexidade apenas desponta nos diferentes estudos que compõem a historiografia. Inicialmente estudados a partir de cada país, na particularidade das ações desenvolvidas em nível nacional, as conexões entre os diferentes países começou a ser comprovada, após a descoberta de uma operação denominada Condor. A busca da comprovação de tal conexão adveio dos relatos e dos testemunhos de inúmeras pessoas que foram vitimadas, direta ou indiretamente, pela repressão desenfreada que se abateu sobre a sociedade como um todo e sobre os militantes de organizações que lutavam contra aquele Estado de Terror que significou tais ditaduras. Mas a totalidade do *modus operandi* integrado que evidencia tratar-se de um verdadeiro sistema de repressão continental, dada a intensa integração de suas ações, calcadas também em diretrizes comuns, advindas de princípios (ou falta de) também comuns e com assessoria exterior do mesmo teor, ainda demanda muitos estudos e a cada acervo aberto ao público enseja novas pesquisas, tantas são as evidências de tal articulação. Uma articulação que envolveu trocas de informações, perseguições, traslado ilegal de presos políticos, formação de pessoal para a repressão, criação de banco de dados, treinamentos internacionais, formulação teórica, trocas de experiência, expertise.

> Aos regimes militares não interessava muito ganhar a confiança da população no estado através do império do estado de direito, partiam da suposição de que intimidação e terror levariam a resultados mais rápidos. Entendia-se que a população obedeceria e colaboraria por medo, o qual, de certo modo, se corresponde com o ideal militar de

> ordenar e de obedecer, aplicado neste caso ao governo e aos súditos[1]. (SPITTA, 1993, p. 158 – tradução da autora)[2]

Suscintamente, pode-se dizer que essa articulação repressiva foi a forma mais acabada da integração internacional. Envolveu chancelarias e seus diplomatas, estratégias de negociação e toda série de articulações que contaram com assessorias internacionais, tornando-o parte integrante de um sistema mundial.

O irônico, se não fosse tão trágico, é que este parece ter sido o único aspecto da integração regional na América que funcionou perfeitamente, sem entraves, sem disputas mais severas - afora episódios em que um ou outro órgão de informação disputava um preso ou outro -, com uma única fala, quase que como um método de unidade de ação. Funcionou de forma centralizada.

Os esforços de integração latino-americana visando seu fortalecimento interno e na ordem internacional advém do século XIX e sempre encontraram os mais variados empecilhos. Destacam-se os seguintes, que tiveram como pressuposto a integração regional sob viés econômico, embora pudessem ter também outros tipos de cooperação. Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) de 1960; *Caribbean Free Trade Association* (CARIFTA) de 1965; CARIFTA foi substituido pela Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1976; Pacto Andino em 1969; Associação Latinoamericada de Integração (ALADI) – 1980; Grupo do Rio -1986-; Tratado de Buenos Aires e Tratado de Assunção -1990. Precedem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991; o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. Em 1994 surgiu a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Em 2004, criou-se a Aliança Bolivariana (ALBA). No mesmo ano, surgiu a União de Nações Sul-Americanas. A Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC de 2008. Sobre os acordos, no prefácio do documento final da CALC, o embaixador Celso Amorim faz o seguinte histórico:

---

[1] A los regímenes militares no les interesaba demasiado ganarse la confianza de la población en el estado a través del imperio del estado de derecho, partían más bien del supuesto de que intimidación y terror llevarían a resultados más rápidos. Les alcanzaba por ello que la población obedeciera y colaborara por miedo, lo cual en cierto modo se corresponde con el ideal militar de ordenar y de obedecer, aplicado en este caso al gobierno y a los súbditos.

[2] As revisões das traduções do espanhol foram feitas por: Clécio Ferreira Mendes e Kjesed Ana Victória Faúndes Encina.

> Na América Latina e no Caribe, experiências como o Mercosul, a Aladi, a Comunidade Andina, o Sistema de Integração Centro-Americano, a Caricom e o Grupo do Rio, demonstram que o comércio, a cooperação e o diálogo político pavimentam a estrada para a paz e o desenvolvimento. Mais recentemente, os países da América do Sul decidiram criar a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que reforça a identidade internacional da região. (AMORIM, 2009, p. 11).

Obviamente, num documento oficial do Ministério das Relações Exteriores, não se discutiria os fatores de dificuldades ou de naufrágios de determinados acordos. Mas ainda é importante ressaltar que a ideia dos acordos de cooperação criou forças a partir de experiências europeias.

> O modelo europeu de cooperação econômica e de integração comercial – que na verdade começou em 1951 com a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – exerceu forte influência em toda a América Latina, tendo inspirado diversos experimentos integracionistas desde os anos 1960, a começar pela ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio), criada pelo Tratado de Montevidéu desse ano e substituída, vinte anos depois, pela ALADI, que a despeito do ambicioso objetivo integracionista que ostenta no nome não passa de uma simples zona de preferências tarifárias. É no âmbito da ALALC-ALADI que se desenvolvem as experiências subregionais de integração, a começar pelo Grupo Andino (criado com o Pacto de Cartagena de 1969), convertido em Comunidade Andina em 1996 (sem que, no entanto, sua pretensão em atingir a fase do mercado comum tenha sido sequer vislumbrada), e sobretudo a do Mercosul, o mais importante bloco de países em desenvolvimento que pretendem, tendencialmente, alcançar um mercado comum. A ALADI, que oferece cobertura jurídica – do ponto de vista das regras do GATT e dos compromissos multilaterais comerciais – a todos os países da região, reagrupa quase toda América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), mais o México (que solicitou uma derrogação de suas obrigações em relação à cláusula NMF, pelo fato de ter aderido ao NAFTA) e, desde 1998, Cuba. (ALMEIDA, 2002, p. 4).

Claro está, conforme destacado pelo autor acima, que desde aqueles idos anos em que as teses da integração regional, defendidas nos Congressos pan-americanos liderados por Bolívar, perpassando por todas as tentativas de efetivar acordos firmados entre os países, as dificuldades suplantaram as possibilidades.

Inicialmente derrotadas pelas propostas norte-americanas consolidadas na Doutrina Monroe (1823), tais dificuldades se consolidam com a criação da

Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, na Nona Conferência dos Estados Americanos, realizada em Bogotá na Colômbia.[3] Entrando em vigor em 1951, em que pese as intencionalidades expressas em todas as suas cartas, a OEA vem, de fato, contribuindo para manter a fragmentação entre os países da região, unificados apenas quando sob a batuta do vizinho do norte:

> Com efeito, o fato de os Estados Unidos terem feito da OEA um instrumento de sua hegemonia é provavelmente o que tornou o multilateralismo interamericano pouco eficiente a longo prazo. Se a supremacia dos interesses norte-americanos não tornou a cooperação na região uma via de mão única, esta passou, pelo menos, a ser percebida como bastante desproporcional, não respondendo suficientemente ao imperativo do que Robert Keohane denomina *reciprocidade difusa*. (SANTOS, 1998, p. 160, grifos do original).

Mas, conforme apontamos, quando se trata de articular os mecanismos de segurança da ordem instituída que atuaram (e atuam) como sistemas de repressão em suas várias dimensões - controle, vigilância, aprisionamentos, perseguições, execuções sumárias etc.-, todos os fatores impeditivos da articulação na região se transmutam. Os empecilhos se transformam em fatores fortalecedores; os impedimentos internacionais, em apoios de toda ordem; as disputas internas, em acordos bem-sucedidos; as rixas, em políticas de boa vizinhança. Não há disputas, não há sequer embates. Estratégias e táticas são definidas conjuntamente, treinamento e mobilização de pessoal não encontram fronteiras, capital financeiro adentra a fundo perdido sem garantia de crédito.

Ora, o sistema repressivo não é um poder à parte do Estado, pelo contrário, integra-o e pode-se dizer que a lógica repressiva se finca em suas entranhas, não se atendo às estruturas repressivas que, legalmente constituídas, praticaram toda ordem de abuso da legalidade, incorporando também organizações paralelas, sem vínculos legalmente constituídos, mas que as integram como seus complementares: exércitos paramilitares, esquadrões da morte, por exemplo.

Quem se beneficia com uma permanente desintegração regional, que fragiliza internamente cada país e impede que tenham uma representatividade significativa

[3] Seu funcionamento foi oficializado em 1951, em plena Guerra Fria e congregou inicialmente 21 Estados americanos. Ao longo dos anos foi se expandindo e engloba, atualmente, todos os 35 Estados “independentes” do continente americano.

na ordem internacional, capaz de fazer valer os interesses da região frente aos interesses do capital mundial hegemônico e mesmo fortalecer-se internamente a região, compondo-se enquanto unidade regional?

Na mesma linha, quem é beneficiário de tão eficiente integração repressiva, com tanta capacidade de levar à frente projetos comuns que desestruturam a sociedade civil, ceifando as lideranças críticas à ordem estabelecida, instaurando o medo e mantendo a população na ignorância?

Pois a repressão não se restringe ao uso da força armada, ao abuso da legalidade, à suspensão dos direitos; ela se entranha na sociedade como um cancro que consome as forças capazes de, pelo menos, ultrapassar o capitalismo, agora aprofundado na ordem neoliberal. Uma ordem que não se restringiu a um pacto econômico, impondo diretrizes extensivas a todas as áreas sociais, conforme a análise de Moraes (2001) sobre a dinâmica latino-americana. O receituário neoliberal, diz ele, apregoado por autores como Samuel Huntington, Daniel Bell, Irving Kristol e Zbignew Brzezinski, era inflexível: “era preciso limitar a participação política, distanciar a sociedade e o sistema político, subtrair as decisões administrativas ao controle político” (p.16) e mais:

> Vale a pena lembrar um evento que iria antecipar algumas das bandeiras importantes do renascer neoliberal. Em 1975, os documentos da chamada Comissão Trilateral alertavam para um problema fundamentalmente político: a sobrecarga do Estado levava à ingovernabilidade das democracias. (...)
> Desse modo, a quarentena dos neoliberais começou a romper-se decididamente na metade dos anos 70. Logo em seguida, líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistaram governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha.
> A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de "ajuste" neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso. (MORAES, 2001, p. 16-17).

O impacto na dinâmica latino-americana de tal fragmentação tem sido apontado por vários autores:

> Seguindo a análise de Osvaldo Martínez (2007), a fragmentação política de nossos países – essa constante em nossa história – tem sido constituída como o principal obstáculo para que a ansiada e necessária integração pudesse ser efetiva. Assim, analisa esse autor, os intentos integracionistas que se levaram adiante durante o século XX e que não puderam consolidar-se. O primeiro foi a integração cepalina, e o segundo, a integração neoliberal. Esta se consolidou como única força econômica na década de noventa e, através das chamadas leis de mercado, foi transformando-se no centro do poder das relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Portanto, tem servido para mascarar a crescente desintegração de nossos povos, assegurando uma integração das transnacionais e a ruptura dos laços intrarregionais. O avanço dessa integração com as transnacionais, com a liberalização financeira e comercial, tem significado para os países de nossa região uma integração para fora e uma desintegração para dentro, que, em última instância tem resultado ser uma integração com os EUA que tem favorecido os processos de dependência (Martínez, 2007)[4]. (MONTARULI, 2008, p. 202-203 - tradução da autora.)

Um capitalismo que, por sua condição hipertardia e atrofiada, gera uma burguesia frágil e incapaz de romper com as forças conversadoras com as quais se articula e às quais capitula ante o receio das demandas dos trabalhadores.

> Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalista; e dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a

[4] "Siguiendo el análisis de Osvaldo Martínez (2007), la fragmentación política de nuestros países –esa constante en nuestra historia– se ha constituido como el principal obstáculo para que la ansiada y necesaria integración pudiera ser efectiva. Así analiza ese autor los intentos integracionistas que se llevaron adelante durante el siglo XX y que no pudieron consolidarse. El primero fue la integración cepalina y el segundo, *la integración neoliberal*. Esta se consolidó como única fuerza económica en la década del noventa y, a través de las *llamadas leyes del mercado*, fue transformándose en el centro del poder de las relaciones entre el Estado, el mercado y la sociedad civil. Por tanto, ha servido para enmascarar la creciente desintegración de nuestros pueblos, asegurando una integración de las transnacionales y la ruptura de los lazos intrarregionales. El avance de esa integración con las transnacionales, con la liberalización financiera y comercial, ha significado para los países de nuestra región una *integración hacia afuera* y *una desintegración hacia adentro*, que en última instancia ha resultado ser una integración con EE.UU. que ha favorecido los procesos de dependencia (Martínez, 2007)".

> universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente "impostos de fora para dentro". Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pelo qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (FERNANDES, 2006, p. 262)

Respalda-se, assim, nas forças armadas - oficiais e não-oficiais - para perenizar a ordem interna e garantir as condições impostas por seus parceiros internacionais, dos quais depende e é caudatária. Tais fatores, indicam os historiadores, explicam os ciclos ditatoriais, bonapartistas ou constitucionais, vivenciados pela maior parte dos países da região ao longo do século XX, os quais arrebanharam um grande número de repúblicas. Novamente, Fernandes explica como se deu o processo em particular no Brasil, mas o mesmo pode ser visto em alguns dos países vizinhos.

> Nesse contexto histórico-social, a dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea e uma força política reguladora. Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto defensiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e bloqueio, a qual converte relativamente a própria dominação burguesa na única fonte de "poder político legítimo". Mero reflexo das relações materiais de produção ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea ou institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa. Isso explica, sociologicamente, como e porque a dominação burguesa se erige no alfa e no ômega não só da continuidade do modelo imperante de transformação capitalista como, ainda, da preservação ou da alteração da ordem social correspondente. Ela se impõe como o ponto de partida e de chegada de qualquer mudança social relevante; e se ergue como uma barreira diante da qual se destroçam (pelo menos por enquanto) todas as tentativas de oposição às concepções burguesas do que deve ser a "ordem legal" de uma sociedade competitiva, a "segurança nacional", a "democracia", a "educação democrática", o "salário mínimo", as "relações de classes", a "liberdade sindical", o "desenvolvimento econômico", a "civilização", etc. Desse ângulo, dela provém a opção interna das classes burguesas por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual

> interno e da dominação imperialista externa. (FERNANDES, 2006, p.352-353)

Note-se, portanto, que as demandas, mesmo que no marco da democracia burguesa tornam-se casos de polícia[5]. Reivindicações simples, como regulação de salário mínimo, por exemplo, foi classicamente um problema no Brasil. Mas não só. Diversos vizinhos passaram pelos mesmos tipos de problemas, quando se tratava de reivindicações populares, como o acesso à terra, à educação, à moradia etc.

Nos países sob o foco neste estudo, caudatários de um processo hipertardio[6] de desenvolvimento do capital, tornaram-se, junto com suas burguesias, reféns da ordem internacional, que joga para essas mesmas burguesias os nacos do que sobra das mesas das burguesias centrais. Tem-se assim, claramente, uma divisão internacional do capital, em que as burguesias na América do Sul ficaram sob o jugo do seu não desenvolvimento tecnológico e, por isso, importadoras de técnicas, sendo então mais caras e menos rentáveis os lucros por aqui.

Tomando-se como pressuposto a divisão internacional do capital e suas diversas tarefas, temos como norte que cada país ocupa na dinâmica do capital internacional, ou seja: determinados lugares do planeta serão principalmente produtores de produtos primários, enquanto outros produzirão bens, mercadorias e outros, ainda, tecnologia. Nesse tipo de lógica, Arruda (1983), ao analisar a obra de Wallerstein, demonstra que:

> o autor define a periferia de uma economia-mundo como aquele setor geográfico no qual a produção é, primariamente, de bens de baixa categoria, isto é, produtora de bens cuja mão-de-obra é mal remunerada, mas que é parte integrante do sistema global da divisão de trabalho, dado que as mercadorias produzidas são essenciais para seu uso diário. A arena exterior de uma economia-mundo é composta por aqueles outros sistemas com os quais uma dada economia-mundo mantém algum tipo de relação comercial, baseada, principalmente, no intercâmbio de objetos preciosos (ARRUDA, 1983, p. 171)

[5] VIEIRA, Vera Lucia. *O trabalhador brasileiro: um caso de polícia até 1950*. Doutorado. SP: PUC-SP, 1996.

[6] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio.* São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978*; A Miséria Brasileira – do golpe militar à crise social (1964-1994).* Santo André, Add Hominem, 2000. Sobre os conceitos desenvolvidos por este autor nos deteremos ao longo da tese.

Expandindo a ideia de Wallerstein da divisão internacional do trabalho e de sua respectiva divisão como economia-mundo, encontra-se a perspectiva de uma divisão de tarefas que também teve como pressuposto a luta contra o comunismo. Não só o capital faz a sua divisão internacional de lucros e produção, mas também de toda a produção ideológica.

Dessa forma, se tomamos o período da Guerra Fria, impunha-se manter sob sua esfera de poder o mundo ocidental e, para tanto, o capital dividiu entre si a tarefa do combate a tudo o que pudesse pôr em risco, mesmo que longinquamente, sua hegemonia, expectando como inimigo um ente genérico: o comunismo. Nessa lógica macarthista, qualquer demanda de acesso a direitos passou a ser criminalizada, entre tantas outras. Do ponto de vista da economia regional,

> A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria reconfiguraram o padrão mundial do capitalismo. O ano 1945 implicaria uma reestruturação do vínculo de dependência para a América Latina, enquanto o colapso da Europa, de quem a região dependeu desde sua independência, habilitaria um novo tipo de relação com a agora nova potência. Na década de cinquenta, finalmente, a América Latina evidenciaria o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. A irrecusável mudança se expressaria no Bogotazo na Colômbia (1948), na revolução na Bolívia (1952) e nas reformas que o governo revolucionário de Jacobo Arbenz estava levando a cabo na Guatemala desde sua eleição em 1951. O suicídio de Vargas no Brasil (1954), o golpe de Estado na Argentina (1955), a vitória do Partido Blanco no Uruguai, pela primeira vez em no século XX (1958), e a chegada ao poder do direitista Arturo Alessandri no Chile (1958), completariam o quadro de elementos críticos da década. O processo se manifestaria também na crescente insurgência social (sobretudo campesina, não alheia ao avanço das relações capitalistas no agronegócio) e a crise que atravessava o campo da esquerda, logo de que se conhecera o informe de Nikita Krushchev que revelava – após a morte de Joseph Stalin (1953) – o massacre dos *Gulags*[7]. (SOLER, 2014, p. 109-110 – tradução da autora).

[7] La Segunda Guerra Mundial y la Guerra Fría reconfiguraron el patrón mundial del capitalismo. El año 1945 implicaría una reestructuración del vínculo de dependencia para América Latina, en tanto el derrumbe de Europa, de quien la región dependió desde su independencia, habilitaría un nuevo tipo de relación con la ahora nueva potencia. En la década de cincuenta, finalmente, América Latina evidenciaría el agotamiento del modelo de industrialización por sustitución de importaciones. El irrecusable cambio se expresaría en el Bogotazo en Colombia (1948), la revolución en Bolivia (1952) y las reformas que el gobierno revolucionario de Jacobo Arbenz estaba llevando a cabo en Guatemala desde su elección en 1951. El suicidio de Vargas en Brasil (1954), el golpe de Estado en la Argentina (1955), la victoria del Partido Blanco en Uruguay, por primera vez en el siglo XX (1958), y la llegada al poder del derechista Arturo Alessandri en Chile (1958), completarían el cuadro de elementos críticos de la década. El proceso se manifestaría también en la creciente insurgencia social (sobre todo campesina, no ajena al avance de las relaciones capitalistas en el agro) y la crisis que

Sob os auspícios de uma nova ordem que se instalava, com a inversão produtiva e o definitivo realinhamento da região com os Estados Unidos, a necessidade do combate, a todo custo, a quaisquer demandas dos trabalhadores em geral, se acentuaria dadas as implicações inerentes ao neoliberalismo, atingindo, por extensão, toda a sociedade civil. A violência foi tão maior, quanto mais frágil se mostrava a configuração da burguesia, porque cindidas entre os poucos beneficiários daquela ordenação internacional e os pares dela excluídos. Numa análise sobre a implementação dos modelos neoliberais, da qual se destaca abaixo a particularidade chilena, a instauração do Terror de Estado teve como pressupostos as medidas adotadas pelos neoliberais, vinculados à Escola de Chicago, que objetivaram:

> liquidar as numerosas nacionalizações da época da Unidade Popular (UP - 1970-1973) e neutralizar, por vários anos, a extraordinária capacidade de mobilização operária e de poder popular (Gaudichaud, 2013a). A política de "shock" foi destinada a transformar de maneira radical (quer dizer, à *raiz*) as fronteiras estabelecidas entre poder político, Estado e campo econômico, para terminar definitivamente com o Estado capitalista "de compromisso" dos anos 30-70. Se tratava de terminar com toda expressão de estratégia de substituição das importações (que já havia mostrado todas suas contradições) e recursos, ainda que tímidos, de Estado-regulador. O "plano de recuperação econômica" do ministro Jorge Cauas só pôde se impor depois de haver marginalizado as veleidades nacional-corporativistas de membros eminentes da Junta, tal como o general de aviação Gustavo Leigh. O terror e o achatamento do movimento revolucionário não foram elementos casuais ou colaterais do fundamentalismo monetarista, mas um objetivo central do golpe, como também uma condição necessária para aplicar medidas de tal magnitude, e em tão pouco tempo[8] (GAUDICHAUD, 2015, p. 6 – tradução da autora)

---

atravesaba el campo de la izquierda, luego de que se conociera el informe de Nikita Krushchev que rebelaba – tras la muerte de Joseph Stalin (1953) – la masacre de los *Gulags*.

[8] liquidar las numerosas nacionalizaciones de la época de la Unidad Popular (UP - 1970-1973) y neutralizar, por varios años, la extraordinaria capacidad de movilización obrera y de poder popular (Gaudichaud, 2013 a). La política de "shock" fue destinada a transformar de manera radical (es decir *a la raíz*) las fronteras establecidas entre poder político, Estado y campo económico para terminar definitivamente con el Estado capitalista "de compromiso" de los años 30-707. Se trataba de terminar con toda expresión de estrategia de sustitución de importaciones (que ya había mostrado todas sus contradicciones) y rasgos, aunque tímidos, de Estado-regulador. El "plan de recuperación económica" del ministro Jorge Cauas sólo se pudo imponer después de haber marginado las veleidades nacional-corporativistas de miembros eminentes de la Junta, tal como el general de aviación Gustavo Leigh. El terror y el aplastamiento del movimiento revolucionario no fueron elementos casuales o colaterales del fundamentalismo monetarista, sino un objetivo central del golpe, como también una condición necesaria para aplicar medidas de tal magnitud, y en tan poco tiempo.

Ainda de acordo com o autor, a doutrina de “shock” foi uma verdadeira “guerra relâmpago”, orientada por Milton Friedman, tendo como pressuposto “impedir a oposição dos sindicatos, ou possíveis resistências coletivas”[9], caracterizando-se como uma estratégia contrarrevolucionária, ou, em suas palavras, uma “autêntica ‘revolução” neoliberal-conservadora”[10] (GAUDICHAUD, 2015, p. 7 – tradução da autora).

Houve variáveis na aplicação do modelo, mas o neoliberalismo se constituiu como uma forma de “controlar e dominar uma comunidade humana”[11] (GAUDICHAUD, 2015, p. 8 – tradução da autora). Ainda assim, os processos históricos são diferentes temporalmente.

É importante compreender que o capital na luta contra as classes trabalhadoras no mundo lançou mão de perspectivas teóricas e atividades de segurança e, quando isto não bastou, respaldou-se nas teorias de combate, instituiu o terror. Mas não bastava o terror circunscrito no interior do país, tornou-se necessário assegurar o controle sobre a movimentação das pessoas, colocar a dinâmica repressiva em um mesmo diapasão, torna-se um sistema-mundo, se me permitem a apropriação da definição que Wallerstein produz relativamente ao capitalismo.

> um sistema-mundo é um sistema social que tem fronteiras, estruturas, grupos membros, regras de legitimação, e coerência. Sua vida está composta das forças conflitivas que o mantém unido por tensão e o rompe enquanto cada grupo busca eternamente remodelá-lo para sua vantagem. Tem as características de um organismo, isto é, tem uma vida útil na qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros[12]. (WALLERSTEIN *apud* OYANEDEL, 2002, p. 1 - tradução da autora)

Para a compreensão sobre qual lugar se fala, é importante ter claro que por América Latina compreende-se toda a extensão do Continente Americano que vai do México até o Uruguai. Tal denominação não é nova. Remete-se ao período pós-

[9] “impedir la oposición de los sindicatos o posibles resistencias colectivas”
[10] “auténtica “revolución” neoliberal-conservadora”.
[11] “controlar y dominar a una comunidad humana”.
[12] “un sistema-mundo es un sistema social que tiene fronteras, estructuras, grupos miembros, reglas de legitimación, y coherencia. Su vida está compuesta de las fuerzas conflictivas que lo mantienen unido por tensión y lo desgarran en tanto cada grupo busca eternamente remoldarlo para su ventaja. Tiene las características de un organismo, es decir, tiene una vida útil en la cual sus características cambian en algunos aspectos y permanecen estables en otros”.

independência, ainda no século XIX quando, logo após as lutas independentistas, começou a se sentir no continente o voo da águia estadunidense, em que se observou os avanços de uma política expansionista na região. Não surgiu, portanto, de uma casualidade. Teve como preceito a ideia de resguardarem-se as nações recém-formadas desse expansionismo.

> A noção moderna de América Latina, que tem adquirido uma dimensão maior, anticolonial e anti-imperialista, que vai além de vínculos étnicos, culturais ou linguísticos. Especificamente alude aos povos deste continente, hoje economicamente subdesenvolvidos, surgidos de colonizações de muitas diversas origens e de um profundo processo de mestiçagem, mas na atualidade cada vez mais identificados entre si, e que estão em campos bem diferenciados aos das grandes potências contemporâneas, deslindados pelas contradições que existiram e as que se mantém entre as ex-metrópolis e suas ex-colônias. Assim, no início de um novo milênio, o termo já consagrado de América Latina não alude a um simples parentesco cultural, linguístico ou étnico, mas a uma mais profunda identificação surgida de um passado e um presente comum de lutas, aspirações, interesses, problemas e destinos históricos.
> Hoje, o nome de América Latina, cujo uso foi imposto quase de maneira universal, serve para designar aos países localizados do rio Bravo à Patagônia – também Brasil, as antigas colônias francesas e os grandes conglomerados indígenas-, e por extensão ao Caribe de língua inglesa e holandesa, e é o que se associa à aspiração de conformar no subcontinente uma só comunidade econômica e política, dando início ao legado que proclamaram e defenderam as maiores personalidades latino-americanas desde os tempos de Miranda, Bolívar e Martí[13]. (VILABOY; GALLARDO, 2000, p. 49-50 – tradução da autora).

Retomar tal concepção neste trabalho é importante para que se tenha um panorama do processo de dominação das nações do continente em seus processos

[13] "La noción moderna de América Latina, que ha adquirido una dimensión mayor, anticolonial y antimperialista, que va más allá de vínculos étnicos, culturales o lingüísticos. En específico alude a los pueblos de este continente, hoy económicamente subdesarrollados, surgidos de colonizaciones de muy diversos orígenes y de un profundo proceso de mestizaje, pero en la actualidad cada vez más identificados entre sí, y que se hallan en campos bien diferenciados al de las grandes potencias contemporáneas, deslindados por las contradicciones que existieron y las que se mantienen entre las ex metrópolis y sus excolonias. Así, en los inicios de un nuevo milenio, el término ya consagrado de América Latina no alude a un simple parentesco cultural, lingüístico o étnico, sino a una más profunda identificación surgida de un pasado y un presente común de luchas, aspiraciones, intereses, problemas y destinos históricos.
Hoy el nombre de América Latina, cuyo uso se ha impuesto casi de manera universal, sirve para designar a los países ubicados del rio Bravo a la Patagonia -también Brasil, las antiguas colonias francesas y los grandes conglomerados indígenas-, y por extensión al Caribe de lengua inglesa y holandesa, y es el que se asocia a la aspiración de conformar en el subcontinente una sola comunidad económica y política, dando inicio al legado que proclamaron y defendieron las más grandes personalidades latinoamericanas desde los tiempos de Miranda, Bolívar y Martí".

de lutas por independência contra as metrópoles europeias num primeiro momento. Em um segundo, para que se compreenda sob qual jugo todo o continente foi colocado desde a constituição das nações. Em terceiro lugar, a concepção de América Latina ajuda a elucidar as lutas dos segmentos sociais latino-americanos na segunda metade do século XX, os quais, direta ou indiretamente punham-se contra o imperialismo estadunidense e, especialmente, porque as ditaduras, sob os ditames desse mesmo imperialismo agiram conjuntamente. Uma luta que se inicia desde as primeiras tentativas de garantir autonomia à região, após as lutas pelas independências, a partir mesmo da denominação América Latina, o qual já suscitou vários debates, inclusive os que, mais recentemente, destacam que tal expressão surgiu em contraposição ao de América referida à época, apenas a do Norte. Segundo Vilaboy e Gallardo (2000), uma das primeiras alternativas foi tentar alcunhar a região como Colômbia, em homenagem a Colombo, tendo-se, após longos debates, chegado ao termo América Latina:

> (...) o obrigado abandono do termo Colômbia, em sua acepção mirandina, teria lugar precisamente em um momento em que já havia surgido a alternativa de América Latina para denominar aos territórios do rio Bravo à Patagônia, nome nascido no calor dos ascendentes antagonismos com o poderoso vizinho do Norte. É muito significativo que a expressão América Latina surgiu com um inquestionável e definido acento anti-norteamericano. A aparição do novo conceito, em meados do século XIX, estava vinculada ao resultado das lutas pela independência do período de 1791 a 1826, quando por trás da emancipação política passaram a um segundo plano as contradições com as antigas metrópoles europeias e, em seu lugar, se alçaram conflitos agudos com os Estados Unidos, que iniciava então sua voraz política expansionista. Em vários textos da época, a crescente contradição com os Estados Unidos foi se relacionando com as evidentes diferenças - culturais, religiosas, lingüísticas, étnicas, etc.- que separavam a América do Norte, de origem anglo-saxã, de uma América do Sul, que contava com um importante componente latino em sua ascendência[14]. (VILABOY; GALLARDO, 2000, p. 40 - tradução da autora).

[14] "el obligado abandono del término Colombia, en su acepción mirandina, tenía lugar precisamente en un momento en que ya había surgido la alternativa de América Latina para denominar las territorios del río Bravo a La Patagonia, nombre nacido al calor de los ascendentes antagonismos con el poderoso vecino del Norte. Es muy significativo que la expresión América Latina surgiera con un indudable y definido acento antinorteamericano. La aparición del novedoso concepto, a mediados del siglo XIX, estaba vinculado al resultado de las luchas por la independencia del periodo de 1791 a 1826, cuando tras la emancipación política pasaron a un segundo plano las contradicciones con las antiguas metrópolis europeas y, en su lugar, se alzaron las agudas pugnas con los Estados Unidos, que iniciaba entonces su voraz política expansionista. En varios textos de la época la creciente contradicción con los Estados Unidos se fue relacionando con las evidentes diferencias -culturales,

Não se trata de mera retórica. A dominação dos Estados Unidos e o imperialismo exercido na região, iniciado ainda no século XIX com a Doutrina Monroe não arrefeceu ao longo do século XX, sendo um dos fatores fundantes da contradição entre a implantação de Estados Republicanos e as violentas ditaduras implantadas na maioria dos países que se constituíam.

Tal discussão não é nova e, para as que ocorrem na segunda metade do século XX, o conjunto vem sendo chamado por diversos estudiosos de “Ditaduras de Segurança Nacional” (PADRÓS, 2012).

No interior delas, destaca-se o entrelaçamento de órgãos de informações e repressão implantados nas diversas nações do continente, seja na parte Sul, seja na Central. A garantia de tais ações está na imposição da lógica com fins policialescos. De acordo com Lefebvre, na constituição do Estado Moderno, lança-se mão dos “papéis de identidade”, conforme se vê:

> A redução das diferenças e a homogeneidade que o Estado faz prevalecer são alcançadas através de uma atitude simples e terrível: a identificação repetitiva. É dessa maneira que o Estado bloqueia as variáveis de seus próprios elementos, ditando e executando o fim das contradições as quais são responsáveis por promoverem nele o movimento e ao agirem dessa maneira congelam e fixam o social. Somente assim se explica essa atitude banal, quotidiana e obstinada do Estado que faz divulgar o “estado civil”, impondo “comprovantes de identidade” que a todo instante devem estar disponíveis e verificáveis pelos controles policiais. Seja por sua própria conta ou por uma exigência mais ampla, o Estado não subsiste que pela imposição desta lei duplamente logica: identidade e repetição. A lógica atuante e a policiamento caminham juntos não sem excelentes argumentos de ordem moral e jurídica, dissimulando o “estado-político”. No auge dessa situação, caso os cidadãos permitam, o Estado poderia controlar todos os indivíduos através do banco de dados dos computadores, fato este que é do conhecimento de todos. O Estado então controlaria cada deslocamento, ele poderia se impor em todos os acontecimentos da vida quotidiana, do berço à tumba passando pelo casamento[15]. (LEFEBVRE, 1978, p. 52 – tradução Marli Barreto Rocha Braga).

---

religiosas, lingüísticas, étnicas, etc.- que separaban la América del Norte, de origen anglosajón, de una América del Sur que contaba con un importante componente latino en su ascendencia”.

[15] “la réduction des diffeérences et l'homogénéité dominée par l'"État s'atteignent par cette démarche simple et terrifiante: l'identité répétitive. C'est ainsi que l'État bloque les situations de ses propres éléments, prononce et exécute la mort des contradictions qui mettraient en lui du mouvement, fige et fixe le social. Ainsi seulement s'explique ce fait banal, quotidien: l'acharnement de tout État a promulguer "l'état civil", à imposer des "papiers d'"identité" à tout instant disponibles, vérifiables,

O objetivo é claramente o do controle, o do monopólio da violência. O controle de entrada e saída, da vida privada, das lutas sociais. Tal controle serviu como uma luva aos governos ditatoriais, que usaram do expediente dos “papéis de identidade”, na fala de Lefebvre, para constituir uma monumental documentação de controle de demandas sociais.

As fichas que se constituíram no Cone Sul sobre os vigiados, perseguidos, assassinados, são bastante extensas[16]. Tal controle será entrelaçado com diversos órgãos de informações, controlando desde a vida privada, o casamento, a propriedade, até a “subversão”, o “comunismo”. A tarefa da identificação, ainda de acordo com Lefebvre (1978) é

> A identificação, o efeito e causa fazem com que a mulher se identifique ao homem, a esposa a seu marido, as crianças a seus pais, os trabalhadores e os escravos a seus patrões. Certamente o poder (político) está em todo lugar: ele tem sua base, quer dizer que “vem de baixo”. Esse poder se dissemina, se reparte desigualmente e é em particular com o objetivo da identificação que o Estado concentra seu poder disperso, mas que no entanto vem dele e tem efeitos políticos. Percebe-se que essa identificação tem apenas causas e efeitos psíquicos, dentro de uma ciência fragmentada. Ela tem razões profundas e globais: ela implica e supõe uma relação de dominação e subordinação. Ela cancela de uma forma às vezes ideal e real uma distância social e um espaço político que ao mesmo tempo ela reproduz. O “súdito” se identifica ao príncipe, ao rei, ao ditador. A militância identifica a revolução e o partido com o líder, porém percebe-se que a vítima se identifica com o carrasco. O representado se identifica ao representante dentro de uma democracia representativa. A constituição e as instituições garantem ou mais exatamente motivam e legalizam esta identificação. O chefe, qual seja ele, se repete em exemplares numerosos ilimitados. A identificação como autoridade política tem efeitos paradoxais: simulações e simulacros fazem o poder do príncipe. Os ritos e as cerimonias mantêm a simulação (a qual não imita, mas reproduz - a

---

contrôlables policièrement. Que ce soit pour son propre compte ou pour celui des firmes mondiales, l'État ne persiste qu'en imposant cette loi doublement logique: identité et répétition. Logique et police vont ensemble. Non sans excellents arguments d'ordre moral et juridique, dissimulant l'étatico-politique. A la limite (chacun sait aujord'hui que les ordinateus permettent d'approcher et même de réaliser, si les "citoyens" laissent faire, cette situation-limite", l'État contrôlerait chaque déplacement; l'État pourrait assigner sa place à chaque évenement de la vie quotidienne, du cerceau à la tome, en passant par le mariage”.

[16] No Brasil, as Delegacias de Ordem Política e Social usaram do expediente das fichas, com fotografias e digitais. O Arquivo do Horror, em Assunção, guarda documentos no Paraguai que foram utilizados pelo sistema repressivo.
da mesma forma, utilizava desses expedientes.

> qual engendra a repetição e o automatismo)[17]. (LEFEBVRE, 1978, p. 58-59 – tradução Marli Barreto Rocha Braga)

A importância da identificação para fins políticos foi o expediente amplamente utilizado pelos diversos organismos estatais de controle na constituição de fichas que iriam integrar dossiês. Por exemplo, a Itaipu Binacional emitia fichas de identificação para cada um dos funcionários que atuava na empresa, tanto como funcionários da própria Itaipu, quanto os dos consórcios construtores da empresa, conforme já demonstrado na dissertação (SILVA, 2010). Para cada um dos contratos de trabalho da Itaipu, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) expediam aos DOPS dos Estados de origem de cada empregado, uma solicitação de verificação sobre sua vida pregressa. Caso se considere que a Itaipu empregou na sua construção cerca de 100 mil operários, têm-se a dimensão do controle Brasil/Paraguai, que contou com a conivência dos empresários envolvidos na empreitada, apenas sobre os trabalhadores dessa empresa e que, de quebra, também colaborava atendendo a demandas dos órgãos repressivos dos países vizinhos. Documentos hoje disponíveis no Arquivo Nacional em Brasília demonstram o tamanho dos tentáculos repressivos do Estado brasileiro. Cada autarquia, cada universidade, cada empresa estatal teve sua Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) ou Assessoria de Segurança e Informação (ASI), uma vez que a nomenclatura variava.

Esses dados são apenas em relação ao Estado brasileiro. Nos demais países do Cone Sul, essa lógica se repetia. Claro que não se trata de um novo advento na

[17] L'identification, effet et cause, fait que la femme s'identifie à l'homme, l'épouse à son mari, les enfants aux parents, les serviteurs e les esclaves aux maîtres. Certes, le pouvoir (politique) est partout: il a sa base, c'esta-à-dire qu'il vient "d'en bas". Il se dissémine, se répartit inégalement. Or c'est en particulier para l'identification que l'État concentre le pouvoir dispersé, qui dès lors provient de lui. L'identification a des effets politiques. On s'aperçoit qu'elle n'a pas que des causes et des effets psychiques, relevant d'une science parcellaire. Elle a des raisons profondes et globales: elle implique et supposoe un rapport de domination et de subordination. Elle annulle, d1une façon à la fois edéale et réelle, une distance sociale et un espace politique qu'en même temps elle reproduit. Le "sujet" s'identifie au prince, au roi, au dictateus. La militantisme identifie la révolution et le parti avec le leader. Il advient que la victime s'identifie au bourreau. Le "représenté" s'identifie au représentant dans la démocratie représentative. La constitution et les institutions couvrent ou plus exactement motivent et légalisent cette identification. Le Chef, quel qu'il soit, se répète a des exemplaires en nombre illimité. L'identification, comme puissance politique, a des effets parodiques: simulations et simulacres font le pouvoir du prince. Les rites et cérémonies entretiennent la simulation (qui n'imite pas mais reproduit, - qui engendre la répétition et l'automatisme).

história da região. As fichas contendo informações sobre cada um dos suspeitos políticos perpassam a história de todo o subcontinente em foco.

Além disso, trata-se de dois tipos de entrelaçamento a Doutrina de Segurança Nacional, que doravante, ao se tratar dela em conjunto envolvendo mais de um país, será denominada Doutrina de Segurança e a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. A primeira, importada no Cone Sul dos Estados Unidos, e a segunda, importada também por esses países da França. Ambas, que funcionaram conjuntamente, foram o que articulou os países nas conexões repressivas e o que integrou as doutrinas, conforme se verá mais à frente.

Mas, embora as fichas existissem desde períodos anteriores, assim como a colaboração, foi a partir do advento da Guerra Fria, com todo o aparato ideológico que se formou unindo as Doutrinas, que a constituição das fichas de informações, dos sistemas de identificação, se tornou algo sem precedentes na história. O banco de dados passou a ser constituído em escala internacional, computadorizado, possibilitando um controle quase absoluto sobre quaisquer suspeitos e demarcando individualmente os integrantes das demandas de cunho social.

Em que pesem as evidências de tal entrelaçamento, a articulação entre os países durante o último ciclo de ditaduras na região vem sendo analisada a partir do aparecimento de operações específicas que levaram ao aprisionamento, ao assassinato e à transferência de pessoas de um país para outro de forma clandestina, ou seja, contra a sua vontade e à revelia das normas legais vigentes em cada país e contrariando os códigos de preservação dos direitos humanos firmados em convenções internacionais. A referência nesse caso é, por exemplo, à *Operação Condor*, à *Operação Cristal,* a *Operação Colombo* entre outras.

Dessas, a mais conhecida pela sua abrangência e pelos resultados macabros é a *Operação Condor*. As evidências até agora encontradas indicam que, em 1975, os ditadores argentinos, chilenos, uruguaios, paraguaios, brasileiros e bolivianos assinaram um pacto visando articular a ação repressiva vigente em cada um deles. Conforme a jornalista e correspondente internacional Stella Calloni, pioneira na identificação dessa ação, em entrevista ao periódico La Retaguardia

> A Operação Condor foi um plano criminoso de coordenação entre as ditaduras e também governos de direita daquela época, da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O acordo que

> deu início oficial a seu funcionamento se firmou em novembro de 1975 no Chile[18]. (CALLONI, 2013, s/p – tradução da autora)

A Operação Condor integrou em um amplo plano vários países latino-americanos, composto por inúmeras operações e estratégias distintas, diz ela.

> É uma das que mais se sabe precisamente porque suas vítimas foram muito importantes. Foram personalidades como ex presidentes, ex ministros, dirigentes. De fato, se havia criado como uma operação elitista, que ia tomar as pessoas de importância que pusessem em perigo a ditadura. É uma operação de contra insurgência[19] (…). (CALLONI, 2013, s/p - tradução da autora)

Essa questão retornou ao debate no presente século especialmente após o 11 de setembro de 2001 nos EUA quando, em nome do combate ao terrorismo, o Estado norte-americano e seus aliados começaram a empreender uma série de ataques aos cidadãos e grupos considerados suspeitos. Com o argumento do mal menor, o combate ao "terrorismo" foi retomado levando à morte uma série de civis envolvidos ou não com grupos afiliados a Al-Qaeda (TERESTCHENKO, 2011).

As atas de fundação da Condor indicam que a iniciativa do que se constituiu como um verdadeiro Terrorismo de Estado foi da ditadura chilena que, em 1975, através da *Dirección Nacional de Inteligencia* (DINA), convidou os países para um congresso no Chile. No caso do Brasil, vários autores consideraram, até bem pouco tempo, que o país teve participação restrita, a de ser membro ouvinte dessa estrutura[20]. Todavia, dados contidos no Relatório Final da Comissão Nacional da

[18] "La Operación Cóndor fue un plan criminal de coordinación entre las dictaduras y también gobiernos de derecha de aquella época, de Argentina, Brasil, Chile, Uruguay, Paraguay y Bolivia. El acuerdo que dio inicio oficial a su funcionamiento se firmó en noviembre de 1975 en Chile".

[19] "La Operación Cóndor es una de las que más se sabe precisamente porque sus víctimas fueron muy importantes. Fueron personalidades como ex presidentes, ex ministros, dirigentes. De hecho, se había creado como una operación elitista, que iba a tomar a las personas de importancia que pusieran en peligro a la dictadura. Es una operación de contrainsurgência".

[20] Sobre o tema, ver: CALLONI, Stella. *Operación Cóndor*: pacto Criminal. México: La Jornada Ediciones, 2001; CERVEIRA, Neusa. *Memória da dor* - A Operação Condor no Brasil (1973/1985). São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2007; DINGES, John. *Os anos do Condor*: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2005; CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*: o sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008; GUENA, Marcia. *Arquivo do Horror*. Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980). São Paulo: Memorial, 1996; KORNBLUH, Peter. *Pinochet*: Los archivos secretos. Barcelona: Crítica, 2004; LIMA, Samaroni. *Clamor*: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003; MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003; PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005; PAZ, Alfredo Bocchia; GONZÁLEZ, Myrian

Verdade demonstram quem fora o participante da reunião. Além disso, o Relatório expande a atuação brasileira, mesmo que não tenha conseguido retirar todas as conclusões possíveis, conforme veremos ao longo da tese. De acordo com a bibliografia anterior à produção do Relatório, pouco tempo depois o Brasil integrou-se formalmente ao sistema da *Operação Condor*, juntamente com o Equador e o Peru. Também as evidências da colaboração da Agência de Inteligência Norte-americana, a CIA, nesse processo, têm vindo à tona na medida do acesso à documentação.

A ideia do "combate ao terrorismo" subsumi responsabilidades efetivas do Estado. Afora as ações dos agentes - cujas responsabilidades necessitam ser apuradas -, as referentes à prática que se adentrou ao Estado, produzindo a lógica de eliminação, traz consigo o terror que, para além da eliminação pura e simples do inimigo, ainda provoca o silenciamento.

> O terror paraestatal, exercido clandestinamente, lhe permite ademais ao governo responsável afirmar que foram "ajustes internos entre a guerrilha", ou que foi o acionamento de grupos não identificados que atuavam à margem da autoridade estatal, pela qual esta não teria nada a ver com o assunto. A teoria da irresponsabilidade estatal, desenvolvida desta maneira, se encontra em franca contradição com a ideia do estado de direito, cujo eixo encontra-se na cadeia de responsabilidade explícita de seus funcionários. A escusa da ignorância estatal por um lado, a insinuação de certos excessos que "em toda guerra geralmente ocorrem" por outro, cumpriam um mesmo objetivo: dissimular a responsabilidade pelo terrorismo de estado desencadeado.[21] (SPITTA, 1993, p. 167 – tradução da autora).

Angélica; AGUILAR, Rosa Palau. *Es mi informe*: los archivos secretos de la policía de Stroessner. 4. ed. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994; QUADRAT, Samantha. V. "Muito além das fronteiras". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.Sá. *O golpe e a ditadura militar*: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004; QUADRAT, S. V. "Os porões internacionais da repressão". In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004. Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do Golpe de 1964 realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2004, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV; SANTOS, Márcia Guena dos. *Operação Condor* – Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. São Paulo: PROLAM/USP, 1998 – Vols. I e II. Dissertação de Mestrado; SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor*: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). São Paulo: PUC/SP, 2010.

[21] El terror paraestatal, ejercido clandestinamente, le permite además al gobierno responsable afirmar que fueron "ajustes internos entre la guerrilla", o que fue el accionar de grupos no identificados que actuaban al margen de la autoridad estatal, por lo cual esta no tenía nada que ver con el asunto. La teoría de la irresponsabilidad estatal, desarrollada de esta manera, se encuentra en franca contradicción con la idea del estado de derecho, cuyo eje radica en la cadena de responsabilidad explícita de sus funcionarios. La excusa de ignorancia estatal por un lado, la

No mesmo diapasão, o autor explica ainda que as justificativas dadas para as operações encobertas não se sustentam do ponto de vista lógico. Se assim o fosse, "a suposição de que a guerrilheiros só se pode combater com os métodos da guerrilha em última instância, não significa outra coisa que a ladrões há que combatê-los com roubos e à assassinos, com assassinatos"[22] (SPITTA, 1993, p. 166 – tradução da autora).

Mas não há consenso entre os analistas, considerando alguns que a principal propulsora desse pacto com alcance internacional foi a Argentina (Robin, 2014). Para essa autora, a partir da presença dos franceses em Missão Militar naquele país, criou-se a possibilidade de afinarem as condições de um sistema internacionalizado de combate ao considerado o inimigo interno. Ainda segundo ela, as atividades em curso na segunda metade do século XX que envolveram polícias, forças armadas, embaixadas, adidos militares e os serviços de informações, iniciaram-se no período anterior e resultaram na consolidação de uma prática conjunta; dando caráter internacional a inúmeras ações, com estratégias e táticas repressivas.

Até o presente momento, o caráter internacional tem sido conferido especialmente às operações que, expressamente, perseguiram de forma conjunta pessoas vinculadas a organizações armadas.

Porém, quando se adentra aos processos de formação, estratégias, táticas repressivas, execuções sumárias e desaparecimentos executados pelas forças armadas e/ou por inúmeros outros agentes repressivos assumidamente ou clandestinamente contratados pelo Estado, delineia-se não o Estado de Terror na região, mas os tentáculos internacionais do Terror.

Esse conjunto, anteriormente citado (formação, estratégia, táticas, criação de sistema e treinamento de agentes) engenhou outras operações em nível local ou entre duas nações – bilaterais. Pela semelhança de seu *modus operandi,* elas demonstram que a integração regional da repressão foi, não apenas muito mais ampla do que inicialmente se supôs, pelo âmbito internacional que atingiu, quanto

---

insinuación de ciertos excesos que "en toda guerra suelen ocurrir" por el otro, cumplían un mismo objetivo: disimular la responsabilidad por el terrorismo de estado desencadenado.

[22] "la suposición de que a guerrilleros solo se les puede combatir con los métodos de la guerrilla en última instancia no significa otra cosa que a ladrones hay que combatirlos con robos y a asesinos con asesinatos".

pela interferência na dinâmica social local. Portanto, não se restringiu a repressão aos críticos das ditaduras, foram capazes de interferir na dinâmica da sociedade como um todo, destruindo a organização da sociedade civil, o tônus da política responsável pela mediação entre o indivíduo e a coisa pública. De fato, o exame dos documentos sobre o período demonstra uma articulação mais ampla, nada restrita ao desencadeamento de ações conjuntas dessa ou daquela operação repressiva, mas que se tratou de uma articulação internacional visando a destruição da sociedade civil nesses países latino-americanos. Uma articulação que ultrapassou os limites das forças armadas dos próprios aparelhos repressivos, constituindo-se um verdadeiro sistema com inúmeras ramificações no interior dos países.

A presente tese trata exatamente deste sistema internacionalizado, que foi forjada pela Doutrina de Segurança e a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. Defende-se aqui que ambas as doutrinas funcionaram conjuntamente no Cone Sul e que faziam parte desse sistema internacionalizado. Foram importadas dos Estados Unidos e França, fazendo um processo de triangulação, ou seja: a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária – francesa – adentra a Doutrina de Segurança e, conjuntamente, são exportadas para o Cone Sul. Ao que aqui se chama de triangulação são as formulações elaboradas nos dois países, chegando ao Cone Sul, que se torna então o outro vértice do triângulo.

Em outra linha de interpretação, Chirio (2012) adverte que:

> A teoria da guerra revolucionária é muitas vezes confundida, erradamente, com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta é uma expressão genérica que designa a teoria do Estado e da sociedade desenvolvida em determinados exércitos latino-americanos no momento do enfrentamento dos dois blocos, em torno da ideia de uma guerra total contra o comunismo. É geralmente apresentada como a base ideológica dos regimes militares latino-americanos dos anos 1960 a 1990: uma doutrina partilhada, nova, e amplamente importada dos Estados Unidos. Essa imagem é em parte equivocada. É verdade que, na época, as Escolas Superiores de Guerra elaboraram teorias do governo orientadas pela luta contra uma subversão essencialmente interna, em consonância com o objetivo norte-americano de proteção do subcontinente contra a "contaminação" comunista. Nelas, os detentores legítimos do poder, a organização deste e também a opção de política econômica são determinados pela hipótese de uma guerra total contra o comunismo. Contudo, nos anos 1950 e 1960, o pensamento dos militares latino-americanos, longe de ser exclusivamente norte-americano, é

> elaborado sob o efeito de influências diversas e com fortes especificidades nacionais (CHIRIO, 2012, p. 19).

No concernente às operações repressivas, seu caráter internacional veio à tona com as denúncias de familiares e de ex-presos políticos. A partir de 1992, com a descoberta dos documentos que compõem hoje o acervo do Arquivo do Horror[23] em Assunção, foi confirmado o que antes era apenas uma suspeita, particularmente quanto à Operação Condor. Pode-se considerar que os documentos do Arquivo do Horror são a ponta do iceberg para muitas pesquisas e, embora não se conheça todo o conjunto documental do Condor, ela traz à tona a necessidade de se aprofundar e conhecer a dimensão internacional que adquiriu a articulação do Estado de Terror e que extrapola, conforme dissemos, a praticada em cada operação.

A concomitância entre a Operação Condor e outras operações está também no fato de possuírem um *modus operandi* comum, em que pesem suas especificidades. A começar pela utilização do conceito de estratégias de guerra, fossem tais operações locais, bilaterais ou multilaterais, além da clássica justificativa de que se tratava de combate à "subversão" ou ao "comunismo". Também em comum foi a troca de informações entre os países, sobre indivíduos vigiados e/ou perseguidos, configurando, mais uma vez, a integração de seus aparatos repressivos.

Forma-se assim, um grande banco de dados sobre "os subversivos", o que possivelmente foi a base documental na qual está também contida a Operação Condor. As operações eram diferentes, mas não concorriam entre si. Pelo contrário, a troca de informações sobre as diferentes operações que ocorriam, em cada país, era constante; variando apenas o número de países com os quais se trocava informações, configurando-se assim ações bilaterais ou de maior envergadura.

Em geral, parte-se do pressuposto de que foram os Estados Unidos os precursores das teorias de combate ao "comunismo". De fato, as Doutrinas de Segurança (DS) incorporaram os preceitos da Guerra Fria, capitaneadas pelos Estados Unidos, mas também adicionaram os preceitos franceses da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária (DGCR).

---

[23] *ARCHIVO del Horror*. Museo de la Justicia, Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos. Corte Suprema de Justicia, Poder Judicial, Republica del Paraguay.

A DS expressa essa difusão internacional dos preceitos da Guerra Fria que introjetaram a cultura do combate à subversão e ao comunismo, enquanto a DGCR expressa os preceitos, conceitos, estratégias e táticas da guerra advindos da logística francesa aplicada em suas colônias, como a Argélia, Nigéria, Marrocos, Tunísia, Republica Centro Africana, Senegal e outras. Muitas lutas independentistas iniciadas no alvorecer do século XX, que se estendem até a década de 1960, apoiaram-se em ideais que eram denominados socialistas ou comunistas, mas não se tratava apenas disso: era necessário aniquilar o inimigo que punha em cheque a segurança necessária à continuidade da exploração colonial. Daí o estado de guerra que se instaurou nas diferentes colônias francesas. O *know how* desenvolvido pela França na luta contra tais independentistas foi transmitido para diferentes países latino-americanos através de assessorias que transmitiram as técnicas, o conhecimento dessa nova modalidade de guerra e, em parceria com os Estados Unidos que aportou também muito capital financeiro, multiplicaram os treinamentos em toda a região.

A Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária expressava um tipo de combate diferente dos convencionais; que eram marcados (fundados) nos formatados na Primeira e na Segunda Grande Guerra. Amparadas pelas mesmas técnicas de guerrilhas, originárias dos estudos de trabalhos como o de Mao Tsé-Tung, principalmente, tais estratégias e táticas haviam sido desenvolvidas gradativamente, conforme os confrontos com suas colônias. Enquanto na Indochina, os combates davam-se ainda sem definições precisas das táticas da Contrarrevolução, ainda baseados nos formatos das guerras convencionais, que são aquelas em que os Estados beligerantes se enfrentam, tal como ocorreu na Primeira e na Segunda Guerra Mundial; na Argélia, o Exército e as Forças Policiais francesas foram instruídos conforme os preceitos conhecidos como Guerra Moderna, ou Guerra Suja, ou Guerra Revolucionária, ou Guerra Irregular, ou Guerra de Contra Insurgência, para ficarmos em alguns exemplos da nomenclatura utilizada, conforme o autor e/ou documento citado. Ao longo da tese, quando contidos em alguma citação, foram mantidas as terminologias adotadas pelos autores ou documento, mas adotamos a expressão Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária para nossa própria redação em contraposição ao termo mais recorrente encontrado nos manuais de treinamento, ou seja, Doutrina de Guerra Revolucionária.

No novo formato não se tratava mais de uma guerra travada entre dois exércitos regulares (guerras convencionais), mas das forças armadas militares e civis a que se somaram as forças paraestatais[24] contra um inimigo invisível, ou seja, podia estar em qualquer lugar, ser qualquer um. Com isso a noção do comunista, subversivo, estende-se a toda a sociedade civil; pois não está mais restrita a integrantes de uma organização política.

As prisões, assassinatos, desaparecimentos de integrantes ou mesmo apenas suspeitos de integrarem grupos guerrilheiros de esquerda opositores às ditaduras, tais como Tupamaros (Uruguai), Montoneros (Argentina) e MIR (Chile) têm sido consideradas ações da *Operação Condor;* o que já coloca em cheque a definição inicial dada por Stella Calloni, ou seja, a de que essa operação era afeta apenas às personalidades políticas de grande expressão.

Mas o que dizer das tantas outras operações, ou mesmo, dos tantos outros desaparecimentos, prisões etc. que seguiram o mesmo padrão apenas por suspeição, sem integrarem, necessariamente, alguma organização armada?

Tais operações ou têm sido analisadas de forma isolada ou como uma das fases ou facetas do Condor, como é o caso do casal Lilian Celiberti e Universindo Dias sequestrado em Porto Alegre, em 1978, sendo entregue às autoridades Uruguaias. Esse sequestro contou com a participação da repressão brasileira e uruguaia e foi amplamente denunciado naquele período[25], sendo considerado uma ação da *Condor*. Por ocasião da morte de Universindo, em 2 de maio de 2012, os jornais fizeram várias retrospectivas sobre a trajetória de vida desse casal, rememorando várias outras ações dessa operação contra integrantes de organizações guerrilheiras, particularmente no Cone Sul, e destacam, como a indicada abaixo, que

> Porto Alegre entrou na rota da Operação Condor em 17 de novembro de 1978, quando se consumou o sequestro dos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Díaz. Perseguidos pela ditadura militar do Uruguai, os dois tentavam se esconder num apartamento da Rua

[24] As ações envolviam também organizações secretas paraestatais, tal qual a Operação Bandeirantes (OBAN) no Brasil, Os Esquadrões da Morte em vários Estados brasileiros, a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*) na Argentina, a *Avanguardia Nazionale* na Itália, cubanos anti-castristas nos Estados Unidos. A ação dos paraestatais será discutida ao longo da tese, demonstrando suas conexões internacionais. Sobre a atuação dos Esquadrões da Morte no Brasil, ver MATTOS, 2016.

[25] Ver CUNHA, Luiz Cláudio. Operação Condor: o sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008.

> Botafogo, no bairro Menino Deus. Foram capturados por policiais gaúchos, chefiados pelo delegado Pedro Seelig, e agentes uruguaios que tiveram permissão para entrar no território brasileiro (MORRE Universindo Dias, símbolo da luta contra a Ditadura. *Zero Hora*, 02/09/2012).

Mas outra operação, denominada *Cristal*, contando com a colaboração da repressão brasileira e argentina, transladou pessoas de um país para o outro no mesmo diapasão da *Condor*. Denunciada em 1980, no Brasil, pelo ex-deputado federal Genival Tourinho, membro histórico do MDB, do PTB, do PDT e amigo de Brizola e de Darcy Ribeiro,

> durante um pronunciamento perante a CPI do Terrorismo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Por essas denúncias foi processado e incurso na Lei de Segurança Nacional, sofreu ameaças e agressões e precisou mudar para os Estados Unidos (JUSBRASIL, 2009, s/p.).

Fora do Brasil, as informações sobre a articulação internacional nos vêm através do advogado Martin Almada, responsável pela descoberta e pela preservação da documentação sobre a ação repressiva paraguaia. Ao relatar sobre os suplícios infligidos à médica paraguaia Gladys de Sanemann, Martin Almada conta que

> (...) Felicita Carrillo nos confirmou uma série de informações que nos havia proporcionado a Dra. Gladys N. de Sanemann, médica paraguaia já sequestrada em Candelaria, Argentina, pelas forças conjuntas de repressão argentino-paraguaias. As duas detidas relataram que o Departamento de Investigações havia refinado seus procedimentos e introduzido artefatos elétricos, camas articuladas, etc., entre outras coisas, e que um médico estrangeiro que chamavam "el chileno", usava a hipnose e o pentotal para arrancar declarações (ALMADA, 1993, p. 110 – tradução da autora)[26].

Anos mais tarde, a própria médica publicou livro relatando os suplícios vivenciados naqueles anos. Outra operação, ocorrida no mesmo período da *Condor,* foi a denominada Murciélago, e

[26] Felicita Carrillo nos confirmó una serie de informaciones que nos había proporcionado la Dra. Gladys N. de Sanemann, médica paraguaya, secuestrada en Candelaria, Argentina, por las fuerzas conjuntas de represión argentino-paraguayas. Las dos detenidas relataron que el Departamento de Investigaciones había refinado sus procedimientos e introducido artefactos eléctricos, camas articuladas, etc., entre otras cosas, y que un médico extranjero al que llamaban "el chileno", usaba el hipnotismo y el pentotal para arrancar declaraciones

> consistiu na detecção de militantes na fronteira e esteve claramente relacionada com a chamada contraofensiva que dava conta da volta à Argentina durante os anos 1979 e 1980 de vários jovens Montoneros que se encontravam no exílio. Muitos foram abordados no Brasil quando viajavam de avião desde o México. Algumas das vítimas foram Lorenzo, filho de David Viñas e Jorge Adur, sacerdote católico de Entre Ríos, mas ainda faltam nomes por conhecer[27]. *(*STELLA Calloni y el complejo laberinto de la Operación Cóndor. *La Retaguardia, 06/05/2013* – tradução da autora)

Destaca-se, nesses exemplos, o assassinato do ex-ministro da defesa do governo de Salvador Allende, Orlando Letelier, morto pela explosão de um carro-bomba nas proximidades de Casa Branca, em Washington D.C., nos Estados Unidos, em 1976, bem como alguns outros atentados de repercussão internacional.

> Algumas ações desencadeadas pela DINA no exterior tiveram uma imensa repercussão internacional. Entre elas, o assassinato do general Carlos Prats e sua esposa, em setembro de 1974 em Buenos Aires, a tentativa de assassinato do ex-vice-presidente chileno Bernardo Leighton em outubro de 1975 em Roma e, por fim, talvez o de maior impacto entre eles, o assassinato de Orlando Letelier e sua secretária Ronnie Moffit em Washington em 1976. (ANTUNES, 2007, p. 405-406).

De acordo com as informações levantadas, as atividades desse caso envolveram a *Dirección Nacional de Inteligencia* (DINA), órgão central de informações do Chile e também

> [...] as polícias da Argentina, Paraguai, Chile, além de cubanos anti-castristas residentes em Miami, e contou com uma nebulosa e pouco esclarecida participação da CIA, como mais tarde seria provado nos processos conduzidos nos EUA contra agentes da DINA, os quais incriminavam o coronel Manuel Contreras Sepúlveda e podiam desembocar em Pinochet, caso a polícia conseguisse os depoimentos de pessoas chaves (SANTOS, 1998, volume I, p. 33).

[27] consistió en la detección de militantes en la frontera y estuvo claramente relacionada con la llamada contraofensiva que daba cuenta de la vuelta a la Argentina durante los años 1979 y 1980 de varios jóvenes Montoneros que se encontraban en el exilio. Muchos fueron abordados en Brasil cuando viajaban en avión desde México. Algunas de las víctimas fueron Lorenzo, hijo de David Viñas, y Jorge Adur, sacerdote católico de Entre Ríos, pero aún quedan nombres por conocer.

Pode-se considerar que parte dos assassinatos ou desaparecimentos políticos resultantes de articulação interpaíses não são ações isoladas e sem conexão entre si.

Mas nem sempre se atenta para o fato de que evidenciam um padrão comum e que integravam, de fato, uma articulação mais geral. Ou seja, a articulação entre os países para a repressão ditatorial teria desencadeado tantas operações específicas, quantas foram suas suspeitas de que em tal lugar ou que em tais circunstâncias existiriam opositores ou críticos, organizados ou não, constituindo-se, portanto, um amplo espectro de violências que tiveram como ponto comum a transferência extrajudicial de centenas ou mais de pessoas.

Nesses casos, parte-se da ideia de que o assassinato ou desaparecimento tem articulação internacional apenas quando envolve mais de um país diretamente, mas esquece-se do fato de que ações locais contaram com treinamento, expertise e mesmo troca de informações, cujo *modus operandi* foi internacionalmente adotado. Algumas operações nacionais analisadas ao longo da tese demonstram haver esta articulação, de forma que, embora apenas um país tenha utilizado suas forças repressoras, o *modus operandi* era internacional. Dentre esses, destaca-se, por exemplo, os de transferência extrajudicial, ou seja, quando uma pessoa é sequestrada em um país e levada para outro, conforme aponta Terestchenko:

> Um verdadeiro arquipélago da tortura, em escala mundial, foi edificado pela agência de informações, à base de prisões secretas disseminadas, em particular, na Ásia e no Oriente Médio, para onde os detidos, supostos alto responsáveis da Al-Qaeda, foram levados após terem sido sequestrados pelas tropas de elite pertencentes à Força Delta (unidades de forças especiais americanas, uma pertencente à *US Navy*, outra à *US Army)*. Algemados e encapuzados, os prisioneiros eram embarcados em aviões da frota clandestina pertencente à CIA, submetidos em seguida a interrogatórios, incluindo a prática da tortura, dos quais participavam os serviços de informações estrangeiros. (TERESTCHENKO, 2011, p. 42)

Tal tipo de atividade, ainda presente no mundo, já vinha sendo praticada, ao menos desde os anos de 1960 e como o próprio autor elucidou, acontece fora dos âmbitos das cortes nacionais e internacionais de justiça, sendo altamente secretas. Ao relatar os episódios e os países envolvidos, a justificativa utilizada por estes mesmos países às ações contra a Al-Qaeda, é a de que

> Um programa altamente secreto, autorizado pelo presidente Bush, cuja existência sempre foi negada por ele, e do conhecimento apenas de umas duzentas pessoas, foi executado por Donald Rumsfeld, o ministro da Defesa, e Stephen Cambone, o subsecretário de Defesa para a Informação (TERESTCHENKO, 2011, p. 42)

A integração consistia também em permitir-se que agentes de um determinado país atuassem em outro do Cone Sul, em busca de exilados e refugiados. Sequestros, atentados e desaparecimentos forçados estão vinculados a ações coordenadas entre agentes desses países sul-americanos já vinham ocorrendo em períodos anteriores ao da Operação Condor. Ou seja, evidencia-se a existência de conexões que geraram operações em todo o subcontinente sul-americano, levando a cabo ações persecutórias e, particularmente, troca de informação.

> Ademais, o estado terrorista tortura pela suposta eficiência, para desmascarar aos guerrilheiros camuflados como cidadãos comuns. Espera que entre cem torturados ao azar possa encontrar a um guerrilheiro que por casualidade caiu na incursão, e rechaça a presunção de inocência do estado de direito, já que envolveria o perigo de ter que soltar o guerrilheiro junto com os outros noventa e nove inocentes[28]. (SPITTA, 1993, p. 159 – tradução da autora)

Durante o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), houve uma série dessas ações integradas com outras ditaduras do Cone Sul, algumas envolvendo também a Bolívia, o Peru e o Equador.

Denominadas de ações bilaterais ou multilaterais comprovam uma conexão bastante primorosa, contando com articulações ainda pouco conhecidas em seu conjunto, senão apenas nas suas particularidades. Mas, para além disso, mesmo quando não se tratou de uma atividade multilateral ou bilateral, tiveram em comum, o *modus operandi* calcado nos preceitos da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária e justificadas na Doutrina de Segurança Nacional, mostrando uma mesma matriz repressiva.

[28] Además, el estado terrorista tortura por la supuesta eficiencia, para desenmascarar a los guerrilleros camuflados como ciudadanos comunes y corrientes. Espera que entre cien torturados al azar pueda encontrar a un guerrillero que por casualidad cayó en la redada, y rechaza la presunción de inocencia del estado de derecho, ya que conllevaría el peligro de tener que soltar al guerrillero junto con los otros noventa y nueve inocentes.

É nesse aspecto que este texto se deterá, qual seja, demonstrar que as operações desencadeadas pelos sistemas de informações e aparatos repressivos constituídos na região do Cone Sul e, aparentemente isoladas, são como pontas de icebergs, cuja base de operação comuns, com ações articuladas, indicam uma muito bem orquestrada integração entre os vários países latino-americanos em conexão internacional, dentre os quais, nos deteremos naqueles que integravam o Cone Sul no período analisado.

Os documentos demonstram que as ações bilaterais e multilaterais visando a repressão iniciaram-se antes da década de 1960, já no início da ditadura paraguaia, de forma a preservar os interesses dos segmentos dominantes que controlam o poder do Estado, com fins persecutórios de controle e extermínio dos considerados inimigos.

> Militarmente, a mais clara e significativa demonstração do apoio brasileiro ao regime de Stroessner foi dada em 1959 e 1960, durante a tentativa de implantação da guerrilha no interior do Paraguai. Além de prestar informações sobre a movimentação de grupos guerrilheiros na fronteira, autoridades brasileiras entregaram exilados políticos à senha da repressão paraguaia. No mês de dezembro de 1960, seis exilados políticos paraguaios, que estavam sob a guarda de autoridades brasileiras, foram assassinados quando eram transportados da localidade de Paranhos para a cidade de Amambai no Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), fronteira com o Paraguai. Segundo notícia veiculada pelo Jornal do Brasil, os exilados foram entregues, com as mãos amarradas, ao Major Cardozo, da Força aérea Paraguaia. O jornal diz não ter sido a primeira vez que autoridades brasileiras entregaram à polícia paraguaia revolucionários que fugiram para o território brasileiro pedindo asilo político; que nesse caso, os asilados metralhados foram entregues diretamente ao Major da Força Aérea do Paraguai por ordem do subdelegado de Paranhos; e que o Coronel Matos, Comandante do 11º Regimento de Cavalaria, em Campo Grande, onde se encontravam incomunicáveis os dois sobreviventes do massacre, era amigo pessoal do General Stroessner, que já o presenteara com uma pistola automática com seu nome gravado. (MORAES, 2000, p. 94).

Note-se, portanto, que o Brasil, mesmo em tempos de constitucionalidade democrática, portava-se em relação aos países vizinhos pautado pelos interesses que poderiam estar em voga. Particularmente, as relações estabelecidas com o Paraguai estavam na ordem do dia, pois se tratava de interesses econômicos e

políticos[29]. Nesse caso, tratava-se de extradições extrajudiciais, portanto, grave violação dos direitos humanos e dos acordos internacionais.

Observa-se também que a terminologia “guerrilha” e “guerrilheiros”, para se referir à luta armada contra a ditadura, já era utilizada. De acordo com Spitta, a “Teoria do Franco-atirador” serviu de modelo para um teatro de operações repressivas e extrajudiciais, justificadas pela associação entre terrorismo e guerrilha.

> 'Franco-atirador' é usado como sinônimo de guerrilha e de sua forma especial de luta. Os estados afetados por atividades de guerrilha começaram a defini-la como terrorista, com o qual o guerrilheiro se converteu em sinônimo de terrorista e atuações guerrilheiras em atos terroristas.[30] (SPITTA, 1993, p. 157 – tradução da autora).

No caso do Paraguai, claramente, a troca de informações salvaguardava interesses econômicos, tanto pelo Estuário do Prata, onde depois se constituiu a Hidrelétrica de Itaipu, quanto pela necessidade de desenvolvimento e elevação do Projeto de Brasil Potência que, em muitos casos, não poupou vidas humanas (SILVA, 2010).

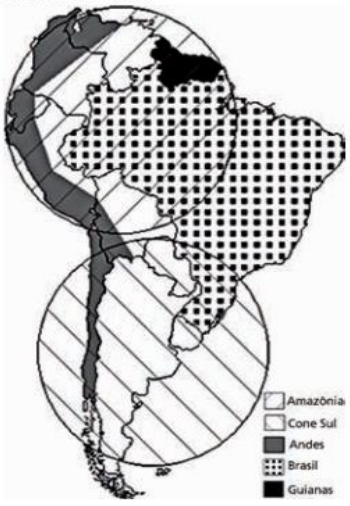
Mas o que diferencia tais antecedentes repressivos dos disseminados no período posterior é tanto a aplicação dos preceitos da Guerra Contrarrevolucionária, associado à Doutrina de Segurança nacional, que gestam a figura do inimigo interno – sujeito que poderia estar em qualquer lugar, travestido de inúmeras formas. Caberia, portanto, ao Estado levar a cabo estratégias de guerra contra ele. Uma lógica que, introjetada no interior Estado, passa a compor sua própria essência. Resulta daí que o status conservador e autocrata, que os configura no interior da ordem neoliberal, se completa com a lógica da guerra contra o inimigo interno. É tal condição que configura a permanente vigência da violência institucional, ou seja, a dos abusos da autoridade, das impunidades, das violações de direitos, das atividades extralegais, entre outras.

[29] Em relação aos interesses econômicos e políticos estabelecidos com o Paraguai, ver SILVA (2010)
[30] 'Francotirador' es usado como sinónimo de guerrilla y de su forma especial de lucha. Los estados afectados por actividades de guerrilla empezaron a definir a esta como terrorista, con lo cual el guerrillero se convirtió en sinónimo de terrorista y actuaciones guerrilleras en actos terroristas.

O Estado repressivo atua de forma integrada na região e articulada internacionalmente, transpassando fronteiras físicas como se se tratasse de um verdadeiro Estado multinacional.

Mas, à exceção da articulação contra o inimigo interno que parece ser comum a todos, não se pode dizer que os diferentes países que compõem o Cone Sul se integram facilmente. Embora não haja uma definição clara nas pesquisas do que é exatamente o Cone Sul, o mapa abaixo demonstra que, geograficamente, este engloba boa parte da Argentina, do Chile, Uruguai, Paraguai e do Brasil, compreende os Estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de uma pequena porção da Bolívia.

MAPA 1
Porções regionais da América do Sul



Fonte: Medeiros Filho (2010).

(MEDEIROS FILHO, 2010, p. 63)

As diferentes regiões tratadas no mapa supracitado demonstram uma intersecção sinuosa na região, com o Brasil participando de dois grupos de países – o da região do Cone Sul e o da região Amazônica, mas também independente de ambas. (MEDEIROS FILHO, 2010)

Já os trabalhos que versam sobre as ditaduras na região consideram que Cone Sul constitui o espaço geográfico composto pela Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai, ou seja, os que foram os membros da coalizão repressiva. Alguns outros inserem a Bolívia, Peru e Equador.

Mas o mapa acima aponta para uma questão geopolítica bastante interessante. Do ponto de vista estratégico, é uma região potencialmente importante e disputada pelas grandes potências, não só por suas vastas riquezas, dentre as quais se destaca que a denominada Tríplice Fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai -, contém o Aquífero Guarani.

> Ao longo do trópico de capricórnio, passando entre planícies, rios e montanhas, se estendem as linhas de aproveitamento rentável das riquezas desta região que, não por serem modernas, deixam de ser as veias abertas do trágico saque do que nos falava Eduardo Galeano. À água se somam alguns pontos de selva; o petróleo de Mosconi, o gás de Tarija, o cobre, ouro e tungstênio da cordilheira que separa o Chile da Argentina; as saídas aos oceanos em vários pontos que abrem os rios de maneira natural ou que facilitarão as modernas estradas ou ferrovias. Combinando o eixo capricórnio com outro que cai pelo Rio Paraguai, cruzando o país de que tomou seu nome, se mostra um ambicioso projeto de conexão destinado a fortalecer a inserção do sul americano no mercado mundial[31]. (CECEÑA e MOTTO, 2005, p. 15 - tradução da autora)

Não por acaso, o Cone Sul fez parte de uma política estratégica internacional de intervenção, alicerçada em golpes de Estados, que suplantou as divergências e disputas regionais, impeditivas de uma integração com o objetivo, por exemplo, de fortalecer a região para a defesa de maior autonomia econômica e de desenvolvimento autônomo, conforme proposto desde o início da formação de cada um dos países. Não é pouca coisa.

A realidade que se abateu sobre a região, no período em exame, demonstra que as conexões repressivas possuíram um *modus operandi* que podia levar ao massacre quando fosse necessário; porém, mais do que isso, visou instaurar o terror, para que não se vislumbrasse a possibilidade de organização por demandas sociais mínimas. O terror disseminado levou à desarticulação das lutas sociais, perpetrando décadas de fragilização dos trabalhadores enquanto força social

[31] "A lo largo del trópico de capricornio, pasando entre llanuras, ríos y montañas, se tienden las líneas de aprovechamiento rentable de las riquezas de esta región, que no por modernas dejan de ser las venas abiertas del trágico saqueo del que nos hablaba Eduardo Galeano. Al agua se suman algunos manchones de selva; el petróleo de Mosconi, el gas de Tarija, el cobre, oro y tungsteno de la cordillera que separa a Chile de Argentina; las salidas a los océanos en varios puntos que abren los ríos de manera natural o que facilitarán las modernas carreteras o ferrovías. Combinando el eje capricornio con otro que baja por el río Paraguay, cruzando el país del que tomó su nombre, se despliega un ambicioso proyecto de conexión destinado a fortalecer la inserción del sur americano en el mercado mundial"

ordenada, especialmente pelo temor de suas próprias vidas, levando diversos grupos a se lançarem nas empreitadas das guerrilhas como alternativa final de enfrentamento.

Os atentados internacionais que se tornaram mundialmente famosos, como o de Letelier e Moffit, Leighton, dentre outros, serviram como uma espécie de aviso para que não se continuasse com as demandas. Caso contrário, não precisavam ser tão espetaculosas como o foram, demonstrando a todos que sim, os serviços de informações agiam dentro e fora das fronteiras nacionais.

Para se compreender o caminho percorrido na pesquisa, faz-se necessário um apanhado da documentação que foi examinada para a composição da tese. O caminho se alicerçou a partir de questões que permearam a pesquisa acadêmica desde o mestrado, trazidas por documentos que naquela ocasião não eram o objeto da pesquisa, mas intrigavam sobremaneira o processo histórico a que fora submetido o Cone Sul.

O levantamento documental que permitiu desvelar a interconexão entre as duas doutrinas, assim como as estratégias e táticas utilizadas em comum pelos países sob ditadura no Cone Sul, resultando daí a trágica integração que levou ao Estado de Terror, foi realizado no *Arquivo do Horror*, em Assunção, Paraguai; no *Arquivo do Estado de São Paulo* - Fundo DEOPS e no *Arquivo Nacional* - Fundo Centro de Informações do Exterior (CIEx). Além dessa base documental, recorremos a entrevistas de sobreviventes/testemunhos da história, concedidas a outros pesquisadores, assim como a depoimentos fornecidos por alguns dos algozes dessas atrocidades.

Para cada um dos arquivos citados, adotou-se uma sistemática particular de levantamento de fontes: o *Arquivo do Horror* foi o primeiro consultado e lá, a busca se deu por palavras-chave de forma a reunir informações cruzadas entre os países membros que participaram da denominada *Operação Condor*, a partir dos nomes dos órgãos repressivos dos países envolvidos. No interior dessa documentação, foram encontradas as informações sobre a colaboração de organizações paramilitares atuantes na região que trabalharam em colaboração ou mesmo integraram os citados sistemas. Alguns de seus documentos estão disponibilizados online, mas o grande conjunto documental, embora totalmente digitalizado, somente é acessado diretamente no Arquivo, hoje sob a guarda do Poder Judiciário do

Paraguai. É um dos poucos arquivos desse teor existentes e organizado. Nele, há documentos que versam sobre as relações repressivas praticadas pelos países do Cone Sul, além de outros fora da região.

O acervo do *Arquivo Nacional*, sediado em Brasília, contém documentos diversos sobre a temática. Privilegiou-se a base de dados do Centro de Informações do Exterior (CIEx), sendo que a consulta foi realizada a partir dos nomes dos países envolvidos nas operações.

No *Arquivo do Estado de São Paulo* - Fundo DEOPS, os documentos também foram selecionados a partir dos nomes dos países membros do conjunto das Operações e as informações encontradas contribuem para elucidar o *modus operandi* e a amplitude das colaborações em termos internacionais.

Cumpre ainda destacar o levantamento de dados no Arquivo do Estado em São Paulo, no Fundo DEOPS. Lá, a pesquisa levantou imagens de documentos, que passa da casa dos mil, o que significa uma vigilância sistemática, adentrando esse organismo ao sistema internacional. Fica claro, no exame da documentação, o tramite internacional pelo qual o DEOPS passou. Destacou-se na pesquisa a vigilância aos argentinos, bolivianos, chilenos, equatorianos, paraguaios, peruanos e uruguaios, bem como os respectivos movimentos de solidariedade aos perseguidos nesses países. Dos filtros selecionados, localizou-se um total de 1.525 imagens de documentos, demonstrando uma profunda preocupação do órgão em questão com estrangeiros.

A partir de tal levantamento, o caminho vislumbrado apontou a possibilidade de entender os meandros da guerra cujo rastro se encontra nessa documentação, reiterando-se, em parte, as ponderações de Reis sobre o fato das

> (...) as fontes, além de não falarem por si mesmas, chegam ao presente arruinadas, fragmentadas, lacunares ou excessiva/estranhamente eloquentes. É o historiador quem vai ao arquivo com suas questões e as desenvolve apoiando-se nas fontes. Não há observação da documentação sem problemas e hipóteses. Os documentos só falam para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo sujeito da pesquisa. É a questão histórica que permite reconhecer, separar, triar, avaliar, a documentação. O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador. Este o procura e, claro, o encontra. A questão e a hipótese constituem a fonte, ou melhor, elas transformam a fonte em "prova". Assim, o que pode ser provado não é o "evento tal como se passou", mas a hipótese que o representa. Como problema e

> hipótese, a historiografia torna-se uma subjetividade em busca de informações sobre a experiência vivida. (REIS, 2011, p. 8)

Mas, divergindo parcialmente do historiador, as hipóteses não podem subsumir o real, por mais que este se nos apresente fragmentado, disperso, lacunar. A hipótese só o é como indicador de uma evidência preliminar que suscita uma indagação sobre o real, não como paradigma que determina a condução das reflexões do historiador. O historiador é um garimpeiro que, tendo encontrado uma pepita, vai em busca de um veio que será ou não comprovado, na medida de outras evidências encontradas ou não. A partir daí, procederá às abstrações razoáveis.[32] Razoáveis em decorrência da ainda impossibilidade humana, determinada pelo estágio de desenvolvimento limitado de suas forças produtivas, ou seja, sua tecnologia, de recuperar o real exatamente como este se pôs.

A análise documental é um trabalho mediante o qual o processo intelectual extrai das evidências empíricas (primárias ou secundárias), informações que lhes permite analisar o fato em si e em suas circunstâncias e, a partir daí, cotejadas com reflexões precedentes, proceder a abstrações razoáveis que permitam melhor entendê-lo e à função social que cumpriu naquele momento e no devir histórico.

As informações constantes dos documentos encontrados revelam muito do funcionamento dos Sistemas de Informações que foram se consolidando enquanto um sistema repressivo que funcionou integradamente a partir das ditaduras, embora os estudos demonstrem a existência de diversas intersecções efetuadas em períodos anteriores. A elas se somam os testemunhos de vítimas, encontradas tanto em bibliografia ou autobiografias, quanto em pesquisas baseadas em depoimentos.

Conforme já salientado, a análise dos documentos produzidos pelos agentes da repressão revela o quanto estavam fundados na Doutrina de Segurança e nos preceitos da doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. Portanto, conforme apontado pela historiadora Kushnir (2006) relativamente aos documentos encontrados no DOPS Guanabara e no DEOPS de São Paulo, esses

[32] Sobre o tema, ver: ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. Verinotio revista on-line – n. 11, Ano VI, abr./2010. Espaço de interlocução em ciências humanas n. 18, Ano IX, out./2013.

> (...) não devem ser tomados como a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais. O passado, conforme lembra Henry Rousso (1996a), é uma "terra estrangeira", exige, no presente, o passaporte do documento conservado para nele ingressar. (KUSHNIR, 2006, p. 51)

Foi a partir desses documentos levantados nos arquivos citados que a pesquisa foi se delineando e ganhando fôlego, sugerindo a leitura bibliográfica a cotejar as informações e os caminhos a serem percorridos. A evidência de que se tratava de documentos produzidos por Estados que se consideravam em guerra, mais precisamente, sob os ditames de preceitos do que denominavam guerra contrarrevolucionária, ou guerra revolucionária, ou guerra suja mostrou um caminho mais contundente na análise.

Das leituras das fontes inicialmente coletadas, bem como da bibliografia de apoio, emergiu a evidência de que era necessário unir à documentação inicial outra fonte: a que tratasse da vigilância aos estrangeiros realizada pelas embaixadas, através de seus adidos militares. Documentos do *Arquivo do Horror* demonstravam que essa vigilância foi sistemática e, por isso, seria proveitoso verificar se tal procedimento também fora adotado no Brasil. A busca no acervo do DEOPS/SP foi suficiente para a comprovação do que necessitávamos, daí termos restringido a São Paulo o levantamento desses dados.

A escolha do Fundo DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo deveu-se a alguns critérios: o primeiro deles foi o fato de que o DEOPS/SP acresceu à sua tradicional função a centralização do fluxo de informações produzidas pelos agentes do Estado, conforme já ocorria desde a racionalização das redes de conexões de informações de Inteligência nos idos da década de 1950,[33] e as conexões com outras regiões do país, como a ampliou durante o período da ditadura brasileira, com vários de seus agentes assessorando outras regiões do país e em relação com outros países. Exemplo disso foi o então Secretário de Segurança de São Paulo enviar, em nome da Secretaria de Segurança Pública, ofício ao Ministro do Interior do Paraguai - Sabino Montanaro -, tratando sobre ida ao país vizinho do delegado do DEOPS/SP, Romeu Tuma, para cuidar de assuntos "de interesse dessa

[33] Ver, por exemplo: OLIVIEIRA, Nilo Dias. A configuração do sistema nacional de repressão no Governo JK (1956 A 1961). Tese, PUC/SP: 2013.

Secretaria de Estado" (AH. Documento 110F0914, 16/09/1981). Embora não haja especificação do motivo, cabe notar um desvio na função desse delegado, uma vez que, em princípio, não era prerrogativa de sua função cuidar de assuntos de Estado. Esse documento, encontrado em Assunção, no *Arquivo do Horror*, demonstra o trâmite de informações na região. Outro aspecto importante foi o fato de que, na linha repressiva brasileira, o DEOPS/SP cumpria a função de ser um órgão bastante poderoso, concorrendo com diversas agências nacionais, tanto em prisões, quanto em execuções de pessoas. Um dos notórios casos da disputa entre agências foi a prisão de Shizuo Osawa, que tinha por codinome "Mario Japa". Ao resistir à tortura e recusar-se a falar, um dos homens da equipe do Delegado Sérgio Paranhos Fleury quebra-lhe as costelas ao pular em cima do torturado. O Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) solicitou então a transferência do preso para a sua tutela. O DEOPS, de Fleury, negou-se; começando uma disputa interna entre os dois órgãos, demonstrando que, embora todos estivessem à caça do inimigo interno, as vaidades entre o pessoal em serviço para conseguir informações causavam furor e embruteciam ainda mais a repressão.

E, por fim, ainda em referência à importância do DEOPS/SP, a comunidade de estrangeiros advindos de outros países latino-americanos se concentrava em maior escala em São Paulo, tanto de foragidos, quanto de exilados, conforme veremos ao longo do presente trabalho. Foi em São Paulo, por exemplo, que se organizou uma das principais fontes de denúncias sobre as arbitrariedades cometidas pela ditadura e que se constituiu também como de formas de resistências. Sob a chancela do Cardeal Dom Evaristo Arns, a operação denominada *Clamor* auxiliou vítimas, ajudou aos refugiados que chegavam ao Brasil e fez repercutir internacionalmente as denúncias sobre as perseguições políticas que os ditadores de plantão negavam.

O DEOPS/SP controlou sistematicamente a vida de exilados e refugiados, acompanhando detalhadamente as manifestações de solidariedade feitas em São Paulo contra ações de governos ditatoriais do Brasil e de outros países durante os anos de 1970 e 1980. Mas, acima de tudo, e isso determinou o aprofundamento na coleta de informações em tal acervo, reuniu documentos que eram disseminados para diversas agências brasileiras contendo informações sobre exilados brasileiros

no exterior, bem como documentos sobre demais exilados do Cone Sul, em diversos países. Agências tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI), Delegacias da Polícia Federal (DPF), II Exército, Centro de Informações do Exército (CIE), Adidos militares – tanto da Marinha, Exército ou Aeronáutica, dentre outras.

Foi a partir de tal documentação, à qual foram acrescidas as informações coletadas dos outros acervos acima citados que, entre outras evidências, o *modus operandi* dos agentes brasileiros no exterior no repasse de informações, especialmente envolvendo adidos militares nas Embaixadas, ficou clara. Mas não só. Em relação ao Uruguai, por exemplo, documentação recebida no Brasil, com frequência quase diária, em determinados períodos, atesta que o DEOPS/SP manteve infiltrado um agente naquele país, deduzindo-se, após análise, que se tratava de uma pessoa de confiança de altas cúpulas dirigentes de organizações de esquerda, ou que a agência possuía um sistema de escuta bastante excepcional para a época, conforme se verá ao longo do trabalho.

Trata-se de examinar o que seus relatos expressam sobre uma dada realidade vigente no período: como combater os inimigos, quais medidas foram adotadas contra o perseguido, quais os critérios da suspeição constante que embasavam o mote do "perigo comunista" que embasavam a contrarrevolução. E, particularmente, como colocar em prática os ditames indicados por Victoriano Serrano (2010, p. 185)

> Se trata da lógica da intervenção militar, a implantação continental da forma *golpe de Estado,* mas desta vez, sob o contexto da Guerra Fria, quer dizer, da expansão de uma forma particular de guerra no interior de um horizonte de interesses estratégicos supranacionais. Uma guerra ideológica que se estendeu e foi travada em nível planetário, global se preferir, mas desta vez, a diferença das guerras mundiais anteriores, *Cold War* foi a forma da guerra como ameaça à imolação nuclear do mundo, à eminente extinção da ideia mesma de mundo.[34]

[34] Se trata de la lógica de la intervención militar, el despliegue continental de la forma *golpe de Estado,* pero esta vez bajo el contexto de la Guerra Fría, es decir, de la expansión de una forma particular de guerra al interior de un horizonte de intereses estratégicos supranacionales. Una guerra ideológica que se extendió y se libró a un nivel planetario, global si se quiere, pero esta vez, a diferencia de las guerras mundiales anteriores, *Cold War* fue la forma de la guerra como amenaza a la inmolación nuclear del mundo, a la inminente extinción de la idea misma de mundo.

Foi esse contexto de integração das ações coercitivas, considerado o caráter internacional dos ditames da Guerra Fria, que definiu o critério da busca de documentos.

À semelhança do material encontrado em São Paulo, no *Arquivo Nacional*, em Brasília, na base de dados do *Centro de Informações do Exterior* (CIEx), os documentos comprovam o envolvimento de adidos militares na produção e no repasse de dados aos órgãos de informações e repressão no Brasil aos países do Cone Sul sobre as denominadas *operações encobertas.* Nomes de pessoas perseguidas e informações sobre suas vidas se cruzam nos documentos e nos arquivos.

Ao longo da tese, se perceberá que a troca de informações entre as diversas agências, nacionais e estrangeiras, reverberaram e se espalharam, constituindo um grande acervo de dados que versa desde sobre a vida privada das pessoas, perpassando por informações sobre viagens, amigos, posturas político-ideológicas, tudo acompanhado por conjecturas expressas pelos agentes que revelam quais eram os critérios da suspeição e da repressão. Alguns dos nomes citados constam tristemente de listas de mortos e desaparecidos dos países do Cone Sul sob ditaduras.

> Indubitavelmente, a coerção é um fenômeno multifacetado: pode ser física (detenções arbitrárias, desaparições, detenções, torturas ou assassinatos políticos) ou não (psicológica, espiritual, intelectual, estética), pública (oficial) ou privada, individual ou coletiva, oficial (a realizada através dos organismos estatais especializados na violência) ou extraoficial, aberta ou encoberta, legítima ou ilegítima, positiva (que busca ou promete benefícios) ou negativa (castigo, ameaça de privação), formal ou informal etc. (CALLEJA, 2006, p. 21 – tradução da autora)[35]

As políticas de sequestros, torturas, execução, desaparecimento são reveladas também a partir dos depoimentos de sobreviventes que as ouviram, ou de militares que resolveram falar, como arrependimentos ou ajustes de contas com

[35] Indudablemente, la coerción es un fenómeno multifacético: puede ser física (detenciones arbitrarias, desapariciones, detenciones, torturas o asesinatos políticos) o no (psicológica, espiritual, intelectual, estética), pública (oficial) o privada, individual o colectiva, oficial (la realizada través de los organismos estatales especializados en la violencia) o extraoficial, abierta o encubierta, legítima o ilegítima, positiva (que busca o promete beneficios) o negativa (castigo, amenaza de privación), formal o informal, etc.

suas próprias histórias. Em depoimento à Duarte-Plon (2016), Aussaresses disse textualmente que essas ordens não eram escritas. Não há documentos comprobatórios, exceto os testemunhos da história que nos dão a dimensão do Terrorismo de Estado[36] praticado sob os auspícios da Doutrina de Segurança, os quais, em que pesem as particularidades locais, expressam, por si só, a integração do Terror de Estado no Cone Sul.[37]

As informações nos documentos foram analisadas a partir de critérios que desnudaram-se na leitura documental. As evidências empíricas apareceram fragmentadas em meio aos documentos e sua incidência permitiu identificar categorias a partir das quais foi possível proceder-se às abstrações razoáveis, capazes de delinear aspectos da realidade repressiva, sob os ditames da Guerra Contrarrevolucionária e da DS.

Privilegiaram-se as evidências de que havia um mesmo ritmo de operações, de ações conjuntas, de estratégias de ação comuns, de linguagens que referenciavam aos agentes daqueles Estados coativos, coercitivos e cooptativos, os graus de periculosidade dos suspeitos, em que pesem particularidades de cada país e as disputas internas entre órgãos repressivos tanto nacionais, quanto internacionais.

Ao fim e ao cabo, configura-se o fim maior dessa interconexão: o desmonte da capacidade de ação da sociedade civil, a redução da capacidade organizativa para expressar suas demandas sociais, fossem elas revolucionárias, democráticas, ou mesmo reivindicações pontuais por acesso a bens produzidos socialmente. Todas foram tratadas da mesma forma, com bastante critério, na ponta das baionetas.

Isso posto, o *modus operandi* das interconexões repressivas dos países da região sul do continente latino americano emergiu em suas distintas dimensões,

---

[36] Sobre o conceito, ver: CAÑÓN VOIRIN, Julio Lisandro. Terrorismo de estado. El sur del continente americano durante la década de 1970. Un caso de transnacionalización del terrorismo estatal. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI), *Relaciones Internacionales*, Nº 32, UAM Junio 2016.

[37] VELÁSQUEZ RIVERA, Édgar de Jesús, Historia de la Doctrina de la seguridad Nacional. Convergencia**.** *Revista de Ciencias Sociales* [en linea] 2002, 9 (enero-abril): [Fecha de consulta: 6 de Maio de 2016] Disponible en:http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10502701. TAPIA VÁLDES, Jorge, El Terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur, *Nueva Imagen* México, 1980. VÁZQUEZ, Enrique, *PRN. La última. Origen, Apogeo y Caída de la Dictadura Militar*, EUDEBA, Buenos Aires, 1985.

como que respondendo à configuração de Estado de Terror conforme definido por Garzón Valdés (2001 *apud* CAÑON VOIRIN, 2016, p. 192 – tradução da autora) para o qual:

> (...) há uma série de elementos que devem estar presentes no exercício do poder estatal para poder considerá-lo como terrorismo de estado: a afirmação da existência de uma guerra vertical com um inimigo infiltrado en todos os níveis da sociedade, que atua frequentemente como agente de uma confabulação internacional, cuja finalidade é a eliminação de valores aceitos como absolutos por aqueles que detém o poder; a delimitação imprecisa dos fatos puníveis e eliminação do processo judicial para a determinação da prática de um delito; a imposição clandestina de medidas de sanção estatal proibidas pela ordem jurídica oficialmente proclamada (torturas e homicídios, entre outros); a aplicação difusa de medidas violentas de privação de liberdade, a propriedade ou a vida, prescindindo em muitos casos, da identidade do ou dos destinatários das mesmas e dos atos ou omissões dos que podem ser responsáveis; a aplicação da violência a vítimas inocentes contribui precisamente a reforçar a eficácia do terror; e infundir na população o temor fundado de que, em princípio, ninguém está a salvo da coação arbitrária por parte dos órgãos governamentais.[38]

Dentre os documentos selecionados do *Arquivo do Horror,* destacam-se três Conferências Bilaterais de Exércitos realizadas entre 1975 e 1978. Delas, duas reuniram o Paraguai e a Argentina, e a outra ocorreu entre o Brasil e o Paraguai.

Conferências entre os Exércitos Americanos, visando integrar as ações dos países latino-americanos na promoção do que se configura como a guerra de baixa intensidade advinham de fins de 1959 e Azcona (2011, p. 54 – tradução da autora) as explica da seguinte forma:

> O triunfo, em 1959, da revolução de Fidel Castro em Cuba havia incomodado profundamente aos norte-americanos e, em 1960, em

[38] (...) hay una serie de elementos que deben estar presentes en el ejercicio del poder estatal para poder considerarlo como terrorismo de estado: la afirmación de la existencia de una guerra vertical con un enemigo infiltrado en todos los niveles de la sociedad, que suele actuar como agente de una confabulación internacional cuya finalidad es la eliminación de valores aceptados como absolutos por quienes detentan el poder; la delimitación imprecisa de los hechos punibles y eliminación del proceso judicial para la determinación de la comisión de un delito; la imposición clandestina de medidas de sanción estatal prohibidas por el orden jurídico oficialmente proclamado (torturas y homicidios, entre otros); la aplicación difusa de medidas violentas de privación de la libertad, la propiedad o la vida, prescindiendo en muchos casos, de la identidad del o de los destinatarios de las mismas y de los actos u omisiones de los que pueden ser responsables; la aplicación de la violencia a víctimas inocentes contribuye precisamente a reforzar la eficacia del terror; e infundir en la población el temor fundado de que, en principio, nadie está a salvo de la coacción arbitraria por parte de los órganos gubernamentales.

> Forte Amador (Panamá) se estabelece um centro de luta antirrevolucionária e antimarxista: a CEA (Conferência dos Exércitos Americanos)[39].

Como se vê, os movimentos anteriores visando a integração com o objetivo do controle social já existiam desde 1959, particularmente incrementados em reação ao medo da cubanização do continente.

O centro das decisões sobre tal guerra que vai interferir na dinâmica das sociedades civis, conforme Abramovici, eram as Conferências dos Exércitos Americanos (CEA):

> Esta organização típica da Guerra Fria reúne secretamente, a cada ano, os responsáveis militares latino-americanos, com seus homólogos do Pentágono. Ali trabalham juntos com um único objetivo: a interconexão dos serviços de informação e a formação homogênea das forças armadas do continente. Na reunião de julho de 1961, o general Spirito, chefe do Estado Maior do Exército de Terra argentino, propõe a ideia francesa a seus colegas e dali surge o Curso Interamericano de Luta Antimarxista, dirigido pelo coronel Lopez Aufranc, antigo cursista da Escola de guerra francesa. Concorrem e participam nos cursos trinta e nove oficiais representantes de treze países da América Latina e dos Estados Unidos: todo um êxito para o exército francês. O embaixador da França na Argentina escreve em uma mensagem ao Quai d'Orsay que o papel dos assessores militares franceses na concepção e preparação deste curso foi determinante [...] e se deve destacar a presença de militares dos Estados Unidos entre os participantes neste estágio, onde se reserva um lugar importante no estudo da luta antimarxista [...] e segundo métodos que beneficiam amplamente a experiência adquirida neste âmbito pelo exército francês.[40] (ABRAMOVICI, 2001 *apud* AZCONA, 2011 - tradução da autora).

---

[39] El triunfo, en 1959, de la revolucion de Fidel Castro en Cuba habia molestado profundamente a los norteamericanos y en 1960 en Fuerte Amador (Panama) se establece un centro de lucha anti-revolucionaria y anti-marxista: la CEA (Conferencia de los Ejercitos Americanos).

[40] Esta organización típica de la Guerra Fría, reúne secretamente cada ano a los responsables militares latinoamericanos, con sus homólogos del Pentágono. Allí trabajan juntos con un único objetivo: la interconexión de los servicios de información y la formación homogénea de las fuerzas armadas del continente. En la reunión de julio de 1961, el general Spirito, jefe de Estado Mayor del Ejército de Tierra argentino, propone la idea francesa a sus colegas y de allí surge el Curso Interamericano de Lucha Antimarxista, dirigido por el coronel Lopez Aufranc, antiguo cursillista de la Escuela de guerra francesa. Concurren y participan en los cursos treinta y nueve oficiales representantes de trece países de América Latina y de Estados Unidos: todo un éxito para el ejército francés. El embajador de Francia en Argentina escribe en un mensaje al Quai d'Orsay que el papel de los asesores militares franceses en la concepción y la preparación de este curso fue determinante [...] y se debe destacar la presencia de militares de Estados Unidos entre los participantes a esta pasantía, donde se reserva un lugar importante al estudio de la lucha antimarxista [...] y según métodos que se benefician ampliamente de la experiencia adquirida en este ámbito por el ejército francés.

Para Azcona (2011), as Conferências se referem diretamente à *Operação Condor*, mas a historiografia consultada demonstra que a aplicação da Doutrina de Segurança e da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária nelas tratadas vão além, entranhando o terror como *modus operandi* dos Estados latino-americanos. Em seus estudos, Canõn Voirin (2016, p. 197) explica que as Conferências militares interamericanas, "desde 1960 se reuniram anualmente para promover medidas de defesa continental". Além disso,

> O início da sistematização deste processo pode colocar-se no I Curso de Guerra Contrarrevolucionaria (Buenos Aires, 1961). Sua finalidade era capacitar aos chefes militares no planejamento, condução e execução da contrarrevolução. O programa abarcou o estudo da filosofia marxista, os métodos de penetração na sociedade (infiltração) e técnicas para prevenir e combater o comunismo. As palavras inaugurais do diretor do curso, o General Túrolo, a respeito dos objetivos são muito eloquentes: "o estudo dos métodos de luta contra o maior inimigo de nossa forma de viver, o comunismo". Para o Tenente Coronel Poggi, Comandante em Chefe do Exército Argentino, o curso simbolizava a unidade de todo o continente americano "para preservar-se de todo perigo, externo e interno".[41] (CAÑON VOIRIN, 2016, p. 196-197 – tradução da autora)

Claro está que, ao se fundar a *Operação Condor*, o sistema internacional já caminhava para uma interlocução visando o controle social bastante grande. A *Condor* foi a coroação desse processo, quando exércitos e forças de segurança sistematizaram o que vinham desenvolvendo anteriormente.

> Todos estes elementos se encontram presentes na coordenação contrarrevolucionária que deu sustentação à Operação Condor. A formalização deste pacto de terror se produziu com a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional (Santiago de Chile, novembro-dezembro, 1975). Os representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, concordaram que seus países estavam "sendo agredidos política, econômica e militarmente (dentro e fora de suas fronteiras)"; e que até esse momento haviam feito frente a essa realidade "combatendo sós, ou quando muito com

[41] Los inicios de la sistematización de este proceso pueden colocarse en el I Curso de Guerra Contrarrevolucionaria (Buenos Aires, 1961). Su finalidad era capacitar a los jefes militares en el planeamiento, conducción y ejecución de la contrarrevolución. El programa abarcó el estudio de la filosofía marxista, los métodos de penetración en la sociedad (infiltración); y técnicas para prevenir y combatir el comunismo. Las palabras inaugurales del director del curso, el General Túrolo, respecto de los objetivos son por demás elocuentes: "el estudio de los métodos de lucha contra el más grande enemigo de nuestra forma de vivir, el comunismo". Para el Teniente General Poggi, Comandante en Jefe del Ejército Argentino, el curso simbolizaba la unidad de todo el continente americano "para preservarse de todo peligro, externo e interno".

> entendimentos bilaterais ou simples acordos de cavaleiros". Nesta reunião, propunha-se sanar essa situação, pondo em funcionamento o Sistema de Coordenação de Segurança "em linhas generais, algo similar ao que tem a INTERPOL, em Paris, mas dedicado à subversão". Na prática, deu-se um passo de maior envergadura na integração repressiva transacional na regulação das ações para aniquilar a subversão que "não reconhece fronteiras e nem países, e a infiltração penetra todos os níveis da vida nacional". Uma vez selado o acordo, a repressão não teve limites nem fronteiras.[42] (CAÑON VOIRIN, 2016, p. 198 – tradução da autora)

Da documentação encontrada no *Arquivo do Horror*, conforme indicado acima, extraiu-se também os documentos das Conferências Bilaterais de Exércitos. Trata-se do encontro entre dois Exércitos de países vizinhos, em que explicam a situação da "subversão" interna, chegando inclusive a tocar em pontos da situação encontrada nos demais países da região, como uma radiografia da atuação de movimentos contestatórios e das pessoas críticas às ditaduras.

Esses documentos versam sobre cada um dos agrupamentos políticos de esquerda, de matizes populares ou revolucionários. Há informações sobre como "aniquilaram" grupos políticos, outros trazem balanços socioeconômicos dos países envolvidos.

A evidência de que são fragmentos dessa história está no fato de que foram numerados em ordinais, indicando que os documentos encontrados têm predecessores. Alguns deles possuem mais de 50 páginas de textos, contendo balanço da "subversão nacional", situação socioeconômica dos países membros, balanço geral da "subversão" na região e de resoluções finais de medidas a serem adotadas entre os países membros.

[42]Todos estos elementos se encuentran presentes en la coordinación contrarrevolucionaria que dio sustento a la Operación Cóndor. La formalización de esta entente del terror se produjo con la Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional (Santiago de Chile, noviembre-diciembre, 1975). Los representantes de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, coincidieron en que sus países estaban "siendo agredidos política, económica y militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras)"; y que hasta ese momento habían hecho frente a esa realidad "combatiendo solos o cuando más con entendimientos bilaterales o simples acuerdos caballeros". En esta reunión se proponían subsanar esa situación, poniendo en funcionamiento el Sistema de Coordinación de Seguridad "en líneas generales, algo similar a lo que tiene INTERPOL, en París, pero dedicado a la subversión". En la práctica supuso el paso de mayor envergadura en la integración represiva trasnacional en la regulación de las acciones para aniquilar a la subversión que "no reconoce fronteras ni países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida nacional". Una vez sellado el acuerdo, la represión ya no tuvo límites ni fronteras.

As Conferências Bilaterais de Exércitos remetem à presença da doutrina desenvolvida pelos franceses na Argélia, o que já vem sendo indicado por estudiosos, de que são exemplo os que analisam a repressão na Argentina[43]. Ali estão presentes elementos que demonstram a integração entre os dois países nas ações persecutórias. Mostra-se, claramente, a conexão entre os franceses, norte-americanos e outros países em foco. Ao longo das décadas de 1960 a 1980, realizaram-se várias dessas conferências, tanto de caráter bilateral, quanto de caráter multilateral. Em todas, o aspecto que se destaca é o da integração da repressão na região.

Numa das conferências (entre Paraguai e Argentina em 1978) revelam-se as estratégias para o desbaratamento das colunas de Montoneros atuantes no Nordeste Argentino. Ao checar alguns nomes que são citados pelos agentes da repressão, constata-se que vários foram mortos ou integram o rol dos desaparecidos políticos da região.

Ainda cabe destacar que nesta Conferência, especificamente, são relatados os ensinamentos passados pelos argentinos aos paraguaios sobre estratégias de ação, referidas claramente às definidas por Trinquier na “Doutrina da Guerra Contrarrevolucionária”.

A conexão internacional da repressão suplantou possíveis “concorrências” entre órgãos repressivos, dada a consonância dos métodos empregados e isto fica claro também no concernente à cooptação: infiltravam-se em comunidades, procediam a melhorias locais, como pinturas em prédios, organização de escolas, hospitais, atendimentos a demandas diversas e, a partir daí, tomavam ciência da rotina da comunidade, quais eram as pessoas que viviam ali, quem eram “os de fora”, quem eram os líderes de movimentos reivindicatórios, por exemplo, e, a partir daí, mapeavam os suspeitos de “subversão”. Na Argentina, por exemplo, conforme veremos ao longo da tese, destaca-se a denominada *Operação Toba*, que teve por finalidade “desbaratar as colunas de guerrilheiros” atuantes na região. A estratégia utilizada foi exatamente essa: soldados do exército foram descolados para a região Nordeste da Argentina, compreendendo as seguintes localidades citadas no

[43] Ver, por exemplo, AZCONA, José Manuel. Metodología estructural militar de la represión en la Argentina de la dictadura (1973-1983). In: *Documentos de trabajo Instituto de Estudios Latinoamericanos – Universidad de Alcalá*, N° 32 (noviembre), Alcalá de Henares, Madrid, Instituto de Estudios Latinoamericanos - Universidad de Alcalá, 2011.

documento: Misiones, Resistencia, Corrientes, Chaco, com instruções para conquistar a confiança da população, realizando pequenas melhorias na comunidade, de forma a mudar a opinião local sobre a atuação das forças armadas, enquanto recolhiam informações sobre a população local e mapeavam seu grau de mobilização que determinaram as estratégias repressivas.

No Brasil, ações similares a essas foram desenvolvidas pelas forças armadas. Na Guerrilha do Araguaia, Mechi (2014, p. 109) a descreve da seguinte forma em uma nota: “ACISO – Ação Cívico-social é a denominação de operações que são frequentes do Exército, destinadas a diversos fins assistencialistas. No Araguaia, integrou a estratégia de repressão à guerrilha”. No tópico sobre as ações dessa “guerra” contra as forças do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a autora descreve como se desenvolveu a “Operação Papagaio, ou a também denominada “Manobra 72”, seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional:

> Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:
> - alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;
> - capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISOs empreendidas.
>
> Testar:
> - a doutrina da Guerra Revolucionária;
> - o grau de instrução da tropa (...).
>
> Exercitar: - os comandos subordinados no planejamento e execução de operações especiais;
> - a tropa na realização de: - reconhecimentos; - marchas motorizadas; estacionamentos; - operações contraguerrilha e vivência na selva; - operação de informações e busca de informes de interesse para a Segurança Interna; - o sistema de operações ar-terra; o apoio administrativo a grandes distâncias da base no interior da selva;
>
> Realizar Ações Cívico-Sociais (ME, 1972). (MECHI, 2014, p. 109)

Também nas ações contra a Guerrilha do Caparaó – MG, foram empregadas ações de mesmo tipo:

> As tropas envolvidas na ação anti-guerrilha, por sua vez, agiram no intuito de conquistar os moradores da região. Sabiam que o apoio popular era primordial para o sucesso de qualquer movimento de guerrilha. Dessa forma, toda a assistência prestada à população tinha por objetivo anular algum trabalho que pudesse ter sido ou que viesse a ser realizado futuramente pelos guerrilheiros. Por isso, o empenho das forças de repressão, através da ACISO, em auxiliar os

> moradores de localidades da região da Serra do Caparaó. (GUIMARÃES, 2006, p. 184)

Tais ações resultam da conjunção de dois aspectos teórico e práticos colocados em marcha: por um lado, a formulação do inimigo, amparado na Doutrina de Segurança (Nacional) (DSN) e, de outro, a instrumentalização para o combate: a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária (DGCR). Ao desenvolver as categorias contidas na DSN, Velásquez Rivera explica que

> Segundo os ideólogos da DSN, esta devia responder aos interesses vitais de uma nação, seu desenvolvimento e segurança. Consideraram as forças armadas como um organismo gerador de desenvolvimento e progresso, também afirmaram que as interferências e as perturbações substanciais as quais devia enfrentar a DSN tinha que ver com os conflitos sociais e que estes se dividiam em estruturais, ideológicos, pessoais e entre Estados.
> Os conflitos estruturais, segundo os teóricos, eram as greves, as manifestações públicas e os processos eleitorais acalorados, os quais era necessário "controlar".[44] (VELÁSQUEZ RIVERA, 2002, p. 14. Aspas do original – tradução da autora).

As ações desempenhadas pelas forças de segurança e exércitos tinham princípios bastante claros: a suspeição e a infiltração eram sempre presentes nos documentos. No caso da Conferência entre Paraguai e Brasil, o resultado encontrado foi o relato dos paraguaios aos brasileiros sobre a movimentação de "subversivos" na região da Tríplice Fronteira, deixando claras as estratégias da vigilância sistemática. Em determinado ponto do documento, encontra-se a informação de que a repressão paraguaia conseguiu a documentação do Partido Comunista Paraguaio. Além disso, é notória a observação que fazem da correlação entre os militantes esquerdista paraguaios e a esquerda argentina, visando comprovar a conexão com o Exército Revolucionário do Povo (ERP).

Independente das opiniões expressas pelos agentes repressivos, ou do redator do documento final dessa conferência, destacam-se os papéis específicos

[44] Según los ideólogos de la DSN, ésta debía responder a los intereses vitales de una nación, su desarrollo y seguridad. Consideraron a las fuerzas armadas como un organismo generador de desarrollo y progreso, también afirmaron que las interferencias y las perturbaciones sustanciales a las cuales debía enfrentar la DSN tenían que ver con los conflictos sociales, y que estos se dividían en estructurales, ideológicos, personales, y entre Estados.
Los conflictos estructurales, según los teóricos, eran las huelgas, las manifestaciones públicas y los procesos electorales acalorados, los cuales era necesario "controlar".

desempenhados pelos agentes, no sentido de tal vigilância sistemática. Assim, por exemplo, as indicações sobre um perseguido político paraguaio, Augustin Goiburu, que foi sistematicamente acompanhado em todos os seus passos, até que se tornou um dos desaparecidos políticos notórios do Cone Sul.

Notas de informações das forças policiais que constam no *Arquivo do Horror* também demonstram a existência das conferências de exércitos, bem como informam alguns dos conferencistas convidados para explanar sobre a situação paraguaia e sua perspectiva de combate à "subversão".

Outros documentos do citado arquivo versam sobre a formação de oficiais paraguaios na Escola de Carabineros do Chile. Essa formação constante e sistemática demonstrava o ensinar, as técnicas, enfim o *modus operandi* da repressão. Embora não haja uma informação precisa do que se aprendia nos cursos ministrados pela Escola de Carabineros, há que se considerar que se tornou uma prática importante, dado o número de participantes, conforme se verá ao longo da tese. A mesma similaridade no *modus operandi* dos países, já apontada anteriormente, é encontrada nos expedientes constantes da documentação sobre a formação na Escola de Carabineros, que se coadunam com as informações constantes nos documentos do DEOPS/SP.

Um expediente bastante comum eram as visitas de delegações estrangeiras de Escolas Superiores de Guerra nos países do Cone Sul. Apenas a leitura dos documentos que relatam esse tipo de visitas a São Paulo, por exemplo, (conforme se extrai dos documentos encontrados no DEOPS/SP) não explicita claramente a que se referiam tais visitas. Mas, se cotejada com as informações sobre as visitas dos Carabineiros chilenos ao Paraguai, a similaridade de situações é de tal ordem que permite concluir-se que se trata de visitas do mesmo teor: formação de agentes. Na documentação encontrada em SP, informa-se que se tratava do cumprimento de uma agenda delimitada pelo Segundo Exército. As visitas contavam com um número grande de policiais envolvidos, fazendo a escolta da equipe, com sistema de comunicação por rádio entre eles e a central no DEOPS. Vinham delegações de oficiais, faziam visitas a empresas como a Volkswagen, a Embraer, além de visitas às instalações do Segundo Exército. Consta na documentação, retorno à Brasília, sem especificação das atividades a serem desempenhadas lá.

Ao adentrar a formação ofertada pela Escola de Carabineros, cumpre notar, mesmo sem detalhamentos, que as visitas tinham objetivos específicos. Mas, unindo informações de grupos de documentos diferentes que, de alguma forma, emerge a evidência de que a visitação ao Brasil cumpria a função da formação, do treinamento e mesmo da troca de informações entre os Serviços de Informações/repressão. A incompletude de um documento pôde ser sanada com a incompletude de outro. Embora não se saiba a totalidade, é importante compreender que no concernente à troca de informações, há uma sincronia entre os serviços, como fica demonstrado na análise documental.

Outra ordem de informações, também a título de exemplo, são as relativas ao Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) situado em Manaus, nas quais ficam visíveis as constantes conexões para treinamentos, além das tradicionais trocas de informações e informes. Conforme se verá, o CIGS cumpriu um papel importante de formação de agentes e seus parcos registros puderam ser encontrados nas declarações de Aussaresses sobre essa escola, bem como no depoimento de Manuel Contreras no Documentário *Condor*,[45] demonstrando a intersecção permanente.

Dados divulgados pelo próprio CIGS demonstram um grande número de militares sendo treinados na Escola, o que levou à conclusão da necessidade de entrelaçar todas as informações e perceber em qual nível se lidou com a prática cotidiana do sufocamento e cerceamento das reivindicações e lutas populares no período em exame.

Por fim, e retornando ao próprio Aussaresses, foi basilar a evidência da preocupação que as Embaixadas tiveram nas ações de observação e troca de informações. Não cumpre a esse trabalho deslindar o *modus operandi* das Embaixadas em sua totalidade, nem tampouco o dos Adidos militares que nelas atuavam; mas, sobressai dos documentos várias atividades desenvolvidas por tais funcionários, as quais contribuíram para a consolidação das conexões repressivas, resguardados que estavam pela diplomacia. Em suas memórias e em seus depoimentos, Aussaresses, que foi Adido militar da França no Brasil e ensinou no

[45] CONDOR*, o Filme*. Diretor Roberto Mader. Co-Produção: Taba Filmes e Focus Filmes. Brasil, 2007. 110min. Color.

CIGS, demonstra que as atenções desses homens se desdobraram para a coleta de informações, ensino de técnicas, participação nas ações, atuação permanente nos interesses econômicos de seus países e de empresas. Aussaresses se tornou um vendedor de armas no Brasil, atendendo a interesses da França, mas também de empresas que ele representou. São dados importantes, mas, conforme já indicado, essa tese não teve o alcance de verificar cada um desses adidos e os respectivos interesses que eles representavam.

Um dado importante sobre a documentação brasileira é a sua forma de organização. Os serviços de informações e forças armadas seguiam um determinado padrão, de forma a facilitar a organização de seus dados. Dessa forma

> (...) o cabeçalho dos documentos de todos os órgãos de informações seguia o padrão ditado pela ESG: assunto; origem; classificação; difusão, difusão anterior; anexos e referências. Tal cabeçalho é de extrema importância para quem pesquisa nos acervos das polícias políticas, pois permite que o pesquisador acompanhe a trajetória daqueles dados, o nível do informante e a confiabilidade a ele atribuída. (QUADRAT, 2012, p. 30).

Os documentos examinados no Paraguai seguem padrão similar. Não apenas os documentos paraguaios, mas também os que estão lá depositados, remetidos por outros órgãos de informações. No interior da tese, encontrar-se-ão detalhes específicos dos documentos paraguaios quando se relacionam à sua difusão interna.

Ainda é importante destacar que o exame da documentação demonstrou um grau bastante extenso de envolvimento dos adidos militares. Vários deles foram responsáveis por treinamentos teóricos e práticos em escolas militares, tais como a Escola das Américas e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus. Também foram as chancelarias um centro de controle nos diversos países em atuação.

A partir dos documentos examinados foi possível constituir a pesquisa que se desdobrou nesta tese. Assim, esta tese se divide em quatro capítulos. **O primeiro capítulo** trata dos fundamentos teóricos que levaram a um processo internacionalizado de repressão e daí ao Estado de Terror. Traz elementos de doutrinas criadas e testadas no período da Guerra Fria, quando o processo internacional se torna mais acabado, recebendo dos franceses e norte-americanos

uma teoria para se combater os “inimigos” com uma prática que eles denominarão como “Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária”. Tal teoria foi elaborada pelo Coronel Trinquier nos frontes de combates na Indochina e amplamente testadas na Argélia. De lá para cá, os franceses exportaram as técnicas, tanto para os Estados Unidos, quanto para o Brasil e para a Argentina. Nela, há uma formulação específica de beligerância, como se verá, com o objetivo de dizimar os “comunistas”, ou “subversivos”.

O segundo capítulo da tese se detém em analisar como os militares e civis dos serviços de informações e repressão obtiveram uma tática uniforme, como se desenvolveram os métodos de formação que cobriram as três décadas em foco nesta tese. Conforme se verá, a formação orientou uma unicidade com a criação e/ou aprofundamento das escolas de militares, tais como a Escola das Américas – na Zona do Canal do Panamá; Fort Bragg e Fort Bening - nos Estados Unidos; a Escola Nacional de Informações e o Centro de Instrução de Guerra na Selva em Manaus – ambas no Brasil; a Escola de Carabineros - no Chile. As escolas tiveram como objeto as estratégias de formação. O capítulo levou em consideração manuais, vídeos, depoimentos e documentos.

O **terceiro capítulo** da tese se detém em analisar a atuação dos adidos militares. Desde a passagem do General Aussaresses pelos Estados Unidos e Brasil, até os procedimentos de alguns adidos militares num processo repressivo que tomou escala global, mas particularmente se deteve no Cone Sul. Além disso, percebeu-se a importância da atuação desses homens na indústria armamentista.

Por fim, coube ao **quarto capítulo** a análise das táticas de ação e operações desenvolvidas, demonstrando que o processo de internacionalização da repressão se corroborou claramente quando exércitos se reuniram para ensinar, demonstrar, dividir experiências, sem transparecer na documentação uma disputa entre eles de caráter regional. Nele, foi tomada como um estudo de caso a Operação Toba, acontecida em quatro fases no nordeste da Argentina, demonstrando suas similaridades com a Guerrilha do Araguaia, ocorrida no Brasil num momento histórico bastante próximo (1976 e 1973 respectivamente).

CAPÍTULO 1 - COMO SE FORMA A TEIA: FUNDAMENTOS DA DOUTRINA DE GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA E CONEXÕES NA AMÉRICA

A viatura foi chegando devagar
E de repente, de repente resolveu me parar
Um dos caras saiu de lá de dentro
Já dizendo, ai compadre, você perdeu
Se eu tiver que procurar você tá fudido
Acho melhor você ir deixando esse flagrante comigo
No início eram três, depois vieram mais quatro
Agora eram sete samurais da extorsão
Vasculhando meu carro
Metendo a mão no meu bolso
Cheirando a minha mão.

De geração em geração
Todos no bairro já conhecem essa lição
Eu ainda tentei argumentar
Mas tapa na cara pra me desmoralizar.

Tapa na cara pra mostrar quem é que manda
Pois os cavalos corredores ainda estão na banca
Nesta cruzada de noite encruzilhada
Arriscando a palavra democrata
Como um santo graal
Na mão errada dos homens
Carregada de devoção.

De geração em geração
Todos no bairro já conhecem essa lição.[46]

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo dividiu-se em dois blocos principais. De um lado, as potências capitalistas, capitaneadas pelos Estados Unidos; e, de outro, as socialistas, lideradas pela União Soviética. É importante destacar nuances e disputas no interior desses blocos. Em princípio, embora parecessem uniformes as discussões no interior deles, há que, num olhar retrospectivo, perceber-se as convergências e as divergências internas. No bloco socialista, basta lembrar divergências internas entre Rússia e China, por exemplo. Dentro do bloco capitalista, por sua vez, também havia disputas específicas de controle de mercado, tais como as vigentes nos anos de 1970 pelo petróleo. Conforme aponta a historiografia, os acordos entre Estados Unidos e Israel confrontaram-se com as políticas norte-americanas acordadas com os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), dadas as disputas territoriais entre árabes e judeus. O apoio norte-americano a estes últimos resultou

[46]YUKA, Marcelo. *O Rappa*, Lado B, Lado A, 1999, Warner (música).

na retaliação dos países membros da OPEP, utilizando-se do controle de preços sobre aquele produto. Nessa contenda, a partir de setembro de 1960, passou a envolver também a Venezuela, mas “o modelo da OPEP foi baseado no sistema americano de controle e regulação exercido pela Texas Railroad Comission (TRC) e apresentado pelo venezuelano Juan Pablo Perez Alfonso” (MARINHO, 2010, p. 6). Como se vê, no interior dos blocos também não havia unicidade. São diversos os exemplos, em que pese ter-se “vendido” a ideia da unidade, particularmente quando as disputas internas envolviam interesses econômicos de nações e/ou empresas.

Do lado ocidental, no concernente à disputa entre essas duas grandes potências pelo domínio dos países mais frágeis na cadeia internacional, também denominados dependentes, subdesenvolvidos, terceiro mundo,[47] dentre os quais se insere região latino-americana, o tema central era o já sobejamente conhecido, o da segurança nacional.

> A segurança nacional consolidou-se como categoria política durante a Guerra Fria, especialmente nas zonas de influência dos Estados Unidos. Depois da Segunda Guerra Mundial, esse país resgatou o uso político que a palavra segurança tem tido desde a antiguidade, para elaborar o conceito de "Estado de segurança nacional". Esse conceito foi utilizado para designar a defesa militar e a segurança interna, frente às ameaças de revolução, a instabilidade do capitalismo e a capacidade destruidora dos armamentos nucleares. (…) O desenvolvimento da visão contemporânea de segurança nacional tem sido determinada por essa origem e foi influenciado pela estratégia estadunidense de contenção (...). A ideologia do anticomunismo, própria da Guerra Fria, lhe deu sentido, e a desconfiança entre as nações lhe proporcionou sua dinâmica. Com a generalização do uso desta categoria política, o plano militar converteu-se na base das relações internacionais (...). Essa tendência manifestou-se através de confrontos armadas e do intervencionismo das grandes potências nos países do denominado Terceiro Mundo. (BUITRAGO, 2003, p. 75 – tradução da autora)[48]

[47] As discussões sobre dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento foram importantes durante o período do pós-Segunda Guerra Mundial, em países de economia dependentes, especialmente as de traço colonial. Na América, um dos principais precursores da discussão foi a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

[48] La seguridad nacional se consolidó como categoría política durante la Guerra Fría, especialmente en las zonas de influencia de Estados Unidos. Después de la Segunda Guerra Mundial, este país rescató el uso político que la palabra seguridad ha tenido desde la antigüedad, para elaborar el concepto de "Estado de seguridad nacional". Este concepto se utilizó para designar la defensa militar y la seguridad interna, frente a las amenazas de revolución, la inestabilidad del capitalismo y la capacidad destructora de los armamentos nucleares. (…) El desarrollo de la visión contemporánea de seguridad nacional ha estado determinado por este origen y fue influenciado por la estrategia estadounidense de contención (…). La ideología del anticomunismo, propia de la Guerra Fría, le dio sentido, y la desconfianza entre las naciones le proporcionó su dinámica. Con la generalización del

Ao longo da segunda metade do século XX, a consolidação da subordinação e da dependência ao capital[49] e às diretrizes internacionais norte-americanas pautou a dinâmica dos diferentes países da região latina, movendo-se esses conforme os ditames da centrípeta capitalista.

Este capítulo tem como cerne a análise das diretrizes que nortearam o bloco capitalista no pós-guerra consolidado no "Estado de Segurança Nacional" referido, anteriormente, por Buitrago.

Os analistas dos temas afetos à segurança nacional, mesmo que no âmbito da defesa da necessidade da existência de tal institucionalidade, constatam a gradual transformação que tais concepções e conceitos sofreram nos dois últimos séculos, particularmente ante a mundialização do capital e o acirramento dos conflitos mundiais.[50] No entanto, o que não se altera é que a segurança nacional pressupõe a existência das forças armadas; pois, no limiar do surgimento do Estado moderno, tal premissa decorreu da necessidade da defesa do Estado ante ameaças externas, conforme assinala um desses autores:

> a natureza da defesa é basicamente militar, portanto, o sistema a estabelecer há de contar com as Forças Armadas estruturadas, equipadas e treinadas. Entretanto, não basta conceber, estabelecer e dispor a Força (…) Nos sistemas comparados os procedimentos mais comuns para emanar essas contribuições são fundamentalmente três: para considerar finalizada a atuação no âmbito militar, mas é imprescindível prover suas necessidades futuras. Desta maneira, a manutenção das Forças Armadas constitui uma peça central no sistema de defesa que evolui de forma permanente até um modelo completo, com extensos períodos de planificação.[51] (GIL, 2000, p.234 – tradução da autora)

---

uso de esta categoría política el plano militar se convirtió en la base de las relaciones internacionales (…). Esta tendencia se manifestó a través de confrontaciones armadas y del intervencionismo de las grandes potencias en los países del denominado Tercer Mundo.

[49] Sobre o tema, ver: SANTOS, Theotonio dos. La teoría de la dependencia Balances y Perspectivas. PLAZA JANÉS, Madrid, 2002. http://theomai.unq.edu.ar/Conflictos_sociales/Theotonio_Dos_Santos_Teor%C3%ADa_de_la_Dependencia.pdf

[50] Ver, por exemplo: CURZIO, Leonardo. La seguridad nacional en México y la relación con Estados Unidos, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América del Norte, 2007.

[51] la naturaleza de la defensa es básicamente militar, por lo que el sistema a establecer ha de contar con unas FAS estructuradas, equipadas y entrenadas. Sin embargo, no basta concebir, establecer y disponer la Fuerza (…) En los sistemas comparados los procedimientos más comunes para emanar estas aportaciones son fundamentalmente tres: para considerar finalizada la actuación en el ámbito militar, sino que es imprescindible proveer sus necesidades futuras. De esta manera, el mantenimiento de las FFAA constituye una pieza central en el sistema de la defensa que evoluciona de forma permanente hacia un modelo completo, con largos períodos de planificación.

Em contrapartida, o que se altera substancialmente é que as forças armadas, inicialmente voltadas para a segurança externa, passam, gradativamente, a serem usadas como mecanismos de defesa da segurança interna, ou seja, atuam contra segmentos da população considerados atentatórios à segurança nacional. Mas a que nação se referem quando se considera que as forças armadas, em âmbito nacional, devem garantir a preservação da ordem constitucional, das instituições democráticas fundadas no desenvolvimento político, social, econômico e para a ação das próprias autoridades e quando essa se funda na preservação da propriedade privada?

A segurança nacional imiscui-se com a segurança pública, consolidando a contradição apontada por Marx de que, embora o Estado tivesse se erigido da sociedade, sob a égide do capitalismo esse se opunha a ela, dado que apenas os segmentos detentores da propriedade erigiam-se como representantes da ordem social e apresentavam seus interesses particulares como interesses de toda a sociedade; respaldando-se, para se legitimar, em um conjunto de instituições, dentre as quais se destaca o uso da força militar.

Marx, conforme é necessário salientar, procedeu às suas abstrações analisando realidades concretas e apontou as tendências gerais do desenvolvimento social a partir de tais evidências e, em que pesem os distanciamentos temporais e espaciais, as evidências do antagonismo entre o Estado a sociedade nunca estiveram tão claros como se observa no desenrolar das ditaduras latino-americanas, nas quais o Estado Classista impõe a variável mais perfeita do domínio da burguesia autocrata em nome da defesa da democracia.

O Estado Classista transmuta-se no Estado de Segurança Nacional nos períodos ditatoriais porque o uso das forças armadas, com todas as estratégias e táticas de guerra que o fundam, é utilizado para desconstruir a sociedade civil e, ao término das ditaduras, tais preceitos se mantém entranhados na forma de ser do Estado, extrapolando, portanto, o âmbito das forças armadas.

Tais características serão analisadas nos países que compõem o que se denomina Cone Sul e, conforme já anunciado anteriormente, a ideia de que todos são perseguidos, desde os subversivos aos tímidos, segundo Saint Jean - o General Argentino apresentado na epígrafe introdutória -, é a tônica do que efetivamente

ocorreu na região. Quaisquer movimentos eram suspeitos e, por isso, vigiados e punidos quando os sistemas de informações considerassem necessário.

Tais países compõem um bloco no concernente à articulação repressiva; embora, é evidente que, em seu interior, aconteceram disputas internas, particularmente no campo econômico. Durante os Governos do casal Perón, por exemplo, a Argentina não fez o alinhamento imediato com o bloco, apontando uma "Terceira Posição", que gerou bastante desconfianças,[52] minimizadas após o Golpe de 1976 naquele país. Disputas entre o Brasil e a Argentina pelo controle regional, como por exemplo, a controvérsia sobre a construção de Itaipu e seus objetivos geopolíticos, resultaram na incorporação do Paraguai à órbita de influência do Brasil. Ainda se pode destacar disputas entre o Paraguai e a Bolívia pela região do Chaco que, embora datem dos anos 1930, quando aconteceu a Guerra entre essas duas nações, não arrefeceram durante a segunda metade do século, não estando resolvidas plenamente durante os anos de 1960/1970. Ou seja, do ponto de vista das fronteiras, da economia, da política, existiam disputas. As frações nacionais do capitalismo de cada um dos países tinham seus interesses particulares, ainda que comungassem com o atraso em suas configurações, tardias ou hipertardias, de seu desenvolvimento histórico.

Conforme já apontado por Marx, o capital não tem fronteiras, e nem as disputas internas das frações da burguesia, e nem a origem doutrinária para a eliminação do inimigo importam, desde que sejam úteis e adequados à manutenção de sua dinâmica. Na Europa, desde a Revolução Francesa, a burguesia compreendeu, por experiência histórica, a necessidade de frear os levantes, revoltas e revoluções da classe trabalhadora; seja lançando mão dos expedientes ideológicos, seja sob as baionetas ou ambos e, aqui no Cone Sul, ambos.

Na América Latina, a partir da segunda metade do século XX, as contendas entre os países da região, em particular a aqui analisada, não impediram a

[52] A Terceira Posição peronista foi uma medida de rechaço à política da Guerra Fria, que exigia um alinhamento com Estados Unidos ou União Soviética. Perón tenta encontrar um caminho alternativo, tentando uma aproximação com Brasil e Chile através do Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile), a fim de criar possibilidades de negociação com ambos os blocos, tendo autonomia dentro da política dualista internacional. Tal atitude peronista foi vista com bastante desconfiança por parte dos Estados Unidos, que exigiam um alinhamento, particularmente na América. Além disso, a política expressa de Vargas foi bastante dúbia, posto que não optou pela sua negação, nem pela aceitação, fazendo as negociações que o presidente brasileiro considerou mais proveitosas. A respeito dos conflitos do período e desdobramentos na política regional, ver Silva (2010).

integração absoluta de seus sistemas repressivos travestidos de órgãos destinados à segurança nacional e que promoveram, em um uníssono, o cerceamento, a suspeição, a difusão da ideologia repressora que fez Exércitos treinarem juntos, Serviços Secretos atuarem juntos, trocarem informações, conhecimentos, perpetrando os crimes de lesa humanidade durante os distintos períodos ditatoriais. Do ponto de vista doutrinário, das estratégias e das táticas, a documentação demonstra tal unidade.

Um exemplo clarificador de tal postura foram as Conferências Bilaterais de Exércitos. Durante a IIª Reunião Regional Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República da Argentina, lê-se em sua ata:

> No transcorrer de suas deliberações se trocou informação e inteligência referente ao desenvolvimento da subversão no marco continental, no marco nacional da cada país e o marco regional com particular ênfase na área fronteiriça em comum.[53] (AH, Documento 0246F0373, 27-28/06/1978 – tradução da autora).

A subversão torna-se, assim, a palavra central que aciona e justifica o uso das forças armadas contra os segmentos organizados da população, em nome da necessidade da defesa da segurança nacional.

Para esse estudo, é importante a demonstração da integração doutrinária, ou seja, a análise da confluência da Doutrina de Segurança Nacional vigente nos países do Cone Sul em suas conexões com as diretrizes internacionais.

O processo repressivo que criminaliza as demandas sociais não é novo na região, como não o era na Europa contemporânea. O que diferenciou esse momento histórico de seus precedentes foi a articulação internacional da ideologia e dos serviços de informações integrando a Europa, África e América, para nos determos apenas naqueles envolvidos na denominada Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. A experiente Europa colonizadora foi o berço que a testou em sua repressão às lutas pela independência dos países africanos. Desde então, foi difundida em todos os países sob a égide do bloco capitalista, com destaque para as regiões latino-americanas.

[53]En el transcurso de sus deliberaciones se intercambió información e inteligencia referente al desarrollo de la subversión en el marco continental, el marco nacional da cada país y el marco regional con particular énfasis en el área fronteriza en común.

Para se manter, o capitalismo recria-se, traça novos objetivos, divide regiões, amplia seus lugares de intervenção, traz o novo, mesmo que seja historicamente velho. Do ponto de vista da ideologia e da repressão, ele não respeita fronteiras e, sob esse ponto, especialmente no Cone Sul, nenhuma fronteira foi respeitada quando se tratou da delação, da suspeição, do assassinato, das transferências extrajudiciais, do trabalho em conjunto entre os órgãos de informações dos diversos países envolvidos na caçada.

Mas a pergunta é: O que fez com que o Cone Sul se tornasse, a partir da segunda metade do século XX e, em particular entre 1960 e 1990, um lugar em que as fronteiras não fossem respeitadas para os expedientes de aniquilamento e transgressões das convenções internacionais de direitos humanos, assinadas e referendadas por esses países?

Conforme uma parte da historiografia, tal articulação repressiva resultou de uma reação do mundo capitalista à Revolução Cubana. Em 1959, grupos de guerrilheiros cubanos, liderados especialmente por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro, usando a tática de guerrilha, conseguiram derrubar o Governo de Fulgencio Batista. Essa analítica assume uma perspectiva temporal, pois a Revolução aconteceu em 1959 e alguns anos depois espocam as ditaduras na região do Cone Sul e adjacências. Por exemplo, no Brasil, a ditadura foi instalada cinco anos depois, em 1964. A partir de então, alguns autores atribuíram à ditadura brasileira o início das demais no Cone Sul, aliando-se ao Paraguai que já vivia sob ditadura desde 1954, mas até então essa não teria características de Ditadura vinculada à Segurança Nacional.[54]

Efetivamente, há um temor em relação aos movimentos sociais na lógica do combate ao “comunismo”. Mas, uma das abordagens sobre o problema e que demonstra bastante realidade sobre o período é a de que

> Na realidade, o que precisa ser enfrentado como “dissuasão” no hemisfério ocidental não são as “atividades cubanas de inspiração soviética”, como sustenta o grupo de trabalho [Atlantic Council]. Em vez disso, a “dissuasão” está voltada contra as tentativas autóctones de superar a pobreza e a insatisfação (sobre as quais o adjetivo “consideráveis” fica parecendo um eufemismo) que têm constituído sistematicamente uma consequência da intervenção americana na

[54] Ver, por exemplo, CAÑON VOIRIN, 2016.

> região e para alcançar um grau de justiça social intolerável para os governos apoiados pelos Estados Unidos ou por eles impostos a bem de seus próprios interesses ou, mais precisamente, dos interesses daqueles que lucram com a exploração, a opressão e o sofrimento. (CHOMSKY, 2007, p. 19)

A Revolução Cubana teria, portanto, desencadeado uma reação hemisférica como justificativa, provocando os Estados Unidos e fazendo-os financiarem os golpes de Estado. No caso do Brasil, Skidmore (1988, p. 22) sustentou que

> Os conspiradores sustentavam ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra), segundo o modelo do National War College dos Estados Unidos. No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração frequentados por igual número de civis e militares destacados em suas áreas de atividade. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da "guerra interna" introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantis professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas.

Ou seja, ao término da segunda guerra mundial, a geopolítica gestada nos grandes centros do poder capitalista teve como objetivos

> 1. Conquistar ao preço mais baixo possível, preferencialmente sem derramamento de sangue, as áreas e territórios previstos como aptos para uma integração política. 2. Conduzir o inimigo ao desprestígio e incerteza naqueles territórios e áreas aptas para a conquista. 3. Fomentar e cimentar o pensamento político da população naqueles territórios ou áreas onde se destacam condições favoráveis para a propaganda e a ação proselitista. 4. Manter no ambiente internacional ou nacional um estado de contínua inquietude. 5. Explorar ao máximo as falhas ou deficiências que ofereçam os opositores, inimigos ou rivais. (GONZÁLES, 1960 a*pud* VELÁSQUEZ RIVERA, 2002, p. 11-12 – tradução da autora).[55]

[55]1. Conquistar al precio más bajo posible, preferiblemente sin derramamiento de sangre, las áreas y territorios previstos como aptos para una integración política. 2. Conducir al enemigo al desprestigio e incertidumbre en aquellos territorios y áreas aptas para la conquista. 3. Fomentar y cimentar el pensamiento político de la población en aquellos territorios o áreas en donde se destacan condiciones favorables para la propaganda y la acción proselitista. 4. Mantener en el ambiente internacional o nacional un estado de continua inquietud. 5. Explotar al máximo las fallas o deficiencias que ofrezcan los opositores, enemigos o rivales.

Tal geopolítica, que irrompe na fase imperialista do capitalismo em expansão, ainda conforme Velásquez Rivera, gesta a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) centrada em dois conceitos básicos: “o da bipolaridade do mundo e o da guerra generalizada” (p.13). A bipolaridade foi a difusão da perspectiva de que o mundo estava dividido entre uma União Soviética Comunista e o mundo capitaneado pelos Estados Unidos em defesa do capitalismo, associado a liberdade, democracia e felicidade. Pelo postulado da guerra generalizada “não havia atos neutros, nem existia diferença entre o estado de paz e o estado de guerra. A paz não era senão a continuação da guerra. A paz era a Guerra Fria” (VELÁZQUEZ RIVERA, 2002, p. 14 – tradução da autora)[56]. Ainda, de acordo com o mesmo autor,

> Os instrumentos de que os Estados Unidos valeram-se para pôr em prática a DSN na América Latina foram diversos. Pois tem a ver com tratados, agregados militares, missões especiais, cursos em escolas especializadas, além de um sutil doutrinamento e acompanhamento de quem se forma na referida ideologia.[57]

Os instrumentos para a implantação e a disseminação da Doutrina de Segurança têm sito analisados a partir das adaptações às particularidades de cada país que resultam nas Doutrinas de Segurança Nacional, embora ainda sejam poucos os estudos que abordam as confluências e as diferenças que tal doutrina adquire em cada país.

De qualquer forma, trata-se de uma doutrina que considera a existência de um Estado de Guerra e, como tal, devem ser combatidos os inimigos da “nação” e, conforme sua amplitude e estratégia, é denominada de “Guerra de alta intensidade, de média e de baixa intensidade”. Esta última se manifesta como uma guerra irregular, de guerrilhas, “abarcando todos os campos das atividades[58] (GUERRERO, 1988 *apud* VELAZQUES RIVERA, 2002, p. 25 – tradução da autora). Ainda para VELASQUEZ RIVERA,

---

[56]“no había actos neutros, ni existía diferencia entre el estado de paz y el estado de guerra. La paz no era sino la continuación de la guerra. La paz era la Guerra Fría”.

[57] Los instrumentos de que Estados Unidos se ha valido para poner en práctica la DSN en América Latina han sido disímiles. Pues tienen que ver con tratados, agregados militares, misiones especiales, cursos en escuelas especializadas, además de un sutil adoctrinamiento y seguimiento de quienes se forman en la referida ideología

[58]“abarcando todos los campos de las actividades”.

> É o conflito armado na perspectiva da tomada do poder: é onde as autoridades de cada país, impotentes por não serem capazes de aniquilar as organizações revolucionárias, pendem sua ira com traços simpatizantes ou suspeitos de sê-lo, o que desemboca na chamada "guerra suja", que é claramente a eliminação do inimigo interno em todos os campos [59] (p. 25 – tradução da autora).

Para o autor, aplicada pelos Estados Unidos na América Latina desde os anos de 1950, inicialmente para a contenção do avanço do comunismo, a partir dos anos de 1960, adquire a conotação de contra insurgência,[60] consolidando assim, sua hegemonia.

No entanto, documentos e bibliografias recentes dão conta de que a Doutrina de Segurança Nacional, além do posicionamento quanto à dita bipolaridade mundial gestada pelo capitalismo em sua expansão imperialista sob a hegemonia norte americana, também gestou várias estratégias e táticas contra processos revolucionários em distinta parte do mundo, como os da Argélia, do Congo, do Vietnam, além dos latino-americanos e, em particular, o de Cuba.

Ora, alguns desses conflitos foram anteriores, particularmente aqueles que envolveram as colônias francesas no norte da África e na Ásia, demandaram das forças coloniais o desenvolvimento de estratégias de guerra de combate às guerrilhas e forças locais, as quais, em seu conjunto, podem ser denominadas de Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária.

A confluência de interesses capitalistas incorpora em seu combate ao inimigo interno todas as formas de controle gestadas pelas diferentes forças que se contrapusessem ao seu domínio. Daí, o reconhecimento de que a aplicação da Doutrina de Segurança pelas ditaduras latino-americanas incorporou também a

---

[59]Es el conflicto armado en la perspectiva de la toma del poder: es donde las autoridades de cada país, impotentes por no ser capaces de aniquilar a las organizaciones revolucionarias, vierten su ira con trazos simpatizantes o sospechosos de serlo, lo que desemboca en la llamada "guerra sucia", que es llanamente la eliminación del enemigo interno en todos los campos.

[60] Distintantemente da análise que aqui se propõe, vinculada ao exame das estratégias e táticas de intervenção que confluem na Doutrina de Segurança a partir do pós-guerra, Rui Mauro Marini desenvole uma reflexão na qual define em síntese que: "el Estado de contrainsurgencia es el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las Fuerzas Armadas, independientemente de la forma que asuma ese Estado, es decir, independientemente del régimen político vigente. Dicho Estado presenta similitudes formales con el Estado fascista, así como con otros tipos de Estado capitalista, pero su especificidad está en su peculiar esencia corporativa y en la estructura y funcionamiento que de allí se generan. Llamarlo fascista no nos hace avanzar un paso en la comprensión de su significado". MARINI, Rui Mauro. El estado de contrainsurgencia. Intervención en el debate sobre "La cuestión del fascismo en América Latina*", Cuadernos Políticos* n. 18, Ediciones Era, México, octubre-diciembre, 1978, p. 21-29.

Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária e, conforme se comprova a seguir, com a ajuda direta de assessores franceses que respaldaram a intervenção norte-americana. Portanto, não se trata de uma coisa ou outra,[61] mas de explicitar a soma de esforços na instauração do Estado de Segurança Nacional.

Gestada na França como uma inovadora estratégia de combate aos "inimigos", a Contrarrevolução foi aplicada no combate às lutas independentistas de suas colônias na Argélia, na África e em outras regiões. Torna-se uma teoria internacional no período da Guerra Fria adentrando a vários países como um dos componentes da doutrina de Segurança Nacional e, conforme veremos, entranha-se nas forças armadas, sejam essas oficiais, extraoficiais e ou ilegais. Ou seja, conforme já enunciado na introdução da tese, a Guerra Contrarrevolucionária foi a instrumentalização do terror, algo prático, para o que já vinha estabelecido na DSN.

Estudando sobre a entrada da doutrina francesa no Brasil e as possíveis conexões com doutrinas de guerra, Martins Filho afirma que:

> Para Clausewitz, o Estado – supostamente portador da razão - seria o responsável por interromper esse círculo vicioso. Contudo, ao combater uma guerra onde está estrategicamente na ofensiva, mas taticamente na defensiva, este tende a aumentar a (re) pressão, solapando nesse processo suas instituições, suas normas de conduta e o sistema internacional. Daí se conclui que a dinâmica que leva à tortura tem mais a ver com a dinâmica da resistência e da repressão, que com doutrinas particulares. O próprio surgimento da doutrina da *guerre révolutionnaire* seria um sintoma desta escalada. A racionalização que essa doutrina efetuou, serviu como combustível para a energia já desencadeada, ao alimentar os sentimentos de ódio presentes em toda guerra, sem o controle do Exército ou do Estado, pois no combate à guerrilha, estes tendem a se deixar contaminar pela paixão. (MARTINS FILHO, 2012, p. 528)

Em alguma medida, o autor pode ter razão. Os tensionamentos da Guerra Fria, a lógica impressa na DSN pode ter levado à exacerbação da prática das forças de segurança e exércitos. Mas essa realidade pode ser válida para o período anterior aos anos de 1960, no máximo.

No caso do Cone Sul, conforme veremos, a entrada da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária (DGCR) exacerbou a tensão, categorizando a prática. A ideia

[61] Sobre tal alternância, ver, por exemplo: MARTINS FILHO, João Roberto A conexão francesa da Argélia ao Araguaia, 1959-1975. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, n 519 o 48, p.519-536: jul/dez 2012.

propagada do inimigo interno assumiu feições mais assustadoras do que vinham acontecendo em períodos anteriores. Claro está que a repressão às demandas sociais, aos grupos políticos de esquerda já vinham encontrando ecos desde ao menos após as três primeiras décadas do século XX.

A repressão não é exatamente uma novidade na América, vide os processos brutais de colonização e escravidão. Não mudaram sistematicamente após o fim da escravidão em todas as ex-colônias europeias. Mas as características que assume de violência de Estado, institucionalizada e disseminada em larga escala, só foram possíveis e verificáveis após a segunda metade do XX. As evidências da aplicação de estratégias e táticas que transformam os órgãos de segurança de cada país em órgãos repressores voltados para o combate ao inimigo interno vêm sendo analisadas por alguns historiadores. Por exemplo, no Brasil, segundo Chirio (2012), sua anterioridade foi analisada à luz dos documentos produzidos por militares brasileiros. Segundo esta autora, tal perspectiva já se encontra nas discussões promovidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), nos idos de 1957, o que o levou a considerar sua endogenia.

> A guerra revolucionária é integrada às teorias produzidas pela ESG no fim dos anos 1950: a DSN inclui então como peça central o conceito, e até mesmo o roteiro, da GR. A hipótese da guerra total subsiste, mas de convencional e nuclear passa a ganhar os contornos quase exclusivos da luta contra o agente comunista infiltrado, veneno ideológico, agitador social e político, artífice da dissolução da unidade nacional, antes de se metamorfosear, armas em punho, em guerrilheiro em busca da conquista do poder. Os militares brasileiros não importaram essa teoria dos Estados Unidos: ela surge no Brasil em 1957, sob a forma de artigos em revistas militares, ao passo que é apenas em 1962, muito mais tarde, que o Exército norte-americano reconhece a insurreição subversiva como forma principal de conflito político-militar e empreende campanha de instrução para enfrentá-lo. (CHIRIO, 2012, p. 20)

A existência de reflexões sobre tal doutrina encetadas por militares das cúpulas das hierarquias das forças armadas também é apontada na Argentina, conforme destaca Rouquié, segundo o qual

> (…) a partir de 1958, o número de artigos dedicados à ‘guerra revolucionaria’ ou à ‘guerra subversiva’ cresce regularmente na Revista militar: passa de um artigo por número a seis artigos no número de janeiro-março de 1962. Os autores militares franceses,

> criadores da matéria, estão amplamente representados. (ROUQUIÉ, 1978 *apud* Robin, 2014, p. 198 - tradução da autora).[62]

Claro está que a perspectiva de entrada da Doutrina seguiu um processo coordenado e encadeado. Ao menos dois países do Cone Sul, importantes estrategicamente, já se organizavam efetivamente para iniciar a "limpeza" ou, numa linguagem mais apropriada para o que se deu, para a "guerra suja".

As duas pesquisas, tanto a de Chirio, quanto a de Rouquié, denotam que a questão dos golpes não teve como propulsor a Revolução Cubana. As citações e o período em que ocorreram demonstram que já existia uma teoria anterior, gestada nas casernas latino-americanas ou, ao menos no Cone Sul, sendo reconhecidas pelo exército americano apenas em 1962, mas indiscutivelmente sendo acompanhadas pelos estadunidenses desde o começo. A partir de 1962, efetivamente, passam a orientar os países latinos no "reconhecimento da insurreição subversiva como forma principal de conflito político-militar", centrada no combate ao inimigo "comunista", "subversivo". Em qualquer caso, há que se considerar que as atividades de formação das escolas de formação militares dos Estados Unidos são anteriores.

> A SOA [Escola das Américas] é um centro estadunidense para militares latino-americanos que, desde sua fundação na zona do Canal do Panamá em 1946, tem treinado mais de 60 mil soldados e oficiais em destrezas relacionadas com o combate ou com as doutrinas de contra insurgência. (GILL, 2005, p. 21 – tradução da autora)[63]

Situando a configuração e os antecedentes do paramilitarismo colombiano e o de El Salvador no interior de uma discussão sobre as interferências estrangeiras na configuração dos Estados nacionais, Bengoa Valdés e Villavicencio Rodríguez (2015, p. 18) afirmam não só que se trata de uma política de Estado, como também

[62] (…) a partir de 1958, el número de artículos dedicados a la 'guerra revolucionaria' o a la 'guerra subversiva' crece regularmente en la Revista militar: se pasa de un artículo por número a seis artículos en el número de enero-marzo de 1962. Los autores militares franceses, orfebres de la materia, están ampliamente representados.

[63] La SOA es un centro estadunidense para militares latino-americanos que, desde su fundación en la zona del Canal de Panamá en 1946, ha entrenado más de 60 mil soldados y oficiales en destrezas relacionadas con el combate o las doctrinas de contrainsurgencia.

que esse é produto “direto das estratégias antisubversivas do colonialismo do século XX”[64], e que os franceses

> foram os criadores dos denominados esquadrões da morte, organizações paramilitares assessoradas nas técnicas de tortura, assassinato seletivo e massacre, como estratégia contra insurgente dirigida às bases de apoio dos movimentos independentistas’ (...) Os militares estadunidenses difundiram e impulsionaram o aprendizado que tiveram com os franceses através da Escola das Américas: entre aqueles ensinamentos esteve a estratégia contra insurgente paramilitar.[65] (BENGOA VALDÉS; VILLAVICENCIO RODRIGUEZ, 2015, p. 18)

A ideia de que era necessário criar-se ou aperfeiçoar-se um sistema preventivo está presente na passagem extraída por Robin (2014) de uma das Revistas Militares argentinas de 1958.

> A subversão poderá ser aniquilada mais facilmente à medida que a luta contra ela seja mais precoce, porque o apoio popular é mais frágil no início da subversão – explica. O êxito da batalha dever-se-á à onipresença das forças do governo legal e nunca sobre acordos estabelecidos de igual para igual com o movimento revolucionário, porque aqueles não farão mais que reforçá-los. (ROBIN, 2014, p. 198 – tradução da autora) [66]

Tais preceitos foram desenvolvidos pelos franceses durante o período da Guerra na Indochina (1945 a 1954)[67] e testados amplamente na Argélia. Seu principal mentor e articulador foi o Coronel Roger Trinquier. Seus preceitos

---

[64] directo de las estrategias antisubversivas del colonialismo del siglo XX

[65] fueron los creadores de los denominados escuadrones de la muerte, organizaciones paramilitares asesoradas en técnicas de tortura, asesinato selectivo y masacre, como estrategia contrainsurgente dirigida a las bases de apoyo de los movimientos independentistas’ (...) Los militares estadounidenses difundieron e impulsaron lo aprendido de los franceses a través de la Escuela de las Américas: entre aquellas enseñanzas estuvo la estrategia contrainsurgente paramilitar.

[66] La subversión podrá ser aniquilada tanto más fácilmente cuando la lucha contra ella sea más precoz, porque el apoyo popular es más débil al comienzo de la subversión – explica. El éxito de la batalla se deberá a la omnipresencia de las fuerzas del gobierno legal y nunca sobre acuerdos establecidos de igual a igual con el movimiento revolucionario, porque aquellos no harán más que reforzar a éste.

[67] A guerra da França contra seus domínios nos territórios do Vietnam, Laos e Camboja, iniciada nos idos de 1945, sob a liderança de Ho Chi Minh, no mesmo momento da capitulação japonesa. Mas a estratégia de De Gaule, enviando o general Lecrec para estender a capitulação às suas colônias recém-libertas se viram frustradas ante a reação dos vietnamitas. Até então, a guerra tinha um caráter de “guerra colonial”. No marco da Guerra Fria e ante a vitória comunista em 1949, a que se soma a Guerra da Coreia, esse conflito adquire contornos modernos, envolvendo do lado francês, ajuda financeira norte-americana. O armistício assinado pela França em 1954 (Genebra) garante a independência do Laos e do Camboja, enquanto o Vietnam se vê dividido ao meio por um meridiano: o norte sob tutela comunista e o sul sob domínio das potências anticomunistas.

rapidamente foram adotados na Argélia, durante os movimentos de independência dessa colônia em relação à França, como uma forma de combater os opositores ao domínio francês. Amparado em suas impressões acerca dos combates, Trinquier publicou "*La guerre moderne*" em 1961, tendo essa obra sido traduzida na Argentina a partir de 1963. Mas se denota que partes dessa teoria, se não ela em seu conjunto, já era conhecida no Brasil alguns anos antes. A definição da necessidade de uma nova doutrina, um novo formato para a Guerra, foi definido da seguinte forma por Trinquier

> Desde que terminou a segunda guerra mundial, uma nova forma de guerra foi criada. Chamada algumas vezes de "guerra revolucionária", difere fundamentalmente das guerras do passado no aspecto de que nunca se espera que a vitória seja consequência do choque dos exércitos no campo de batalha. Isso de que o inimigo é aniquilado depois de uma ou mais batalhas é coisa do passado.[68] (TRINQUIER, [1963?], p. 22, destaques do original – tradução da autora).

Explicitando a ideia do conflito permanente, Trinquier expôs que "a luta que temos mantido durante mais de 15 anos na Indochina e na Argélia é realmente uma guerra. Apenas que, em ambas as partes, estamos envolvidos no que se chama *guerra moderna*" (TRINQUIER,[*1963?] p. 23* – tradução da autora, destaques do original*).*[69]

Os preceitos contidos na obra foram os mais bem desenvolvidos do ponto de vista teórico, mas não foram os únicos. De acordo com Garzón Real (2016, p. 15 – tradução da autora),

> O Estado não responde pela brutalidade dos paramilitares aos que, em teoria, não controla. Essa prática se viu aprofundada a partir da lição do Vietnam: a contenção não deve implicar a ação direta e aberta das tropas, porque acarreta altíssimos custos políticos. A doutrina de guerra de baixa intensidade norte-americana, aplicada na América Central nos anos 80, foi a máxima expressão de como levar

[68] Desde que termino la segunda guerra mundial una nueva forma de guerra ha sido creada. Llamada algunas veces "guerra revolucionaria", difiere fundamentalmente de las guerras del pasado en el aspecto de que nunca se espera que la victoria sea consecuencia del choque de los ejércitos en el campo de batalla. Eso de que el enemigo sea aniquilado después de una o más batallas es cosa del pasado.

[69] "La lucha que hemos venido sosteniendo durante más de 15 años en Indochina y en Argelia es realmente una guerra. Sólo que en ambas partes estamos envueltos en lo que se llama *guerra moderna*".

> adiante um enfrentamento bélico deixando menos vestígios possíveis[70].

Os Estados Unidos e seus aliados – aqueles que se colocaram na cruzada contra a União Soviética, primeiro, e depois, China e Cuba - iniciaram a política de contenção a partir de Truman (1947). Os pilares baseavam-se na ideia de que a hostilidade soviética seria constante e, portanto, havia a necessidade de criar-se uma política que freasse o crescimento do comunismo. Com Truman, houve a incorporação de tais preceitos às doutrinas de segurança nacional e, ainda, a criação da

> "agência" [CIA], como é conhecida, havia sido criada em 1947 pela Lei de Segurança Nacional, junto ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), sob a presidência de Truman. Há algum tempo as cúpulas militares norte-americanas planejavam a necessidade de aplicar tácticas não convencionais e psicológicas de combate, cuja responsabilidade devia recair sobre as agências de inteligência civis (GARZÓN REAL, 2016, p. 17 – tradução da autora).[71]

Baseando-se em experiências militares que vinham desempenhando no assim chamado Terceiro Mundo, os Estados Unidos iniciaram então a política de contenção, com claros objetivos.

> O verdadeiro estopim foi o denominado "Terceiro Mundo" (América Latina, África e boa parte da Ásia), onde se produziram as guerras da Coréia (1950-1953), Vietnam (1954-1975) e numerosos processos de revoluções nacionalistas e descolonizadoras, interpretados em sua maioria pelos EUA como um enfrentamento Leste-Oeste.
> As revoluções, conflitos e crises que caracterizaram o Terceiro Mundo durante as primeiras três décadas do pós-guerra foram acompanhadas por massivos movimentos sociais, de minorias étnicas, feministas, trabalhadores e estudantis.[72] (GARZÓN REAL, 2016, p. 3 – tradução da autora)

---

[70]El Estado no responde por la brutalidad de los paramilitares a los que, en teoría, no controla. Esta práctica se vio profundizada a partir de la lección de Vietnam: la contención no debe implicar la acción directa y abierta de las tropas, porque conlleva altísimos costos políticos. La doctrina de guerra de baja intensidad norteamericana, aplicada en Centroamérica en los 80, fue la máxima expresión de cómo llevar adelante un enfrentamiento bélico dejando las menores huellas posibles.

[71] "agencia" [CIA], como se la conoce, había sido creada en 1947 por la Ley de Seguridad Nacional, junto al Consejo de Seguridad Nacional (CSN), bajo la presidencia de Truman. Desde un tiempo atrás las cúpulas militares norteamericanas planteaban la necesidad de aplicar tácticas no convencionales y psicológicas de combate, cuya responsabilidad debía recaer sobre las agencias de inteligencia civiles.

[72] El verdadero polvorín fue el denominado "Tercer Mundo" (América Latina, África y buena parte de Asia), donde se produjeron las guerras de Corea (1950-1953), Vietnam (1954-1975) y numerosos procesos de revoluciones nacionalistas y descolonizadoras, interpretados en su mayoría por los

A história mostrou, na prática, o que significou a atuação pelas armas, o mascaramento das ações norte-americanas na região, desdobrando-se nas ditaduras instituídas. A percepção da necessidade de um novo tipo de beligerância levou a estudos mais aprofundados que se coadunaram diretamente aos ditames da DS. A tradução mais experimentada desse tipo de embate foi o desenvolvido pelos franceses e teorizado por Trinquier, conforme vimos. Mas não se pode negar experiências diversas. Geisel anunciou em uma entrevista a D'Araújo e Castro (1997) que, durante o Governo de Juscelino Kubistchek, militares brasileiros foram enviados à Inglaterra para conhecerem as técnicas inglesas.

A incorporação das modalidades de combates empreendidas pelos franceses no sudeste asiático pelas Forças Armadas dos Estados Unidos somou forças aos treinamentos dos contra insurgentes latino-americanos desde os anos de 1950, de que são um exemplo as informações sobre a Argentina:

> Entre 1956 e 1963, os franceses terão formado toda a geração em ascensão dos militares argentinos. Em 1963, os instrutores franceses enfrentam, todavia, um eclipse, logo que um Golpe de Estado leva ao poder a uma franja pró-norte-americana do exército. Apesar de tudo, a missão militar francesa se mantém passando da luta antisubversiva à venda de armas. Até princípios dos anos 70[73]. (HALPERÌN. Entrevista à Marie Monique Robin. Sem data – tradução da autora)

Assim é que, em 1952, em Fort Bragg na Carolina do Norte, EUA, foi criado o *Psychological Warfere Center*. Dentre suas inovações, aí se iniciou o treinamento em Guerra Psicológica, com a criação

> da primeira unidade de guerra não convencional da história do exército norte-americano, batizada 'Décimo Grupo de Forças Especiais'. Há que se mencionar que, logo da abertura do centro, a direção se abstém de dar qualquer informação sobre o nascimento dos famosos boinas verdes, cuja missão foi qualificada 'segredo de

EEUU como un enfrenta-miento Este-Oeste. Las revoluciones, conflictos y crisis que caracterizaron al Tercer Mundo durante las primeras tres décadas de la posguerra fueron acompañadas por masivos movimientos sociales, de minorías étnicas, feministas, obreros y estudiantiles.

[73]Entre 1956 a 1963, los franceses habrán formado toda la generación en ascenso de los militares argentinos. En 1963, los instructores franceses enfrentan sin embargo un eclipse, luego de que un Golpe de Estado lleva al poder a una franja pro norteamericana del ejército. A pesar de todo, la misión militar francesa se mantiene pasando de la lucha antisubversiva a la venta de armas. Hasta principios de los años 70

> Defesa'. (ROBIN, 2014, p. 229 – tradução da autora, aspas do original)[74]

Também coube às atividades de Fort Bragg a especialização em guerra psicológica e antiguerrilha, um compromisso pessoal do Presidente Kennedy após a Revolução Cubana e, finalmente, o ensino sobre os preceitos e as práticas da *Guerra Contrarrevolucionária*, de acordo com Robin (2014). Explicitando as lutas desenvolvidas pelos EUA contra o que Trinquier [1963?] chamou de guerrilha, o autor apontou que

> É bom que se saiba que o exército americano, ciente de tudo isto, utilizou a guerra contra as guerrilhas com verdadeiro êxito, especialmente na guerra da Coreia. Graças a uma série de esforços coordenados, os americanos puderam destruir, em um período de tempo relativamente curto, todas as guerrilhas que os comunistas haviam estabelecido sob suas próprias linhas em 1950.[75] (TRINQUIER [1963?], p. 78-79 – tradução da autora).

Ou seja, diversos modelos estavam se desenvolvendo e, ao que parece, a chegada aos Estados Unidos de um ilustre torturador francês, atuante na Argélia, o General Paul Aussaresses, foi para aprimorar o treinamento de táticas de tortura. Jean Compagnon disse em entrevista à Maria Monique Robin:

> R[76]: Pode-se dizer que a experiência dos franceses influenciou as forças especiais norte-americanas?
> C: Bom, há que ser modesto, mas o que é seguro é que eles queriam aproveitar ao máximo nossa experiência para depois usá-la ao seu gosto. Digamos que utilizaram a seu modo a escola francesa com recursos humanos e materiais muito superiores ao que tivemos na

[74] da primeira unidade de guerra não convencional da história do exército norte-americano, batizada 'Décimo Grupo de Forças Especiais'. Há que se mencionar que, logo da abertura do centro, a direção se abstém de dar qualquer informação sobre o nascimento dos famosos boinas verdes, cuja missão foi qualificada 'segredo de Defesa'.

[75] Es bueno que se sepa que el ejército americano, dándose perfecta cuenta de todo esto, ha utilizado la guerra contra las guerrillas con verdadero éxito, especialmente en la lucha de Corea. Gracias a una serie de esfuerzos coordinados, los americanos pudieran destruir, en un período de tiempo relativamente corto, todas las guerrillas que los comunistas habían establecido detrás de sus propias líneas en 1950.

[76] De forma a facilitar a compreensão do leitor, foram inseridas as letras R significando Robin, a autora e entrevistadora, e C para Jean Compagnon, o entrevistado. Todavia, essas referências não constam na obra original.

> Indochina ou Argélia. Você sabe que os norte-americanos não fazem nada pela metade (ROBIN, 2014, p. 233 – tradução da autora)[77].

Como se vê, os norte-americanos estavam bastante interessados no modelo francês de guerra. Sua potencialidade, entretanto, foi muito maior, sendo capazes de usá-lo como estratégia de contenção no mundo todo, já que "não fazem nada pela metade". Garzón Real (2016, p. 16 – tradução da autora) afirma que "até fins dos anos 50, os militares se concentraram na práxis: experimentar, aperfeiçoar e aprender nos novos tipos de combate, com baixos níveis de teorização e troca de informação entre os países".[78]

A política dos Estados Unidos se coadunou, através da Doutrina de Segurança Nacional, com os preceitos da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. Para tanto, desenvolveram um modelo político adaptado para cada período histórico a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Velásquez Rivera (2002, p. 27-28, tradução da autora).

> A mesma administração de Ronald Reagan e os defensores do Conflito de Baixa Intensidade, como o Secretário de Estado, George Shultz, elevaram o contraterrorismo ao nível da política nacional, utilizando-o como instrumento de contra insurgência para combater o protesto social dirigido contra o Estado, treinando esquadrões paramilitares para acabar com as pessoas suspeitas de apoiar a guerrilha, empregando o contra terror "seletivamente" como ocorreu em El Salvador, Guatemala, Chile e Argentina, entre outros países.
> A política dos Estados Unidos a respeito da América Latina nos anos 50 foi de contenção; nos anos 60, de contra insurgência e nos anos 80, de adoção do conflito de baixa intensidade como uma estratégia ofensiva para reafirmar sua hegemonia "recuperando os territórios perdidos pelo mundo livre". Essa estratégia foi uma contrarrevolução mundial conhecida como a Doutrina Reagan, cuja divisa consistiu em uma ofensiva mundial contra o comunismo. Segundo essa doutrina, a ameaça aos Estados Unidos era multidimensional e deveria ser respondida da mesma maneira. A guerra de guerrilhas, os assaltos terroristas, o tráfico de drogas, a agitação doméstica no Terceiro Mundo e, ainda, a crítica à política externa estadunidense por parte

[77] R: Se puede decir que la experiencia de los franceses influyó en las fuerzas especiales norteamericanas?
C: Bueno, hay que ser modesto, pero lo que es seguro es que ellos querían aprovechar al máximo nuestra experiencia para después usarla a su gusto. Digamos que utilizaran a su moda la escuela francesa con medio humanos y materiales muy superiores a los que tuvimos nosotros en Indochina o Argelia. Usted sabe que los norteamericanos no hacen nada a medias.

[78] Hasta fines de los 50, los militares se concentraron en la praxis: experimentar, perfeccionar y aprender en los nuevos tipos de combate, con bajos niveles de teorización e intercambio de información entre los países

> dos meios de comunicação, foram considerados como ataques a sua segurança e seus valores.[79]

Após destacar que a função do General Aussaresses nos Estados Unidos foi a de "formar parte dos oficiais que trabalhavam sob as minhas ordens" e que "ele o conhecia bem", Compagnon afirma que o conhecia desde agosto de 1955, atuando nos massacres de Philippeville, na Argélia.

> Nessa época, eu estava encarregado da ação psicológica em Túnez e o azar quis que estivesse aquele dia em missão em Philippeville. Pude observar o sangue frio de Aussaresses nesses acontecimentos trágicos... Nos Estados Unidos, Aussaresses intervia principalmente na escola de infantaria de Fort Benning e no centro das forças especiais em Fort Bragg.[80] (ROBIN, 2014, p. 233 – tradução da autora)

Ressalta-se que a presença dos franceses, em locais de ensinos militares específicos, foi utilizada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Esse tipo de doutrina amparou, de acordo com a mesma autora, as atividades desenvolvidas pelo Exército norte americano no Vietnã e na Coreia, esta última, também citada por Trinquier (1963[?]). Mas não só. Esse doutrinamento foi capaz de ampliar muito a capacidade inicial dos franceses. O arsenal e a potência que os Estados Unidos detinham no mundo naquela fase, a maquinaria de guerra, ou melhor, da denominada "Guerra Revolucionária" – que efetivamente era uma doutrina contrarrevolucionária, com o sentido claro da desarticulação das oposições em todo

---

[79] La misma administración de Ronald Reagan y los defensores del Conflicto de Baja Intensidad, como el Secretario de Estado, George Shultz, elevaron el contraterrorismo al nivel de la política nacional, utilizándolo como instrumento de contrainsurgencia para combatir la protesta social dirigida hacia el Estado, entrenando escuadrones paramilitares para acabar con las personas sospechosas de apoyar a la guerrilla, empleando el contraterror "selectivamente" como ocurrió en El Salvador, Guatemala, Chile y Argentina, entre otros países.
La política de los Estados Unidos respecto a América Latina en los años 50 fue de contención; en los años 60, de contrainsurgencia y en los años 80, de adopción del conflicto de baja intensidad como una estrategia ofensiva para reafirmar su hegemonía "recuperando los territorios perdidos por el mundo libre". Dicha estrategia fue una contrarrevolución mundial conocida como la Doctrina Reagan, cuya divisa consistió en una ofensiva mundial contra el comunismo. Según esta doctrina, la amenaza a los Estados Unidos era multidimensional y se debía responder de la misma manera. La guerra de guerrillas, los asaltos terroristas, el tráfico de drogas, la agitación doméstica en el Tercer Mundo y, aun la crítica a la política externa estadounidense por parte de los medios de comunicación, fueron considerados como ataques a su seguridad y sus valores.

[80] En esa época yo estaba encargado de la acción psicológica en Túnez, y al azar quiso que estuviera aquel día en misión en Philippeville. Pude observar la sangre fría de Aussaresses en esos acontecimientos trágicos… En Estados Unidos, Aussaresses intervenía principalmente en la escuela de infantería de Fort Benning y en el centro de las fuerzas especiales en Fort Bragg.

o mundo - foi capaz de dizimar milhares de pessoas; mas, particularmente, para o caso desse trabalho, no Cone Sul, porque não foi usada só com a destinação de eliminar a ameaça comunista, mas também colocou toda a sociedade sob suspeição.

> Esta nova doutrina de segurança articulou tanto a Guerra Fria e com os ensinamentos das potências ocidentais sobre a luta contra insurgente, particularmente desde os ensinamentos da "escola francesa" da Indochina e Argélia, ensinamentos apropriados pelos próprios estadunidenses na guerra d Vietnam e reproduzidas logo na América Latina através de numerosas áreas de treinamento militar e ideológico, entre os quais o mais conhecido foi a Escola das Américas, no Panamá. (FEIERSTEIN, 2009, p. 9 – tradução da autora).[81]

A partir da década de 1960, tais preceitos difundiram-se largamente na região latino-americana a partir da Argentina e do Brasil. Na Argentina, a França manteve uma Missão Militar responsável por treinar e auxiliar a Junta Ditatorial.

> Em setembro de 1958, o ministro francês da Defesa, Pierre Guillaumat, autorizou que 60 soldados argentinos que haviam seguido esses cursos especiais fossem à Argélia, em plena guerra, em "viagem de estudos". Outros 60 soldados viajaram no mesmo ano com destino a Paris e, em 1960, a cooperação entre exércitos deu lugar à criação de uma missão militar francesa permanente na Argentina. Composta por três oficiais superiores, sua missão consistia em "aumentar a eficácia técnica e a preparação do exército argentino". (FEBBRO, A batalha de Argel na América do Sul, *Carta Maior*, 21/07/2012 – aspas no original)

A relação entre os argentinos e os franceses no desenvolvimento das assessorias sobre as táticas de contrarrevolução, agora com a presença norte-americana continuou em 1961, momento em que,

> o general Spirito, chefe do Estado Maior do Exército de Terra argentino, propõe a ideia francesa a seus colegas e dali surge o Curso Interamericano de Luta Antimarxista, dirigido pelo coronel Lopez Aufranc, antigo cursista da Escola de guerra francesa.

[81] Esta nueva doctrina de la seguridad se articuló tanto la Guerra Fría y con los aprendizajes de las potencias occidentales sobre la lucha contrainsurgente, particularmente desde las enseñanzas de la "escuela francesa" de Indochina y Argelia, enseñanzas apropiadas por los propios estadounidenses en la guerra de Vietnam y reproducidas luego en América Latina a través de numerosos ámbitos de entrenamiento militar e ideológico, entre los cuales el más conocido fue la Escuela de las Américas, en Panamá.

> Concorrem e participam nos cursos trinta e nove oficiais representantes de treze países da América latina e dos Estados Unidos: todo um êxito para o exército francês.[82] (LA DOCTRINA argelino francesa y el terror em america latina, *La nota digital*, 24/03/2016 – tradução da autora).

No Brasil, Aussaresses, o adido militar francês que atuava na Embaixada da França em Brasília entre1973 até 1975, deu treinamento no Centro de Instrução de Guerra na Selva, o CIGS, em Manaus no mesmo período. Observa-se sua intensa atividade aqui no Brasil, a partir de suas próprias declarações sobre a guerrilha urbana, a Frente de Libertação Nacional (FLN)

> Liquidar a FLN [Frente de Libertação Nacional], implicou, naturalmente, uma vontade política, mas também os meios adaptados. A Polícia não foi feita para esta missão e os quadros dos regimentos já não eram mais treinados para este tipo de guerra onde um exército clássico (convencional) enfrenta uma rebelião para se viver e se desenvolver, é brigado a se misturar com a população civil e a liderança* na luta pela propaganda e terror. Então começamos a enviar pessoas da limpeza e eu certamente tinha participação. Tínhamos que identificar os seus funcionários, localizar e elimina los discretamente. Obter informações sobre os líderes da FLN, necessariamente, levam-me a capturar os rebeldes e fazê-los falar. (AUSSARESSES, 2001, p. 26 – tradução da autora, revisão da tradução Wagner Oliveira).[83]

Como se vê, Aussaresses descreve bem a situação da polícia. Não havia, até então, um treinamento específico para esse tipo de enfrentamento. As táticas de infiltração vão ser as mais diversas. No caso da Argélia, iniciou-se com a entrada de produtos de limpeza na região, a fim de que começassem as identificações. Na Argentina, por exemplo, na execução dos planos de eliminação da Operação Toba,[84] a tática usada foi a pintura de escolas e demais prédios públicos na região nordeste

[82]el general Spirito, jefe de Estado Mayor del Ejército de Tierra argentino, propone la idea francesa a sus colegas y de allí surge el Curso Interamericano de Lucha Antimarxista, dirigido por el coronel Lopez Aufranc, antiguo cursillista de la Escuela de guerra francesa. Concurren y participan en los cursos treinta y nueve oficiales representantes de trece países de América latina y de los Estados Unidos: todo un éxito para el ejército francés.

[83] Liquider le FLN, cela supposait évidemment une volonté politique mais aussi des moyens adaptés. La police n'était pas faite pour cette mission et les cadres des régiments n'étaient pas no plus formés pour ce type de guerre où une armée classique doit affronter une rébellion qui, pour vivre et se développer, estobligée de se mêler á la population civile et de l'entraîner dans sa lutte par la propagande et la terreur. On commençait donc à envoyer des nettoyeurs et j'en faisais sûrement partie. Il fallait identifier ses dirigeants, les localiser et les éliminer discrètement. Obtenir des informations sur les chefs du FLN me conduirait forcément à captures des rebelles et à les faire parler.

[84] A Operação Toba, será discutida no quarto capítulo junto com outras operações que foram desenvolvidas, bem como táticas utilizadas e métodos de repressão.

do país, com o objetivo de conhecer a comunidade e juntar informações. Em regiões distintas do Brasil, também se adotou esse tipo de tática, como no Araguaia e na região do Caparaó, conforme se verá no capítulo 4 desta tese.

Uma modificação também ocorrida no Brasil, no final dos anos de 1960, foi a de colocar a polícia como um dos pilares de sustentação da prática de combate. O novo papel assumido pela Polícia Militar, substituindo a ação da Polícia Civil, que, embora não fosse nada amigável com os perseguidos, assume um *modus operandi* bastante parecido no sentido da perseguição. Segundo Barcellos,

> Desde 1967, os homens da Polícia Civil desapareceram das ruas do nosso bairro. Tiveram suas ações limitadas a investigações de crimes e formação de inquéritos. A tarefa do patrulhamento se tornou exclusiva dos policiais militares. Na prática, o novo esquema só começou a funcionar no começo dos anos 70.
> Os suspeitos, antes perseguidos de forma injusta, agora muitas vezes eram mortos sem chance ou direito de defesa. Não só no meu bairro pobre, mas também na periferia de todas as grandes cidades do país. (BARCELLOS, 2015, p. 31).

A rápida mudança de táticas e estratégias para a dominação vai se clarificando a partir da análise documental e bibliográfica. Por detrás dessa mudança que se operou no mundo, há uma clara linha de treinamento, com novos métodos sendo testados e aprovados. A perseguição, antes costumeira, passou a contar com a infiltração, a tortura e o desaparecimento, como práticas do Estado. Não se trata, portanto, de um desvio de um ou outro. Trata-se de algo planejado e disseminado largamente.

> À frase de Carl Schmitt, que a guerrilha só se pode combater com os métodos da própria guerrilha, subjaz a convicção de que a um inimigo altamente motivado, escondido e camuflado na população, que ataca por surpresa, não se pode combater aplicando os métodos do estado de direito. Como para Schmitt a guerrilha comunista está possuída pela vontade do aniquilamento, o estado deve corresponder-lhe a mesma vontade de aniquilamento, deve desfazer-se das ataduras que o estado de direito implica e deve perseguir o inimigo escondido com métodos subversivos como são a infiltração e a tortura. O perigo que corre o estado faz necessário o desrespeito às restrições legais. Para justificar os assassinatos que Hitler com a SS perpetrou contra seus antigos correligionários da SA o 30 de junho de 1934, Schmitt alcunhou a palavra da autodefesa estatal (Staatsnotwehr). Com a sua frase, que à guerrilha só se pode combater com métodos de guerrilha, Schmitt, sempre na mesma lógica, justifica depois da segunda guerra mundial a necessidade do

> terror ilegal do estado, à margem das leis. (SPITTA, 1993, p. 159 – tradução da autora).[85]

No Brasil, tais ensinamentos ocorreram no Centro de Instruções de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus. O CIGS foi o local escolhido para inculcar nos militares as teorias e testar as novas técnicas naquele período. Sua fundação aconteceu em 1964, pouco antes do Golpe no Brasil.

Embora, na Argentina, os autores refiram-se à existência de fundamentos do que denominam terrorismo de Estado ainda nos anos posteriores à crise do segundo governo de Perón (1952-1955); a pesquisa realizada por Mario Ranalletti, em revistas publicadas pelas forças armadas daquele país desde o início dos anos de 1950, revelou que foi a partir de 1956 que as

> ideias francesas sobre a GR[86] terão um maior impacto em nível local será, sem dúvidas, na Escola Superior de Guerra do Exército argentino. A revista deste prestigioso instituto de formação superior castrense se converterá em um vetor de difusão desta influência no seio das Forças Armadas argentinas. Em especial desde 1956, esta presença do pensamento militar francês se fez mais ostensiva, a partir da contratação de oficiais franceses como docentes e assessores, que cumprirão funções similares no Estado Maior do Exército. Vários oficiais superiores franceses, destacados na Argentina ou de passagem por aqui, publicarão colaborações ou os textos de suas conferências na revista da Escola. (RANALLETTI, 2011, p. 267 – tradução da autora).[87]

---

[85]A la frase de Carl Schmitt, que a la guerrilla solo se la puede combatir con los mismos métodos de la guerrilla, le subyace la convicción de que a un enemigo altamente motivado, escondido y camuflado en la población, que ataca por sorpresa, no se le puede combatir aplicando los métodos del estado de derecho. Como para Schmitt la guerrilla comunista está poseída por la voluntad de aniquilamiento, el estado debe corresponderle la misma voluntad de aniquilamiento, debe deshacerse de las ataduras que el estado de derecho implica y debe perseguir al enemigo escondido con métodos subversivos como son la infiltración y la tortura. El peligro que corre el estado hace necesario el irrespeto a las restricciones legales. Para justificar los asesinatos que Hitler con la SS perpetró contra sus antiguos correligionarios de la SA el 30 de junio de 1934, Schmitt acunó la palabra de la autodefensa estatal (Staatsnotwehr). Con su frase, que a la guerrilla solo se la puede combatir con métodos de la guerrilla, Schmitt, siempre en la misma lógica, justifica después de la segunda guerra mundial la necesidad del terror ilegal del estado, al margen de las leyes.

[86] Conforme cita o autor, para um aprofundamento sobre o tema ver: Daniel MAZZEI, “La misión militar francesa en la Escuela Superior de Guerra y los orígenes de la Guerra Sucia, 1957-1962”, Revista de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Quilmes, núm. 13, 1998, pp. 105-137. http://cehsegreti.org.ar/archivos/FILE_00000387_1412624438.pdf

[87]ideas francesas sobre la GR tendrán un mayor impacto a nivel local será, sin dudas, en la Escuela Superior de Guerra del Ejército argentino. La revista de este prestigioso instituto de formación superior castrense se convertirá en un vector de difusión de esta influencia en el seno de las Fuerzas Armadas argentinas. En especial desde 1956, esta presencia del pensamiento militar francés se hace más ostensible, a partir de la contratación de oficiales franceses como docentes y asesores, que cumplirán funciones similares en el Estado Mayor del Ejército. Varios oficiales superiores franceses,

Assim, os treinamentos desenvolvidos no Centro de Manaus nos idos de 1960 por Aussaresses deram continuidade à disseminação da Guerra Suja no Cone Sul e às diversas Forças de Segurança no Brasil.[88]

> Os especialistas têm assinalado que um marco da missão militar francesa na Argentina foi a organização, em outubro de 1961, do Primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionaria, do qual participaram oficiais de 14 países do continente. Uma grande quantidade de resumos do dito curso foram editados pelo Exército Argentino para a instrução da tropa e dos oficiais em Guerra Contrarrevolucionária, alguns com títulos sugestivos como "Assuntos civis e governo militar na Guerra contrarrevolucionária" ou "Missão dos serviços de inteligência do Estado[89]. (SLATMAN, 2010, p. 436- tradução da autora).

Mas, o que se ensinava? A estratégia geral era a de combate ao "comunismo" e à "subversão", o que significava a aplicação de diferentes níveis de repressão e coerção a qualquer indivíduo que expressasse opiniões críticas a respeito da *res publica*. Embora não fosse exatamente uma novidade tal perseguição, no período da Guerra Fria, esse tipo de atividade foi potencializado em níveis muito maiores do que se conhecia até então. A ideia presente na ideologia da Guerra Revolucionária era a de que o inimigo estava disseminado e, portanto, não importava necessariamente o contingente de pessoal nos exércitos regulares, pois os "combates eram de baixa intensidade" e presumia-se que, por não haver os embates diretos, eram de longa duração.

> Nosso exército na Argélia passa dos 300.000 homens, equipados com os mais modernos armamentos. Nosso adversário não tem mais de 30.000, equipados em geral com armas quase em desuso. Se tivéssemos a oportunidade de enfrentar este inimigo no campo tradicional de batalha, um sonho que ainda controla a mente de alguns generais, a vitória se obteria em questão de horas. Mas o problema é muito mais complexo. Por isso a luta tem já mais de seis

---

destacados en Argentina o de paso por aquí, publicarán colaboraciones o los textos de sus conferencias en la revista de la Escuela.

[88] O CIGS, bem como seu entrelaçamento de atividades com as demais escolas de formação será discutido no capítulo 2 da tese.

[89]Los especialistas han señalado que un hito de la misión militar francesa en Argentina fue la organización, en octubre de 1961, del Primer Curso Interamericano De Guerra Contrarrevolucionaria, del que participaron oficiales de 14 países del continente. Una gran cantidad de resúmenes de dicho curso fueron editados por el Ejército Argentino para la instrucción de la tropa y de los oficiales en Guerra Contrarrevolucionaria, algunos con títulos sugerentes como "Asuntos civiles y gobierno militar en la Guerra contrarrevolucionaria" o "Misión de los servicios de inteligencia del Estado.

> anos, sem que ainda se vislumbre a possibilidade de vitória.[90] (TRINQUIER, [1963?], p. 24 – tradução da autora).

Como se vê no fragmento, Trinquier percebeu o anseio dos generais atuantes, mas também se convenceu de que não se tratava de uma beligerância entre Estados. Sua doutrina foi formulada para dar resultado na medida em que os combates diretos não surtiam efeitos. Tratava-se de preparar os contingentes para um enfrentamento duradouro. Por não serem ataques diretos, era necessário experimentar novas doutrinas, novas técnicas, novos ensinamentos.

Pergunta semelhante se fez Melisa Slatman ao analisar os manuais do Exército argentino.

> Quais são os conteúdos "universais" da Doutrina Francesa? A Doutrina Francesa concebe o mundo dividido em duas partes opostas -o "Mundo Livre" e o "Mundo Comunista" - e a diluição das fronteiras territoriais em fronteiras ideológicas. O inimigo passa a ser um Exército opositor a transformar-se em um "inimigo interno", infiltrado entre a População, e às ordens do comunismo soviético no marco de uma "terceira guerra mundial". O inimigo interno busca, antes de controlar territórios, controlar a população. Uma vez alcançado tal objetivo, segundo os militares franceses, o inimigo procuraria a tomada do poder e a transformação radical das estruturas políticas, económicas e sociais do "Mundo Livre". A criação de um inimigo "opaco", que se confundia entre a População civil, supôs o desenvolvimento de técnicas que permitiram tanto o controle geral da População para evitar a possibilidade de uma identidade de interesses entre esta e o inimigo, como a criação de outras que garantiram a detecção do inimigo com vistas a seu aniquilamento. Desta forma, o controle e a repressão social e as tarefas de inteligência eram as tácticas que os franceses recomendavam para um triunfo seguro contra a subversão[91]. (SLATMAN, 2009, p. 435-436 – tradução da autora).

---

[90] Nuestro ejército en Argelia pasa de los 300.000 hombres, equipados con los más modernos armamentos. Nuestro adversario no tiene más de 30.000, equipados por lo general con armas casi en desuso. Si tuviéramos oportunidad de enfrentarnos a este enemigo en el campo tradicional de batalla, un sueño que todavía controla la mente de algunos generales, la victoria se obtendría en cuestión de horas. Pero el problema es mucho más complejo. Por eso la lucha tiene ya más de seis años, sin que se vislumbre todavía la posibilidad de la victoria.

[91] ¿Cuáles son los contenidos "universales" de la Doctrina Francesa? La Doctrina Francesa concibe al mundo dividido en dos partes opuestas -el "Mundo Libre" y el "Mundo Comunista"- y la dilución de las fronteras territoriales en fronteras ideológicas. El enemigo pasa de ser un Ejército opositor a transformarse en un "enemigo interno", infiltrado entre la Población, y a las órdenes del comunismo soviético en el marco de una "tercera guerra mundial". El enemigo interno busca, antes que controlar territorios, controlar a la Población. Una vez logrado tal objetivo, según los militares franceses, el enemigo procuraría la toma del poder y la transformación radical de las estructuras políticas, económicas y sociales del "Mundo Libre". La creación de un enemigo "opaco", que se confundía entre la Población civil, supuso el desarrollo de técnicas que permitieran tanto el control general de la Población para evitar la posibilidad de una identidad de intereses entre esta y el enemigo, como la

Para que as atividades tivessem frutos, os ensinamentos franceses foram disseminados, tendo sido a formação um aspecto bastante importante das atividades militares. O enlace de pessoal e dos Serviços de Informação, diverso em cada país, esteve bastante difundido. Os locais de treinamento foram importantes para que o "combate à subversão" estivesse na pauta das atividades militares daquele período.

1.1 - A coordenação dos serviços na propagação da doutrina

Para que a DGR fosse disseminada, os Serviços de Informações e Exércitos no Cone Sul trataram rapidamente de organizar atividades conjuntas de combates e treinamentos. Para tanto, enviaram pessoal a escolas estrangeiras que tivessem como pressuposto os ensinamentos de "combate ao comunismo e à subversão", além de realizarem conferências conjuntas. Durante os anos de 1970, o Exército Paraguaio reuniu-se em Conferências Bilaterais com o Brasil e com a Argentina, nas quais chefes das forças armadas dos dois países se reuniam regularmente, como comprovam a VII Conferência Bilateral de Inteligência Paraguai - Argentina, 1975 (AH. Documentos 0046F1344 a 0046F1377. Secreto. Sem origem e difusão, 1975); a IV Conferência Bilateral de Inteligência entre os Exércitos do Paraguai e Brasil,1976 (AH. Documentos 0143F08 a 0143F0780. Sem classificação de sigilo. Polícia da Capital. Sem difusão, 1976); a Conferência Bilateral de Inteligência no Brasil, que contou com uma exposição sobre o tema "ATIVIDADES SUBVERSIVAS DENTRO DO PAÍS", em 06 de setembro de 1977 (AH. Documento 0021 F 1692. Sem classificação de Sigilo) e, finalmente, em 1978, a IIda. Reunião Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina (AH. Documentos 0246F0373 a 0246F0427. Secreto. Sem origem e difusão. 1978). A nomenclatura por si só já denota terem acontecido anteriores.

---

creación de otras que garantizaran la detección del enemigo con vistas a su aniquilamiento. De esta forma, el control y la represión social y las tareas de inteligencia eran las tácticas que los franceses recomendaban para un triunfo seguro contra la subversión.

Outra prova do acontecimento e regularidade das Conferências pode ser visto durante a entrevista de Manuel Contreras, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) do Chile, no Documentário Condor, dirigido por Roberto Mader. No cenário da entrevista aparecem, sob forma de *souvenir,* vários objetos de Conferências de Inteligência; dentre os quais, Contreras destaca, especialmente, o da III Conferência Regional de Inteligência Nacional, realizada em Buenos Aires, em 1977.[92]

Ao apresentar essas relíquias trazidas das Conferências, Contreras refere-se à Operação Condor. Explica ele ao Diretor Roberto Mader que o Condor era um Sistema e não uma Operação. Segundo ele, essas atividades começaram a ser organizadas a partir de 1975, quando se viu a necessidade da coordenação das atividades. E, efetivamente, de acordo com as reflexões que essa tese propõe, tratou-se de um sistema. Não por causa da fala do Contreras em si, mas porque a conjunção de diversas operações denota com mais precisão um sistema.

Bom exemplo dessa interlocução, que criou no mundo sob a Guerra Fria, são as afirmações de Garzón Real sobre as operações que funcionaram mundo afora. Além do Condor, também existiram outras e pode-se concluir, portanto, a existência de um Sistema, de alta cúpula, coadunado com os ditames do imperialismo internacional:

> Duas operações contrainsurgentes marcaram os anos 1970: uma no Vietnam —Operação Fênix—, e a outra na Europa, comumente chamada Operação Gladio. Seus motivos políticos, suas influências doutrinais, as características de seu funcionamento — assim como algumas figuras implicadas —, conduzem diretamente à Operação Condor[93]. (GARZÓN REAL, 2016, p. 20 – tradução da autora)

Retomando às Conferências, sob tal questão, as evidências apontam para anos anteriores, em que esse tipo de atividade já se desenvolvia, pois os documentos demonstram uma sequência das reuniões e conferências. Obviamente, a fala de Contreras no filme não denota a realidade recuperada pelas pesquisas

[92] CONDOR, o Filme. Diretor Roberto Mader. Co-Produção: Taba Filmes e Focus Filmes. Timer 33:31 a 33:50.

[93] Dos operaciones contrainsurgentes marcaron los años 1970: una en Vietnam —Operación Fénix—, y la otra en Europa, comúnmente llamada Operación Gladio. Sus motivos políticos, sus influencias doctrinales, las características de su funcionamiento —así como algunas figuras implicadas—, conducen directamente a la Operación Cóndor.

sobre o tema, cujos documentos demonstram que ela realmente aconteceu enquanto uma Operação, com ação, equipes, organogramas e sequestros, prisões, extradições extrajudiciais e execuções sumárias.

O que pode se considerar é que Condor integrava um sistema, um plano maior articulado, ou seja, o Sistema Internacional de Repressão.

Durante as atividades da VII Conferência, ficou explícita tacitamente a necessidade imperativa de que os Exércitos da região tinham de trocar informações. Assim, em sua ata final do evento, expressa-se que

> não se pode negar a necessidade de uma eficiente coordenação de atividades de inteligência, entre os Exércitos do Paraguai e Argentina, como o melhor meio de impedir o sucesso dos planos elaborados pelos grupos subversivos.[94](AH. Documento 046F1347, 1975, – tradução da autora)

Ainda nessa mesma ata, dentre as recomendações, os militares chancelam ser importante operar a "troca direta de informações" e avaliar a "possibilidade de ampliar o caráter bilateral da Conferência de Inteligência com a inclusão de outros países". (AH. Documento 046F1356, 1975). Esse tipo de postura adotado pelos militares durante essa Conferência é elucidativo para exemplificar as teorias defendidas por Trinquier. Para esse autor, é imperativo que

> A informação, obviamente, resulta inútil – especialmente em um momento de crise – se não for explorada rapidamente. Como consequência, devemos criar um corpo de inteligência de ação imediata, capaz de tirar proveito da informação que se recebe, no menor tempo possível. (TRINQUIER, [1963?], p. 52 – tradução da autora).[95]

O autor deixa clara a necessidade do entrelaçamento entre as atividades do Exército e da Polícia, o que, com a anuência dos EUA nos anos de 1960 e o conjunto de golpes militares no Cone Sul, criou um espaço para a normatização das atividades conjuntas. Nas ações desenvolvidas na Argélia, setores do Exército e da polícia local operaram conjuntamente,

[94] No se puede negar la necesidad de una eficiente coordinación de actividades de inteligencia, entre los Ejércitos de Paraguay y Argentina, como el mejor medio para coartar el logro de los planes elaborados por los grupos subversivos.

[95] La información, desde luego, es algo que resulta papel mojado – especialmente en un momento de crisis – si no se explota rápidamente. En consecuencia, debemos crear un cuerpo de inteligencia de acción inmediata capaz de sacar provecho a la información que se reciba en el menor tiempo posible.

> Nesse caso temos que criar a pirâmide de nossa organização a partir de baixo, apoiando-nos na polícia para que possamos manter a ordem em todo momento. Esquadrões de policiais, membros das forças motorizadas, acostumados ao contato diário com o povo seriam os encarregados dessa delicada missão. (TRINQUIER, [1963?], p. 46 – tradução da autora).[96]

As operações conjuntas dos Serviços de Informações e Exércitos de cada país eram relatadas nos balanços que realizavam durante os encontros bilaterais. A mesma lógica operada nos eventos multilaterais, relatada nas Conferências Bilaterais, aparece na fundação da Operação Condor em 1975. A IIda. Reunião Regional Bilateral de Inteligência apontou, por exemplo, a necessidade de coordenação das atividades internamente, como forma de controle e segurança, destacando que os argentinos definiram: "a Delegação Argentina propôs que se efetuasse uma reunião conjunta entre os elementos de Segurança (Exército e Polícia) para coordenar normas, com relação à expulsão de cidadãos de ambos os países". (AH. Documento 0246F0374, 26-27/06/1978– tradução da autora).[97]

Note-se, nesse caso, uma forte preocupação com a extradição, a expulsão, a expatriação, se fosse o caso, dos "subversivos" para manter a ordem e a segurança internas.

Durante esses eventos bilaterais, passava-se, em algumas ocasiões, a balanços mais amiúdes em relação aos seus próprios países, como também em relação aos países vizinhos. Durante a VII Conferência, foram listadas as situações político-econômico-sociais dos demais vizinhos - Chile, Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai. No caso do Brasil, compreendia-se que

> O Governo do Brasil, com as experiências assimiladas dos países subjugados ao flagelo dos elementos subversivos orientados e sustentados desde o exterior, com o estabelecimento de um estrito controle das atividades e dos membros responsáveis pela condução dos distintos campos do poder, está conseguindo manter e controlar as possíveis e futuras atividades dessas organizações, permitindo-lhes atualmente desenvolver sua política em todos os campos, sem o inconveniente que afrontam muitos Governos da Bacia do Prata, pela

[96] En este caso tenemos que crear la pirámide de nuestra organización desde abajo, apoyándonos en la policía para que pueda mantener el orden en todo momento. Escuadrones de gendarmes, miembros de las fuerzas motorizadas, acostumbrados al diario contacto con el pueblo, serían los encargados de esta delicada misión.

[97] La Delegación Argentina propuso que se efectuara una reunión conjunta entre elementos de Seguridad (Ejército y Policía) para coordinar normas, con relación a la expulsión de ciudadanos de ambos países.

> ação desses elementos subversivos que, embora não ameacem a condução do desenvolvimento geral da política nacional, criam uma imagem de instabilidade e de insegurança na execução eficaz dos programas econômicos e a atração de investimentos estrangeiros voltados para os êxitos das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de todo o país. (AH. Documento 00046F1355 e 00046F1356, 1975 – tradução da autora).[98]

Mais do que uma preocupação com a "subversão" ou o perigo "comunista", o objetivo era garantir estabilidade interna capaz de atrair os investidores estrangeiros, dado que a lógica era a do desenvolvimento fincado no capital internacional. Ou seja, o controle às demandas sociais, num momento de crises econômicas diversas no mundo, especialmente após a derrocada da crise do petróleo em 1974. Não se tratava de um perigo iminente, mas de um controle sistemático a todos, de forma que quaisquer reivindicações, por acesso mínimo a direitos, eram tratadas como algum tipo de manipulação comunista.

> O desenvolvimento do inimigo como força subversiva ou revolucionária é um processo que passa, para os militares, por várias etapas. O esquema é simples e linear: primeiro se expandem as forças revolucionárias e se infiltram na População, logo, se intenta desvincular a População do poder legal. Se passa a seguinte etapa, ao controle da População no nível físico e psicológico. Logo se criam "zonas liberadas" e o último momento é o da construção de um poder dual, o da ofensiva geral: civil e militar (SLATMAN, 2010, p. 450 – tradução da autora)[99]

Mais do que um controle simples sobre as ameaças, era necessário fazer calar todas as demandas e reivindicações sociais, para garantir o bom andamento

---

[98] El Gobierno del Brasil, con las experiencias, asimiladas de los países que han caído bajo el flagelo de los elementos subversivos orientados y solventados desde el exterior, con el establecimiento de un estricto control de las actividades y de los miembros responsables de la conducción de los distintos campos del poder, han podido mantener y controlar las actividades posibles y futuras de estas organizaciones, permitiéndoles actualmente desarrollar su política en todos los campos, sin el inconveniente que afrontan muchos Gobiernos de la Cuenca del Plata por la acción de estos elementos subversivos, que si bien no gravitan en la conducción general para el desarrollo de la política nacional, crean una imagen de inestabilidad y de inseguridad para la ejecución eficaz de los programas económicos y la atracción de inversiones extranjeras para los logros de las infraestructuras necesarias para el desarrollo de todo el país.

[99]El desarrollo del enemigo como fuerza subversiva o revolucionaria es un proceso que pasa, para los militares, por varias etapas. El esquema es simple y lineal: primero se produce un despliegue de las fuerzas revolucionarias y se infiltra la Población, luego, se intenta desvincular a la Población del poder legal. Se pasa en la siguiente etapa al control de la Población en el nivel físico y psicológico. Luego, se crean "zonas liberadas" y el último momento es el de la construcción de un poder dual, el de la ofensiva general: civil y militar.

dos negócios do capital, que já era associado internacionalmente, não só no Brasil, como também na região.

As preocupações sobre o controle social e, em particular, da classe trabalhadora eram tanto internas quanto externas. Em toda a documentação, é perceptível a parafernália montada para que se controlassem as fronteiras entre os países. Nesse caso, não se tratava de um controle aduaneiro ou alfandegário, embora esse existisse por razões econômicas. São nessas particularidades que o Estado de terror estendeu seus tentáculos ultrapassando fronteiras. No presente caso, o controle de fronteiras manteve o respeito às regras firmadas nas convenções internacionais, de defesa dos interesses nacionais; mas os agentes que aí atuavam passaram a ter outra função: controlar as pessoas conforme os ditames dos órgãos repressivos no controle ao trânsito de pessoas classificadas como suspeitas. Funções que ignoravam a particularidade da nação ou país, pois as operações atuavam na região e internacionalmente, ultrapassando os limites territoriais. A justificativa era a de que os grupos "guerrilheiros" contavam com uma ajuda externa o que os levava a operarem interfronteiras. Mesmo antes da organização das atividades conjuntas, de forma mais bem acabada, Trinquier expressou essa preocupação quando afirmou que

> Nossas fronteiras são um dos fatores que determinam a duração do conflito. A ajuda material e moral e a segurança de que o canal de abastecimento não será cortado, constituem um ponto essencial para manter a moral entre os que nos combatem no interior de nosso solo. Sem essa ajuda e a esperança de que a qualquer momento haveria um desembarque de homens armados da parte de nossos aliados, os *maquis* franceses, que tanto deram o que fazer ao exército alemão durante a ocupação da França nos dias da segunda guerra mundial, não teriam sido capazes de resistir à dura pressão a que estiveram submetidos durante tanto tempo. Podemos apresentar alguns exemplos mais para demonstrar que a ajuda vinda do exterior, saída de um país não beligerante, exerce um papel importantíssimo na guerra moderna e tem muito a ver com seu possível resultado. (TRINQUIER, [1963?], p. 104, itálico do original – tradução da autora).[100]

[100] Nuestras fronteras, son uno de los factores que determinan la duración del conflicto. Ayuda material y moral, y la seguridad de que el hilo de abastecimiento no será cortado, constituyen un punto esencial para mantener la moral entre los que nos combaten en el interior de nuestro suelo. Sin esa ayuda y la esperanza de que en cualquier momento se produjera un desembarco de hombres armados de parte de nuestros aliados, los *maquis* franceses que tanto dieron que hacer al ejército alemán durante la ocupación de Francia en los días de la segunda guerra mundial, no hubieran sido capaces de resistir la dura presión a que estuvieron sometidos durante tanto tiempo. Podemos

Da mesma forma que os franceses se preocuparam com as fronteiras, no Cone Sul, essa preocupação expressou-se tanto nas ações policiais e de segurança, como também através das atividades bilaterais ou multilaterais. Durante a VII Conferência, por exemplo, essa preocupação se fez presente. Mas, também em outros documentos examinados, é perceptível uma grande preocupação com o tema. Durante a pesquisa realizada para o mestrado, foi encontrado pela autora (SILVA, 2010) um grande número de documentos que se remetiam à preocupação com as fronteiras na região de Foz do Iguaçu, no Brasil. Naquela ocasião, a pesquisa versava sobre a ação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Itaipu Binacional. Todavia, para surpresa durante a pesquisa, não se vislumbraram somente os documentos dentro das Assessorias que se referiam àquela região, mas também uma série de informes advindos, por exemplo, da fronteira entre o Paraguai e a Argentina, na região de Clorinda e Formosa.

O imperativo desse tipo de política de Estado foi desenvolvido no Cone Sul da mesma forma que Trinquier havia pensado

> Na guerra moderna, o inimigo não é tão fácil de identificar. Não há fronteira física que separe os dois campos. A linha que marca a diferença entre o amigo e o inimigo pode encontrar-se muitas vezes no coração da nação, na mesma cidade onde se reside, no mesmo círculo de amigos onde um se move, quiçá dentro de sua própria família. É uma linha ideológica, que tem que ser perfeitamente bem descoberta se quisermos determinar prontamente quem são na realidade nossos adversários e a quem temos que derrotar. (Trinquier [1963?], p. 41- tradução da autora). [101]

Para que se cumprisse tal ensinamento, foram mobilizados diversos aparatos, desde os serviços de informações internos de cada um dos países, forças armadas e mesmo as Embaixadas; não só entre os embaixadores, mas especialmente entre os adidos militares.

---

presentar algunos ejemplos más para demostrar que la ayuda desde el exterior, salida de un país no beligerante, ejerce un papel importantísimo en la guerra moderna y tiene mucho que ver con su posible resultado.

[101] En la guerra moderna el enemigo no es tan fácil de identificar. No hay frontera física que separe los dos campos. La línea que marca la diferencia entre el amigo y el enemigo puede encontrarse muchas veces en el corazón de la nación, en la misma ciudad donde se reside, en el mismo círculo de amigos donde uno se mueve, quizás dentro de su propia familia. Es más bien una línea ideológica, que tiene que ser perfectamente bien descubierta si queremos determinar pronto quiénes son en realidad nuestros adversarios y a quiénes tenemos que derrotar.

Na medida em que se considerava o inimigo disseminado, sendo qualquer tipo de crítica ao Estado delimitador, a suspeição aprofundava-se sobremaneira dentro da sociedade. Trinquier explicava a necessidade inclusive de criar comandos mistos, entre civis e militares, como um dos ensinamentos máximos na Argélia. Todavia,

> toda a guerra esteve baseada na divisão territorial em zonas, subzonas, setores, algo que foi muito benéfico para os resultados, mas muito problemático para a direção da guerra. Ocorre que isso dispersava os níveis de responsabilidade, porque cada um se sentia proprietário de um pedaço do território, como na época feudal: isto é seu, isto é meu... Isto tornou muito mais difícil o controle, pela hierarquia, da luta contra a subversão... (ROBIN ao entrevistar SERVENT, 2014, p. 316, tradução da autora).[102]

Observa-se que a mesma ideia da divisão em zonas, subzonas etc, aparece nos manuais do exército argentino, atribuindo isso à influência francesa, conforme descreve Slatman (SLATMAN, 2010, p.434 – tradução da autora):

> A partir desse primeiro contato, e a pedido do governo argentino, em 1957 se instalou, na Escola Superior de Guerra de Buenos Aires, uma missão militar francesa que permaneceu até 1962. Sua atividade no país centrou na publicação de artigos na Revista da Escola Superior de Guerra, na realização de cursos nas instituições militares das três armas (“Operação Ferro”) e a realização de exercícios "fictícios de Guerra contra subversiva. A Missão Francesa colaborou, através da Operação Ferro Forjado, por último, na reorganização territorial militar com a criação de zonas de defesa, subzonas e áreas que, com modificações, serão a base organizativa territorial sobre o que se montará o esquema repressivo na Argentina em 1976[103].

[102] Toda la guerra estuvo basada en la división territorial en zonas, subzonas, sectores, algo que fue muy beneficioso por los resultados, pero muy problemático para la dirección de la guerra. Finalmente, esto dispersaba los niveles de responsabilidad, porque cada uno se sentía propietario de un pedazo de territorio, como en la época feudal: esto es tuyo, esto es mío… Esto hace mucho más difícil el control por la jerarquía de la lucha contra la subversión…

[103]A partir de ese primer contacto, y por pedido del gobierno argentino, en 1957 se instaló, en la Escuela Superior de Guerra de Buenos Aires, una misión militar francesa que permaneció hasta 1962. Su actividad en el país se centró en la publicación de artículos en la Revista de la Escuela Superior de Guerra, el dictado de cursos en instituciones militares de las tres armas (“Operación Hierro”) y la realización de ejercicios "ficticios de Guerra contrasubversiva. La Misión Francesa colaboró, a través de la Operación Hierro Forjado, por último, en la reorganización territorial militar con la creación de zonas de defensa, subzonas y áreas que, con modificaciones, serán la base organizativa territorial sobre el que se montará el esquema represivo en Argentina en 1976.

De fato, o problema da autonomia versus comando central vem sendo apontado pela historiografia sobre ditaduras no Cone Sul. Tais estudos demonstram ter havido uma série de grupos atuando. Havia, inclusive, a concorrência entre eles, embora esse tipo de expediente não criasse impeditivos para a repressão.[104]

> A partir da década de 1930, uma das principais correntes no estudo do papel político das Forças Armadas mantém que estas são o principal agente de modernização das sociedades em vias de desenvolvimento (Huntington: 1964). Essa premissa serviu para sustentar a privilegiada relação dos militares latino-americanos com o Governo dos Estados Unidos; este último percebia essa instituição como o único ator com poder para "restaurar as possíveis alterações da ordem política" desenhado na década de 1950 (Varas: 1988).
> Esta percepção se modifica profundamente com os golpes de Estado do Brasil (1964) e Peru (1968), caracterizados ambos pela determinante influência da Doutrina de Segurança Nacional norte-americana. A partir desse momento, a visão sobre as Forças Armadas da América Latina se transforma de muros de contenção ante à possível influência da esquerda na política nacional a atores privilegiados no aprofundamento da ordem capitalista dependente mediante a colocação em prática dos modelos políticos denominados regimes burocráticos-autoritários (O'Donnell: 1979). As décadas autoritárias, durante as quais as Forças Armadas desempenharam primordialmente um papel político, incrementaram a autonomia profissional da instituição castrense. (MARTINEZ e FIGUEIRA, 1993, p. 303 – tradução da autora).[105]

Conforme veremos, essa autonomia não era efetiva da forma que essa parte da historiografia relatou. As Forças Armadas cumpriram um papel histórico de

---

[104] Sobre esse processo de autonomização no Brasil, Fico (2004, p.35), afirmou que: "Assim, em função de suas necessidades intrínsecas, essa polícia política atuava com grande liberdade de ação, até mesmo porque não poderia ser de outra forma, sob pena de perder oportunidades, quebrar o sigilo de operações secretas etc. Mas não se deve confundir a *independência operacional* com que trabalhava a polícia política com uma suposta *autonomia* em relação aos oficiais-generais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou."

[105] A partir de la década de 1930, una de las principales corrientes en el estudio del papel político de las Fuerzas Armadas mantiene que éstas son el principal agente de modernización de las sociedades en vías de desarrollo (Huntington: 1964). Esta premisa sirvió para sustentar la privilegiada relación de los militares latinoamericanos con el Gobierno de los Estados Unidos; este último percibía a esta institución como el único actor con poder para «restaurar las posibles alteraciones del orden político» diseñado en la década de 1950 (Varas: 1988).
Esta percepción se modifica profundamente con los golpes de Estado de Brasil (1964) y Perú (1968), caracterizados ambos por la determinante influencia de la Doctrina de la Seguridad Nacional norteamericana. A partir de este momento, la visión sobre las Fuerzas Armadas de América Latina se transforma de muros de contención ante la posible influencia de la izquierda en la política nacional a actores privilegiados en la profundización del orden capitalista dependiente mediante la puesta en práctica de los modelos políticos denominados regímenes burocráticos-autoritarios (O'Donnell: 1979). Las décadas autoritarias, durante las cuales las Fuerzas Armadas desempeñaron primordialmente un papel político, incrementaron la autonomía profesional de la institución castrense.

assumir a função do Bonaparte, quando fosse o caso e, efetivamente, a ideia de comando autônomos, policiais autônomos, que fugiam à norma não se tratou de uma querela para esconder o fato de que o comando central, em cada uma das nações, conhecia particularmente tudo o que acontecia nos subterrâneos, embora tenham negado quase que peremptoriamente.

Uma demonstração clara da não autonomia, somado ao fato do controle estatal sob demandas, está nos relatos apresentados pelo Exército Argentino acerca da Operação Toba, quando é possível encontrar a seguinte informação:

> O Exército realizava campanhas de "ação cívica" no ano de 1976, com o objetivo declarado de "aproximar as forças armadas à sociedade civil". Detrás destas operações que incluíam pintar escolas e reformas em instituições estatais, segundo se refere, escondiam as "outras operações", as destinadas a fazer prisioneiros políticos. Gladys Hanke, reconhecida sindicalista do SUTECO [Sindicato Único de Trabajadores de la Educación], associação filiada à CETERA[106] [Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina], foi uma das vítimas destas operações que se fizeram no interior da província. (LACABE, El operativo Toba al desnudo**,** *Desaparecidos.org,* 29/03/2008 – tradução da autora – maiúsculas e destaques do original).[107]

Esse relato explicita de forma clara que ações como foram designadas na Operação Toba fizeram parte de um modus operandi sistematizado, levando a massacres, conforme veremos nos capítulos subsequentes desta tese. De fato, nas pesquisas documentais sobre o período, tanto no Brasil, quanto na América Latina, é possível obter informações sobre comportamentos diversos dos militantes de organizações de esquerda, seus deslocamentos físicos, posicionamentos pessoais, detalhes de reuniões e toda uma série de detalhes da vida privada e política das pessoas que foram esmiuçadas profundamente, demonstrando que os aparatos repressivos contaram com um grande número de agentes, mas também de informantes que, no Paraguai, foram denominados de *piragues* e no Brasil delatores, por exemplo.

---

[106] A sigla encontrada em pesquisas na rede mundial de computadores é CTERA, mas o jornal trouxe a abreviatura como CETERA. Foi mantida a grafia original.

[107] El Ejército realizaba campañas de "acción cívica" en el año 1976, con el objetivo declarado de "acercar las fuerzas armadas a la sociedad civil", detrás de estos operativos que incluían pintar escuelas y arreglos en instituciones estatales, según se refiere, se escondían los "otros operativos", los destinados a tomar prisioneros políticos. Gladys Hanke, reconocida militante gremial del SUTECO, asociación adherida a CETERA, fue una de las víctimas de estos operativos que se hicieron en el interior provincial.

Uma evidência importante encontrada nos documentos diz respeito ao que os militares consideravam ser o tratamento adequado aos militantes de maior notoriedade. Assim, “segundo a importância do alvo poder-se-ão efetuar consultas bilaterais e se autorizará o trabalho conjunto nos interrogatórios” (AH. Documento 0246F0374, 1978 – tradução da autora)[108]. Trata-se, nesse caso, da presença do policial de enlace, denunciado por presos políticos ainda durante os anos de 1970 que, em momentos de prisão, conseguiam perceber a presença de policiais de seus países de origem, devido ao seu sotaque. Esses policiais viajavam de um país a outro para participar dos interrogatórios. Nota-se que essas viagens eram clandestinas, assim com a maioria das prisões. Não é necessário lembrar que também os interrogatórios eram clandestinos, pois se tratava de uma ação que envolvia tortura, em muitos casos assassinatos com desaparecimentos forçados.

Como casos emblemáticos, citam-se a prisão, interrogatório e tortura da médica paraguaia presa na Argentina, Gladys de Sannemann, ações praticadas por policiais argentinos e paraguaios na Argentina, e a do casal uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Dias, na mesma época, em Porto Alegre, com a presença de oficiais uruguaios e brasileiros. Nos dois casos, os presos foram transladados aos seus países de origem sem informações oficiais registradas em nenhum dos países de origem do aprisionamento, caracterizando um expediente de sequestro promovido por agentes do Estado, comum no período.

Tais prisões extraoficiais são denominadas por Terestchenko (2011) de “transferências extrajudiciárias”.[109] Tais tipos de sequestros extraoficiais estão consolidados na contemporaneidade, especialmente a partir dos episódios de 11 de setembro nos Estados Unidos, com as transferências de “terroristas” aprisionados nos diferentes países europeus para prisões norte-americanas, tais como Guantánamo e Abu Ghraib, mas agora sob a titularidade de extradições de terroristas e incursos nas leis antiterror. A perspectiva adotada no pós-11 de

[108] “Según la importancia del blanco se podrán efectuar consultas bilaterales y se autorizará el trabajo conjunto en los interrogatorios”.

[109] É importante notar que no Direito, o termo que aparece é extrajudicial, para execuções, especialmente, ou transferências, mas quando se referem a objetos, posses. Não encontrei bibliografias sobre transferências extrajudiciárias específicas durante as ditaduras militares. Embora os autores de pesquisas sobre Condor tratem do tema, chamam-na de transferências extrajudiciais, e não extrajudiciárias, conforme Terestchenko. Note-se, portanto, que pode se tratar apenas de uma divergência de expressão no momento da tradução do texto desse autor.

setembro tem como fundamento as experiências largamente realizadas no Cone Sul nos períodos ditatoriais da segunda metade do século passado, inclusive reproduzindo-se as mesmas estratégias de aprisionamento, interrogatório, tortura, desaparecimentos e mortes forjadas.

A ideia dos interrogatórios, para Trinquier [1963?], era a de conseguir o mais rapidamente as informações necessárias sobre as organizações. Na prática, os relatos de ex-presos políticos demonstram a invasão de seus corpos, os suplícios sofridos, o uso de informações de cunho pessoal, configurando os crimes de lesa humanidade.

Na doutrina, o autor explica a necessidade da separação da vida privada e da vida política do preso, ante os relatos idênticos dos prisioneiros argelinos; o que demonstra que tais técnicas e suas justificativas não eram uma especificidade do Cone Sul. Os preceitos definidos por Trinquier sobre tais abusos de lesa humanidade demonstram seu conhecimento prático obtido na Argélia, onde assistiu de perto as práticas do Exército francês nos centros de tortura.

> Desde logo, o terrorista sabe que, surpreendido e capturado, não pode esperar que o tratem como um criminoso comum, ou que se limitem a torná-lo prisioneiro como fazem com os soldados no campo de batalha. As forças da ordem têm que aplicar-lhe distintos procedimentos, porque o que se busca nele não é o castigo de sua ação, pela qual, na realidade não é totalmente responsável, mas sim a eliminação de sua organização ou a sua rendição. Em consequência, quando o interrogam não lhe pedem detalhes de sua vida, nem se lhe pergunta sobre os atos que realizou anteriormente, mas sim uma precisa informação sobre sua organização. Em particular, sobre quem são os seus superiores e a localização dos mesmos, a fim de proceder a sua imediata prisão.
> Nenhum advogado está presente quando se efetua este interrogatório. Se o prisioneiro oferece rapidamente a informação que se lhe pede, o exame termina em seguida. Mas se esta informação não se produz de imediato, seus adversários se veem forçados a obtê-la empregando qualquer meio. Então, o terrorista, como antes o soldado, tem que suportar seus sofrimentos, e quiçá, até mesmo a morte, sem dizer meia palavra. O terrorista tem que aprender a aceitar estas consequências como uma condição inerente à sua função e ao método de guerra que ele e seus superiores, com perfeito conhecimento do que faziam, escolheram. Uma vez terminado o interrogatório o terrorista deve seguir a mesma sorte que o soldado, ficando prisioneiro e retirado de circulação até que o

> conflito tenha terminado. (TRINQUIER, [1963?], p. 37-38 – tradução da autora).[110]

A tortura, o tratamento degradante se evidencia quando se afirma que as informações devem ser conseguidas de qualquer forma. Apenas para relembrar, os escritos de Trinquier foram publicados na França em 1961. Trinquier era um militar, atuante tanto na Argélia, quanto na Indochina. Portanto, era minimamente conhecedor de que o que se propõe acima fere diretamente à Convenção de Genebra, que prevê em seu artigo 3º:

> No caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Potências contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar pelo menos as seguintes disposições: 1) As pessoas que tomem parte diretamente nas hostilidades, incluídos os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo.
> Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:
> a) As ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios;
> b) A tomada de reféns;
> c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;
> d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como

[110] Desde luego, el terrorista sabe que, sorprendido y capturado, no puede esperar que le traten como un criminal ordinario o que se limiten a tornarle prisionero como hacen con los soldados en el campo de batalla. Las fuerzas del orden tienen que aplicarle distintos procedimientos, porque lo que se busca en él no es el castigo de su acción, de la que en realidad no es totalmente responsable, sino la eliminación de su organización o su rendición. En consecuencia, cuando se le interroga no se le piden detalles de su vida ni se lo pregunta sobre los hechos que ha realizado con anterioridad, sino precisa información sobre su organización. En particular, sobre quiénes son sus superiores y la dirección de los mismos, a fin de proceder a su inmediato arresto.
Ningún abogado está presente cuando se efectúa este interrogatorio. Si el prisionero ofrece rápidamente la información que se pide, el examen termina en seguida. Pero si esta información no se produce de inmediato, sus adversarios se ven forzados a obtenerla campeando cualquier medio. Entonces el terrorista, como antes el soldado, tiene que suportar sus sufrimientos, y quizás hasta la misma muerte, sin decir media palabra. El terrorista tiene que aprender a aceptar estas consecuencias como una condición inherente a su función y al método de guerra que él y sus superiores, con perfecto conocimiento de lo que hacían, han escogido. Una vez que el interrogatorio ha terminado, sin embargo, el terrorista pude seguir la misma suerte que el soldado, quedando prisionero y retirado de la circulación hasta que el conflicto haya terminado.

> indispensáveis pelos povos civilizados. (USP. Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos, s/d)

É importante destacar que os países do Cone Sul envolvidos nas *Operações Encobertas*, especialmente na Condor, além da França e Estados Unidos, assinaram essa III Convenção aprovada em 1949. O Chile ratificou a mesma em 1950, a França em 1951, o Equador em 1954, os Estados Unidos em 1955, Argentina e Peru em 1956, o Brasil em 1957, Paraguai 1961, Uruguai 1969 e, finalmente, a Bolívia em 1976. Portanto, sabia-se, mesmo que o formato de Guerra Contrarrevolucionária não estivesse estabelecido na legislação, que o tipo de tratamento degradante era condenado.

Percebe-se, nos documentos, uma necessidade constante de inovação. Não só em técnicas aplicadas aos prisioneiros e demais vítimas, como também as que eram necessárias para que a informação transitasse entre os países em segurança e rapidamente. Assim, propôs-se, no final da IIda Reunião Regional Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina que

> Modo de trocar informação e forma de operar:
> - Contato pessoal, prévia comunicação telefônica, utilizando frases combinadas.
> - Telefones da ARGENTINA que podem ser utilizados para localizar o pessoas de Inteligência:
> Destacamento de Inteligência 124: 5819-6544 – Tenente Coronel MARTINEZ.
> Seção de Inteligência 124/FORMOSA; 437 Major GOMAR.
> Seção de Inteligência 124/MISIONES; 8088 – Major QUIROZ.
> - Solicitar possibilidade de obter radio BLU de forma permanente entre o Destacamento de Inteligência 124 e o Departamento de Polícia das FFAA PARAGUAYAS.
> - Cada órgão de inteligência atuará em todas as atividades de investigação e detenção de forma independente, dentro dos limites de seus país (...)
> - Segundo a importância do alvo poder-se-ão efetuar consultas bilaterais e se autorizará o trabalho conjunto nos interrogatórios.
> - Quanto à remissão [do alvo] ao país de origem, ficará a cargo de cada pais, segundo suas normas diplomáticas. (AH. Documento 0246F0425, 27-28/06/1978. Maiúsculas e destaques do original – tradução da autora).[111]

[111] "- Contacto personal, previa comunicación telefónica utilizando frases convenidas.
- Teléfonos de ARGENTINA que pueden ser utilizados para localizar al personal de Icia :
Dest. Icia 124: 5819 – 6455 – Tcnl MARTINEZ
Sec Icia 124/ FORMOSA: 437 My GOMAR

Cabe ainda destacar, no mesmo documento, que se definiu como “lugar onde se levaria a cabo a troca de presos: a combinar” (tradução da autora).

A ideia da coordenação apareceu em vários momentos. Desde os documentos fundantes da Condor, passando por diversos outros.

1.2 - Sistemas repressivos no Cone Sul: ações locais, bilaterais e multilaterais de repressão.

As pesquisas que vêm sendo realizadas em todo o mundo têm ajudado bastante a elucidar as características dos sistemas repressivos no Cone Sul. Documentos que são trazidos ao conhecimento do público e de pesquisadores demonstram ações consecutivas de perseguição, delação, sequestros e desaparecimentos forçados engendrados pelas forças de repressão dos países do Cone Sul. Curiosamente, pode-se perceber, contudo, que as ações iniciaram-se por volta dos anos de 1960, quando nem todos os países do subcontinente estavam sob a égide de ditaduras e sem a assinatura formal das atas de fundação da *Operação Condor*, ao que se acresce que

> Desde a Conferência de Chapultepec, no México, em fevereiro de 1945, os Estados Unidos vinha alertando os militares sul-americanos contra o comunismo.
> Além do MCI (Movimento Comunista Internacional, sigla cômoda para designar todos os opositores), os militares latino-americanos compartilhavam de uma obsessão maior: a interconexão dos serviços. Desde sua segunda reunião, a [Conferências dos Exércitos Americanos] CEA exprime o desejo de estabelecer um comitê permanente na zona do canal de Panamá "para trocar informações e dados." Esta vontade vai se realizar principalmente na organização de uma rede de comunicação em escala continental e a encontros bilaterais ultrassecretos (Argentina-Paraguai, Brasil-Argentina, Argentina-Uruguai, Paraguai-Bolívia etc.) para informações.
> Emitidas por um determinado país para um ou muitos outros, as fichas de informações circulavam através da rede "Agremil" — de

---

Sec Icia 124/ MISIONES: 8088 – My Quiroz
-Solicitar posibilidad de obtener radio BLU em forma permanente entre J Dest Icia 124 y el Dpto Icia FFAA PARAGUAYAS.
-Cada órgano de Icia actuará en todas las actividades de investigación y detención en forma independiente dentro de los límites de su país.
-Según la importancia del blanco se podrán efectuar consultas bilaterales y se autorizará el trabajo conjunto en los interrogatorios.
-En cuanto a su remisión al país de origen quedará a cargo de cada país según sus normas diplomáticas.

> agregados militares (adidos militares). Originadas geralmente nos serviços secretos militares (G-2), elas podem vir de polícias políticas ou mesmo de serviços menos oficiais, como a Organização de Coordenação de Operações Antisubversivas (OCOA), um esquadrão da morte originário da polícia política uruguaia, cujos membros participam dos interrogatórios, da tortura e de execuções, principalmente na Argentina. (ABRAMOVICI, 2001, s/p)

No conjunto de documentos disponíveis no *Arquivo do Horror*, vê-se que há vários que demonstram haver presença de agentes de repressão em países estrangeiros, procedendo à observações e informando aos órgãos de país de origem as ações de cidadãos ou há a presença de agentes da repressão dos países em que os cidadãos se encontram, informando à repressão dos países de origem dos mesmos. Além desse tipo de material, também se encontram os documentos que demonstram um intercâmbio de formação de pessoal, perfazendo, no conjunto, a demonstração de que a repressão foi internacionalizada. Em qualquer caso, obviamente se colocam ações clandestinas ocorrendo.

Vejamos um primeiro caso, datado de 1970, quando o grupo ao qual pertencia o médico paraguaio Agostin Goiburú foi observado ao se encontrar na cidade de Clorinda, Argentina. Consta na informação, por exemplo, o horário de chegada das pessoas em sua casa, em que tipo de carro chegaram, quem viajou durante o período desse encontro e, por fim, até qual horário o informante esteve fazendo a observação do grupo (AH. Documento 00143F 0054).

Em 1974, há relato de visita desse mesmo médico a Buenos Aires quando esteve em uma reunião do Movimento Popular Colorado (MOPOCO); há informações detalhadas, versando sobre a prisão de paraguaios pelo governo de Alfredo Stroessner, as intenções de Goiburu de ir morar no Peru ou na Venezuela e sua preocupação com pessoas que são membros de seu grupo político (AH. Documento 0050F2481. 21/12/1974.). Trata-se de um documento advindo de Clorinda.

Da mesma forma, no mesmo ano, e também se referindo a Agostin Goiburu, outro documento descreve alguns de seus visitantes, só que num local entre as cidades de San Martin e Sarmiento, ambas na Argentina. No encalço de Goiburu, como se vê, há um sem número de agentes da repressão até que

> Anos mais tarde, o professor paraguaio Martim Almada descobriu durante pesquisa no arquivo secreto da polícia de Stroessner que Agostín Goiburú havia sido sequestrado e levado para o Paraguai, onde foi torturado até a morte no Regimento Escolta Presidencial, em Assunção. (PALMAR, 2005, p. 88)

Em 1974, vinte anos, portanto, de iniciado o Governo de Alfredo Stroessner no Paraguai, as atividades de informações continuavam acontecendo em relação aos cidadãos perseguidos que viviam na Argentina. Certo informante dá conta de atividades ocorridas em Corrientes e relacionadas aos supostos membros do Movimento Popular Colorado (MOPOCO), grupo de esquerda, crítico à ditadura Stroessner e, por esse motivo, vários de seus membros estavam exilados na Argentina. Diversos componentes dessa organização foram observados com bastante constância, esmiuçando detalhadamente reuniões, com detalhes das intervenções dos que dela tomavam parte.

De acordo com informe da Polícia da Capital (Assunção), transcrito a partir de um documento encaminhado ao *Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación* (ESMAGENFA) e distribuído a vários órgãos de informações do país guarani, o MOPOCO continuava com atividades e a ele estavam vinculados cidadãos estrangeiros.

O motivo de tal informe bastante detalhado seria o de buscar informações acerca do cidadão estrangeiro que, segundo consta o documento, é uma pessoa bem relacionada, inclusive com órgãos governamentais paraguaios, e ao mesmo tempo saber se há antecedentes desse cidadão (não se nomeia a nacionalidade) e com quais pessoas ele se relaciona no Paraguai.

Todavia, ao longo do documento é perceptível a preocupação com o estrangeiro e suas supostas ligações com os “comunistas” ou “esquerdistas” no Paraguai, ao mesmo tempo em que se elenca uma série de afazeres desse cidadão e suas relações com os membros de escalões inferiores do governo, a fim de cooptá-los ou, ao menos, manter relações amistosas, de forma que não levantasse “suspeitas” para suas atividades com o MOPOCO.

São tão evidentes os traços das relações bilaterais Paraguai-Argentina que é possível perceber a presença de agentes paraguaios no território argentino e também a chegada constante de informações desse país. Tanto que, como mesmo demonstrou Abramovici (2001), essas informações chegam aos diversos órgãos de

informações e repressão paraguaios, como por exemplo, a Polícia da Capital, em Assunção. Explicitando melhor, há informes chegando ao Paraguai e partindo diretamente de Posadas, Argentina. (AH. Documento nº 0050F 2481, 21/12/1974).

As atividades do MOPOCO foram bastante vigiadas na Argentina. A troca de informações também versava sobre cidadãos venezuelanos. Em que pese o fato de naquele período o país não estivesse sob a égide de um governo militar, os informantes paraguaios, no rastro de descobrir informações, detectaram a presença desse venezuelano que estava em Buenos Aires e seu regresso a seu país. Todavia, o relato descreve que o mesmo viajou com bastante dinheiro para entregar a esse grupo e que voltaria à Argentina em oito dias com nova remessa de dinheiro. O objetivo dessas viagens seria um plano, partindo da Venezuela, de "contratar" membros do MOPOCO para imprimirem ataques ao Governo de Stroessner e ao Governo Argentino (AH. Documento nº 00143F 0785, s/d).

Enquanto há uma teia de dados advindos de órgãos menores, há outra evidência que perpassa órgãos de informações em escalões mais altos nas cadeias de comando. Nesses documentos, quando remetidas as informações a órgãos centrais de informações, aparecem em seu cabeçalho além do assunto (que é comum a toda a documentação), também dados como origem, avaliação de credibilidade da informação, a distribuição e os dados disponíveis. Como exemplo, temos uma narrativa de um policial que confirma troca de informações entre a ESMAGENFA e o Comandante do 7º agrupamento de Artilharia, localizado na cidade de Resistencia, Argentina (AH. Documento confidencial nº 00143F0080, 12/12/1974).

Ao relatar a situação de um suspeito, denota uma intimidade entre todos os aparatos militares, independente da nacionalidade. Vários documentos demonstram essa dimensão da repressão orquestrada, extrapolando as fronteiras nacionais, levando à conclusão de que

> As conexões entre os diversos órgãos extrapolam as fronteiras e demonstram haver uma identidade de objetivos entre os detentores do poder, ou seja, dos governos desses Estados. Isso, necessariamente, abre a questão: que tipos de Estados são esses? Qual sua natureza, uma vez que necessita se utilizar desses aparatos repressivos para manterem-se? A resposta encontra-se na constatação de que se trata de um modelo bonapartista, em que a burguesia assume o poder sob os auspícios das armas, quando nem

> ela própria, enquanto classe, conseguia manter o controle de suas divergências internas, além do temor de uma sublevação da classe trabalhadora (SILVA, 2010, p. 24-25).

Também há documentos sem destinatários específicos, sem origem, mas que aparentemente foram difundidos aos órgãos de informações. É o caso de um relatório acerca de três pessoas, duas das quais não se define a nacionalidade. A primeira sobre a qual há a informação, há o relato de que vivia em Córdoba, na Argentina. O segundo cidadão relatado era um norte-americano e sobre o terceiro há apenas uma referência de que se trata do "*Profeta Mayor*" (AH. Documento 00143F0190). No caso do primeiro, consta que estava no Paraguai trabalhando. Estava no país por ter sido perseguido pela Triple A. Esse organismo clandestino, com bastante influência no país, promoveu uma série de perseguições aos comunistas. Funcionava como um esquadrão da morte e integrou as atividades da *Operação Condor* e diversas outras na região.

Sobre o segundo nome citado, há referências de que vivia com vários jovens e que recebia ajuda do governo dos Estados Unidos. Esse também recebera ameaças da Triple A e, portanto, também se viu obrigado a refugiar-se no Paraguai.

Como se viu ao longo deste capítulo, a teia se formou a partir do entrelaçamento da Doutrina de Segurança com a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. Os embriões que surgiram na forma de manuais nos fins dos anos de 1950 no Brasil e, na Argentina, especialmente, frutificaram-se como uma prática consistente de elaboração e propagação das doutrinas. Se do ponto de vista teórico a Segurança Nacional criava o esteio de um novo modelo, que se transmutou nas Ditaduras implementadas, a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária foi a prática e o sinal aberto para os Estados implementarem o Terror. Longe de ser uma prática nacional, a vigilância, as prisões arbitrárias, torturas, sequestros, desaparecimentos forçados, foram implementados a partir de um norteamento dos imperativos do imperialismo, que num processo de desenvolvimento hipertardio encontrou terreno fértil para se desenvolver.

Do ponto de vista teórico, as operações, mesmo que fossem em escala nacional, comprovam-se como inseridas em um sistema, demonstrando que, para o combate ao "inimigo interno", as fronteiras foram rompidas e, se nem em todas os serviços internacionais estiveram envolvidos, na conjunção das teorias, ela se fez

presente e dizimou um número incontável de pessoas. A implantação do Terror de Estado não permite aos Estados contar os mortos e desaparecidos, já que nessa contagem devem ser levados em consideração os mortos por motivos políticos, os dizimados por esquadrões da morte, os mortos sob custódia do Estado, os mortos por pistoleiros à mando de fazendeiros, povos originários etc. A implantação do Terror de Estado, mais do que as mortes causadas provocando o pavor dos que eram militantes de esquerda, serviu também para o silenciamento de trabalhadores que se calaram diante do temor por suas vidas. Há muito o que se saber ainda sobre essas pessoas e suas histórias. Há muitos números que algumas Comissões de Verdade (e Justiça ou Reconciliação) não contaram, porque fazem parte do apagamento das lutas e demandas sociais.

CAPÍTULO 2- AS RELAÇÕES ENTRE A INSTRUÇÃO NO CIGS E AS OPERAÇÕES ENCOBERTAS NO CONE SUL – UMA HIDRA POUCO CONHECIDA

> Un sucio viêt, usted sabe, le corté la cabeza. Gritaba… ¡había que oírlo! Ya ve, mi sirve de pisapapeles. Pero qué trabajo sacarle la piel. Lo hice hervir cuatro horas; después, raspé con mi cuchillo… [112]

A história da integração das Operações entre os Serviços Secretos no Cone Sul ainda é pouco conhecida. Sabe-se hoje que esses Serviços organizaram-se com suas forças nacionais na região e desencadearam uma série de atividades conjuntas. Para que as atividades fossem organizadas e desencadeadas, foi necessária a criação de vários centros de formação. Um dos que apareceram ao longo da pesquisa e que se destaca neste capítulo foi o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) que se tornou um dos locais privilegiados de formação e treinamento de exércitos do Cone Sul. Sua importância histórica precisa ser mensurada, porque demonstra ter sido um dos principais vetores de disseminação da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária, tendo à sua frente homens que inclusive são citados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Além disso, estiveram esses homens envoltos em operações encobertas e, especialmente, envolvidos no processo de internacionalização da repressão.

Conforme veremos, o CIGS foi um lugar de "realizar pesquisas e experimentações doutrinárias" (CIGS. Almanaque, 2010, fl. 3). Mas, o que se percebe ao longo da análise do material estudado, é que também foi um local de difusão de doutrinas. Seus instrutores foram formados na Escola das Américas, desde 1957. Criado em 1964,

> Somente dois anos depois de decretada a sua criação, o CIGS começou a funcionar. Instalou-se inicialmente, em caráter provisório, no antigo Quartel General do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), na Península de São Vicente (Manaus-AM), local onde hoje localiza-se a PORTOBRÁS. Uma plêiade de excelentes Oficiais e

[112] Chégaray numa entrevista realizada com um oficial em Tonkin. *Apud*: Robin, 2014, p. 56.

> Sargentos, mandados anteriormente cursar a Escola das Américas, no FORTE SHERMAN, na Zona do Canal no Panamá (U S JUNGLE OPERATIONS TRAINING CENTER, Fort Sherman, Canal Zone), já na condição de "JUNGLE EXPERT", constituiu-se na equipe pioneira que implantou o Centro. O 1º Curso de Guerra na Selva, destinado a Oficiais (de 2º Tenente a Coronel), foi concluído em Novembro de 1966. (CIGS. Almanaque, 2010, fl 02)

O envio de oficiais aos Estados Unidos para formação foi regular até 1960, sendo que não houve envio em 1958. De 1960 a 1964, o Almanaque do CIGS (2010) não informa nenhum envio de oficiais para formação. Em 1964, ano do golpe no Brasil e também ano de criação do CIGS, retomou-se a formação na região da Zona do Canal do Panamá, havendo fases com maior tempo de não envio. O Almanaque também destaca uma relação bastante próxima com a *Escuela de Selva e Contrainsurgencia* do Equador (2010, fl. 13).

Essa relação de proximidade entre escolas demonstra uma transferência conceitual e prática de métodos e técnicas de ensino. São escolas pouco conhecidas de maneira geral e, claramente, pretendem manter bastante sigilosas suas formações.

A escola do Equador, por exemplo,

> é a responsável pelo treinamento especial em selva. Oficiais e voluntários cumprem com este requisito, que é obrigatório em quase todos os graus. Sua fama já não é apenas nacional: graduaram-se mais de quinhentos estrangeiros, que dão fé do profissionalismo e da experiência de combate especial em selva dos instrutores[113]. (EQUADOR, LIBRO DE ORO DEL PARACAIDISMO, 2006, p. 33 – tradução da autora)

Nota-se que todos se orgulham da formação de pessoal do próprio país, como também de estrangeiros. O CIGS, por exemplo, informa ter formado um total de 4.984 pessoas, sendo dois civis e os demais militares. Destes, 407 são estrangeiros de 24 nações diferentes. A maioria é de latino-americanos, mas também formaram alemães, belgas, ingleses, italianos, portugueses, angolas, sul-africanos. Mas é importante destacar, que entre os estrangeiros, duas nações merecem maior destaque, pela quantidade de pessoal formado até 2010: 22 norte-

[113] é a responsável do treinamento especial em selva. Oficiais e voluntários cumprem com este requisito, que é obrigatório em quase todos os graus. Sua fama já não é apenas nacional: se graduaram mais de quinhentos estrangeiros, que dão fé do profissionalismo e da experiência de combate especial em selva dos instrutores.

americanos e 84 franceses. Não parece por acaso que ambos os países enviaram maior contingente: são os apoios necessários que o Brasil teve na introdução e disseminação da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. De acordo com Duarte-Plon (2016), essa triangulação foi presente em todo o processo repressivo.

Foi no interior dessas escolas que se propagou a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária, como veremos. E, a partir dela, serviços de informações, exércitos e polícias aprofundaram suas práticas persecutórias. Elas foram desenvolvidas em esquadrões da morte, como também em operações encobertas.

Conceitualmente, as operações encobertas foram aquelas que aconteceram no "campo paralelo", à revelia preceitos judiciais, caracterizando-se como ações extrajudiciais, envolvendo um ou mais países do Cone Sul, pautadas na Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. De forma a elucidar o conceito, é possível perceber que

> Desta maneira, o aparato do Estado paralelo era o lado invisível do Estado militar, mas estreitamente ligado à cara visível, ainda que de maneira secreta. Esquadrões da morte paraestatais levaram a cabo, de maneira encoberta, as desaparições, os atos de tortura, os assassinatos e as execuções extrajudiciais, em sua condição de apêndice do Estado visível e sob suas ordens, ao mesmo tempo que lhe proporcionavam aos governos do Estado visível e sob suas ordens, uma vez que proporcionavam aos governos militares a capacidade de negar sua participação e desligar-se dos fatos. Em consequência, as estruturas paraestatais foram parte integral do aparato de segurança interna dos Estados militares. Ao mesmo tempo que pareciam ser forças fora de controle, as unidades paramilitares eram na prática mais perigosas e mais poderosas, porque atuavam sob a direção secreta do comando militar, contando para suas ações com todos os recursos do Estado.[114] (McSHERRY, 2009, p. 54 – tradução da autora)

[114] De esta manera, el aparato del Estado paralelo era el lado invisible del Estado militar, pero estrechamente ligado a la cara visible, si bien de manera secreta. Escuadrones de la muerte paraestatales llevaran a cabo, de manera encubierta, las desapariciones, los actos de tortura, los asesinatos y las ejecuciones extrajudiciales, en su condición de apéndice del Estado visible y bajo sus órdenes, a la vez que le proporcionaban a los gobiernos del Estado visible y bajo sus órdenes, a la vez que le proporcionaban a los gobiernos militares la capacidad de negar su participación y desligarse de los hechos. En consecuencia, las estructuras paraestatales fueran parte integral del aparato de seguridad interna de los Estados militares. Al tiempo que parecían ser fuerzas fuera de control, las unidades paramilitares eran en la práctica más peligrosas y más poderosas, porque actuaban bajo la dirección secreta del comando militar, contando para sus acciones con todos los recursos del Estado

Conforme se observa, foram desencadeadas um sem número de ações entre os Exércitos, Serviços de Informações e, inclusive, entre Esquadrões da Morte. E ao contrário do que se propugnava até recentemente, os Esquadrões da morte no Brasil também tiveram atuações políticas, tal como a Aliança Anticomunista Argentina - Triple A na Argentina. Tal situação demonstra-se na concretude social encetada pelas relações, por exemplo, do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, ao ser um membro notório do esquadrão paulista, ao mesmo tempo em que assumia e galgava cargos no Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo.

> As primeiras evidências da relação entre os esquadrões da morte e a repressão política surgiram com a designação de Fleury para a chefia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), em meados de 1970, para a função de delegado operacional, cargo de médio prestígio, concomitantemente à continuidade de sua atuação no comando do esquadrão que atuava em São Paulo. Essa dupla função não se alterou quando, em 1978, ele foi designado delegado de classe especial e diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), tornando-se a "terceira mais importante autoridade policial do Estado". (MATTOS, 2016, p. 165)

Grande parte das pesquisas que versam sobre o tema tratam primordialmente sobre a Operação Condor ou alguma outra operação que ganhou maior notoriedade, tal como a Cristal ou a Colombo, por exemplo. Mas a diversidade de documentos hoje acessíveis, especialmente os do Arquivo do Horror (Paraguai), demonstram que há que se pensar nessas atividades numa perspectiva de maior alcance, enquanto um processo de internacionalização da repressão, para além de ações apenas no Cone Sul, demonstrando a configuração de um Sistema e integrando polícias, exércitos, serviços secretos e paramilitares.

Hoje, os relatos das intersecções entre os serviços de informações dos diferentes países vêm à tona com frequência cada vez maior, embora ainda muito pouco aprofundados. Dentre os fatores que dificultam a compreensão do Sistema, pode-se destacar os diferentes tempos das ditaduras na região, ou seja, em 1976, no mesmo momento em que a ditadura argentina e uruguaia lançavam um vasta campanha de contrainsurgência para aniquilar os subversivos, particularmente Montoneros; o Brasil via-se em tempos de "abertura"; o Chile, no ano seguinte,

apenas trocava a *Dirección Nacional de Inteligencia* (DINA) pela *Central Nacional de Informaciones* (CNI) muito mais para minimizar as pressões internacionais do que para de fato suspender as práticas da guerra contrarrevolucionária.

> Em 1977, após forte pressão internacional, baseada em denúncias dos vários crimes cometidos, tanto em território nacional como no internacional, a DINA é substituída pela Central Nacional de Informação, a CNI, através do Decreto-lei 1.873, de 13 de agosto de 1977. Portanto, a CNI é a continuidade da DINA, ou seja, mesmo que a DINA tenha sido extinta oficialmente, a CNI dá continuidade às mesmas políticas repressivas, exercendo a mesma função nos anos seguintes da ditadura, até o seu fim, em 1990. (MENDES, 2016, p. 172)

Sobre essa alteração do Chile, merece destaque particular o atentado sofrido por Orlando Letelier e sua secretária Ronni Moffitt em 1976, nas imediações da Casa Branca, em Washington, deixando no rastro indícios da presença da DINA no atentado, bem como da CIA e dos Cubanos anticastristas que atuavam em Miami. Tal atentado lançou luz sobre a Ditadura Pinochet e fez os Estados Unidos adotarem medidas aparentes de sanções. De acordo com Chomsky (2007, p. 23),

> As sanções impostas aos violadores dos direitos humanos na área de influência americana durante a "era dos direitos humanos" não chegaram propriamente a mudar o padrão habitual. Veja, por exemplo, o caso do Chile. Um recente exame das sanções impostas por Carter depois da decisão do governo Reagan de suspendê-las chegou à conclusão de que "são de qualquer maneira escassos os indícios de que as sanções tenham tido muito efeito". A sanção mais grave foi a proibição de financiamento do Export-Import Bank para empresas americanas que fizeram negócio com o Chile, ou em seu território, anunciada pelo governo Carter em novembro de 1979, em represália pela recusa do Chile de extraditar três funcionários dos serviços de inteligência procurados por tribunais americanos por envolvimento no assassinato de Orlando Letelier e Ronni Moffit, em Washington, em 1976 (um assassinato na capital americana já é considerado ir longe demais"). "Duas semanas depois do anúncio feito por Carter, a embaixada americana em Santiago publicou seu relatório anual sobre a economia chilena, claramente tratando de estimular os investimentos americanos". No período de suspensão dos financiamentos do Export-Import Bank, as exportações americanas aumentaram consideravelmente (em cerca de dois terços), "um nível de intensificação definido como 'alvo intermediário' no relatório da embaixada americana". Simultaneamente, os bancos americanos emprestavam a instituições chilena mais de um bilhão de dólares, e grandes corporações iniciavam programas de investimentos em larga escala. É este o padrão invariavelmente, no

> caso dos Estados que “entendem o sistema do empreendimento privado”. (CHOMSKY, 2007, p. 23 - Destaques do original)

Como se vê, não se tratou efetivamente de sanções e, por esse motivo, além de não interferir no aspecto econômico, também em nada interferiram na integração da guerra contrarrevolucionária. Ao contrário, há uma tentativa de ludibriar a opinião pública internacional e interna. Comprova-se isso através de documentos que demonstram perseguição aos Montoneros já na década de 1980.

Esse padrão internacional de colaboração também pode ser visto em relação às cooperações entre Brasil e Argentina. Num resumo confeccionado pelos assessores do National Security Archive e do Estudios Legales y Sociales (CEL), um memorando endereçado ao Embaixador brasileiro Castro, da embaixada dos Estados Unidos, relata que uma fonte anônima da inteligência argentina declarou ao Oficial de Seguridad Regional (RSO), James Blystone, em sua reunião do dia 2 de abril de 1980,

> como Horacio Campiglia e Susana Binstock, membros das Tropas Especiais da Infantaria (TEI), uma unidade especial dos Montoneros que nesse momento lançavam uma ofensiva, foram capturados no Brasil pelos oficiais do Batalhão 601, em coordenação com a inteligência Brasileira e levados à Argentina à base militar Campo de Mayo. Campiglia e Binstock desapareceram. A fonte também menciona outros 12 Montoneros recentemente capturados. Comenta-se que outra vítima, Jara de Cabezas, está detida pela Armada.[115] (DEPARTAMENTO de Estado de EEUU abre archivos sobre la guerra sucia argentina. *National Security Archive*. s/d - Tradução da autora).

Ao todo, o memorando aponta mais de 12 prisioneiros extraditados ilegalmente do Brasil para a Argentina nas mesmas condições, hospedando-se os prisioneiros em hotéis comuns, de forma camuflada e sob os auspícios do serviço de inteligência brasileiro. Além disso, o documento destaca a permanência da cooperação entre Brasil e Argentina no interfronteiras já no início dos anos de 1980, desmontando a teoria de que o Brasil participou pouco ativamente nas atividades

[115] cómo Horacio Campiglia y Susana Binstock, miembros de las Tropas Especiales de Infantería (TEI), una unidad especial de los Montoneros que en ese momento lanzaban una ofensiva, fueron capturados en Brasil por oficiales del Batallón 601, en coordinación con inteligencia Brasilera, y llevados a la Argentina a la base militar Campo de Mayo. Campiglia y Binstock desaparecieron. La fuente también menciona otros 12 Montoneros recientemente capturados. Se comenta que otra víctima, Jara de Cabezas, está detenida por la Armada.

internacionais de repressão, pois estava no processo de abertura Lenta, Gradual e Segura, sejam elas o Condor ou demais operações.

A maioria dos casos de tortura e desaparecimento naquele país ocorreram entre 1976 e 1978, conforme atesta o Departamento de Estado norte-americano,

> ... se houve uma redução efetiva nas denúncias de tortura, isto não é porque a tortura deixou de ser praticada, deriva da redução no número de operações porque o número de terroristas e subversivos tem diminuído", e que os desaparecimentos "incluem não só os suspeitos de serem terroristas, mas abarcam uma gama mais ampla de gente- por exemplo, dirigentes sindicais, trabalhadores, sacerdotes, ativistas de direitos humanos, cientistas, médicos, e dirigentes políticos. Uma ocorrência dramática recente foi o sequestro em Dezembro de cinco 'mães de desaparecidos' e duas freiras francesas, cujos corpos foram descobertos no litoral".[116] (DEPARTAMENTO de Estado de EEUU abre archivos sobre la guerra sucia argentina. *National Security Archive*. s/d - Tradução da autora).

Se o estudo das atividades de integração repressiva vinculado ao tema dos desaparecidos já começa a ser delineado, o entrelaçamento das atividades de formação dos militares no Cone Sul com as Operações que se desencadearam na região levanta mais uma perspectiva de análise, que merece ser melhor investigada.

Para que a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária se firmasse e assumisse um papel preponderante na organização dos Estados sob a égide de ditaduras, foi necessário organizar o treinamento e promover a disseminação de sua ideologia e para tal contaram com a assessoria dos franceses, especificamente dos generais franceses que praticaram a doutrina na Argélia, e a disseminaram pelo mundo; além, é claro, da norte-americana.

A organização dos aparatos repressivos segue um padrão, independente do lócus em que foi aplicada, seja na Argélia, durante os processos de independência, seja na Operação Condor, seja em quaisquer outras operações repressivas.

---

[116] "... si ha habido una reducción neta en las denuncias de tortura, esto no es porque la tortura se ha dejado de practicar, sino que deriva de la reducción en el número de operaciones porque el número de terroristas y subversivos ha disminuido," y que las desapariciones "incluyen no solo a los sospechados de ser terroristas, pero abarcan una gama más amplia de gente-por ejemplo, dirigentes laborales, trabajadores, sacerdotes, activistas de derechos humanos, científicos, médicos, y dirigentes políticos. Una ocurrencia dramática reciente fue el secuestro en Diciembre de cinco 'madres de los desaparecidos' y dos monjas francesas, cuyos cuerpos se descubrieron a orillas del mar.

> Os Estados que enfrentam insurgências usualmente se valem de vários tipos de estruturas paramilitares como parte de suas estratégias contrainsurgentes. De fato, a formação de milícias ao longo da criação de "aldeias fortificadas", as quais se descrevem como programas "locais" ou de "autodefesa" (Armstrong 1964:30), é considerada como uma parte essencial dos esforços de contrainsurgência (Hedman 2000:133, Barton 1953). Os ditadores que enfrentam insurgências ou antecipam mobilizações populares massivas acompanhadas de táticas terroristas também frequentemente apelam a esquadrões da morte. Dois exemplos são a Guerra Suja na Argentina e a operação chilena "Condor" e mais recentemente a repressão no Uzbequistão[117]. (KALYVAS; ARJONA, 2005, p. 35-36 – tradução da autora)

Dos dados apresentados por Robin (2014) acerca da formação dos militares e o entrelaçamento dos serviços secretos na América destaca-se que

> Segundo as estatísticas elaboradas pela direção da escola em 1994, cerca de 60.000 oficiais latino-americanos seguiram seus cursos desde sua criação em 1946, dos quais 8.679 eram colombianos, 4049 bolivianos, 2405 chilenos, 4693 nicaraguenses, 6.676 salvadorenhos, 3.691 hondurenhos, 1.676 guatemaltecos, 355 brasileiros e 931 argentinos.
> Dessas cifras, ressalta que o Brasil e Argentina, cujos efetivos militares são, de longe, os de maior número do Hemisfério Sul, são, todavia, os que menos oficiais enviaram. Sobre o primeiro país, isso se explica, como se verá, pela existência no país de uma escola de treinamento em guerra antisubversiva que é a cópia de Fort Bragg.[118] (ROBIN, 2014, p. 254 – tradução da autora)

Tais treinamentos foram muito intensivos no Cone Sul e, dentre esses, destaca-se o Brasil e a Argentina. Se a Escola das Américas tornou-se um lugar dessa Doutrina, por sua formação com os franceses, o Brasil não ficou para trás;

[117] Los Estados que enfrentan insurgencias usualmente se valen de varios tipos de estructuras paramilitares como parte de sus estrategias contrainsurgentes. De hecho, la formación de las milicias a lo largo de la creación de "aldeas fortificadas", las cuales se describen como programas "locales" o de "autodefensa" (Armstrong, 1964:30), es considerada como una parte esencial de los esfuerzos de contrainsurgencia (Hedman 2000:133, Barton 1953). Los dictadores que enfrentan contrainsurgencias o anticipan movilizaciones populares masivas acompañadas de tácticas terroristas también suelen apelar a escuadrones de la muerte. Dos ejemplos son la guerra sucia en Argentina y la operación chilena "Cóndor" y más recientemente la represión en Uzbekistán.

[118] Según las estadísticas elaboradas por la dirección de la escuela en 1994, cerca de 60.000 oficiales latino-americanos siguieron sus cursos desde su creación en 1946, de los cuales 8679 eran colombianos, 4049 bolivianos, 2405 chilenos, 4693 nicaragüenses, 6676 salvadoreños, 3691 hondureños, 1676 guatemaltecos, 355 brasileños y 931 argentinos.
De estas cifras se resalta que Brasil y Argentina, cuyos efectivos militares son por lejos los de mayor número del hemisferio sur, son sin embargo los países que menos oficiales enviaron. Sobre el primer país, esto se explica, como se verá, por la existencia en el país de una escuela de entrenamiento en la guerra antisubversiva que es la copia conforme de Fort Bragg.

nem tampouco a Argentina, que também recebeu treinamento dos franceses com a instalação, às vésperas do Golpe de 1976, de uma Missão Militar com o objetivo específico de treinamento para a Contrarrevolução.

No Brasil, os índices de mortos e desaparecidos, bem como as prisões e torturas, demonstram também que o país conviveu com esse tipo de ensinamento. Novas pesquisas apontam que os números são infinitamente maiores, pois não são considerados os assassinatos pelos esquadrões da morte (MATTOS, 2016), as mortes por pistolagem no interior do país (MECHI, 2015), nem tampouco há números definitivos sobre os assassinatos dos povos originários (BRASIL, CNV, v. 2, 2014). E, curiosamente, não só aprendeu; mas também ensinou. Não em números consideráveis em treinamento como na Escola das Américas, mas em uma série de atividades conjuntas que determinaram a caçada ao "inimigo", dentro e fora das fronteiras nacionais, no formato das Operações Encobertas.

A importância da presença dos brasileiros no Chile para treinamentos aparecem nos relatos do Coronel Contreras, o Chefe da Direção Nacional de Inteligência (DINA) do Chile. Em entrevista a Robin (2014), Contreras explica a presença dos brasileiros no Chile desde 1971 e, portanto, dois anos antes do Golpe que derrocou Allende do poder.

> *[Robin]*- Conheceu o General Aussaresses?
> *[Contreras]*- Não pessoalmente, mas ele formou chilenos no Brasil. A cada dois meses eu o enviava contingentes da DINA, para que os treinassem. Foi também instrutor de oficiais brasileiros. Trabalhava sobretudo na Escola de Inteligência de Brasília, mas ia regularmente a Manaus.
> *[Robin]*- Manaus era um centro de instrução importante para os países do Cone Sul?
> *[Contreras]*- Sim! Para alguém chegado do Chile ou Argentina, não era nada agradável, o clima de Manaus é muito desagradável!
> *[Robin]*- E foi assim que o Chile fez trazer consultores brasileiros?
> *[Contreras]*- Para a DINA? Não. Os brasileiros que vieram foram sobretudo economistas...
> *[Robin]*- Todavia, o coronel Castro Sauritain me confirmou que, desde setembro de 1971, chegaram do Brasil assessores especialistas em interrogatórios.
> *[Contreras]*- Ah, bom, disse isso. Era sem dúvida para ajudar aos serviços de inteligência do exército... (ROBIN, 2014, p. 272, tradução da autora).

Há, conforme se vê na transcrição dos dados acima, uma certa dissonância entre os números que o CIGS informou e os índices que Contreras apontou. Embora esse último não tenha apresentado dados precisos, quando responde que "eu o enviava contingentes da DINA, para que os treinassem", parece bastante razoável supor que não se tratou apenas dos oito chilenos que constam no Almanaque CIGS.

Em 1973, um dos adidos franceses, o General Paul Aussaresses, tornou-se instrutor no Centro, dando formação sobre "A Batalha de Argel". Em uma entrevista, Aussaresses afirmou que "quando fui nomeado adido militar no Brasil, em 1973, encontrei generais, que me disseram: 'Fui seu aluno em Fort Bragg!' Lembro-me de Gordon, um chileno que depois foi chefe do serviço de informação do Chile. Nós éramos muito próximos". (DUARTE-PLON, 2016, p. 171 – aspas do original).

Aussaresses ensinou no CIGS e na Escola Nacional de Informações (EsNI) oferecendo treinamento, entre 1973 e 1975, conforme veremos mais à frente.

A formação francesa no caso do Brasil, por exemplo, não foi necessariamente uma novidade. Data do começo do século XX, no processo de constituição das Polícias. Desde então, a presença francesa já se iniciava; pois, de acordo com Ribeiro (2011), a França enviou uma missão para cá com o objetivo da formação. Mas é importante observar que, na segunda metade do século XX, as relações de aprendizado de técnicas encontraram no Brasil um lócus próprio:

> É muito provável que os mentores da Escola de Manaus tenham se inspirado também no Centro de Instrução para a Pacificação e Luta Antiguerrilha de Arzew, que foi, como se viu, um lugar de formação privilegiado dos oficiais estrangeiros durante a guerra da Argélia, particularmente de militares portugueses, que por razões tanto históricas como linguísticas sempre mantiveram relações estreitas com seus homólogos brasileiros.[119] (ROBIN, 2014, p. 260 – tradução da autora).

Durante a Guerra na Indochina (1946-1954), a formação doutrinária francesa iniciou-se. Foi lá que Trinquier elaborou e desenvolveu uma doutrina que compreendia o combate num novo formato, não no aspecto de confronto entre Exércitos regulares, em que um Estado beligerante enfrentava outro sob formas de

[119] Es muy probable que los mentores de la escuela de Manaos se hayan inspirado también en el Centro de Instrucción para la Pacificación y la Lucha antiguerrillera de Arzew, que fue, como se ha visto, un lugar de formación privilegiado de los oficiales extranjeros durante la guerra de Argelia, particularmente de militares portugueses, quienes por razones tanto históricas como lingüísticas siempre mantuvieron relaciones estrechas con sus homólogos brasileños.

combates convencionais; mas numa perspectiva de que o inimigo era interno, aquele que lutava pela independência, podendo ser também, no caso da Indochina, o comunista. Seus ensinamentos instrumentalizaram as técnicas desenvolvidas em seguida na Guerra contra o movimento de independência da Argélia, outra colônia francesa que entrava em rota de colisão com a metrópole e, nesse caso, o inimigo era o "independentista", também tratado como "subversivo".

A história do massacre empreendido pelos franceses aos argelinos tomou proporções mundiais e foi denunciada tanto pelos próprios argelinos, como também pelos franceses, como é o caso de Henri Alleg[120] (1959), um jornalista francês que, posicionando-se e defendendo o ponto de vista dos argelinos, foi preso e torturado na Argélia. Seu relato, prefaciado por Jean Paul Sartre mostrou ao mundo as técnicas de tortura utilizadas contra ele e contra os argelinos durante as batalhas em Argel.

Tanto em Argel, quanto no Cone Sul, observa-se um padrão comum nas atividades, nas estratégias de combate, nos massacres que perpetraram, nas justificativas apresentadas para desencadear as ações: um mesmo *modus operandi*. Os exemplos sobre os massacres são muitos, testemunhados por vitimados, por sobreviventes ou por testemunhas, como ocorreu no Massacre ocorrido na localidade de Margarita Belén, na Província do Chaco em 1976, em cujo processo Robin testemunhou; ou como aparecem nos episódios conhecidos como Operações Toba (Toba I - abril de 1975, Toba II - agosto de 1976 e Toba III em 1976), no nordeste argentino, região próxima ao Chaco, cuja análise será realizada no capítulo 4.

Os relatos produzidos pelo próprio Exército Argentino[121] são bastante elucidativos dos tipos de combate contra supostos militantes Montoneros ou membros da Juventude Peronista fundados nos preceitos da contrarrevolução. As localidades citadas como regiões em que as "Colunas de Montoneros" "foram

[120] Ver: ALLEG, Henri. *A tortura*. Prefácio de Jean Paul Sartre. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

[121] Acerca da documentação das Conferências Bilaterais de Exército, consultar Arquivo do Horror – Paraguai, documentos 00021F 1692; 0246F0373; 0246F0374; e o conjunto de documentos de 0246F 0379 a 0246F0426. Sobre a Operação Toba, cf. SERVETTO, Alicia. Indio Toba no llorando aquel tiempo feliz...Otra vez, Otra vez. De la lucha política al Operativo Toba: las Ligas Agrarias del Nordeste Argentino y el terrorismo de Estado en los años setenta**.** In: *PolHis. Boletin Bibliografico Electronico del Programa Buenos Aires de Política.* Ano 6, nº 12, segundo semestre de 2013. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4739699.

desbaratadas" estão muito próximas de Margarita Belén. As regiões atingidas nessa Operação foram Chaco, Formosa, Corrientes e Resistência.

As ações do exército argentino foram iniciadas contra a organização das Ligas Agrárias, articuladas pelos camponeses da região Nordeste daquele país. Mas o massacre foi reconhecido oficialmente apenas no ano seguinte, justificado como uma espécie de decapitação da "subversão".

> Em 20 de outubro de 1977, em uma reunião de imprensa, os oficiais de inteligência anunciaram que a "subversão" estava praticamente "retirada da zona e virtualmente decapitada e individualizada", no marco da "guerra sem munição da Operação Toba". Com a denominação de um povo aborígene, a operação incluía a perseguição e repressão aos dirigentes liguistas, desalojamento dos camponeses, atentados aos locais das Ligas Agrarias, invasão às paróquias a cargo de sacerdotes vinculados aos liguistas, sequestro dos dirigentes e sacerdotes, rastreando nas montanhas e pântanos, entre algumas das tantas práticas, através das quais se expressou o terrorismo de Estado que havia começado muito antes de 24 de março.[122] (SERVETTO, 2013, p. 172-173 – tradução da autora. Aspas do original)

A forma pejorativa adotada na entrevista à imprensa para se referir aos integrantes dos movimentos camponeses e estudantis aparece também nas trocas de informações entre os militares durante as denominadas Conferências Bilaterais de Exército, entre 1975 e 1978. Conforme visto no capítulo I, ao relatar aos militares paraguaios a eficácia de suas ações que resultaram no massacre dos estudantes e dos camponeses durante as operações referidas, desqualificam-se e desumanizam-se as vítimas, denominando-as de delinquentes terroristas, assim como se utilizam de jargões policialescos referidos à criminalidade comum, como foragidos, detidos. Em consequência, ao dar o testemunho do total aniquilamento, parece não se tratar de pessoas, mas de seres indeléveis e perniciosos.

> Como consequência das operações antisubversivas praticadas em meados de 1975 e especialmente no ano de 1976, com a aplicação

[122] El 20 de octubre de 1977, en una reunión de prensa, los oficiales de inteligencia anunciaron que la "subversión" estaba prácticamente "retirada de la zona y virtualmente decapitada e individualizada", en el marco de la "guerra sin munición del Operativo Toba". Con la denominación de un pueblo aborigen, el operativo incluía la persecución y represión a los dirigentes liguistas, el desalojo de los campesinos, los atentados a los locales de las Ligas Agrarias, los allanamientos a las parroquias a cargo de sacerdotes vinculados a los liguistas, el secuestro de los dirigentes y sacerdotes, el rastrillaje de los montes y bañados, entre algunas de las tantas prácticas con las que se expresó el terrorismo de Estado que había comenzado mucho antes del 24 de marzo.

> das operações TOBA I e TOBA II, a BDT [Banda de Delinquentes Terroristas] na zona foi completamente desarticulada, encontrando seus integrantes mais importantes identificados, alguns foragidos e outros detidos. No transcurso da Operação TOBA III se detecta e detém os últimos DT [Delinquentes Terroristas] que haviam ficado foragidos, logrando-se desta maneira, o total aniquilamento nesta Zona.
> Zona Independente CHACO: Nesta Zona se encontravam as Frentes Barrial e Estudiantil, esta última dividida em secundaristas e universitários. Durante a realização da operação TOBA II foi detida a totalidade dos integrantes das ditas Frentes.[123] (AH. Documento 0246F0419. Maiúsculos e grifos no original. - tradução da autora.)

O relato é frio. A expressão desbaratado esconde a faceta perversa que tem por detrás do que está escrito: prisões, torturas e mortes. Em ambas as operações, o massacre seguiu o mesmo *modus operandi* e ambos expressam a lógica da doutrina desenvolvida por Trinquier, quanto ao objetivo da caçada ao inimigo "comunista", o *leitmotiv* da Guerra Fria. Dessa forma, ele propõe:

> Em outras palavras, o exército, cuja responsabilidade é fazer a batalha, deve receber uma cooperação ilimitada, sem reservas, incondicional, do povo que defende. Qualquer propaganda que se inicie que tenda a minar sua moral, insinuando dúvidas sobre a necessidade de seu sacrifício, conduzirá a resultados funestos.
> Com este apoio, o exército saberá onde e quando tem que atacar. Quando souber da existência de um indivíduo que, em qualquer ordem de coisas, ajude ao objetivo do inimigo, terá que considerar-lhe traidor e deverá tratá-lo como tal.[124] (TRINQUIER, [1963?], p. 43 – tradução da autora).

[123] Como consecuencia de los operativos antisubversivos practicados a mediados de 1975 y especialmente en el año 1976 con la aplicación de los operativos TOBA I y TOBA II, la BDT en la zona fue completamente descabezada, encontrándose sus integrantes más importantes identificados, algunos prófugos y otros detenidos. En el transcurso del Operativo TOBA III se detecta y detiene a los últimos DT que habían quedado prófugos, lográndose de esa manera el total aniquilamiento en esta Zona. Zona Independiente CHACO: En esta Zona se encontraban desarrollados los Frentes Barrial y Estudiantil, este último dividido en secundarios y universitarios. Durante la realización del Operativo TOBA II fueran detenidos la totalidad de integrantes de dichos Frentes.

[124] En otras palabras, el ejército, cuya responsabilidad es dar la batalla, debe recibir una cooperación ilimitada, sin reservas, incondicional, del pueblo que defiende. Cualquier propaganda que se inicie que tienda a socavar su moral, insinuando dudas sobre la necesidad de su sacrificio, conducirá a resultados funestos.
Con este apoyo, el ejército sabrá dónde y cuándo tiene que atacar. Cuando conozca la existencia de un individuo que, en cualquier orden de cosas, ayude al objetico del enemigo, tendrá que considerarle traidor y deberá tratarlo como tal.

2.1 - Brasil: o Centro de Instrução de Guerra na Selva e a formação para a Contrarrevolucionária

A importância histórica da formação de pessoal no CIGS consiste em esse local ter se tornado um dos vetores de um doutrinamento que aparecera no Brasil no final dos anos de 1950. Conforme enunciado anteriormente, parte do pessoal que constituiu as turmas iniciais de comando no CIGS fez sua formação na Escola das Américas, local já bastante destacado na historiografia que versa sobre Ditaduras Militares como um centro de treinamento que formou grupos importantes de militares, os quais empreenderam as técnicas de torturas nos países do Cone Sul.[125] De sua história, depreende-se hoje que

> A Escola das Américas surge no fim dos anos 40. Inicialmente idealizada para o treinamento de guerra na Selva e com um nome bem diferente do que o lhe popularizou negativamente na América Latina. A "Latin American Training Center-Ground Division" (Centro da Divisão Terrestre de Treinamento da América Latina) será o nome inicial da Escola das Américas, que se localizava no "Fort Amador" da Zona do Canal. (MATTOS, 2013, p. 8)

Passar pelos cursos dessa Escola significava ter uma formação mais robusta, visto que se tratava de um local expressamente preparado para receber os latino-americanos e que foi lá o local escolhido para treinar os primeiros precursores e dirigentes do CIGS, operando com a lógica do combate ao "inimigo interno" e, portanto, "subversivo" ou "comunista", bem como turmas enviadas posteriormente, que cobrem o período entre 1957 a 1997.

Em 1971, o Senado dos Estados Unidos descobriu que o Exército norte-americano estava dando o treinamento da Escola das Américas compreendendo

> treinamento em "cordão policial e operações de busca, operações de contraguerrilha, tática militar de desfolhamento, inteligência eletrônica, o uso de informantes, inteligência insurgente, contra-inteligência, subversão, contra-subversão, espionagem, contra-espionagem, interrogatório de prisioneiros e suspeitos, como lidar com comícios e reuniões de massa, fotografia para o serviço secreto,

[125] Sobre o tema, ver, por exemplo: PADRÓS, Enrique Serra. As Escolas Militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina. In: *Outros Tempos*, Vol. 1 esp., 2007, p. 13-31 e também MATTOS, Dyonisius Dias de. *A infame academia*. A história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina (1959-1989). Porto Alegre: URGS. Trabalho de Conclusão de Curso, 2013.

> polígrafos, informações sobre como lidar com o populacho e controle de recursos, operações psicológicas, batidas e buscas policiais, tumultos, operações de guerra especiais, vigilância, terror e operações secretas." Até mesmo o título inócuo do curso da Escola de *Automotive Maintenance Officer* continha instruções sobre "as falácias da teoria comunista, organizações comunistas e comunismo versus Democracia." (SCHOULTZ, 2000, p. 396-397 – aspas do original)

É importante observar que se tratava do mesmo sistema definido nas doutrinas.

A integração entre franceses e americanos e a disseminação de tal macabra Doutrina na América Latina é atestada por Aussaresses, em entrevista à *Folha de São Paulo*

> **[FOLHA] - Em seu livro, há um capítulo em que o senhor narra os cursos de interrogatório e informação a oficiais no Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. Quais eram suas atribuições?**
> **[AUSSARESSES]** - Eu dava aulas nessa escola militar porque tinha sido instrutor das Forças Especiais do Exército Americano no Fort Bragg. Fui nomeado instrutor dos paraquedistas da infantaria americana em Fort Benning, na Geórgia, e me pediram para ser também instrutor em Fort Bragg, na Carolina do Norte. Isso foi nos anos 60. Nessa escola, encontrei oficiais estagiários das forças especiais de vários países da América do Sul.
> **[FOLHA] - Inclusive do Brasil?**
> **[AUSSARESSES]** - Exatamente. (DUARTE-PLON, 04/05/2008. Negritos do original).

Os Estados Unidos já vinham desenvolvendo treinamentos específicos para combates, mas com base em suas atividades contra os exércitos regulares da União Soviética, denominadas *Fulda gap*, "nome dado à doutrina militar dos Estados Unidos, desde o começo da Guerra Fria, quando se preparavam para uma guerra clássica contra a União Soviética e seus países satélites europeus"[126] (ROBIN, 2014, p. 223 - tradução da autora).

Mas, ao perceberem que esse tipo de técnica não se aplicava a movimentos sociais que emergiam em regiões sob sua área de influência, passaram a adotar o treinamento militar baseado na teoria de Trinquier:

[126] "nombre dado a la doctrina militar de Estados Unidos, que desde el comienzo de la Guerra Fría se preparaba para una guerra clásica contra la Unión Soviética y sus países satélites europeos".

> De fato, para compreender a originalidade francesa e o seu impacto determinante nos Estados Unidos, ainda que limitado no tempo, deve-se mergulhar novamente na história dessa escola muito especial que é a Psycological Warfere Center (Centro de Guerra Psicológica) de Fort Bragg. Criado oficialmente em maio de 1952, o centro contava com dois departamentos: o das "Operações Psicológicas" e o das "Forças Especiais" (os famosos "Boinas Verdes", cuja controvertida imagem está associada para sempre com a Guerra do Vietnam).[127] (ROBIN, 2014, p. 226, tradução da autora).

Os treinamentos nos Estados Unidos, além dos treinamentos dados fora de lá, por pessoal das escolas militares, movimentou enormes quantias de orçamento. Também movimentou o "mercado da guerra".

> Os programas de assistência econômica dos EUA reforçavam este treinamento militar. Já em 1964, o administrador da ADI – Agência de Desenvolvimento Internacional – David Bell, escreveu ao presidente Johnson que estava enviando números crescentes de pessoal da ADI para a Escola de Guerra Especial do Exército em Fort Bragg, e, em 1966, o bureau de assistência policial da ADI, o Gabinete da Segurança Pública, estava gastando 38% de todo o orçamento de assistência econômica para a América Latina para conduzir um treinamento em contra-insurgência urbana em todos os países, exceto Cuba. A administração Johnson enviou 23 consultores da polícia para o Brasil depois do golpe de 1964 de Castelo Branco, por exemplo, e seu trabalho suplementou o treinamento de centenas de policiais brasileiros (641 entre 1963 e 1971) que estudaram na Academia Policial Internacional da ADI, no velho galpão dos bondes de Georgetown, em M Street, em Washington. (SCHOULTZ, 2000, p. 397)

Por detrás de todo o temor da ameaça comunista, do beneficiamento aos senhores do capital, do silenciamento das demandas sociais, também esteve por detrás um grande mercado, que se esmerou para suplantar o sub-continente, colocando-o sob o jugo do neoliberalismo. Não sem motivos, o orçamento utilizado em assistência econômica foi justamente o de treinamento para a guerra contrarrevolucionária.

Ao longo do capítulo, destacam-se matérias jornalísticas acerca da localização e tipo de treinamento no CIGS, além do próprio Almanaque produzido

[127] De hecho, para comprender la originalidad francesa y su impacto determinante, aunque limitado en el tiempo, en Estados Unidos, hay que volver a sumergirse en la historia de esta escuela muy especial que es el Psychological Warfare Center (Centro de Guerra Psicológica) de Fort Bragg. Creado oficialmente en mayo de 1952, el centro contaba entonces con dos departamentos: las "Operaciones Psicológicas" y las "Fuerzas Especiales" (los famosos "boinas verdes", cuya controvertida imagen está asociada para siempre con la guerra de Vietnam).

pelo Centro. Conforme se pode observar, não foi explicado quais cursos são oferecidos nas diversas bases, restando mais uma dúvida sobre o tipo de ensinamento e contingentes nacionais e estrangeiros em treinamento. Outrossim, é importante compreender que, para além dos formados, o aspecto doutrinário impregnou-se na composição das forças de segurança. Esse é um aspecto muito importante: as repercussões de Manaus puderam ser sentidas em todo o Brasil e também no Cone Sul.

2.2 - Treinamento francês

O General Aussaresses é apontado pela jornalista Robin como o precursor, dentre os franceses, a ministrar treinamento sobre tais práticas no CIGS entre 1973 e 1975, enquanto era Adido Militar da Embaixada Francesa. O currículo de Aussaresses foi resumido da seguinte forma por Carta Maior:

> ex-adido militar francês no Brasil (1973-1975), chefe do batalhão de paraquedistas, ex-combatente na Indochina, ex-membro da contra espionagem francesa, herói da Segunda Guerra Mundial, fundador do braço armado dos serviços especiais, promotor do uso da tortura durante a guerra colonial na Argélia e, sobretudo, instrutor das forças especiais norte-americanas em Fort Bragg, o famoso centro de treinamento da guerra contrainsurgente, e no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus. (FEBBRO. O general francês que veio ensinar a torturar no Brasil. *Carta Maior*, 22/07/2012)

As teorias francesas no Brasil datam do final dos anos de 1950, quando as primeiras discussões dos franceses apareceram nos manuais:

> Os anos de 1957-61 são, portanto, os da importação do conceito francês de guerra revolucionária. Uma das revistas do Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, o *Mensário de Cultura Militar*, publica, em sua edição da primavera de 1957, um artigo intitulado “A guerra revolucionária”, traduzido pelo tenente-coronel Moacyr Barcellos Potyguara de um texto que saíra pouco antes na *Revue Militaire d’Information*, ligada ao Ministério da Defesa francês. Apresentado como a exposição dos “fundamentos” da GR [Guerra Revolucionária], o documento abrange os principais elementos teóricos utilizados posteriormente nos artigos, nas conferências e nos cursos destinados a oficiais brasileiros: os revolucionários têm como objetivo, a fim de derrubar o regime, a “conquista física e moral” da população. Para isso, empregam de um lado, “técnicas destrutivas” – entre as quais greves, “terrorismo”, “manejo das massas (comícios e

> desfiles monstro)", guerrilha – e "construtivas" – propaganda, formação de ativistas, enquadramento das massas graças ao estabelecimento de "hierarquias paralelas", construção de um aparelho governamental clandestino." (CHIRIO, 2012, p. 21, grifos e aspas do original).

Se, por um lado, a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária apareceu nos manuais no Brasil antes da criação do CIGS, sua existência tornou muito mais eficiente os treinamentos dados pelos franceses, porque puderam praticar, testando as técnicas.

A Escola Superior de Guerra (ESG) integrou às suas teorias a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária, importando da França esse conceito, o qual apareceu inicialmente na forma de artigos em revistas militares. A autora informa ainda que

> É ao Exército francês que cabe tal inovação doutrinária. Confrontado com o fracasso da Indochina e a guerra na Argélia, elabora, em meados dos anos 1950, uma análise do comportamento de um inimigo ideal-típico, seja ele independentista, subversivo, terrorista ou comunista. Por motivos diversos, alguns oficiais brasileiros voltaram rapidamente sua atenção para essa análise. Em primeiro lugar, em virtude de uma sensação de lacuna doutrinária – a perspectiva da guerra convencional ou nuclear parecia pouco adaptada à situação geopolítica do Brasil. Ora, no fim dos anos 1950 e logo no início da década seguinte, o aliado norte-americano, hegemônico nos domínios da instrução, do financiamento e da venda de armas, não dispõe de doutrina convincente a propor aos exércitos latino-americanos. Além disso, na época, vários generais do Exército brasileiro haviam sido discípulos da Missão Militar Francesa sediada no Brasil entre 1919 e 1939, por meio da qual mantiveram contatos e um laço intelectual e afetivo com o Exército francês. O Brasil e a Argentina, onde uma missão militar francesa permanente é instalada em 1960, constituem, assim, as portas de entrada na América Latina das teorias e técnicas francesas de luta antissubversiva. (CHIRIO, 2012, p. 20-21).

Na promulgação da Lei de Segurança Nacional, em 1967, previu-se a questão da "guerra revolucionária"[128], e coube então ao Estado brasileiro a formulação do ordenamento jurídico, de forma que embasasse da Doutrina de Segurança. No texto do Decreto-Lei de 13 de março de 1967, definiram-se as prerrogativas de ação do

[128] Conforme já ressaltado na introdução do trabalho, as forças de segurança utilizaram a terminologia Guerra Revolucionária e Doutrina de Guerra Revolucionária. No texto da Lei de Segurança Nacional, aparece a terminologia Guerra Revolucionária e, nesse caso, foi mantida a terminologia da letra da lei, fazendo-se a ressalva, como já especificado, que se trata de Contrarrevolucionária.

Estado, agora embasados juridicamente. No capítulo I, nas disposições preliminares lê-se:

> Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.
> § 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contrôle progressivo da Nação. (BRASIL, Decreto-Lei de 13 de março de 1967)

A integração entre as diferentes forças armadas, "Exército, Marinha, Aeronáutica, Policias Militares, entre outras" no combate ao inimigo interno é destacada no relatório da Comissão Nacional da Verdade que também aponta o vínculo entre as práticas repressivas no Brasil, os preceitos contrarrevolucionários e a assessoria francesa. Uma estratégia unificada

> (...) voltada para o "levantamento de informações", em que o interrogatório sistemático dos membros das forças opositoras ou das chamadas "redes de apoio" tem um papel fundamental. Um dos primeiros teóricos a se debruçar sobre o tema da "guerra revolucionaria", o militar francês Roger Trinquier, um veterano de guerra da Argélia, defendia que todos os membros de uma força opositora, quando nas mãos do Estado, fossem de imediato submetidos a interrogatório, na qualidade de fonte de informações importantes para o sucesso das operações de repressão, com o uso de uma "metodologia qualificada" de tortura. Consta que não apenas a obra de Trinquier era amplamente utilizada durante os cursos de formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras: outros militares franceses veteranos da Indochina e da Argélia, tais como o coronel Paul Aussaresses – antigo companheiro de pelotão de Trinquier – ministraram aulas de técnicas de interrogatório no Centro de Instrução de Guerra. (BRASIL, CNV, 2014a, p. 330, aspas do original)

Aussaresses reproduziu no Brasil os ensinamentos aprendidos em Argel e teorizados por Trinquier, para o qual as técnicas de tortura demandavam um racionalismo cartesiano, pois a "a tortura é a sina do terrorista, tal qual a artilharia antiaérea é a do aviador, e o fogo de metralhadora a do soldado de infantaria" (BRASIL, CNV, 2014, p. 694). Conforme a CNV,

> Militares franceses veteranos da Indochina e da Argélia ministraram pessoalmente curso de "Técnicas de Interrogatório" no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus, entre 1970 e 1973

> – onde se formaram as tropas da 3a Brigada de Infantaria de Selva, empregada nas operações no Araguaia. Entre os instrutores, havia um antigo companheiro de pelotão de Trinquier, o coronel Paul Aussaresses (BRASIL, CNV, 2014, p. 694).

Como se vê na passagem anterior, a formação doutrinária tão propalada pelo CIGS ao longo de sua história tem como elementos constitutivos o emprego das técnicas de combate ao inimigo interno: o civil, que estando sob a mira do Estado, tornava-se caçado. Aussaresses também afirma uso de tortura durante os cursos ministrados (AUSSARESSES, 2008, p. 161).

Coaduna-se assim, a Doutrina de Segurança com a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no quesito relativo ao inimigo interno e foi dessa última que se incorporou as noções de que, na guerra, não há que se preservar direitos humanos e que se pode ultrapassar os limites fixados nas convenções internacionais sobre o tratamento a ser dado ao prisioneiro.

Embora o Brasil, assim como outros países latino-americanos, fosse signatário da Convenção de Genebra desde 1949 e, no mesmo momento em que os ditadores vinham a público negar a prática de tortura e mesmo a existência de prisioneiros políticos, políticas para a prática do abuso da legalidade eram entranhadas como *modus operandi* de todas as forças armadas, incluindo-se aí policiais civis e militares, a título de preservação da ordem e da defesa da propriedade.

Perguntado sobre “a necessidade tática de acontecer a tortura” e sobre o conhecimento que ele, Ernesto Geisel, General-Presidente do Brasil entre 1974 e 1979, tinha de tais práticas, ele responde:

> Não, nem sempre. Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive o Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com descrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstancias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões, e assim, evitar um mal maior. (D’ARAÚJO; CASTRO,1997, p. 225)

A descrição de Geisel se coaduna com a ideia do entrelaçamento internacional dos serviços de informações, bem como a tentativa de testar-se várias práticas para o combate. Sua entrevista dá pistas de outros Estados envolvidos na prática da tortura e, para ele, o problema no Brasil é o da inexperiência e extroversão do pessoal. O Uruguai foi um dos Estados da região que esteve envolvido na prática da tortura. A presença lá de Dan Mitrione, um agente norte americano do FBI especializado em treinamentos de tortura, demonstra a intersecção dos serviços e as contingências que esses Estados criaram no treinamento de técnicas internacionais. Afora isso, coaduna com a prática da tortura, para "evitar o mal maior". Essa ideia, já discutida no primeiro capítulo da tese, demonstra a intersecção da preservação da tortura nos Estados, sendo assumida pelo General-Presidente. Além de Geisel, o Governo Juscelino envolveu-se diretamente nesse tipo de prática, por haver permissão, naquela época, de se conhecer práticas internacionais de tortura, conforme apontou Chirio (2012).

O objetivo do aniquilamento do opositor através da execução extrajudicial como nos casos dos esquadrões da morte e/ou exércitos paramilitares e o desaparecimento forçado, subsumi qualquer direito e ultrapassa toda legalidade, mesmo aquelas fixadas e acordadas internacionalmente.

Os analistas voltados para a região do Cone Sul, indicam que a perspectiva traçada pelo Estado, via Forças Armadas, de aniquilamento do inimigo interno, tem uma matriz de violência que se desenvolveu em dois âmbitos, particularmente no concernente aos denominados "guerrilheiros":

> 1. Com os instrumentos legais e as forças da ordem (uniformizadas, quer dizer, identificáveis), que devem prestar contas sobre sua atuação, em conformidade com o direito.
> 2. Com grupos secretos, paramilitares ou para policiais, que atuam com métodos ilegais e cuja existência o Estado desmente em público, não assumindo nenhuma responsabilidade por suas ações.
> No primeiro caso, o Estado atua como estado de direito. As ditaduras militares latino-americanas não foram estados de direito, mas atuaram em muitos casos segundo o descrito em segundo lugar. Portanto, se pode falar, nestes casos, de terrorismo de estado[129]. (SPITTA, 1993, p. 158 – tradução da autora).

[129] 1- Con los instrumentos legales y las fuerzas del orden (uniformadas, es decir, identificables), que deben rendir cuentas sobre su actuar conforme con el derecho.
2. Con grupos secretos, paramilitares o parapoliciales, que actúan con métodos ilegales y cuya existencia el estado desmiente en público, no asumiendo ninguna responsabilidad por sus acciones.

Ou seja, trata-se de terrorismo de Estado e o reconhecimento dessa característica está consolidado para vários países da região, mas ainda pouco sobre o Brasil, em que pesem as características comuns entre as doutrinas, as prédicas, as práticas etc. O reconhecimento de que se tratou de terrorismo de Estado, pelo uso e abuso de ações de lesa humanidade contra pessoas sem julgamento formal, reforça-se com as evidências da interligação entre os países nessa expansão repressiva do Estado a toda a sociedade. Ou seja, tratou-se de "guerra industrializada moderna", afirma McSherry (2009),[130] testada durante a Primeira Guerra Mundial e aprofundada na Guerra Fria, conclui após analisar o Condor e apontar que tais práticas extrapolam a Operação e se estendem como um Sistema (BARTOV, apud McSHERRY, 2009, p. 38).

> A guerra contrainsurgente, que se leva a cabo à sombra e utilizando as forças paramilitares e exércitos secretos que operam fora das ações legais dos Estados, aprofundou grandemente esta penetração e o controle da sociedade, mediante a seleção explícita da população civil como alvo de ataque, mais que para dirigir-se contra um exército opositor[131]. (McSHERRY, 2009, p. 38 – tradução da autora)

Em nome da segurança e da estabilidade o Estado instaura, assim, o terror; mas vai além, fixando o terror como política perene, dado que tais práticas configuram a cultura das corporações, corroborada sempre por políticas públicas que, quando não declaradas, as reafirmam pela omissão.

Em uma longa análise sobre o Terrorismo de Estado praticado em diversos países latino-americanos a partir das ditaduras versando sobre a guerra suja, Carlos Figueiroa Ibarra traz o testemunho de um torturador argentino.

> Aldo Rico, um dos agentes mais ativos da guerra suja na Argentina a expressou claramente: "É necessário fazer o prisioneiro falar de qualquer forma. Este é o tema e isto é o que se deve enfrentar. A guerra subversiva é uma guerra especial. Não há ética. A questão é se eu permito que o guerrilheiro se ampare nos direitos

---

En el primer caso, el estado actúa como estado de derecho. Las dictaduras militares latinoamericanas no fueron estados de derecho, sino actuaron en muchos casos según lo descrito en segundo lugar. Por lo tanto se puede hablar en estos casos de terrorismo de estado.

[130] "guerra industrializada moderna".

[131] La guerra contrainsurgente, que se lleva a cabo a la sombra y utilizando las fuerzas paramilitares y ejércitos secretos que operan fuera de las acciones legales de los Estados, profundizó grandemente esta penetración y el control de la sociedad, mediante la selección explícita de la población civil como blanco de ataque, más que para dirigirse contra un ejército opositor.

> constitucionais ou obtenho rapidamente a informação para evitar um dano maior.[132] (FIGUEROA IBARRA, 2001, p. 63 – tradução da autora).

Parte das técnicas praticadas nos países do Cone Sul, incluindo-se o Brasil, foram desenvolvidas na Argélia, conforme se deduz dos relatos de Robin (2014). Técnicas de afogamento, choques elétricos em diversas partes do corpo, manutenção de prisioneiros nus e queimaduras feitas com cigarros também são rememorados por Alleg (1959), expressando o quanto antigas técnicas, permeando processos de guerra empreendidos contra civis, orquestradas com a anuência de Estados que compreendem que parte de sua população é inimiga, somando-se a novas, como as privações sensoriais descritas por Terestchenko (2011), testadas amplamente nas Américas durante a vigência das ditaduras e aprimoradas para os combates no Iraque, após o 11 de setembro de 2001.

2.3. - Centros de treinamento

Para que a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária se firmasse e assumisse um papel preponderante na organização dos Estados sob a égide de ditaduras, foi necessário organizar o treinamento e promover a disseminação de sua ideologia.

Centros de treinamento desse teor não foram raros na América, embora se saiba mais e tenha se discutido mais sobre a Escola das Américas. Mas, também existiram outros que auxiliam na compreensão de como se formaram os agentes vinculados, direta ou indiretamente aos sistemas repressivos e demais conexões estatais que atuaram sob a égide da Contrarrevolução.

Segundo Robin (2014), em uma declaração em que assumia seu claro papel e o do Exército na Guerra Contrarrevolucionária, o General argentino Martín Antonio Balza, que foi Comandante em Chefe das Forças Armadas Argentinas entre 1992 e 1999, declarou que “sua boa fortuna (...) consistiu em haver sido enviado para

[132] Aldo Rico, uno de los agentes más activos de la guerra sucia en Argentina lo ha expresado sin ambages: Hay que hacer hablar al prisionero de alguna forma. Ése es el tema y eso es lo que se debe enfrentar. La guerra subversiva es una guerra especial. No hay ética. El tema es si yo permito que el guerrillero se ampare en los derechos constitucionales u obtengo rápida información para evitar un daño mayor.

formação à Escola de Oficiais de Lima, Peru, entre 1976 e 1978, no momento mais sangrento da ditadura [133]" *(*p. 190 – tradução da autora).

Sua primeira declaração aconteceu num Canal 11 de televisão argentino, em 1995, num horário de grande audiência. De acordo com a mesma autora, foi a primeira vez, desde o final da Ditadura, em 1983, que um alto cargo das Forças Armadas rompia o silêncio pactuado e iniciava denúncias sobre o período. Balza recebeu Robin (2014) para entrevista em 2003 e explica o que se fez na Argentina:

> eu diria que foi um coquetel político, ideológico, militar e religioso o que engendrou o regime mais criminoso de nossa história. E para a constituição desse coquetel, o ensino dispensado pelos assessores militares franceses a partir dos anos 50 desempenhou um papel fundamental. Ao que depois se agregará – mas o mal já estava feito – a influência dos norte-americanos...[134]. (p. 190 – tradução da autora).

Tratava-se da difusão, pelo mundo, da doutrina contrarrevolucionária iniciada nos anos de 1950, especializando Exércitos e, especialmente, treinando grupos que uniram militares e paramilitares na caçada ao "subversivo"; tendo, como prática, técnicas de tortura amplamente testadas contra os argelinos.

Tecnicamente, o combate ao "inimigo interno" utilizou como método o terror, ou seja,

> - além das forças de segurança regulares (exército, polícia, serviços de segurança) se constituíram formações paraestatais clandestinas, que parcial ou majoritariamente se compõem de membros das forças de segurança e que direta ou indiretamente dependem de suas estruturas de mando;
> - que estes comandos secretos paraestatais atuam por encargo, ou ao menos, em conivência do estado, e com o suporte logístico do aparato do estado, aplicando métodos terroristas contra os guerrilheiros ou contra pessoas consideradas como tais;
> - que estes grupos trabalham na clandestinidade, igual à guerrilha, quer dizer, que o estado – em que pese a ser cúmplice secreto-oficialmente nega qualquer responsabilidade para a atuação terrorista destes grupos.

[133] "Su buena fortuna (…) consistió en haber sido enviado en formación a la Escuela de Oficiales en Lima, Perú, entre 1976 y 1978, en el momento más sangrento de la dictadura".

[134] Yo diría que fue un cóctel político, ideológico, militar y religioso el que engendró el régimen más criminal de nuestra historia. Y, para la constitución de ese cóctel, la enseñanza dispensada por los asesores militares franceses a partir de los años 50 desempeñó un rol fundamental. A lo que después se agregará – pero el mal ya estaba hecho – la influencia de los norteamericanos…

> - que o estado precinde a presunção de inocência do cidadão, até que se prove contrário, doutrina básica do estado de direito, a favor de uma difusa presunção de culpabilidade, que pode recair em qualquer cidadão. O estado de direito delimita o número de possíveis malfeitores ao momento de lhes fazer o correspondente juízo. O terrorismo de estado expande o número de suspeitos; nem a absolvição da todas as acusações em um julgamento garante ao cidadão que grupos paraestatais de terror não executem medidas de violência contra ele posteriormente;
> - que o estado use o terror sistemático, incluindo a tortura.[135] (SPITTA, 1993, p. 159 – tradução da autora)

2.3.1 - O CIGS – complemento "sujo" da Escola das Américas

No Brasil, o local de formação para o uso dessa doutrina foi o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus[136]. Criado pouco antes do Golpe de 1964, foi justificado pela necessidade da defesa da Amazônia. A ideia parecia ser bastante simples: criar um local de treinamento onde parte do contingente do Exército Brasileiro pudesse aprender técnicas de sobrevivência na selva, bem como de defesa do território, quando em risco a soberania nacional.

Devido às vastas fronteiras brasileiras, há que se considerar a preocupação com o problema de segurança, da entrada e saída de estrangeiros ou mesmo de nacionais. Ao longo da história, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, preservar as fronteiras foi um dos aspectos bastante consideráveis na questão da

---

[135] - además de las fuerzas de seguridad regulares (ejército, policía, servicios de seguridad) se constituyeron formaciones paraestatales clandestinas, que parcial o mayoritariamente se componen de miembros de las fuerzas de seguridad y que directa o indirectamente dependen de sus estructuras de mando;
- que estos comandos secretos paraestatales actúan por encargo, o al menos en convivencia del estado, y con el soporte logístico del aparato del estado, aplicando métodos terroristas contra los guerrilleros o contra personas consideradas como tales;
-que estos grupos trabajan en la clandestinidad al igual que la guerrilla, es decir, que el estado -pese a ser cómplice secreto- oficialmente niega cualquier responsabilidad para el actuar terrorista de estos grupos;
- que el estado prescinde de la presunción de inocencia del ciudadano, hasta que no se le pruebe lo contrario, doctrina básica del estado de derecho, a favor de una difusa presunción de culpabilidad, que puede recaer en cualquier ciudadano. El estado de derecho delimita el número de posibles malhechores al momento de hacerles el correspondiente juicio. El terrorismo de estado expande el número de sospechosos; ni la absolución de todo cargo en un juicio garantiza al ciudadano que grupos paraestatales de terror no ejecuten medidas de violencia en contra de él posteriormente;
- que el estado use el terror sistemático, incluyendo la tortura.

[136] É importante destacar que o CIGS continua em funcionamento. Todavia, a análise posterior aos anos de 1990 não é objeto da pesquisa.

segurança. Por sua extensão, faz fronteiras com praticamente todos os países do continente latino-americano, à exceção do Chile e do Equador, na parte terrestre que perfaz um total de 15.735 km a que se acrescem 7.367 km na parte marítima. Ao longo da história do país, as fronteiras amazônicas tornaram-se foco de preocupação do Estado, porque aí a defesa do território nacional passava pela questão preliminar de integrar a região ao país.

> A fronteira física que carecia de inúmeros cuidados era a fronteira amazônica, esta sim realmente um grande perigo para a segurança nacional. Esta parte do Brasil estava separada efetivamente do corpo do território da nação. Para Sodré (1941, p. 108), "a região amazônica do Oeste nunca deixou de oferecer os mais sérios obstáculos à expansão humana, obstáculo de natureza geográfica, de natureza climatérica, de natureza étnica". Esta é uma preocupação que vai permear os estudos voltados para a questão das relações internacionais e particularmente os relativos à segurança nacional até a ditadura de 1964. (SILVA; DALMORO, 2014, p. 36-37).

Assim, por estar afeto à área de segurança nacional esse órgão, criado como um estabelecimento de ensino militar bélico, manteve-se até 2013 "subordinado ao Comando Militar da Amazônia e vinculado tecnicamente à Diretoria de Especialização e Extensão/Departamento de Educação e Cultura do Exército" (DIVERIO, [201-?]).

A ideia definida no CIGS era, desde a sua fundação, permanecendo como preceito, a de desenvolver o treinamento para a Selva e conjuntamente, realizar "pesquisas e experimentações doutrinárias, para a defesa e proteção da Amazônia" (DIVÉRIO, [201-?], p. 3). Para tanto, era necessário incrementar as atividades com técnicas modernas que fossem capazes de trazer para esse local uma formação mais aprofundada em termos teóricos, pois

> Naquela época, o Exército ressentia-se da falta de uma unidade capaz de especializar militares no combate na selva e de constituir polo irradiador de doutrina de emprego de tropa nesse complexo ambiente operacional amazônico. Tais fatores, sem dúvida, inspiraram a criação do CIGS, que veio preencher uma lacuna existente no Exército que ainda ocupava de maneira muito modesta esta parte do território nacional de inestimável valor estratégico. (DIVÉRIO, [201-?], p. 3)

É de se notar que, desde então, a segurança nacional significou tanto a defesa do território, como a formação para tal atuação. Isso posto, a incorporação dos preceitos da Doutrina de Segurança e dos princípios da Guerra Contrarrevolucionária não foram estranhados; aliás, parece que este foi o quesito mais bem sucedido das ações desse Centro, dado que, apesar dos inúmeros e variados esforços para integrar "econômica e logisticamente esta parte da fronteira amazônica ao 'restante' do Brasil -quase todos malograram". (SILVA; DALMORO, 2014, p. 36-37). Referem-se os autores à série de intentos fracassados e de investimentos inúteis promovidos pelos militares, denominada inicialmente Operação Amazônica (OA) e da qual deriva a transformação de órgãos já existentes na SUDAM em 1966, pelo decreto nº 5.166 e todas as medidas contidas no Programa de Integração Nacional, de 1970 (SANTANA, 2009).

Por todos os conflitos que tais medidas geraram, norteadas pelos preceitos do inimigo interno contidos na Doutrina de Segurança Nacional, na lógica da Guerra Fria e sob o jugo do bonapartismo que atuava pelo alto, ignorando a dinâmica própria da região, a defesa militar da Amazônia tornou imperativa a adoção de estratégias próprias – preparar o exército para a guerra na selva. Daí que em 1970, exatamente quando as ações armadas contra a ditadura adquiriram notoriedade, o CIGS mudou de nome, passando a chamar-se Centro de Operações na Selva e Ações de Comando (COSAC), no interior do programa de ampliar a transferência de tecnologias internacionais desenvolvido pelo SNI a partir de 1969. Tal denominação se modificou novamente em 1978, retornando o nome CIGS.

2.4 - Treinamento do CIGS

Desde sua criação, em 1964, o CIGS já formara cerca de cinco mil homens nos seus cursos; alguns deles, pertencentes a Exércitos estrangeiros. Além de formar militares, o Centro promovia, e ainda o faz, formação para civis, desde que os mesmos tenham noções militares básicas.

Os primeiros dirigentes do CIGS já haviam sido formados na Escola das Américas, com o objetivo de que pudessem desenvolver técnicas de combate na

selva. No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o general Álvaro de Souza Pinheiro, explica que

> nós tivemos equipes nossas que foram fazer o curso para fundar o nosso centro. Naquela época o americano cultivava a cultura do *jungle expert*, o curso era para formar especialistas em selva e eles usavam uma caravela no peito, uma caravela branca com fundo azul. (BRASIL, CNV, Vol. 1, 2014, p. 333)

Ainda no mesmo trabalho, a partir do depoimento do Sargento do Exército João Santa Cruz Sacramento, a CNV conseguiu identificar a primeira equipe que foi para lá:

> coronel Teixeira, major Thaumaturgo, capitão Fregapani, tenente D'Alencar, tenente Bueno, que saiu até general, sargento Sobreira, sargento Reginaldo, sargento Afrânio. Então esses foram os primeiros instrutores que foram fazer o Panamá (BRASIL, CNV, Vol. 1, 2014, p. 333).

Como marco fundador da entidade, a atuação do Coronel Teixeira recebeu grande destaque. Em documentos do próprio Centro em sua página na internet, os colegas de trabalho e cursistas de Selva o denominam "carinhosamente" como Teixeirão (CIGS, *RESUMO HISTÓRICO*, s/d).

Dos nomes destacados pela CNV acerca da participação na formação na Escola das Américas, um dos diretores do CIGS também teve sua identificação

> entre os nomes listados, cabe ressaltar o general Thaumaturgo Sotero Vaz (capitão, à época), que esteve na Escola das Américas de 1962 a 1964. Oficial de Infantaria do Exército, foi paraquedista e recebeu, em 1969, a Medalha do Pacificador. Participou da repressão a guerrilheiros no Araguaia, durante a primeira operação, comandando um destacamento de paraquedistas, sobressaindo no resgate do corpo do cabo Rosa. De 1966 a 1968, foi instrutor no Centro de Estudos do Pessoal, no Forte do Leme. De 1968 a 1970, Thaumaturgo foi instrutor no CIGS, escola militar que dirigiu na década de 1980. (BRASIL, CNV, vol. 1, 2014, p. 333).

Portanto, a finalidade da proteção à Amazônia possibilitou a incorporação, desde os primeiros momentos, dos preceitos de combate ao inimigo interno, no caso em particular, os integrantes da Guerrilha do Araguaia e todas as pessoas acusadas de terem conhecimento dela, direta ou indiretamente. Os aspectos da formação dos

instrutores de pessoal, que atuaram no CIGS, são importantes para que se possa compreender a extensão que essa formação trouxe nas doutrinas aplicadas e desenvolvidas no Brasil e na América do Sul sob ditaduras. Na realidade, tratou-se de um local em que doutrinas e táticas de combate ao inimigo foram aprendidas e testadas, o que torna tal Centro bastante elucidativo do teor da repressão que se desencadeou a partir do Golpe de 1964 no Brasil. A preocupação com a inovação é marca do Centro, que "já em 1967, [fez] o emprego de helicópteros nas atividades do COS [Curso de Operações na Selva], fruto da experiência obtida pelos pioneiros junto ao Exército estadunidense, que empregava esse meio aéreo na Guerra do Vietnã". (DEFESANET, Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) completa 50 anos, 10/11/2014), demonstrando a triangulação internacional, conforme se vem demonstrando.

A formação militar no CIGS passava e ainda passa por algumas etapas. Em um vídeo da Amazon Sat, disponível no Youtube[137], diversos militares responsáveis por setores da Escola explicam sobre o Centro e como o curso ocorre, referindo-se ao ano de 2013.

De acordo com o vídeo, a localização desse Centro ocupa uma região quatro vezes superior ao tamanho da cidade de Manaus, a capital do Estado do Amazonas. Em sua fala, o Coronel de Infantaria Edmundo Palaia Neto, que comandou o CIGS entre 2011 e 2012, explica que a área de instrução do Centro está num polígono de cerca de 40 X 60 quilômetros quadrados, com bases de instrução que são os locais onde acontecem os cursos de Guerra na Selva, a *especialidade* desse Centro. São sete as unidades que pertencem ao Centro dentro dessa região sendo, um deles, o próprio Quartel do CIGS. Em cada um dos locais, realizam-se tipos diferentes de instrução para os Guerreiros de Selva – militares em treinamento-, sendo uma para sobrevivência; numa segunda, as instruções técnicas que não precisam de água. Numa terceira base, acontecem as instruções que precisam de água, utilizando barcos com motor de popa, salto de helicóptero no rio. As demais bases, o entrevistado explica que servem para atender às demandas de cada curso. O CIGS informa que

[137] Disponível em: Amazon Sat. https://www.youtube.com/watch?v=PPQ3BAjN8qM. Acesso em 21/05/2015

> Os Cursos de Guerra na Selva, de duas categorias, a princípio (um para Oficiais e outro para Subtenentes/Sargentos), passaram, a partir de 1971, a abranger três categorias:
> Categoria "A" - Para Oficiais Superiores
> Categoria "B" - Para Capitães e Tenentes
> Categoria "C" - Para Subtenentes e Sargentos (CIGS. Almanaque, 2010, fl. 2)

Atualmente, cada curso dura onze semanas, dividido em três fases, informa o Major Mota. Na primeira, sobre a vida na selva, o candidato aprenderia sobre como sobreviver, conseguindo água e alimentos. Na segunda fase, dentre as técnicas, aprende-se sobre tiro, emprego de aeronaves nos combates, técnicas de infiltração fluvial, emprego de embarcações, técnicas de orientação fluvial e terrestre. A terceira fase do curso, versa sobre operações, planejando o que é denominado por Mota como pequenas frações, momento em que os conhecimentos aprendidos nas fases anteriores deverão ser empregados. Realizam patrulhas, operações ofensivas e defensivas na Selva.

Os candidatos, explica ainda Mota, são submetidos a provas físicas, de conhecimentos cognitivos e exigências na parte afetiva, ou seja, equilíbrio emocional e estabilidade. Notadamente, desconhece-se o conteúdo trabalhado. O CIGS ainda é um lugar pouco conhecido na história. Seu papel pouco discutido.

No período ditatorial, oficiais e agentes diversos das forças armadas brasileiras e estrangeiras aportavam aí com a finalidade de receber treinamento sobre a Guerra de Contrarrevolucionária, muitos deles após uma estadia na Escola das Américas.

O trânsito dos militares em formação, dos Estados Unidos para o CIGS era recorrente, tal prática é extensiva a militares estrangeiros do Cone Sul e os indícios apontam que a parte “mais suja” do aprendizado sobre essa Guerra ficou a cargo do Brasil. Conforme recupera Duarte-Plon (2016) das declarações do general Aussaresses,

> a formação dos militares brasileiros e sul-americanos nos EUA, onde ele e outros franceses ministraram, na década de 1960, cursos sobre a Batalha de Argel. Contou que seu ensinamento teve prosseguimento no CIGS, em Manaus, e na Escola Nacional de Informação, em Brasília.
> "Foram os brasileiros que me pediram para fazer conferências sobre a guerra contrarrevolucionária, que no início chamávamos de guerra

> antissubversiva", contou o militar. (DUARTE-PLON, 2016, p. 156 – aspas do original).

Aliás, a considerar o documento a seguir, a finalidade da formação no uso dos preceitos afetos ao combate ao inimigo interno, com o uso das técnicas da Guerra Suja, com assessoria francesa, se colocou desde a criação do Centro:

> Um Centro de Instrução de Guerra na Selva acaba de ser criado a 60 quilômetros de Manaus, na Amazônia. Ele será inaugurado em setembro. Terá como finalidade formar oficiais e suboficiais das três Armas e receberá estagiários estrangeiros. Terá também por missão montar exercícios especiais para as unidades constituídas. A duração dos cursos será de 4 a 5 semanas. Os oficiais que formarão a primeira turma de instrutores se encontram atualmente em estágio no Forte Sherman, na Zona do Canal do Panamá. (Do agente Jean WARTE ao Ministério da Defesa Francês. Relatório de 6 de julho de 1966 *apud*. DUARTE-PLON, 2016, p. 63)

O número de oficiais estrangeiros que passou por esse Centro durante aqueles anos não é conhecido; pois, as informações oficiais contraditam declarações documentadas. Assim, por exemplo, a quantidade de chilenos que fez estadia no CIGS, conforme dados oficiais do próprio Centro, não teria passado de oito.[138] Mas, em entrevista a Robin (2014), Contreras, o chefe da *Dirección Nacional de Inteligencia* (DINA), do Chile, informa ter ocorrido o envio constante de oficiais chilenos para treinar no Brasil; o que, por si só, já demonstra a preocupação do Governo de Pinochet em treinar seus homens nesse tipo de doutrina.

A consolidação dos preceitos da contrarrevolução, através de estratégias e táticas testadas pelo CIGS inicialmente na Amazônia, teve como um de seus principais mentores o já citado General francês, cuja convivência com os militares que lideravam a ditadura é sobejamente conhecida:

> De 1973 a 1975, como coronel do Exército francês, Aussaresses foi adido militar em Brasília. Nessa temporada brasileira, no final do governo Médici e início do governo Geisel, tornou-se amigo do general Figueiredo e foi próximo do então coronel Carlos Alfredo Malan de Paiva Chaves. Em Brasília, o coronel francês fez palestras na Escola Nacional de Informação (Esni) e, em Manaus, deu aulas regulares no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Sua eleição para a presidência da Associação dos Adidos Militares no

[138] Mais à frente, veremos por outra fonte, que o contingente de chilenos treinados em Manaus foi maior do que o que está apresentado pelo Portal G1.

> Brasil deveu-se, certamente, ao reconhecimento de sua experiência e do prestígio junto aos colegas fardados que governavam o país. (DUARTE-PLON, 2016, p. 29)

Embora Aussaresses considerasse importante trazer a público sua passagem pela Argélia – publicou dois livros sobre o tema -, e também sobre o período em que esteve e atuou no Brasil, os dados que fez de formação sobre o Centro ou sobre a Escola Nacional de Informações (EsNI) onde também foi instrutor, são superficiais. É possível concluir daí duas hipóteses: ou a formação não era importante – e parece não ser esse o caso -, ou era secreta o suficiente para pouco ser mencionada nos relatos que deixou para a história. A segunda hipótese parece denotar maior coerência, a considerar a resposta que Aussaresses deu à jornalista, quando inquirido sobre o tema:

> Em *Je n'ai pas tout dit*[139] há um capítulo sobre sua experiência de dois anos no Brasil, em Brasília e no Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. Quais as suas atribuições em Manaus, o senhor ensinava técnicas de interrogatório e estratégias da Batalha de Argel, não?
> PA [Paul Aussaresses]: Eu ia à Amazônia porque havia uma escola militar das Forças Especiais que pertencia às forças armadas brasileiras, o Centro de Instrução de Guerra na Selva [CIGS]. Nos anos 1960, eu tinha sido instrutor das Forças Especiais [Serviço Secreto] do Exército americano em Fort Bragg. Fui nomeado instrutor dos paraquedistas da infantaria americana em Fort Benning, na Geórgia, e me pediram para ser instrutor das forças especiais em Fort Bragg na Carolina do Norte. E foi nessa escola que conheci oficiais estagiários das forças especiais de diversos países da América do Sul. (DUARTE-PLON, 2016, p. 171)

A conclusão da segunda hipótese é reforçada por outro fator apontado pela autora da entrevista, ou seja, o de que a documentação ultrassecreta que contém os relatórios dele ao Ministério da Defesa francês, classificados de "Secret Défense", a que ela teve acesso, "não há nenhuma menção à sua atividade de conferencista no CIGS" (DUARTE-PLON, 2016, p. 171).

Tais evidências conferem às declarações desse adido imensa importância, pois espelham as interconexões entre os franceses e os norte-americanos em suas

[139] O livro intitulado Je n´ai pas tout dit - Ultimes révélations au servisse de la France, resultou de uma longa entrevista dada por Aussaresses a Jean-Charles Deniau em colaboração com Madeleine Sultan. Ver: AUSSARESSES, Paul. *Je n'ai pas tout dit*: Ultimes révélations au service de la France. Paris: Editions du Rocher, 2008.

assessorias aos países latinos sob ditaduras – a triangulação. Note-se, por exemplo, que as bases norte-americanas de Fort Bragg e Fort Benning, onde o general/instrutor ministrou cursos sobre “Interrogatórios coercitivos” entre os anos de 1961 a 1963, (DUARTE-PLON, 2016, p. 63), são os locais de onde saiu grande parte das forças armadas daquele país que intervieram em vários países latino-americanos nos anos de 1950, em particular na América Central.

A vinda de Aussaresses ao Brasil como adido entre os anos de 1973 a 1975 coincide com o período de maior violência contra o “inimigo interno”, pois se tratava de combater a guerrilha. Afora a ciência do governo francês sobre sua atuação no Brasil, também o Governo dos Estados Unidos sabia exatamente o que se processava, denotando que, embora houvesse disputas de mercado entre o imperialismo norte-americano e o francês, no campo econômico,[140] na atuação de combate ao “comunismo”, à “subversão”, ao “terrorismo”, havia uma consonância entre as “nações livres”.

> Você tinha uma carta de missão?
> - Não, mas minha hierarquia, no Brasil, em nível diplomático, e na França em nível militar, sabiam o que eu fazia. E o melhor, os americanos estavam conscientes. Eu tinha estado com eles nas trocas de letras designando um oficial de ligação e instrutor ao Brasil. Os americanos verificaram minhas fichas(arquivos). Se eu não tivesse alguma coisa boa para os Estados Unidos, o embaixador americano teria respondido negativamente à Divisão de Inteligência de Estado-Maior do Exército do Brasil e eu não teria sido nomeado. [141] (Aussaresses, 2008, p. 157-158 – tradução da autora – revisão da tradução: Wagner Jacinto Oliveira)

[140] Sobre as relações econômicas entre o Brasil e a França ao longo do século XX, ver, entre outros: ARAÚJO, 2009; LESSA, 2000; SANTOS, 2014. Tais autores destacam que a participação de Aussaresses no Brasil como adido militar teve como objetivo principal ampliar e ou consolidar as relações entre o Brasil e aquele país na comercialização de armas, aproveitando-se de um momento em que a ditadura brasileira começava a manifestar algum descontentamento com as regras impostas pelo parceiro maior, os Estados Unidos, o que se aplica também, segundo eles, às outras ditaduras do Cone Sul. Cf.: ARAÚO, Rodrigo Nabuco de Araújo influência francesa dentro do exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? In: REVISTA ESBOÇOS: Revista do Programa de pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: 2009; LESSA, Antônio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. Revista Brasileira de Política Internacional, vo.43, dez. 200, pp. 28 a 58. SANTOS, Luciano Felipe dos. Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso. Mestrado. USP, 2014.

[141] *Est-ce que vous aviez une lettre de mission* ?
- Non, mais ma hiérarchie, au Brésil au niveau diplomatique et en France au niveau militaire, savait ce que je faisais. Il y a mieux : mêrne les Américains' étaient au courant. Il y avait eu avec eux des échanges de lettres désignant un officier de liaison et instructeur au Brésil. J' étais lecandidat officiel. Les Américains ont vérifié mon dossier. Si j'avais eu quoi que ce soit qui ne soit pas bon pour les

Afora a intersecção das atividades desenvolvidas dentro dessa conexão repressiva que atuava de forma sistêmica, destaca-se a evidente subordinação das forças armadas brasileiras aos ditames norte-americanos, dado que sem a anuência do comandante maior, “ele não teria sido nomeado”. Ou seja, ele não fora indicado pelos norte-americanos quando da decisão de que era necessário designar-se um oficial “de ligação e instrutor ao Brasil”, mas sem o aprovo daquele país, nada teria acontecido.

Dos homens que Aussaresses encontrou no Brasil, e que já haviam estudado em Fort Benning, um em especial chama a atenção: o General Gordon. Esse oficial esteve à frente da Central Nacional de Informações (CNI) do Chile, que substituiu a DINA a partir de 1980, após ter sido treinado em Fort Benning nos Estados Unidos. Mas o que revela o general francês é que eles se conheciam, não desde aquele país apenas, mas também do período em que Gordon fora adido militar do Chile no Brasil. A simpatia que os unira ajudou Aussaresses a alavancar a nova fase da carreira de ambos, após passarem para a reserva: vender armas da empresa Thomson. (Aussaresses, 2008, p. 143-144).

Suas relações com o Chile não terminam em Gordon. Embora não tenha conhecido pessoalmente Contreras, chefe da DINA, de alguma maneira mantinham contato. Era Contreras que enviava a cada dois meses um contingente de homens para participar do treinamento em Manaus. Variavam, de acordo com Aussaresses, de três a dez (Aussaresses, 2008, p. 172). Além de Gordon, Aussaresses se recordou que também treinou o jovem oficialato da Venezuela e da Argentina (Aussaresses, 2008, p. 160).

2.5 - A integração entre as polícias

O entrelaçamento das informações entre as forças armadas dos diferentes países compôs uma interlocução que durou mais de uma década de colaboração ininterrupta de atividades de denúncias, delações, suspeições, seguindo todos os

---

États-Unis, l' ambassadeur américain aurait répondu négativement à la Division Renseignement de l'État-major des Armées du Brésil et je n'aurais pas été nommé.

preceitos da Guerra Contrarrevolucionária. Essa interlocução fica clara na documentação encontrada.

Mas quando se pensa na interligação repressiva não se atenta, em um primeiro momento, que tal tivesse como protagonistas também policiais não diretamente vinculados às forças armadas de carreira.

Ao longo da pesquisa, pôde-se verificar o aparecimento de dados e mesmo publicações tratando da frequência de oficiais estrangeiros em centros de treinamento dos diversos países que interconectaram suas repressões. Havia as formações nacionais voltadas para seus próprios quadros, mas neles era comum a presença de militares de outros países. Portanto, não foi monopólio do Brasil colaborar na formação de militares de outros países. Mas não se tratava apenas da integração entre os países: a essa se acrescia a expansão da integração entre as forças armadas – policiais civis e militares.

Tal evidência, já bastante analisada aqui no Brasil relativamente ao entrelaçamento das forças internas do país, encontra coetânea em outros países da região, mas com um espectro mais amplo. Ou seja, a integração das forças policiais civis e militares de mais de um país.

Assim, por exemplo, em uma macabra indicação manuscrita na parte de baixo de um documento que inquiria sobre a existência de chilenos suspeitos de subversão entre os trabalhadores de Itaipu, se lê: “gentileza dos Carabineros do Chile”.[142] Ora, que a Usina bilateral entre o Brasil e o Paraguai tinha Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) alocadas nas dependências do canteiro de obras é fato conhecido. Mas o que faziam policiais militares afetos a guarda chilena em um esquema que primou pelas delações, aprisionamentos, desaparecimentos, sequestros e traslados de suspeitos interfronteiras, ou seja, nas práticas da Guerra Contrarrevolucionária?

Pois os carabineiros representam outra força armada, composta por policiais, que atua paralelamente à dos militares de carreira e têm uma longa trajetória na história chilena:

[142] *AH.* Documento 00046F0537. Sem data. (?) Relações Exteriores, (?) Salvocondutos otorgados por nacionalidad. Origem: Lista nominada por gentileza dos Carabineros de Chile. Parte do documento está apagado. Sobre a discussão desse documento e a intersecção entre as AESIs de Itaipu e os Carabineros do Chile, *ver* SILVA, J. 2010, p. 122 e seguintes.

> Em 1927, o presidente Carlos Ibáñez del Campo decretou a fusão dos distintos corpos policiais existentes no país. Por meio do DFL Nº 2.484, as polícias municipais, fiscais e de carabineros se unificaram sob o nome de Carabineros de Chile, concretizando assim a ideia de entregar ao Estado central o monopólio das forças policiais.
> Esta iniciativa teve fortes reparos de parte da elite política, que viu nela a criação de uma verdadeira guarda pretoriana em torno do presidente.[143] (CARABINEROS de Chile. *Memoria Chilena,* s/d, s/p. - tradução da autora).

Além disso, os Carabineiros possuíam também sua escola de inteligência que, não apenas os interligava às forças repressivas chilenas, mas ajudou a formar policiais paraguaios, além de funcionar como prisão política. A Escola de Carabineros para o qual possivelmente se destinaram gerações de oficiais paraguaios foi descrita da seguinte forma pela *Comissão Valech[144].*

> Este recinto estava localizado na Rua Dieciocho de frente ao número 229, havia sido ocupado pela empresa do diário El Clarín, e passou ao poder dos Carabineros. Ali se instalou a Escola de Inteligência de Carabineros, alguns de cujos professores não foram só membros da DICAR, mas também do Comando Conjunto. (...) Neste segundo imóvel se mantiveram detidos, em segredo, distintos presos do PC.[145] (CHILE. *Comission Valech*, Tomo 2, 1996, p. 743 – tradução da autora).

Foi esse o lugar em que paraguaios iam treinar e, após voltar ao seu país, recebiam diversas homenagens e progressões de carreira.

Para que o aparato estatal funcionasse de acordo com os expedientes das Doutrinas, era necessário organizar o aparato armado, de forma que houvesse uma integração de atividades, ao mesmo tempo em que se subdividia funções. Pois as

---

[143] En 1927, el presidente Carlos Ibáñez del Campo decretó la fusión de los distintos cuerpos policiales existentes en el país. Por medio del DFL Nº 2.484, las policías municipales, fiscales y de carabineros se unificaron bajo el nombre de Carabineros de Chile, concretando así la idea de entregar al Estado central el monopolio de las fuerzas policiales.
Esta iniciativa tuvo fuertes reparos de parte de la elite política, que vio en ella la creación de una verdadera guardia pretoriana en torno al presidente.

[144] A Comissão Valech foi criada no Chile para apurar o desaparecimento forçado e mortes. Se constatou nessa comissão mais de 40 mil pessoas vítimas da ditadura Chilena, entre torturados, mortos e desaparecidos. Foi presidida pelo Monsenhor Sergio Valech e por isso recebeu esse nome, em sua homenagem.

[145] Este recinto estaba ubicado en calle Dieciocho frente al Nº 229, había sido ocupado por la empresa del diario El Clarín y pasó a poder de Carabineros. Allí se instaló la Escuela de Inteligencia de Carabineros, algunos de cuyos profesores eran miembros no sólo de Dicar sino también del Comando Conjunto. Colindante a este edificio existe otro inmueble comunicado con él, en cuya parte posterior funcionó el Comando Conjunto (…). En este segundo inmueble se mantuvo detenidos, en secreto, a distintos presos del PC.

forças armadas existem para defender a nação de ameaças externas enquanto a segurança pública fica a cargo das forças policiais. A integração dessas duas forças explicita, por um lado, o desvirtuamento das funções das primeiras, que aplica os preceitos da guerra voltada para o perigo externo no combate à sociedade civil e, por outro, anula as forças voltadas para a segurança pública, que passam a atuar contra aqueles que deveria proteger.

A confluência entre tais forças é atestada, por exemplo, no relatório intitulado Las Comisiones de la Verdad en América Latina. Ao longo do documento, os autores fazem questão de se referir sempre à ação das Forças Armadas e policiais e apontam como nos diferentes países do Cone Sul, a busca pela verdade perpassa pela inquirição a

> documentos confidenciais que circulam no interior d**as forças armadas e policiais**, em forma de teses, ordens, planos de ação, estratégias, doutrina e filosofia de guerra interna, etc. suas próprias publicações (revistas, boletins, livros) são uma fonte que não se pode descartar. Sua vaidade os leva a expor ali seus pontos de vista, justificando as violações aos direitos humanos, e informar das promoções concedidas pelos "serviços especiais à pátria", e presentear a seus guerreiros condutores. Ainda que sejam raros, em diversos países tem havido casos de efetivos militares e policiais, que não concordam com a guerra suja, ou que têm dores de consciência, ou se sentem traídos por seus chefes, e que têm dado uma valiosíssima informação sobre as estruturas oficiais do terror. [146] (CUYA, 1996, p. 12 – tradução da autora, grifos no original)

Tal qual o Brasil, a unificação das polícias, subordinadas ao Exército como forças auxiliares, garantiu ao poder central o controle sobre todo o contingente armado dos diferentes países.

---

[146] documentos confidenciales que circulan al interior de las fuerzas armadas y policiales, en forma de tesis, órdenes, planes de acción, estrategias, doctrina y filosofía de guerra interna, etc. sus propias publicaciones (revistas boletines, libros) son una fuente que no hay que desechar. Su vanidad les lleva a exponer allí sus puntos de vista, justificando las violaciones a los derechos humanos, e informar de los ascensos otorgados por "servicios especiales a la patria", y presentar a sus guerreros conductores. Aunque son raros, en diversos países han habido casos de efectivos militares y policiales, que discrepan con la guerra sucia, o que tienen remordimientos de conciencia, o se sienten traicionados por sus jefes, y que han aportado una valiosísima información sobre las estructuras oficiales del terror.

Tal confluência ocorre aqui desde a ditadura capitaneada por Getúlio Vargas, cumprindo a função de garantir que todos estivessem a serviço da ditadura e não mais a serviço da população ou da nação.

> Analisando a história da formação das polícias militares podemos perceber que as suas práticas no decorrer da história cada vez mais foram dando sustentação para as instituições políticas e a consolidação dos projetos políticos existentes no Brasil. Como por exemplo, (...) no período Vargas, onde as polícias militares, centralizadas no Estado foram importante instrumento de manutenção do aparelho ideário e da ditadura de Vargas. (RIBEIRO, 2011, p. 10)

A consolidação da unidade policial deu-se, ainda segundo esse autor, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Tal fato, afirma, contribuiu para conferir a essa força policial brasileira, um teor militarizado, dado o treinamento para a guerra junto com o Exército, inclusive com a criação de uma hierarquia similar à dessas forças.

Discutindo o período após o início da Ditadura de 1964, quando o Estado lançou mão do controle do aparato diretamente, como forma persecutória, Souza e Morais (2011, p. 8) apontaram que

> A Constituição Federal de 1967, seguindo a tradição brasileira, manteve as Polícias Militares como reserva e forças auxiliares do Exército. Entretanto, introduziu uma novidade: a fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as Guardas Civis e incorporou seus efetivos às Polícias Militares, que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades e sob tutoria do Exército brasileiro.
> Em 1967 foi criada a Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército (IGPM) - Decreto-lei n° 317, de 13 de março de 1967, e Decreto-lei n° 667, de 2 de junho de 1969 - destinada a supervisionar e controlar as Polícias Militares estaduais. Cabia à IGPM estabelecer normas reguladoras da organização policial, controlar os currículos das academias de polícia militar, dispor sobre os programas de treinamento, armamentos, manuais, e regulamentos utilizados pelas Polícias, além de manifestar-se sobre as promoções dos Policiais Militares, esse controle irá influenciar profundamente o perfil das Polícias brasileiras.

Não é necessário relembrar as diversas denúncias de atuações policiais no Brasil durante os anos de 1960 a 1990 - e mesmo posteriormente - para

compreendermos o alcance da formação militarizada que as polícias receberam (e recebem).

No Chile, o reconhecimento da integração dessas forças passa também pela exposição da evidência da subordinação das forças civis às militares e que tal enclave, vigente em períodos mais recentes, é impeditivo da efetivação da democracia.

> Ao começar o governo democrático, se evidenciou que o regime militar não só havia imposto enclaves autoritários que não seriam eliminados até as reformas constitucionais de 2005, senão que também havia aperfeiçoado e institucionalizado uma estrutura de tomada de decisões nesse âmbito, que estabelecia uma certa primazia dos militares sobre os civis, na lógica da doutrina de segurança nacional. Embora os desafios reais da segurança se relacionassem com o delito e a segurança pública, os obstáculos ao funcionamento democrático e à liderança civil provinham das Forças Armadas, não das polícias.[147] (PNUD, 2014, p. 428-429)

Nas apurações de casos ocorridos com indícios de graves violações aos direitos humanos, a *Comissão Valech* apontou "no que diz respeito ao corpo de Carabineros, em geral, se aprecia uma atuação coordenada e, ás vezes, conjunta com o Exército e, em alguns casos, de subordinação a este".[148] (Valech, Tomo 1, p. 112 – tradução da autora). De fato, se observarmos os resultados encontrados pela *Comissão Valech*, veremos um grande número de vítimas detidas ou aprisionadas pelos Carabineros ou detidos em suas instalações. Além disso, são diversas as denúncias da intersecção entre essa força com o Exército do Chile.

A presença de paraguaios na Escola de Carabineros no Chile, oficialmente, tinha como objetivo a observação ou estudos no Departamento de Menores de Carabineros (AH. Documento 0203F1976, de 16/05/1977).

Além desse tipo de "visita técnica", a Escola de Carabineros fornecia regularmente bolsas de estudo aos paraguaios. Em janeiro de 1978, dois cadetes

[147] Al comenzar el gobierno democrático, se evidenció que el régimen militar no solo había impuesto enclaves autoritarios que no serían eliminados hasta las reformas constitucionales de 2005, sino que también había perfeccionado e institucionalizado una estructura de toma de decisiones en ese ámbito, que establecía una cierta primacía de los militares por sobre los civiles, en la lógica de la doctrina de la seguridad nacional. Si bien los desafíos reales de la seguridad se relacionaban con el delito y la seguridad pública, los obstáculos al funcionamiento democrático y al liderazgo civil provenían de las Fuerzas Armadas, no de las policías.

[148] En lo que respecta al cuerpo de Carabineros, en general se aprecia una actuación coordinada y a veces conjunta con el Ejército, y en algunos casos de subordinación a éste.

foram agraciados pela Direção de Instrução da Escola de Carabineros. (AH. Documento 0203F2134, de 31/01/1978). No dia 8 de janeiro de 1980, foi expedida a Ordem Geral nº 2, prevendo que oficiais que realizaram o curso na Escola de Carabineros poderiam optar por títulos que fizessem jus aos estudos realizados naquela escola (AH. Documento 0203F2697, 08/01/1980).

Três anos mais tarde, a Direção de Inteligência de Carabineros ofereceu mais duas bolsas a oficiais que se formassem no "Curso Básico de Inteligência para Oficiais" (AH. Documento 204F0416, de 18/09/1981). Quase uma década depois, exatamente em 08/02/1990, foram encaminhados mais dois oficiais ao Chile para fazer o curso de Operações Policiais Especiais (AH. Documento 0274F0104). Em agosto do mesmo ano, o chefe de Relações Públicas e Oficial de Enlace dos Carabineros entregou ao adido militar paraguaio uma nota na qual anuncia o fornecimento de mais duas bolsas de estudos, como se vê no excerto do documento:

> Carabineros de Chile, dentro de seu espírito integracionista e de cooperação recíproca com Nações amigas, resolve oferecer à Polícia do país de sua digna representação, duas (02) Bolsas para cada um dos cursos que se mencionam no quadro demonstrativo que se acompanha[149] (AH. Documento 275 F 1465, 20/08/1990 – tradução da autora).

Ao final dos cursos, vieram as premiações com regalos tais como relógios automáticos da marca "*Citizen*" (AH. Documento 0265F1458, de 02/10/1985); armas especiais, como a que demonstra a solicitação do Chefe de Polícia ao Adido da Embaixada Paraguaia no Chile em 27/10/89, para a "aquisição de uma pistola 9mm TAURUS, para o melhor egresso da ESCOLA DE CARABINEROS do Chile, que retornarão no presente ano". (AH. Documento 0276F1004 – tradução da autora, maiúsculas do original). A frequência de tais prêmios é atestada pelo já citado general Contreras, que afirma guardar uma série de recordações dos eventos de que participava.

No Brasil, presentear os "guerreiros de selva" com facões, como forma de lembrá-los de sua presença nesses cursos de formação, é uma tradição no CIGS em Manaus que se mantem até os períodos recentes. Remontando a essa tradição,

[149] Carabineros de Chile, dentro de su espíritu integracionista y de cooperación recíproca con Naciones amigas, ha resuelto ofrecer a la Policía del país de su digna representación dos (2) Becas para cada uno de los Cursos que se mencionan en Cuadro Demostrativo que se acompaña.

em 15 de março de 2013, foi realizada a 69ª cerimônia de entrega do facão. Nessa cerimônia, esteve presente o Major Thaumaturgo Sotero Vaz, um dos fundadores do Centro, que fez curso na Escola das Américas, na Zona do Canal do Panamá, e membro das tropas que combateram no Araguaia, Brasil.

Sotero Vaz não foi um homem desconhecido do Sistema Condor. Seu treinamento denota o completo conhecimento da Doutrina de Segurança e da Contrarrevolução. As apurações da Comissão Nacional da Verdade no Brasil demonstram que ele foi o homem do Estado brasileiro presente como ouvinte na fundação da Operação Condor. Esse homem e seu papel histórico foram descritos da seguinte forma por Garzón Real (2016, p. 94 – tradução da autora):

> [O] Brasil assistiu como observador, e por muitos anos se desconheceu a identidade dos delegados. Graças às investigações do jornalista Luiz Cláudio Cunha, se soube há poucos anos que o coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), assistiram como "observadores". O presidente Geisel lhes deu estritas ordens escritas de não firmar nada que vinculasse ao Brasil, e de escutar mais que falar, com o objetivo de não implicar-se em nenhum plano coletivo, mas sim de salvar as relações bilaterais, deixando aberta a possibilidade de atuar quando fosse necessário. De Marco e Thaumaturgo eram veteranos do combate nas selvas do Araguaia (1972-1974), a operação militar contra o foco guerrilheiro maior e mais duradouro do país. Thaumaturgo, ademais, era egresso da Escola das Américas e terminou sendo nos 80, diretor do centro em Manaus, em que uma década atrás havia sido treinada a DINA.[150]

Mas retomando ao CIGS e seu evento, reproduzimos duas imagens do momento da entrega e a mística envolvida.[151]

---

[150] Brasil asistió como observador y por muchos años se desconoció la identidad de los delegados. Gracias a investigaciones del periodista Luiz Cláudio Cunha, se supo hace pocos años que el coronel Flávio de Marco y el mayor Thaumaturgo Sotero Vaz, agentes del Centro de Informaciones del Ejército (CIE), asistieron como "observadores". El presidente Geisel les dio estrictas órdenes escritas de no firmar nada que vinculara a Brasil, y de escuchar más que de hablar, con el objetivo de no implicarse en ningún plan colectivo pero sí de salvar las relaciones bilaterales, dejando abierta la posibilidad de actuar cuando fuera necesario. De Marco y Thaumaturgo eran veteranos del combate en las selvas de Araguaia (1972-1974), el operativo militar contra el foco guerrillero más grande y duradero del país. Thaumaturgo, además, era egresado de la Escuela de las Américas y terminó siendo en los 80 director del centro en Manaos, en el que una década atrás había sido entrenada la DINA.

[151] A imagem se refere ao momento de recebimento do facão, num dos rituais do CIGS na 69ª Cerimônia do Facão do Guerreiro de Selva. Cf.: http://www.cigs.ensino.eb.br/images/simpledata/cfgs69/69%20Cerimnia%20do%20Faco%20do%20Guerreiro%20de%20Selva.jpg. Acesso em 07/09/2015)

Fonte: CIGS – 69ª Cerimônia do Facão do Guerreiro na Selva. Fotos: Sd. Silva Lima.

A ideia do presente, da premiação, remete diretamente à condição de pertencimento a um grupo, a um determinado tipo de formação, que como podemos perceber, tornou-se marcante para gerações de homens que por essas diversas escolas passaram.

Exatamente como aponta o resultado da formação integrada entre chilenos e paraguaios, cuja intensidade pode ser deduzida com a leitura do quadro demonstrativo que contém os cursos oferecidos, duração, datas de início e término, número de quotas, requisitos, objetivos, docentes, conforme se vê no quadro a seguir:

0275F 1466

CARABINEROS DE CHILE
DIRECCION DE INSTRUCCION
epartamento "Planes y Programas"

CUADRO DEMOSTRATIVO DE BECAS OFRECIDAS POR CARABINEROS DE CHILE, A INSTITUCIONES CONGENERES DE PAISES AMIGOS.

CURSOS	DURACION DEL CURSO	FECHAS INICIO	FECHAS TERMINO	Nº DE CUPOS	REQUISITOS GENERALES DEL CURSO	OBJETIVOS GENERALES DEL CURSO	PLANTEL DOCENTE DONDE SE REALIZA EL CURSO
CURSO DE OFICIAL GRADUADO DE ORDEN Y SEGURIDAD	2 años	04.03.91	30.12.92	2	Capitán o Mayor de Orden y Seguridad o grados equivalentes	Capacitar al más alto nivel a los futuros Oficiales Jefes de la Institución	Instituto Superior de Ciencias Policiales
CURSO DE FORMACION DE SUBTENIENTES DE ORDEN Y SEGURIDAD PUBLICA	3 años	04.01.91	30.12.93	2	Subtenientes, Cadetes o Alférez	Formar al futuro Subteniente, capacitándolo en el Mando y en el cumplimiento de la labor policial	Escuela de Carabineros
CURSO DE FORMACION DE INSTRUCTORES	1 año	04.03.91	30.12.91	2	Tenientes, Subtenientes, Cadetes o Alférez	Formar Oficiales en el Area de la docencia	Escuela de Carabineros
CURSO DE INSTRUCTORES DE EQUITACION	1 año	04.03.91	30.12.91	2	Tenientes, Subtenientes, Cadetes o Alférez	Formar Oficiales expertos en la instrucción de Personal que deba realizar servicios policiales montados	Escuela de Carabineros

//..

Fonte: AH. Documento 0275F 1466. Origem: Chile – Dep. De Relações Públicas da Escola de Carabineros. Anexo de 20/08/1990.

A orientação era a de que os oficiais listados poderiam usar as condecorações, distintivos e brevês expedidos a eles pela Escola de Carabineros (AH. Documento 0203F2651, de 22/02/1983). Não apenas os títulos e condecorações poderiam ser usados, como também as Forças Armadas Paraguaias criaram mecanismos de acesso por formação. Ao se formarem na escola chilena, o oficial paraguaio recebia um acesso em sua carreira. A formação no Chile criava a possibilidade de equiparação de cursos, compatibilizando-a com títulos no Paraguai (AH. Documento 204F0574, 10/03/1981. Em abril do mesmo ano, um Comissário de Bombeiros também gozou do direito a essa equiparação (AH. Documento 204F0539, de 22/04/1981).

A ida ao Chile criava diversos gastos ao oficial que fazia o treinamento, os quais eram compensados com o recebimento de uma ajuda de custo. Mas pelo visto tal ajuda não era suficiente para manter as despesas de estadias tão longas, pois estes solicitavam o aumento do valor da ajuda de custo, conforme atesta a petição de um oficial de investigação ao Chefe do Departamento de Investigações (AH. Documento 0067F0039, de 26/08/1982).

Em 17 de dezembro de 1979, foi dada a permissão a um General e a um Major paraguaios para "participar[em] da celebração do Aniversário da Escola de Carabineros do Chile"[152], demonstrando mais uma vez, as ações conjuntas na formação de oficiais e demais escalões miliares e policiais (AH. Documento 0204F0316, 17/12/1979 -tradução da autora).

Percebe-se no rastro deixado pelos documentos como as atividades eram entrelaçadas entre os diversos órgãos de informações. Mais do que uma simples informação, a chegada de um oficial Carabinero no Paraguai, seja por motivo oficial, seja por motivo de descanso, possibilitava uma troca de informações internas, demonstrando que o "ilustre visitante" deveria ser recebido com os cuidados devidos.

O caráter sigiloso das estadias se manifesta com frequência em tais informes que omitem no formulário de trâmite desses oficiais, qual era a finalidade daquela viagem financiada pelo Estado, conforme se observa no informe expedido pelo pessoal que atuava no Aeroporto Internacional, na capital paraguaia, sobre a

[152] "participar de la celebración del aniversario de la Escuela de Carabineros de Chile".

chegada de um General chileno, diretor de Inteligência dos Carabineros, com passaporte diplomático, e que declarava que iria hospedar-se em Assunção em agosto de 1981 (AH. Documento 0175F1675, 01/08/1981).

As atividades no Cone Sul entre os diversos serviços de informações, pelo que já se pode apurar, era realizada por um funcionário denominado “oficial” ou “policial de enlace”. Ele era o responsável pelos contatos nos países vizinhos. Do que já foi apurado, era o responsável por participar dos interrogatórios das vítimas de sua nação no país estrangeiro em que ele havia sido capturado. Na conexão entre o Paraguai e o Chile, por exemplo, dentre outras funções, é esse oficial que encaminha ao Adido das Forças Armadas chilenas, atuando na Embaixada do Paraguai, solicitação para que se estabeleça colaboração no fornecimento de informações sobre

> 1) SISTEMA DE PROTEÇÃO DE EMBAIXADAS, CHANCELARIAS, DOMICÍLIOS SRES. EMBAIXADORES, ADIDOS MILITARES, ETC.
> Quem a efetua?
> 1.1.- A Polícia;
> 1.2.- O Exército;
> 1.3.- Outras instituições do estado;
> 1.4- Organismos públicos, privados etc.
>
> 2) TIPO DE SERVIÇO QUE SE DESENVOLVE
> 2.1.- Ponto fixo (quer dizer com dedicação exclusiva frente ao edifício parte exterior);
> 2.2.- Patrulha móvel (infante ou motorizado)
> 2.3.- Tempo de duração do serviço (turnos de: 4,5,6,7, 8, horas, etc.
> 3) qualquer outro antecedente que possa explicar da melhor forma o funcionamento deste serviço policial
> (AH. Documento 072F0438, em 17/11/1982 - tradução da autora, maiúsculas e grifos do original).

No mesmo documento, e atentos a essa solicitação, o Adido Paraguaio lotado na Embaixada em Santiago e o Chefe de Polícia da Capital fazem pedido de informações sobre as formas de operação do pessoal de segurança nas embaixadas no Chile. No ano seguinte, a remissão desse pedido de informações ao Chefe do Departamento de Investigações, há novo envio de documentos (AH. Documento 072F0436, em 17/02/1983).

Os documentos que demonstram a relação entre os paraguaios e a Escola de Carabineros do Chile deixa clara a intensidade da presença de oficiais paraguaios

para formação e treinamento naquele país e mesmo uma constante presença dos oficiais chilenos no Paraguai. Mais severo do que esse aspecto: o número de oficiais paraguaios que fizeram treinamento na Escola chilena.

Para coroar a relação entre as forças policiais, em 24 de maio de 1990, já sem o Governo Stroessner e sem Pinochet no Chile, a Direção Geral dos Carabineros propõe à Polícia da Capital, a seguinte ideia:

> Movido por um profundo e grande anseio, me permito molestar vossa atenção para recriar no pensamento e inteligência de sua acertada direção uma proposição largamente conversada em instâncias anteriores e que se refere a necessidade impostergável de criar e pôr em funcionamento uma oficina internacional de polícia preventiva, ao menos em uma primeira etapa, comprometendo, se for possível, as polícias uniformizadas e institucionais de segurança da Argentina, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Uruguai e Chile.
> Mesmo que a existência da Organização Internacional de Polícia Criminal -INTERPOL- seja um fato, não é menos certo que sua orientação essencial em direção a repressão do crime constitui uma limitante severa para organizações de polícia uniformizada preventiva como as nossas. Por outro lado, sua conformação estrutural e funcional impede a participação ativa de outras instituições que não sejam aquelas que detenham sua representação em cada país.
> Como já vosso elevado critério o adverte, é necessário considerar, dentro do contexto latino-americano, a identidade funcional, os sistemas de comunicações sob nosso controle, as modalidades delitivas comuns e as organizações ilícitas internacionais que resultam por si e ante si, expedientes suficientes e bastantes para empreender ações conjuntas que visem resguardar a ordem e segurança pública e a proteção dos valores que cada polícia deve tutelar conforme sua respectiva definição existencial. (AH. Documento 274F1778, em 24/05/1990 - tradução da autora).[153]

[153] Movido por un profundo y caro anhelo me he permitido molestar vuestra atención para recrear en el pensamiento e inteligencia de su acertada dirección una proposición largamente conversada en instancias anteriores y que se refiere a la necesidad impostergable de crear y poner en funciones una oficina internacional de policía preventiva, al menos en una primera etapa, comprometiendo, si es posible, a las policías uniformadas e instituciones de seguridad de Argentina, Perú, Bolivia, Ecuador, Colombia, Uruguay y Chile.
Si bien la existencia de la Organización Internacional de Policía Criminal -INTERPOL- es un hecho, no es menos cierto que su orientación esencial hacia la represión del crimen constituye una limitante severa para organizaciones de policía uniformada preventivas como las nuestras. Por otra parte, su conformación estructural y funcional impide la participación activa de otras instituciones que no sean aquellas que detentan su representación en cada país.
Como ya vuestro elevado criterio lo advierte es menester considerar dentro del contexto latinoamericano, la identidad funcional, los sistemas de comunicaciones bajo nuestro control, las modalidades delictivas comunes y las organizaciones ilícitas internacionales que resultan por sí y ante sí, expedientes suficientes y bastantes como para emprender acciones conjuntas que propendan al resguardo del orden y seguridad públicos y a la protección de los valores que cada policía debe tutelar conforme su respectiva definición existencial.

A evidência que esse documento traz - a de que, de alguma maneira, o sistema continuava atuando é bastante clara. Sua existência ou não é algo que está ainda por ser descortinado. Mas em qualquer caso, é importante notar a preocupação que se teve em manter em funcionamento um esquema que serviria para a manutenção do sistema persecutório. As demandas sociais continuariam contidas, mesmo em fases de pós-ditadura ou, para ser mais preciso, de democracia controlada, ou democracia burguesa. Nesse caso, é necessário adjetivar o nome, pois se trata de regimes reabertos consolidando transições pelo alto.

Mas não foram só os Carabineros que treinaram os paraguaios. O relatório final da Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai traz informações sobre o treinamento de paraguaios também nos Estados Unidos desde 1955, um ano após o início da Ditadura Stroessner:

> Uma missão técnica-policial dos Estados Unidos em 1955 constituiu o primeiro enlace na origem e o desenvolvimento da Operação Condor no contexto paraguaio. Ainda que o chefe da delegação, o estadunidense Tenente Coronel Robert K. Thierry, fosse identificado em um convênio como um simples "técnico policial" ou "policial técnico", outra documentação, recompilada no *Nacional Archives and Records Administration* (NARA em sua sigla em inglês) de Maryland, Estados Unidos, prova a função do militar e a participação do governo da América do Norte no treinamento, organização e equipamento do aparato repressivo da ditadura cujo modo de funcionamento rotineiro violava os direitos humanos.[154] (PARAGUAI. CVJ-PY, 2008, Tomo 7 – parte 3 – tradução da autora)

Os dados anteriores, embora não sejam exatamente uma novidade, demonstram uma intersecção bastante profunda em toda a América entre os mais diversos serviços. A formação para o combate ao inimigo não encontrava fronteiras, e data dos anos de 1950, como anunciado no início da presente tese, aprofundando-se cada vez mais com o passar dos anos e com o aumento de países sob ditaduras.

[154] Una misión técnica-policial de Estados Unidos en 1955, constituyó el primer eslabón en el origen y el desarrollo del Operativo Cóndor en el contexto paraguayo. Aunque el jefe de la delegación, el estadounidense Teniente Coronel Robert K. Thierry, fue identificado en un convenio como un simple "técnico policial" o "policía técnico", otra documentación, recopilada en el Nacional Archives and Records Administration (NARA por sus siglas en inglés) de Maryland, Estados Unidos, prueban la función del militar y la participación del gobierno de América del Norte en el entrenamiento, organización y equipamiento del aparato represivo de la dictadura cuyo modo de funcionamiento rutinario violaba los derechos humanos.

Mas, como se não bastassem as atuações conjuntas que essas forças realizaram durante as décadas de 1960, 70 e 80, ao apagar das luzes das ditaduras no continente, reacendem-se as vigorosas chamas de uma gestão internacionalizada na região, com autorizações legais, extrapolando as normas já estabelecidas, quando se pretende criar um paralelo à INTERPOL (em inglês: International Criminal Police Organization) para dar continuidade a esse tipo de ação, mas agora transmutado em inimigo dos povos.

A Interpol tem a função de atuação internacional para combates de crimes interfronteiras. Mas, nesse caso, não se trata de um problema de prevenção da criminalidade, que já é a prerrogativa da Interpol, com atuação para combate a sequestros, crimes internacionais, evasões de divisas etc, mas da sustentação e da manutenção dos vigorosos aparatos repressivos que tão livremente operaram nas décadas anteriores e cuja atuação no períodos pós-ditadura necessitam de exames.

2.6 - Conexões e integração

A ideia de que as atividades conjuntas de formação para a repressão se iniciaram a partir de meados dos anos de 1970 deixam de lado as conexões estabelecidas previamente. Como ressaltado anteriormente, ao longo do século XX, diversos Estados participaram de atividades repressivas conjuntas, e destacou-se que o grande diferencial do período escolhido foi a implementação da Guerra Fria e a guinada do combate aos “inimigos comunistas e subversivos”. Embora já acontecessem desde tempos anteriores, atingiram proporções muito maiores com a criação de teoria específica para esse combate.

O tema da guerra remete diretamente à questão da soberania nacional e à sua defesa, daí a justificativa da existência das forças armadas e de todo o aparato bélico de que se cercam os Estados nacionais. O que se modifica nessa concepção da Contrarrevolução – ou Contrainsurgência ou Guerra Suja -, é que a guerra, embora continue com o seu papel de beligerância entre Estados, sistematizada pelos ensinamentos de Clausewitz (2010), ganhou um novo contorno a partir de Trinquier, conforme já enunciado no primeiro capítulo da tese. O inimigo continua a ser externo; mas, nessa nova perspectiva, é também interno e está dentro das

fronteiras nacionais. Não se tratava mais da beligerância entre Estados, embora ainda acontecessem – direta ou indiretamente, devido às disputas regionais, de territórios, mercados etc. -; contudo, especialmente da nomeação de um inimigo interno aos países, comum entre aqueles adeptos de uma doutrina elástica o suficiente para combater o assombro revolucionário que fazia os capitalistas se sentirem ameaçados, mesmo que essa extrapolasse os preceitos das convenções internacionais e com um advento incrível: capaz de fazer Estados comprarem armas das grandes potências para realizarem o combate e calarem, acima de tudo, qualquer tipo de reivindicação por direitos trabalhistas, humanos, de inserção à cidadania e outros tantos.

Na Argentina, no fim dos anos de 1950, houve a desmobilização do Partido Comunista, que assume como pauta as lutas pela via eleitoral. Em 1959, foi o "momento de maior combatividade trabalhadora do período analisado, destacando-se as greves realizadas pelos trabalhadores do frigorífico Lisandro de la Torre, os bancários, os metalúrgicos e os têxteis"[155] (PONTORIERO, 2015, p. 3).

Essas greves, de acordo com o mesmo autor, foram combatidas a partir da legislação aprovada pelo *Plan de Conmoción Interna del Estado* (CONINTES). Tal plano, dispunha sobre "o estabelecimento de zonas, subzonas e áreas de defesa sob autoridade militar"[156] (PONTORIERO, 2015, p. 7). Tratou-se, portanto, de uma legislação, tendo sido aprovada durante o Governo de Arturo Frondizi (1958-1962). Pontoriero (2015, p. 2 – tradução da autora), estabeleceu como

> A hipótese que se propõe sustenta que a inclusão no corpus jurídico argentino de defesa da noção de um suposto inimigo interno durante o período 1958-1962 tinha como objetivo fundamental habilitar a incorporação das FF.AA. [Forças Armadas] à esfera da segurança para a realização de ações de manutenção e/ou repressão interna na chave antisubversiva contra o vasto movimento de protesto político social associado ao peronismo que enfrentou Frondizi em seus anos de governo.[157]

[155] momento de mayor combatividad obrera del período analizado destacándose las huelgas realizadas por los trabajadores del frigorífico Lisandro de la Torre, los bancarios, los metalúrgicos y los textiles.

[156] "establecimiento de un sistema de zonas, subzonas y áreas de defensa bajo autoridad militar".

[157] La hipótesis que se postula sostiene que la inclusión en el corpus jurídico argentino de defensa de la noción de un supuesto enemigo interno durante el período 1958-1962 tenía como objetivo fundamental el habilitar la incorporación de las FF.AA. a la esfera de la seguridad para la realización de acciones de mantenimiento y/o represión interna en clave antisubversiva contra el vasto

A partir da sugestão do coronel argentino Jean Nouguès houve a criação de uma missão móvel na Argentina para combate à "subversão" e para ensinar as técnicas que viabilizassem a aplicação dos preceitos da Doutrina de Contrarrevolução, de inspiração francesa. O grupo viajou ao Uruguai e ao Peru, segundo informação apurada por Robin (2014). Essa autora ainda afirmou que

> De fato, a "missão móvel" de que fala Nouguès estava dirigida, no que toca aos franceses, por seu colega Robert Bentresque, quem empreende, em 1960, um tour sul-americano para divulgar a boa nova contrarrevolucionária. Acompanhado pelo general Leandro Enrique Anaya, futuro comandante em chefe do Exército argentino, e pelo major Pérez Montes, lidera um ciclo de conferências de um mês sobre a guerra anti-subversiva na Escola de Guerra de Montevideo, Uruguai, e depois em Lima, no Peru. Dessa viagem, nasce a ideia de organizar em Buenos Aires o primeiro "curso interamericano de guerra contrarrevolucionária". Uma primeira Continental, que reuniu em outubro de 1961 trinta e sete oficiais advindos de quatorze países da América, incluindo Estados Unidos, com exceção de Cuba e Haiti, que não foram convidados.[158] (ROBIN, 2014, p. 200 – tradução da autora).

Dessa reunião denominada *Continental*, gestou-se a ideia do desenvolvimento de atividades conjuntas, de forma coordenada a partir de uma central, o que desembocou, mais de uma década depois, na organização da Operação Condor, ainda de acordo com Robin (2014).

Todavia, é possível concluir que dessa reunião gestou-se algo que já vinha com um embrião, conforme visto no capítulo 1 dessa tese. No começo dos anos de 1950, sob os auspícios da Guerra Fria, as articulações já haviam iniciado, mesmo que de forma mais rudimentar. A correlação da criação dessa *Continental* esteve associada diretamente à formulação no Brasil, demonstrando, portanto, a articulação internacional da Guerra Contrarrevolucionária. Uma articulação que salta aos olhos

---

movimiento de protesta político social asociado al peronismo que enfrentó Frondizi en sus años de gobierno.

[158] De hecho, la "misión móvil" de la que habla Nouguès estaba dirigida, en lo que toca a los franceses, por su colega Robert Bentresque, quién emprende, en 1960, un tour sudamericano para predicar la buena nueva contra-revolucionaria. Acompañado por el general Leandro Enrique Anaya, futuro comandante en jefe del Ejército argentino, y por el mayor Pérez Montes, anima un ciclo de conferencias de un mes sobre la guerra antisubversiva, en la Escuela de Guerra de Montevideo, Uruguay, y después en Lima, Perú. De este viaje nace la idea de organizar en Buenos Aires el primer "curso interamericano de guerra contra-revolucionaria". Una primera Continental, que reunió, en octubre de 1961, a treinta y siete oficiales llegados de catorce países de América, incluido Estados Unidos, con excepción de Cuba y de Haití, que no fueran invitados.

quando o analista sai em busca, mesmo que circunstancialmente, da extensão dos tentáculos repressivos vinculados à mesma lógica da Guerra Contrarrevolucionária.

> Atrocidades similares ocorriam em El Salvador. Em 24 de março de 1980, o mundo se estremeceu com o assassinato do Monsenhor Óscar Arnulfo Romero, consumado com um disparo no peito enquanto celebrava missa. Crítico e denunciante dos crimes em seu país, Romero era um objetivo marcado pelo major Roberto D'Aubuisson, chefe da inteligência militar e dos esquadrões da morte, conectado com as redes contrainsurgentes do Cone Sul, a CIA, e o entorno do presidente Reagan. Segundo investigações jornalísticas, D'Aubuisson havia contratado dois assassinos residentes em Miami que chegaram a El Salvador uma semana antes do atentado, registrando-se com identidade falsa. Tudo indica que foram Virgilio Paz e Dionisio Suárez, terroristas cubanos anticastristas que estiveram envolvidos no assassinato de Letelier[159]. (GARZÓN REAL, 2016, p. 152 – tradução da autora)

Como não se trata de um objeto de discussão dessa tese, pois ultrapassa em muito as fronteiras físicas estabelecidas como marcos delimitadores para a pesquisa, optou-se por não discutir aqui esses aspectos, sendo uma lacuna ainda a ser preenchida na compreensão e desenvolvimento das questões da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária somada à Doutrina de Segurança na América Central.

Mas a continuidade de tais atividades pode ser vista, por exemplo, no assassinato de Berríos, cujos vestígios foram descobertos em 1995 no Uruguai. Padrós (2005) demonstra a manutenção do Sistema Condor da seguinte forma:

> A sobrevivência dos esquemas do "Condor" foi confirmada quando desapareceu, no Uruguai, o químico chileno e ex-agente da DINA, Eugenio Berríos. De passado nebuloso, Berríos havia trabalhado para as forças de segurança de Pinochet produzindo explosivos e desenvolvendo o gás Sarin. Conhecedor de detalhes do atentado que vitimara Letelier em Washington, quando foi convocado pela justiça para depor sobre esse caso, temendo que sua instabilidade emocional o levasse a incriminar Contreras e Pinochet, por ordem superior, foi retirado do Chile em 1991. A desaparição de Berríos, seu ressurgimento e nova desaparição, revelam a persistência de

[159] Atrocidades similares ocurrían en El Salvador. El 24 de marzo de 1980 el mundo se estremeció con el asesinato del monseñor Óscar Arnulfo Romero, consumado con un disparo en el pecho mientras oficiaba misa. Crítico y denunciante de los crímenes en su país, Romero era un objetivo marcado por el mayor Roberto D'Aubuisson, jefe de inteligencia militar y de los escuadrones de la muerte, conectado con las redes contrainsurgentes del Cono Sur, la CIA, y el entorno del presidente Reagan. Según investigaciones periodísticas, D'Aubuisson habría contratado a dos asesinos residentes en Miami que llegaron a El Salvador una semana antes del atentado, registrándose con identidad falsa. Todo indica que fueron Virgilio Paz y Dionisio Suárez, terroristas cubanos anticastristas que estuvieron involucrados en el asesinato de Letelier.

> uma rede clandestina vinculada ao macro-esquema “Condor”. Berríos saiu do Chile com quatro passaportes diferentes (argentino, brasileiro, chileno e uruguaio), atravessou fronteiras internacionais sem nenhum contratempo e foi instalado no Uruguai onde, ao perceber que se havia tornado um inconveniente “arquivo vivo” de informação, passou a sentir-se ameaçado pela própria segurança que o protegia e procurou evadir-se dela. (PADRÓS, 2005, p. 723).

A longevidade da intercessão repressiva acionada a partir daí sob qualquer justificativa é atestada por sua prática até tempos recentes, conforme atesta a lista de quase mil paraguaios que fizeram treinamento no exterior a partir das ondas iniciadas com o 11 de setembro 2001, nos Estados Unidos (VIANA, 2013). Sob financiamento desse país, diversos oficiais do Peru, Brasil, Argentina, El Salvador, Colômbia etc. foram para os Estados Unidos, demonstrando que as atividades de formação conjuntas continuavam a operar.

Durante as oitivas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade do Brasil, foi chamado a depor o Coronel Reformado Paulo Malhães. Em seus depoimentos no ano de 2014, deixou clara a sua participação em torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. Sua morte, logo após prestar os primeiros depoimentos nos quais demonstrou conhecer de perto como se processou toda a maquinaria de extermínio atesta que ainda sobrevivem militares capazes de promover assassinatos em defesa dos mesmos interesses da época. Num documento organizado por ex-presos políticos denunciando seus algozes, o nome de Paulo Malhães figura da seguinte forma:

> PAULO MALHÃES… Capitão da Cavalaria do Exército; servia na PE-RJ, sendo comissionado no DOI-CODI-RJ (1969); esteve no CIE-RS; entre 1970 e 1972 atuou na repressão em vários Estados; em 1972 também esteve combatendo a Guerrilha do Araguaia; esteve na Brigada de Paraquedistas-R *; era o Doutor Pablo; serviu no Gabinete do Ministro do Exército (1974); em 1986 era Tenente Coronel; equivocadamente seu nome aparece como sendo Paulo Magalhães e não Paulo Manhães. (LISTA de torturadores da ditadura preparada pelos presos políticos 1970/1980. *Documentos Revelados*, s/d, p. 97)

Estender tal discussão por mais duas décadas, já que os documentos ultrapassam a primeira década do século XXI, seria incorrer no risco de anacronismos, afora o fato de que não se trata do objeto que temos em mente, mas em todo caso, há que se observar contornos e sequências nesse tipo de atividade, a

fim de verificar onde terminam umas e começam outras, e se há e quais são as diferenças de ações e objetivos.

2.7 - Esquadrões da morte

Mas, dentre as estratégias que configuram a guerra contrarrevolucionária, talvez a que mais faça jus ao adjetivo seja o fortalecimento e a disseminação dos grupos de extermínio denominados esquadrões da morte.

No mundo, ficaram conhecidos alguns esquadrões, dos quais se destacaram na história das Operações Encobertas a Triple A, da Argentina; os cubanos anticastristas, expulsos de Cuba após a Revolução e que operavam em Miami – EUA; a Operação Bandeirantes, do Brasil, assim como os demais Esquadrões da Morte brasileiros; a *Avanguardia Nazionale*, da Itália, dentre outros.

Soma-se, à atuação desses esquadrões a formulação do ponto de vista doutrinário, os ensinamentos e circulares divulgados pela Confederação Anticomunista, com sede no Paraguai, com reuniões e congressos regulares em todo o mundo[160]. Era a partir dela que funcionavam sob comandos dos paraquedistas, mas contavam também com as polícias locais e voluntários ou, como sinalizou McSherry (2009, p. 37), os “inorgânicos” da Argentina, genericamente denominados “agentes especiais”.

Aussaresses legou para a história a função precípua dos esquadrões nas atividades de combate ao “inimigo”:

> Na Argélia, e depois no Brasil, os esquadrões da morte surgiram para eliminar revolucionários que já tinham sido interrogados sob tortura, "cuspido as informações" (como dizia Aussaresses) e estavam em farrapos. O general Aussaresses justificava a necessidade das execuções sumárias a argelinos como um recurso para "não sobrecarregar o fluxo do Poder Judiciário". Em entrevista dada ao jornal *Le Monde* de 23 de novembro de 2000, ele assumiu ter executado 24 combatentes do FLN. Sem contar os milhares de outros executados por seus subordinados e colegas de armas. (DUARTE-PLON, 2016, p. 39-40)

[160] Conforme os Documentos: 108 F 1757 a 1759; 161 F 0847 a 0848; 198 F 2591 a 2592; 198 F 2617 do Arquivo do Horror.

Esse foi o sentido, por exemplo, da Operação Bandeirantes, a OBAN, um dos serviços que ficou conhecido por terem praticado todo tipo de lesa humanidade, de abuso do poder e impunidade. Não por acaso, o seu chefe, o Delegado Sergio Paranhos Fleury era um dos homens de amizade próxima a Aussaresses (DUARTE-PLON, 2016).

Numa análise minuciosa sobre a atuação da Operação Condor, McSherry discutiu a atuação paraestatal da Operação através do uso de forças paramilitares, demonstrando seu vínculo com o Estado.

> Sua estrutura paraestatal foi a quarta característica distintiva do Condor. Javier Giraldo assinalou que o prefixo "para" congrega vários significados: (1) aproximação, (2) transposição e (3) desvio ou irregularidade. Significa algo próximo, adjunto e similar; mas, ao mesmo tempo, que transcende e é externo, combinando os significados de proximidade e deformação. Uma força paramilitar que é patrocinada por um Estado complementa as forças militares regulares ou recebe o poder delas, em forma paralela à instituição militar oficial. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos define os paramilitares como "distintas das forças militares de qualquer país; mas que se lhes assemelha em termos de sua organização, equipe, adestramento ou missão". Os paramilitares atuam como recursos de inteligência e como instrumentos de terror e coerção nas assim chamadas operações obscuras ou operações do mundo negro. Ao mesmo tempo brindam segredo e permitem a negação plausível às forças militares regulares e aos governos. A utilização de forças paramilitares foi um instrumento importante das estratégias de contrainsurgência dos militares do Condor, assim como uma característica fundamental da doutrina de contrainsurgência estadunidense.[161] (McSHERRY, 2009, p. 34-35 – tradução da autora. Aspas do original).

O assessoramento francês na aplicação da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária aparece em relato de vários autores, dentre os quais

[161] Su estructura paraestatal fue el cuarto rasgo distintivo de Cóndor. Javier Giraldo ha señalado que el prefijo "para" conlleva varios significados: (1) aproximación, (2) transposición y (3) desviación o irregularidad. Significa algo próximo, adjunto y similar; pero, al mismo tiempo, que trasciende y es externo, combinando los significados de proximidad y deformación. Una fuerza paramilitar que es patrocinada por un Estado complementa a las fuerzas militares regulares o recibe el poder de ellas, en forma paralela a la institución militar oficial. El Departamento de Defensa de los Estados Unidos define a los paramilitares como "distintas de las fuerzas militares de cualquier país; pero que se les asemeja en términos de su organización, equipo, adestramiento o misión". Los paramilitares actúan como recursos de inteligencia y como instrumentos de terror y coerción en las así llamadas operaciones oscuras u operaciones del mundo negro. Al mismo tiempo brindan secretividad y permiten la negación plausible a las fuerzas militares regulares y a los gobiernos. La utilización de fuerzas paramilitares fue un instrumento importante de las estrategias de contrainsurgencia de los militares de Cóndor, así como una característica fundamental de la doctrina de contrainsurgencia estadounidense.

destacamos a já citada jornalista Robin. Ao *Diario Chaco*, ela relata que seus entrevistados

> (...) contavam como o Exército argentino tinha assessoramento direto pelos militares franceses nas práticas de "contrainsurgência" sejam torturas, desaparecimentos e execuções sumárias. E como o processo genocida dos esquadrões serviu de base para as execuções locais.[162] (DIARIO, Margarita Belén, 09/02/2011- tradução da autora).

As atividades paramilitares são as que, com maior precisão, espelham a ilegalidade da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária e foram identificadas por Kalyvas e Arjona (2005) em quatro grupos principais: os vigilantes, os esquadrões da morte, os guardiães e milícias e, finalmente, os exércitos paramilitares. Para esses autores, a perspectiva varia conforme o tamanho e a dimensão territorial em que atuam. Pautados no estudo da atuação de militares e paramilitares, esses autores destacam que

> Em meio a essa grande variedade surgem duas observações: os grupos paramilitares tendem a estar ligados ao Estado, e sua atividade central é a produção da violência. Portanto, propomos a seguinte definição: os paramilitares são grupos armados que estão direta ou indiretamente com o Estado e seus agentes locais, conformado pelo Estado ou tolerados por este, mas que se encontram por fora de sua estrutura formal.[163] (KALYVAS; ARJONA, 2005, p. 29- tradução da autora)

Portanto, a lógica interna da Guerra Contrarrevolucionária foi formatada para combater um inimigo que aparecesse com quaisquer roupagens, conforme apontado. O exemplo destaca os esquadrões da morte. No caso do Brasil, suas ações ganharam destaque na mídia, em que eram comumente associados à execução, efetuada por policiais, de pessoas suspeitas de terem cometido contravenções e crimes comuns, perspectiva que conferiu um bônus à ditadura: combater a violência. Se ampliarmos a reflexão para os países adeptos da mesma

[162] Estos me contaban como el Ejército argentino tenía asesoramiento directo por los militares franceses en las prácticas de "contrainsurgencia" ya sean torturas, desapariciones y ejecuciones sumarias. Y como el proceso genocida de los escuadrones sirvió de base para las ejecuciones locales.

[163] En medio de esta enorme variedad surgen dos observaciones: los grupos paramilitares tienden a estar ligados al Estado y su actividad central es la producción de violencia. Por lo tanto, proponemos la siguiente definición: Los paramilitares son grupos armados que están directa o indirectamente con el estado y sus agentes locales, conformados por el Estado o tolerados por éste, pero que se encuentran por fuera de su estructura formal.

conexão doutrinária, teremos uma lógica entranhada nos Estados nacionais ainda mais nefasta do que se apontam os dados de atingidos pelas Ditaduras do Cone Sul.

Para a compreensão das justificativas das ações paraestatais, Spitta (1993), explicou que:

> na era das comunicações internacionais, o terror aberto - por exemplo, fuzilamentos massivos dos quadros dirigentes da oposição militante - teria sido quase impossível de aplicar, devido às pressões internacionais que imediatamente tivessem surgido. Julgamentos públicos, por mais sumários que sejam, sempre necessitam um mínimo de provas judiciais, uma complicada e incômoda formalidade que não é necessário cumprir no caso de atos de terror difusos e clandestinos.[164] (p. 165 – tradução da autora)

A perspectiva de que as execuções sumárias, as bárbaras torturas, as valas comuns praticadas pelos esquadrões da morte atingiram "apenas" tais contraventores não tendo, portanto, caráter de perseguição política levou ao silenciamento, até recentemente, das pesquisas que refletissem sobre a íntima relação da transfiguração dos tradicionais abusos da legalidade cometidos por policiais civis e militares, em esquadrões da morte no período ditatorial. De acordo com Mattos (2014, p. 7),

> o combate ao "inimigo interno" podia significar tanto a repressão aos opositores do bonarpartismo vigente quanto o combate aos contraventores incursos no Código Penal. No entanto, a nítida vinculação do Esquadrão, usado para combater os contraventores comuns, expressa a ponta de um *iceberg*, ou seja, é apenas a evidência da função social que, efetivamente, cumprem as forças armadas em um país, cujo capitalismo é hiper tardio e, nessa condição, selvagem.

A atuação dos esquadrões teve um entrelaçamento com os aparatos repressores, normatizada pelos ditadores de plantão, cujo exemplo mais conhecido e com tal intersecção é o denominado Operação Bandeirantes (OBAN), cujo comandante, Sérgio Paranhos Fleury acumulava também as funções de Delegado

[164] en la era de las comunicaciones internacionales, el terror abierto -por ejemplo, fusilamientos masivos de los cuadros dirigentes de la oposición militante- hubiese sido casi imposible de aplicar, debido a las presiones internacionales que inmediatamente hubiesen surgido. Juicios públicos, por más sumarios que sean, siempre necesitan un mínimo de pruebas judiciales, una complicada y molesta formalidad que no es necesario cumplir en el caso de actos de terror difusos y clandestinos.

do DEOPS de São Paulo. A trajetória desse delegado abrangeu também assessorar outras delegacias pelo Brasil afora e dar treinamento a policiais civis e militares em várias regiões do país. O já citado General Aussaresses refere-se ao delegado Fleury como um amigo, destacando a importância de sua atuação. Perguntado pelo jornal Folha de São Paulo sobre suas principais amizades no Brasil, em particular Fleury, Aussaresses explicou.

> - É uma maneira de falar. Nós não chamávamos assim. Sérgio Fleury era o responsável pelos esquadrões da morte e Figueiredo, pelo SNI. O embaixador Michel Legendre não podia ouvir falar de esquadrões da morte.
> **FOLHA - O sr. diz que o embaixador não suportava Sérgio Fleury. E de Figueiredo, tinha melhor impressão?**
> **AUSSARESSES** - Um dia o embaixador me disse: "Você tem amigos estranhos". Eu respondi: "São eles que me permitem manter o senhor bem informado". Ele não disse mais nada. (DUARTE-PLON, 04/05/2008, s/p., negritos do original)

Como se observa, o vínculo entre os órgãos repressivos, os principais dirigentes e até mesmo as embaixadas converge sempre para um mesmo tópico: o combate ao inimigo e a base das atividades das organizações paramilitares ou esquadrões da morte, como a sinistra “Operação Bandeirantes”, eram as operações de “neutralização”, tendo sido, conforme ele mesmo cita, computados pelas organizações de direitos humanos quase mil vítimas desses aparatos entre 1965 e 1970.

> Naqueles anos, os militares brasileiros se converteram em reconhecidos especialistas em tortura, a ponto de, como veremos, estar em condições de exportar mais tarde seu *savoir-faire* ao Chile do General Pinochet.[165] (ROBIN, 2014, p. 261 - tradução da autora).

As atividades de paramilitares repercutiram no mundo através da disseminação dos Esquadrões da Morte. Na França, para atuação na Argélia, fora criada a Organização Armada Secreta (OAS). Esse esquadrão agia conjuntamente às Forças Regulares na captura, interrogatório, tortura e morte dos perseguidos argelinos, realizando atentados tanto na colônia, quanto na metrópole. Suas

[165] Por aquellos años los militares brasileños se convierten en especialistas reconocidos de la tortura, al punto de, como veremos, estar en condiciones de exportas más tarde su savoir-faire al Chile del general Pinochet.

similares replicaram-se pelo mundo. Na Argentina, onde os franceses estabeleceram uma Missão Militar, antes do Golpe de 1976, a Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) estabeleceu fortes vínculos com as Forças Armadas, sendo responsável por diversos atentados anteriores e posteriores ao golpe. A proliferação também pode ser vista na Itália, com a organização de um grupo de extrema-direita, denominado *Avanguardia Nazionale*, um esquadrão da morte notório que esteve envolvido no atentado a Bernard Leighton, ex-ministro de Salvador Allende, que por ocasião do Golpe no Chile perpetrado por Pinochet em 1973, teve de se refugiar na Itália.

Esses diversos esquadrões estiveram envolvidos em práticas de extermínio contra o "inimigo" que, de acordo com a teoria desenvolvida por Trinquier, poderia adquirir qualquer roupagem, indo do "comunista" na Indochina, passando pelos "independentistas" argelinos e retornando para a América do Sul com a nomenclatura de "subversivo", "comunista" ou quaisquer outros matizes necessários. São as roupagens que Saint Jean precisou tão bem. Elástico o suficiente para enquadrar todos e todas as demandas sociais.

No Brasil, o surgimento dos Esquadrões da Morte data dos anos de 1950. Mas foi sob os auspícios da Ditadura Militar, inaugurada em 1964, que esses grupos ganharam notoriedade.

> Dadas as evidências, notamos que a existência dos Esquadrões da morte, sua atuação e principalmente a proteção que recebiam, extravasava a classificação de crimes comuns, tampouco se limitavam a sanha de policiais justiceiros que se arvoravam em acabar com o crime na cidade de São Paulo. Eles mantinham vínculo vital com o aparelho repressivo, estando diretamente atrelada à repressão política enquanto braço armado da perseguição política. Tais constatações se evidenciam pela atuação do delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe da polícia política do Dops-SP e líder dos Esquadrões da Morte, e o acobertamento dado pelos representantes do Estado à prática deste indivíduo (MATTOS, 2014, p. 2).

Além das ações de extermínio, os agentes dos Esquadrões tornaram-se exímios torturadores, respaldados nas teorias de Trinquier e levadas a cabo sob forma de técnicas de interrogatório e de tortura. De acordo com o jornal *La Nacion*,

> O advogado Ricardo Monner Sans, quem está impulsionando numerosas ações judiciais contra repressores, denunciou durante a

> manhã diante do juiz federal Jorge Ballestero os generais da reserva Ramón Díaz Bessone, Reynaldo Benito Bignone y Albano Harguindeguy.
> Segundo Monner Sans, os antigos chefes militares incorreram na "exaltação de algumas condutas tipificadas pelo Código Penal" em suas declarações à jornalista Marie-Monique Robin, que os entrevistou para o documentário: "Escuadrones de la muerte. La escuela francesa", emitido na segunda-feira na França[166]. (EX GENERALES a juicio por apologia Del delito, *La Nacion*, 03/09/2003 – tradução da autora).

Às atividades desempenhadas pela Escola Francesa durante as ações na Argélia, a autora denominou exatamente assim: esquadrões da morte. Tal denominação surgiu da junção das ações desempenhadas por militares das forças policiais, juntamente com os Paraquedistas, famosos Boinas Verdes, aos quais se somaram os paramilitares.

2.8 - A Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no Manual de treinamento da Escola das Américas

Ao longo da segunda metade do século XX, a Guerra Contrarrevolucionária foi sendo aprofundada e disseminada. Em 1989, a Escola das Américas publicou um manual bilíngue, intitulado “Guerra Revolucionária Guerrilheira e Ideologia Comunista”, destinado à formação dos oficiais que lá adentravam. Os temas que o manual abordava em seu índice são: realização e utilização de pessoal, localização de pessoal, investigação e contato inicial, alocação de tarefas, colocação de pessoal, adestramento, comunicação com o pessoal, desenvolvimento de uma identidade, escrutínio de pessoal, separação e, por fim, controle de pessoal. Dentro do Manual, destacam-se os preceitos Contrarrevolucionários.

Trata-se de um manual de instrução, no sentido de orientar os cursistas sobre a natureza da insurgência, táticas guerrilheiras, capacidades e vulnerabilidades dos guerrilheiros. É um documento importante da Escola, de formação, explicando como

[166] El abogado Ricardo Monner Sans, quien ha impulsado numerosas acciones judiciales contra represores, denunció durante la mañana ante el juez federal Jorge Ballestero a los generales retirados Ramón Díaz Bessone, Reynaldo Benito Bignone y Albano Harguindeguy.
Según Monner Sans, los antiguos jefes militares incurrieron en "la exaltación de algunas conductas tipificadas por el Código Penal" en sus declaraciones a la periodista Marie-Monique Robin, quien los entrevistó para el documental: "Escuadrones de la muerte. La escuela francesa", emitido el lunes en Francia.

se formam os movimentos guerrilheiros e de resistência, suas relações no campo e cidades. Todavia, cabe destacar os aspectos que se ligam à doutrina da Contrarrevolução formulada por Trinquier que constam do manual, deixando claro o que o Governo dos Estados Unidos propalou ao longo desse período sobre os combates nesse formato:

> Vulnerabilidades psicológicas e legais do insurrecto.
> 1- O insurgente está em conflito com sua própria gente, até às vezes com sua própria família; carece de apoio psicológico.
> 2- Não tem condição legal como prisioneiro de guerra sob as convenções de Genebra.
> 3- Pode ser considerado como um criminoso pelo governo legítimo.
> 4- Tem medo de receber trato brutal depois da captura.
> 5- Os membros da população muitas vezes conhecem as identidades e atividades do insurgente.[167] (SOA WATCH, 1989, p. 61 - tradução da autora – grifos do original)

Já no primeiro item, retoma-se o aspecto discutido no primeiro capítulo dessa tese por Trinquier, acerca das características do "subversivo" ou "insurgente", podendo esse estar no seio da própria família. No segundo ponto, o Governo dos Estados Unidos, através de sua escola, deixa evidente e passível de tratamento degradante o "insurgente", que nesse caso, vem sendo tratado de forma diferente do prisioneiro de guerra. A terceira parte reserva aos cursistas a compreensão de que os governos instituídos por golpes são legítimos, em que pesem as críticas feitas pela sociedade e instituições norte americanas, como o Senado que desferiu críticas ardorosas sobre as relações comerciais e apoios financeiros aos países sob ditaduras, se contrapondo ao Subsecretário de Governo dos Estados Unidos, Lincoln Gordon.

> Quando o influente senador republicano, Jacob Javits, em meados de julho, propôs uma emenda às normas que regiam a ajuda

[167] Vulnerabilidades sicológicas y legales del insurrecto.
1- El insurgente está en conflicto con su propia gente, hasta a veces con su propia familia, carece de los apoyos sicológicos.
2- No tiene condición legal como prisionero de guerra bajo las convenciones de Ginebra.
3- Puede ser considerado como un criminal por el gobierno legítimo.
4- Tiene miedo de recibir trato brutal después de la captura.
5- Los miembros de la población muchas veces conocen las identidades y actividades del insurgente.

> estrangeira aos países da OEA, suspendendo toda assistência a qualquer governo que chegasse ao poder por meios inconstitucionais, a iniciativa naufragou junto às ilusões que a Aliança para o Progresso e suas promessas de assistência ao desenvolvimento e à democracia latino-americanos haviam podido despertar em alguns setores da liderança política da região. (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 90)

O ponto que se refere ao tratamento brutal (item 4), destaca-se por ter sido uma prática constante das forças do Estado. Como se viu até aqui, tratou-se de uma prática que adentrará ao cotidiano das corporações, compondo uma verdadeira cultura de seu *modus operandi*. Por fim, em relação ao último ponto, claramente se vê que, pela prática do terror, institucionalizou-se a delação, adentrando diversas camadas sociais, chegando aos locais de trabalho, as famílias etc.

Ou seja, os preceitos das Convenções de Guerra para a preservação da dignidade humana e impedimento de atos de lesa humanidade eram ignorados terminantemente e, de tal forma, que era ensinado o seu apagamento. O ensino e o treinamento eram determinantes para as formas de atuação e foram seguidos *ipsis litteris* ao que se demonstra nas atuações repressivas no Cone Sul.

Nesse diapasão, suspeita-se de qualquer pessoa, mesmo os que inadvertidamente têm contato com forças opositoras às ditaduras ou críticas aquela ordem de coisas. A advertência contida no manual sobre possíveis formas de operação de guerrilheiros expressa bem tal aspecto:

> Se as guerrilhas urbanas alugam casas para seus comandos, se arriscam a deixar rastros que podem ser seguidos pela polícia que mensalmente revisam todos os aluguéis registrados. Se a maioria de suas casas fossem emprestadas ao invés de alugadas, então os guerrilheiros deveriam evitar construir reservas de equipamentos que aumentaria sua dependência do terreno.[168] (SOA WATCH, 1989, p. 62)

Chegou-se ao ponto, em que pesem particularidades de cada país sob ditadura, de se propor um controle minucioso sobre as locações de imóveis, como forma de vigiar todas as pessoas, o que leva imediatamente à possibilidade – e não se sabe o tamanho dessa realidade -, de um controle também, não só sobre os

[168] "Si las guerrillas urbanas alquilan casas para sus comandos se arriesgan a dejas rastros que pueden ser seguidos por la policía que mensualmente revisan todos los alquileres registrados. Si la mayoría de sus casas fuesen prestadas en lugar de alquiladas, entonces los guerrilleros deben evitar construir reservas de pertrechos que aumentarían su dependencia del terreno".

“subversivos”, “insurgentes”, “comunistas”, mas sobre toda a sociedade. Como uma hidra, o Estado adentra aos mais diversos setores da sociedade. Tudo passa por controle severo, criando suspeição constante. Retomando a epígrafe de Saint Jean, que deu abertura à introdução da tese, a amplitude persecutória pode ser notada na medida em que se controla tudo e todos. As doutrinas (de Segurança Nacional e de Guerra Contrarrevolucionária – se é que se pode separá-las) ampararam largamente a nomenclatura, de forma que todos podem e devem ser perseguidos, inclusive os tímidos. É nesse espectro longo que envolveu e arremessou-se toda a sociedade ao critério e aos ditames do terror: o Terror de Estado, flexível o suficiente para atingir todas as demandas sociais. Ou melhor: todas não, as dos latifundiários e industriários e multinacionais foram amplamente atendidas.

Assim, conclui-se que, justificando o temor da organização de forças revolucionárias no Cone Sul, as Forças de Estado, sejam elas de Exércitos, sejam dos órgãos de informações, coadunaram, conjuntamente, na perspectiva da caçada ao inimigo, utilizando o verniz necessário às feições da nova ordem. Dessa forma, estenderam a toda a sociedade as ações persecutórias. É necessário, conforme se viu, o descortinamento das Escolas de Formação. O CIGS foi uma das escolas. A Escola das Américas, outra. Mas percebe-se a existência de várias outras. Também pode-se ver um imbricado entrelaçamento entre as Forças paraguaias e chilenas, através da Escola de Carabineros.

Estudos mais detalhados sobre a atuação das Escolas, seus corpus doutrinários e o pessoal formado nesses cursos auxiliariam na compreensão da extensão da doutrina e suas repercussões dentro do Estado. Com esses estudos, algumas questões poderiam ser esclarecidas, entre elas: Quantas outras tiveram o mesmo percurso, com os mesmos fins?

Capítulo 3 – Adidos militares nas conexões repressivas

y al recordar, la misma historia nos vuelve a pasar,
seguir buscando no tropezar con toda esa mentira

tu lastima no sirve, mucho menos interesa…
las palabras son solo palabras y nunca podran llenar
el vacio en la mesa, que esta famelica, anemica…
la indiferencia sin decencia en sudamerica…. [169]

A proposta deste capítulo é discutir a atuação de adidos militares, lotados nas Embaixadas, na propagação da Doutrina de Segurança e Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária e como facilitadores de informações; contribuindo, assim, para o Terrorismo de Estado. Diretamente vinculada a tal atuação, emergem interesses empresarias na comercialização de armamentos, apoiados pelos governos dos diferentes países envolvidos.

Conforme anunciado na introdução, não é a preocupação desta tese discutir os aspectos relacionados às teorias de relações exteriores, normativas ao funcionamento de Embaixadas, nem tampouco esmiuçar a função que foi cumprida por embaixadores e adidos em sua totalidade. Todavia, no seio da documentação, sobressaíram os aspectos que serão levantados no capítulo: os adidos cumpriram funções basilares no processo de troca de informações para a consolidação e manutenção do Sistema internacional de repressão. Seria uma omissão grave, em meio à documentação examinada, furtar ao debate e trazer aspectos essenciais sobre parte do pessoal que atuou nas Embaixadas, visto que os documentos mostram claramente aspectos importantes dessa atuação.

Trata-se, portanto, de seguir as pistas, como um mosaico salpicado; mas que trazem evidências importantes das ações persecutórias e das relações que adidos estabeleceram com os serviços de informações no Cone Sul. A ideia é reunir as informações que foram coletadas e, sem dúvidas, outros trabalhos poderão aprofundar aspectos importantes a serem levantados, cujos indícios aqui foram reunidos.

[169] Los de Abajo. Actitud Calle, 2010, Wrasse Records (música)

A função da diplomacia, como a conhecemos na atualidade, ficou definida a partir do Congresso de Viena. De acordo com Correia (1994, p. 40), uma das grandes conquistas desse Congresso foi o "estabelecimento e a organização de uma hierarquia entre agentes diplomáticos". Dentre estes, descaram-se nas funções acima referidas, os adidos militares da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, dependendo das circunstâncias. No Brasil, a posição relativa de tais adidos no interior da Embaixada, e em relação à de outros países, aparece descrita em relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV)[170].

> De acordo com o "Regulamento para os adidos e adjuntos de adidos militares junto às representações diplomáticas brasileiras", que norteava as relações funcionais entre adidos e chefes de missão diplomática, a subordinação acontecia no sentido de que o adido militar devia seguir a orientação geral do chefe da missão, no desempenho de suas atribuições e nas relações com os adidos de outros países, salvo se essa orientação contrariasse determinações do respectivo Estado-Maior. Especificamente com relação à missão diplomática brasileira, o adido deveria ser tratado como um assessor técnico do chefe da missão para assuntos militares, mas autônomo em suas atividades. (BRASIL, CNV, Vol. 1, 2014, p. 198 – destaques do original)

Tal relativa autonomia pode explicar as evidências de algumas dissonâncias entre os militares atuantes e demais funcionários das Embaixadas particularmente embaixadores de carreira, portanto, mais independentes das políticas ditatoriais, mas nunca em relação à linha hierárquica militar. Ainda de acordo com a CNV,

> Atritos entre os adidos e funcionários diplomáticos, mesmo aqueles de mais alta hierarquia, parecem sugerir a existência de uma diplomacia paralela, executada pelas adidâncias. Muitos dos adidos mantinham interlocução direta com altos escalões dos governos estrangeiros, mormente daqueles sob hegemonia militar. Pesquisa empreendida pela CNV revelou que, no período imediatamente posterior à decretação do AI-5, foi extremamente difícil o relacionamento entre adidos e diplomatas brasileiros em missão no exterior. Em pelo menos um caso – o do embaixador Bilac Pinto, político da Arena que chefiava a missão diplomática brasileira na França – ficou demonstrado o monitoramento que lhe foi imposto

[170] Não foram encontradas evidências de que um tipo de adido ou outro tenham tido maior ou menor importância dentro dos corpos diplomáticos para efeitos de atuação na comunidade de informações dentre os documentos pesquisados. Pode ser que uma das armas tivesse mais notoriedade que outra, e isso seria uma pesquisa relevante, pois auxiliaria na compreensão das minúcias das atuações de adidos

> pelo adido do Exército, durante quase todo o ano de 1969. (CNV,2014,Vol. 1, p. 198)

Além do monitoramento apontado pela CNV, dados que serão destacados aqui, indicam que seus trâmites davam-se diretamente com as comunidades de informações repressivas.

A importância dos adidos, ainda pouco mensuradas pela falta de informações disponíveis, é destacada quando se vislumbra que muitos se tornaram receptores e transmissores de informações. Estiveram, vários deles, empenhados no monitoramento de exilados, disseminaram a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária e estiveram vinculados a Golpes de Estado no Cone Sul. Sobre sua importância, especialmente na Escola das Américas, Padrós (2005) destaca que

> Os oficiais que se submeteram aos programas de treinamento não foram o único mecanismo de influência estadunidense. Houve também a ação desempenhada pelos seus adidos militares nas missões sediadas nas embaixadas espalhadas na região. Esses quadros, em geral, estiveram em contato direto com contrapartes locais, alimentando circuitos - pouco visíveis - de informação e colaborando com seus interlocutores, sobretudo em momentos de acirramento interno. Esses funcionários militares desempenharam variada gama de tarefas: informação, treinamento de unidades locais, promoção e venda de armamento, espionagem, etc. Ou seja, estiveram imbuídos de um duplo caráter estratégico: a defesa dos interesses dos EUA e o exercício de influente papel na orientação das políticas interna e externa do país hospedeiro. Seu papel de ligação ou sua atuação direta foi perceptível em vários dos golpes de Estado que culminaram na implantação e consolidação de Estados de Segurança Nacional na América Latina. (Tomo 2, p. 812)

Os adidos, gradativamente, adquiriram autonomia em suas funções; mas é importante frisar que ela não acontecia fora dos interesses e delimitações do sistema. Tal autonomia era extensiva às relações que tais adidos estabeleciam com outros congêneres dos países integrantes dessa conexão repressiva, conforme atesta o relatório da Comissão de Verdade e Justiça (CVJ) do Paraguai, relativamente à ditadura capitaneada por Strossner:

> As Forças Armadas, assim como a Polícia Nacional, contavam com redes de informantes com nexos sobre a comunidade paraguaia no exterior. Muitas Embaixadas e Consulados do serviço exterior eram

> centros de espionagem e informação de atividades de exiliados e de seus familiares.[171] (PARAGUAY, CVJ, 2008, Vol. 1, p. 39 – tradução da autora)

O excerto revela o "saneamento" pelo qual passou a administração pública, incluindo-se aí as Forças Armadas, a polícia e mesmo o partido oficial (Partido Colorado), resultando em uma máquina "com um alto nível de colaboração e divisão do trabalho com um mando estratégico tendo na cabeça Alfredo Stroessner" (PARAGUAI, CVJ, Vol. 1, 2008, p. 39). Uma máquina que atuava através do III Departamento de Investigações (DIPC) e a Direção Nacional de Assuntos Técnicos (DNAT) realizando tarefas de inteligência, contrainteligência e operações de contrainsurgência, com a qual os adidos militares brasileiros se correspondiam diretamente. No país vizinho, o Uruguai, as conexões deram-se através do Adido para o Serviço de Informação de Defesa (SID) e o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCOA). Lá, nota-se também um importante papel atribuído à adidância. Os adidos também assumiram o papel de interlocução entre ditaduras no aspecto repressivo e formação do sistema internacionalizado da repressão. Um exemplo é a interlocução do Coronel Harguindeguy com a ditadura Argentina.

> um dos principais protagonistas da posterior ditadura argentina, o então coronel Albano Harguindeguy, desempenhou funções de adido militar na embaixada de Montevidéu até 1972, sendo um observador privilegiado da aplicação da ação repressiva do governo uruguaio. Inclusive, estabeleceu forte vínculo com a inteligência militar local, fato que se mostraria muito útil quando do estabelecimento da futura coordenação repressiva. (PADRÓS, 2005, Tomo 2, p. 672-673)

Mas, sobre o Uruguai, ainda há mais elementos da troca de informações e disseminação do sistema. Sua conexão com o Chile, por exemplo, se vinculava ao trâmite de dados sobre refugiados após a queda do Governo Allende e, novamente, a importância do adido remete ao esquema.

> A conexão repressiva Uruguai-Chile remete-se ao assessoramento prestado por militares uruguaios aos serviços de inteligência chilena para identificar refugiados orientais, logo após a queda do governo

[171] Las Fuerzas Armadas así como la Policía Nacional contaban con redes de informantes con nexos sobre la comunidad paraguaya en el exterior. Muchas Embajadas y Consulados del servicio exterior eran centros de espionaje e información de actividades de exiliados y de sus familiares.

> da *Unidad Popular*, fato confirmado por diversos exilados. Pedro Aranco, um nome conhecido no sistema repressivo uruguaio, foi adido militar na embaixada de Santiago, e esse cargo tinha centralidade na conexão de informação dos sistemas de inteligência regional estabelecida pela macrocoordenação da Operação Condor. Por outro lado, são de domínio público as estreitas relações e afinidades ideológicas entre Bordaberry e Pinochet. (PADRÓS, 2005, tomo 2, p. 748)

Em relação ao Brasil, na documentação tarjada como secreta ou confidencial, transparece a função que adidos brasileiros cumpriram ao redor do mundo, prestando e/ou disseminando informações, ministrando treinamentos e quando se prestaram a ser representantes de empresas privadas, contribuíram para completar o quadro do estado de guerra, comercializando armas, função facilitada por sua posição nas embaixadas, dada a imunidade diplomática e com a anuência propositiva dos governos.

Essa extensa teia de informações entre embaixadas e consulados de diversas partes do mundo revela a prática de relações internacionais vinculadas às ações extrajudiciais, extrapolando as fronteiras do Cone Sul (QUADRAT, 2004), particularmente após firmar-se o pacto da Operação Condor em 1975.

Dentre as práticas que configuram o Terrorismo de Estado, a que melhor se coadunou com as funções das relações diplomáticas foi a das “transferências extrajudiciais” (TERESTCHENKO, 2011), ou seja, os sequestros e translado de pessoas aprisionadas em um dado país pelas forças repressivas e transferidas para outro, ferindo todos os preceitos firmados nas convenções internacionais. Parafraseando o autor abaixo citado, “as operações secretas, que consistiam no rapto, transporte e tortura de indivíduos suspeitos de terrorismo em centros de detenção clandestinos, contaram com a colaboração de vários Governos (...) cujos países albergaram centros de detenção clandestinos. (SIZA, 05/02/2013).

Na realidade, as denúncias acima citadas referem-se ao recrudescimento de tais práticas extrajudiciais envolvendo praticamente o mundo todo, após o atentado de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. Todavia, são trazidas para explicitar situações ocorridas entre os anos de 1960 a 1990 nos países do Cone Sul; pois assemelham-se às praticadas pela conexão repressiva naquele período e que contaram com a colaboração, quando não iniciativa, de adidos militares lotados em Embaixadas.

Terestchenko (2011) inclusive segue a ideia de que o pós-11 de setembro de 2001 espelhou-se nas ações praticadas no Cone Sul. Como se examinou, a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária constituiu um conjunto de princípios que justificou crimes de lesa-humanidade, nos países do Cone Sul, de forma integrada.

Dramaticamente, pode-se perceber uma série de atividades promovidas por Estados, ditatoriais ou não, que se amparam na justificativa da proteção a si mesmos, enquanto Estados Nacionais ou por defenderem as suas doutrinas e princípios. Mas não se preocupam com a defesa da vida, dos direitos humanos, quando se trata de combater o "inimigo", seja ele qual for.

Aliás, o caráter de extralegalidade desponta na própria estrutura do Ministério das Relações Exteriores do Brasil através do funcionamento do Centro de Informações do Exterior (CIEx), pois esse setor espelhou-se no Security Service (Serviço de Segurança), o MI5, e já nasceu clandestino. Segundo o relatório final da CNV, reportando-se ao documento de criação desse serviço, datado de 12 de julho de 1967,

> Foi possivelmente essa atração pelo modelo britânico que explica a ausência de legalidade formal do CIEx. Merece destaque uma de suas sentenças: "[...] o serviço secreto inglês, tal como está há vários anos estruturado, parece ser o melhor modelo para o projeto brasileiro, requerendo um número de adaptações relativamente pequeno às peculiaridades nacionais". (BRASIL, CNV, Vol. 1, 2014, p. 190)

Conforme o relatório, as intersecções entre as agências brasileiras e suas congêneres no mundo foram de diversas modalidades e interligaram-se com serviços de informações. Do que se percebe nos documentos, houve uma relação mais profunda entre as agências no Cone Sul, mas o processo que estabeleceu de conexão, tanto com Estados Unidos, quanto com agências de países da Europa, demonstram o processo internaiconalizado. Gaspari (2002) refere-se também a tais intersecções internacionais promovidas pela ditadura brasileira, demonstrando como o sistema funcionava

> Antes do final de 1964, Golbery já tinha estabelecido contato com o MI5, o serviço da Grã-Bretanha para onde, no segundo semestre, seguiram oficiais brasileiros, iniciando o que seria um intenso, bem-sucedido e bem dissimulado intercâmbio entre Brasília e Londres. Do embaixador em Lisboa, recebeu ofertas do ministro do Exército de

> Portugal para visitar a Escola de Comando de Luanda, onde eram treinadas tropas para ações antiguerrilheiras que combatiam os movimentos pela libertação de Angola e Moçambique. Em agosto de 1965, depois de entendimentos com militares argentinos, dois oficiais do SNI foram estagiar em Buenos Aires por algumas semanas. Na volta, trouxeram o texto de uma proposta de acordo para ser assinado entre os dois serviços. Golbery refugou: "Eu não faço acordos escritos". É dessa época ainda o estabelecimento de relações amistosas com os serviços da França e da Itália. Nos dois casos, as negociações disfarçaram-se dentro do cerimonial das visitas oficiais dos presidentes Charles de Gaulle e Giuseppe Saragat ao Brasil. Em 1966 estava feita a ligação entre o Serviço e o organismo da espionagem israelense, Mossad, e o segundo homem do SNI, o coronel Figueiredo, foi convidado para ir a Tel Aviv. Nos anos seguintes, o Serviço enviou estagiários também à Alemanha. (GASPARI, 2002, p. 169-170).

Há muito o que se ver dessas configurações internacionais. Mas está claro que, seguindo o princípio da eliminação do inimigo interno, o capitalismo valeu-se de todos os artifícios, especialmente a espionagem, as informações e contrainformações. Os acordos apontados acima podem ser apenas a ponta do *iceberg* de tudo o que se processou no Cone Sul para o efeito da suspeição permanente, especialmente porque, como Gaspari citou, Golbery não fazia acordos escritos. Conforme visto no capítulo 2, Aussaresses também disse à Duarte-Plon (2016) que suas atividades mais secretas não foram registradas.

As embaixadas e adidos acompanharam sistematicamente a vida de exilados e refugiados, ou seja, ao receber refúgio, tais pessoas corriam tanto risco quanto se estivessem fora do campo de neutralidade internacional que a Embaixada representa, segundo as convenções internacionais. As embaixadas brasileiras tinham larga experiência no monitoramento de estrangeiros,[172] reunindo uma gama imensa de informações sobre exilados que buscaram refúgio neste país. Aprendizado que extraiu das ações de suas embaixadas nos outros países, onde monitorava brasileiros refugiados e também os de outros países em busca de exílio. Aliás, aponta a autora, foi

> Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa redigiu a portaria ultra-secreta que criava o Centro de Informações do Exterior (CIEx), vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966,

[172] Vide o capítulo 2, particularmente em relação ao DEOPS SP.

> sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985.[173] Funcionando com o nome de "Assessoria de Documentação de Política Exterior", com apoio de agentes do SNI e dos adidos militares – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Oficialmente, existia um centro responsável por fornecer informações estratégicas ao Itamaraty a fim de melhorar a execução política externa do país. Um dos requisitos básicos para um agente ser do CIEx era ter realizado o curso de planejamento estratégico da ESG ou ter feito o treinamento de agente na Escola Nacional de Informações (EsNI). (FERNANDES, 2009, p. 121-122 – destaques do original)

Ou seja, o caráter secreto de alguns serviços, inerente à existência das embaixadas, cumpre também o papel de garantir a segurança nacional, ampliando-se para abarcar as funções do Terrorismo de Estado e praticando as táticas da Guerra Contrarrevolucionária. Não bastava a formação para as funções afetas às relações internacionais, para ser um agente do CIEx tinha que passar por formação doutrinária específica na ESG e por um curso na escola do SNI.

Não por acaso, conforme apresentado, a EsNI foi um dos lugares em que Aussaresses atuou.

> Primeiro, a Escola deveria ser em Brasília. E também tinha que ser eclética, fazer a integração entre civis e militares. Então, fomos buscar especialização nos lugares em que havia militar e civil juntos. Por exemplo, eu fui para os Estados Unidos. O serviço de informações dos Estados Unidos, a CIA, é civil, o FBI é civil. Mas eles não trabalham sozinhos, de jeito nenhum. As Forças Armadas têm um grupo separado para trabalhar com esses dois órgãos: são os adidos militares. O chefe da CIA nunca comandou. Só o adido militar. Veio ao Brasil, foi ao mundo inteiro. Era um especialista. Porque é preciso aproveitar o indivíduo (PINHEIRO *apud* D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994. p. 133)

[173] Conforme informa Luiz Claudio Cunha: "a sua existência só foi confirmada em 2007, pela monumental série de reportagens produzida pelo repórter Cláudio Dantas Sequeira, do Correio Braziliense, revelando a ação repressiva da primeira agência criada sob o amparo do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de seu criador, o general Golbery do Couto e Silva. O repórter revelou que, no início, o secreto CIEx foi camuflado como Assessoria de Documentação de Política Exterior, ou simplesmente ADOC, com verba secreta e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores. Na primeira década, até 1975, funcionou dissimulado como seu criador na sala 410 do quarto andar do Anexo I do Palácio do Itamaraty, em Brasília. Desativado junto com a ditadura, o lugar hoje abriga a inofensiva Divisão de Promoção do Audiovisual". CUNHA, Luiz Cláudio, *Observatório da Imprensa*. 14/12/2013, edição 776. http://www.sul21.com.br/jornal/qual-o-obituario-de-manoel-pio-correa-junior-merece-maior-credibilidade-por-benedito-tadeu-cesar/

Novamente, assim como visto no capítulo anterior sobre o CIGS, a formação embasou civis e militares e, no interior das Embaixadas, este papel coube ao adido militar lotado no Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores que, por sua vez, era diretamente subordinado ao SNI. Não é de se estranhar que os funcionários que não haviam passado pelo doutrinamento se tornassem automaticamente suspeitos.

Mas as relações dos adidos militares lotados nas embaixadas com o Terrorismo de Estado ficam mais claras dado o acesso a informações sobre seus personagens e suas ações, como se sabe, por exemplo, do adido militar da Embaixada Argentina no Paraguai, o Coronel Gerardo Juan Nuñez, ou do Adido Militar Adjunto Raul Angel Portillo, também argentino. Ambos estiveram presentes em uma Conferência bilateral (Argentina e Paraguai) reunida em 1978[174] com o objetivo de definir as estratégias e táticas de uma ação genocida desencadeada na Argentina denominada Operação Toba sobre a qual nos deteremos no capítulo 4. Nessa conferência, a função do adido militar argentino foi a de "dar prosseguimento ao enlace" entre os dois países no concernente à operação.[175] (AH. Documento 0246F0373, 27-28/06/1978).

O Coronel Gerardo Juan Nuñes, que assina a ata da Conferência, foi nomeado para a função por 775 dias, pelo Decreto Secreto S 1199, secreto e reservado, do Poder Executivo Nacional (P.E.N.) de 02 de julho de 1976 da Ditadura Argentina, juntamente com outros militares que, posteriormente, cumpririam função em outras Embaixadas no mundo.[176]

Já o seu colega de farda, o adido Raul Angel Portillo foi um dos acusados na causa argentina Harguindeguy. A causa recebeu esse nome porque um dos principais acusados era o ex-ministro do Interior, o general Albano Harguindeguy. As acusações que versam sobre os militares citados na causa são as de serem os responsáveis pelo desaparecimento forçado de quatro pessoas no ano de 1976. De acordo com o Jornal *La Capital*, de 27 de dezembro de 2012,

---

[174] *IIda Reunion Bilateral de Inteligencia* ocorrida entre Paraguai e Argentina, nos dias 27 e 28 de junho de 1978.
[175] "Proseguir el enlace a través del Agregado Militar".
[176] Conforme: Governo da Argentina. Disponível em: http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do%3Bjsessionid=EF206ACAB3680E35DA72C6EA0354D33C?id=222904

> A Portillo se imputou ter integrado uma associação ilícita, constituída para perseguir e exterminar opositores políticos mediante a privação ilegítima de liberdade agravada e o desaparecimento forçado de pessoas (CONDENARON a perpetua a tres represores por delitos ocurridos en San Nicolás. LA CAPITAL, 27/12/2012)[177].

3.1 - Atuação nos setores de formação de pessoal

O processo de formação dos agentes, conforme já apontado, ocorria de várias formas e nos mais variados lugares, mas tinha em comum em qualquer do países analisados, fomentar e difundir a Doutrina de Segurança Nacional e treinar agentes nas estratégias e táticas da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. No interior da gama de procedimentos, centros e escolas de que se tem notícias, sabe-se mais sobre a Escola das Américas e do Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG) é a que tem recebido mais atenção, da qual se destaca seu papel na difusão da Doutrina de Segurança e nos aspectos socioeconômicos atinentes a ela, pouco se detendo os autores, nas informações sobre seus vínculos com os preceitos e práticas da Guerra Contrarrevolucionária. Todavia,

> as alterações da concepção de Inimigo Interno contribuíram para que fosse sentida a urgência de novas estratégias de combate. Os conceitos de Guerra Insurrecional e Guerra Revolucionária que permearam este material baseavam-se, em grande parte, na doutrina de guerra francesa. O intercâmbio de estudantes e, até mesmo, instrutores à Escola Superior de Guerra de Paris contribuiu para que os oficiais, desde os tempos de JK, retornassem ao Brasil com o material e a concepção francesa sobre o assunto. Tais concepções tomaram forma, inicialmente, na Escola Superior de Guerra brasileira – ESG – cuja responsabilidade foi identificar dentro do quadro teórico de Guerra Insurrecional e Guerra Revolucionária a própria realidade nacional em consonância com uma guerra possível e provável. Embora no Brasil não houvesse fortes expectativas da ocorrência de um conflito nuclear, era notável que as formas de guerra convencional já pertenciam ao passado, mas a guerra revolucionária, ligada ao comunismo, caracterizada pela revolta e insatisfação no campo e nas cidades, era algo latente e compreendida como muito próxima à realidade brasileira. (ANDRADE, 2014, p. 98-99)

[177] "A Portillo se le imputó el haber integrado una asociación ilícita, constituida para perseguir y exterminar a opositores políticos mediante la privación ilegítima de la libertad agravada y la desaparición forzada de personas. Disponível em: http://www.lacapital.com.ar/condenaron-perpetua-tres-represores-delitos-ocurridos-san-nicolas-n374492.html. Acesso em 06/09/2016.

Ou seja, a formação de oficiais das armadas para o uso dos preceitos da Guerra Contrarrevolucionária (denominadas aqui pelo autor de Guerra Insurrecional e Guerra Revolucionária) ocorreu em um contexto anterior ao da ditadura desencadeada em 1964 e estava voltada para a prevenção de uma possível guerra nuclear. Tratava-se também de modernizar a capacidade de batalha dos militares brasileiros. Foi a incorporação da prédica do "inimigo interno" que teria ensejado a necessidade da adaptação desse aprendizado às características específicas do Brasil e em suas relações repressivas no Cone Sul, quiçá com outros países também.

Já sobre o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), apenas recentemente têm vindo à tona informações e, ainda assim, superficiais, o mesmo ocorrendo com a Escola Nacional de Informações (EsNI).

A formação de militares nos outros países analisados segue e mesmo diapasão encontrado no Brasil, conforme já apontado no caso das inter-relações entre o Chile e o Paraguai, cujos soldados civis e militares paraguaios frequentavam a Escola de Carabineiros chilena, recebendo aumentos salariais, bolsas de estudos, pequenos regalos pela participação na formação. E quem articulava tais formações eram os adidos militares lotados nas embaixadas dos dois países.[178] Cumpre notar que a documentação encontrada data de 1990, ou seja, no apagar das luzes das ditaduras do Cone Sul, revelando a continuidade de uma prática disseminada na região.

A questão da formação dos paraguaios ultrapassou as fronteiras de sua parceria com o Chile. Algumas décadas antes, durante o início da Ditadura Stroessner, surge no Paraguai a *Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA), "integrada principalmente por jovens liberais e alguns febreristas[179]", ambos opositores à ditadura de Stroessner (CVJ/PY – 2008b – parte 1, p. 84 – tradução da autora). Para deter o funcionamento da FULNA, o Governo Stroessner iniciou tratativas com o Governo Argentino a fim de evitar o crescimento da organização. Parte dos militantes da FULNA, de acordo com a Comissão de Verdade e Justiça

[178] AH. Documento 275 F 1464. Chile – Ofício do Dep. De Relações Públicas da Escola de Carabineros. Difusão ao AGREMIL em PY e Adido das FFAA do PY no Chile. 13/08/1990 e Documento 275 F 1465. Nota nº 216. Chile – Departamento de Relações Públicas da Escola de Carabineros, de 20/08/1990. Ao Adido das FFAA do PY no Chile.

[179] "integrado principalmente por jóvenes liberales y algunos febreristas".

paraguaia, viviam na Argentina por serem exilados políticos ou econômicos. Como medida

> as forças de segurança estavam informadas de seus movimentos com apoio da inteligência militar argentina. As autoridades paraguaias do II Departamento do Estado Maior mantiveram conversações com as autoridades argentinas em 1960. Esta reunião se realizou numa quinta-feira, 22 de setembro de 1960 no Pátio do Ministério de Defesa. Pelo Exército Paraguaio participaram o General Leodegar Cabello, Chefe do Estado Maior, o General Hipolito Viveros, Comandante do II Departamento de Estado Maior, o General Cáceres e o Coronel Florentín; pelo Exército Argentino, o Coronel Franklin Rawson, o Tenente Coronel Baca, acompanhados por um comandante de Gendarmeria Argentina e da Prefeitura Naval. O Coronel Franklin Rawson do exército argentino expressou que o comandante de seu exército punha à disposição dos oficiais paraguaios bolsas para realizar cursos sobre luta contra o comunismo internacional, e via a necessidade de trocar informação a esse respeito, para o qual convidou oficiais do Estado Maior paraguaio para que fossem à Argentina durante dois a três meses para treinar e trocar informação sobre a guerra revolucionária que afetava a ambos os países. Entre os diversos temas tratados, que iam desde questões de estabelecimento de limites nas ilhas até tarifas de produtos paraguaios, o General Hipólito Viveros, Comandante do II Departamento de Estado Maior do Exército paraguaio, fez referência à incursão armada de duas colunas guerrilheiras, desde a zona de El Dorado assim como do funcionamento de rádios clandestinas que faziam propaganda contra o governo paraguaio que funcionavam no lado argentino. Também mencionou que os integrantes de tais colunas haviam realizado práticas de tiro em Campo de Mayo e em Tiro Federal, unidades militares argentinas e "que as colunas rebeldes empregaram armas de procedência argentina com escudos arranhados e raspados" (II Departamento de Estado Maior, Vol. 0414). Sobre as atividades comunistas em ambos os países, resolveram que os intercâmbios de informação se fariam de forma mais breve, através dos respectivos adidos militares (ibidem). Esta reunião foi importante porque as forças armadas do regime stronista conheceram informação relevante sobre os movimentos dos integrantes da FULNA no território argentino.[180] (CVJ/PY – 2008b – parte 1, p. 87-88 – tradução da autora)

[180] las fuerzas de seguridad estaban al tanto de sus movimientos con apoyo de la inteligencia militar argentina. Las autoridades paraguayas del II Departamento del Estado Mayor mantuvieron conversaciones con las autoridades argentinas en 1960. Dicha reunión se realizó el jueves 22 de septiembre de 1960 en el Patio del Ministerio de Defensa, por el Ejército Paraguayo participaron el General Leodegar Cabello, Jefe del Estado Mayor, el General Hipólito Viveros, Comandante del II Departamento de Estado Mayor, el General Cáceres y el Coronel Florentín, por el Ejército Argentino, el Coronel Franklin Rawson, el Teniente Coronel Baca, acompañados por un comandante de Gendarmería Argentina y de la Prefectura Naval.
El Coronel Franklin Rawson del ejército argentino expresó que el comandante de su ejército ponía a disposición de los oficiales paraguayos becas para realizar cursos sobre lucha contra el

O documento examinado produzido pela CVJ/PY vem ao encontro dos depoimentos colhidos por Robin (2014), bem como demonstra a interlocução das doutrinas no Cone Sul, conforme apontado por Chirio (2012), especialmente no Brasil. Vê-se claramente o treinamento se propagando, mas também se percebe que a participação do Adido Militar nas funções da troca de informações esteve presente constantemente nas Embaixadas. As formações são diversas, em vários países, em várias escolas. É possível que um mesmo militar tenha realizado cursos em mais de um local. O pano de fundo da formação era o combate. Nesse caso, mais uma vez, percebe-se a aliança entre a Doutrina de Segurança e a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária.

A dinâmica de difusão e recepção de informações demonstra seu traslado de um país a outro e que, embora houvesse dissonâncias entre as agências, conforme já mencionado em capítulos anteriores, o alvo era sempre o "inimigo interno", no caso, interno, mas que "ameaçava" igualmente os distintos países. Podia-se disputar quem interrogava, qual agência organizaria a prisão, mas o repasse das informações é bastante elucidativo de como se procedia na sistemática dos dados. Ia-se acumulando informações diversas, de questões pessoais até as políticas, passando-se por episódios cotidianos. A questão da disseminação das informações foi observada ao longo de toda a pesquisa e, por ela, se evidencia as entranhas do sistema, ou seja, das conexões repressivas.

Informações coletadas por adidos militares dos diferentes países a serem disseminadas pelo Brasil, com dados sobre brasileiros e vice-versa, encontradas no

---

comunismo internacional y veía la necesidad de intercambiar información a ese respecto, para lo cual invitaba a oficiales del Estado Mayor paraguayo para que fueran a Argentina durante dos a tres meses a entrenarse y a intercambiar información sobre la guerra revolucionaria que afectaba a ambos países. Entre los diversos temas tratados, que iban desde cuestiones de amojonamiento de límites en las islas hasta aranceles a productos paraguayos, el General Hipólito Viveros, Comandante del II Departamento de Estado Mayor del Ejército paraguayo, hizo referencia a la incursión armada de dos columnas guerrilleras desde la zona de El Dorado así como del funcionamiento de radios clandestinas que hacían propaganda contra el gobierno paraguayo que funcionaban en el lado argentino, Así mismo mencionó que los integrantes de dichas columnas habían realizado prácticas de tiro en Campo de Mayo y en Tiro Federal, unidades militares argentinas y "que las columnas rebeldes emplearon armas de procedencia argentina con escudos rayados o limados" (II Departamento de Estado Mayor, Vol. 0414). Sobre las actividades comunistas en ambos países, resolvieron que los intercambios de información se harían de forma más breve a través de los respectivos agregados militares (ibidem). Dicha reunión fue importante porque las fuerzas armadas del régimen stronista conocieron información relevante sobre los movimientos de los integrantes del FULNA en el territorio argentino.

acervo documental do DEOPS/SP atestam, mais uma vez, o papel central órgão nas conexões repressivas, agora em nível intercontinental. Na escalada do terror, cumpriu um papel determinante e teve tentáculos inclusive fora do Brasil.

Como exemplo, temos que em 25/09/1970, o Adido da Aeronáutica em Buenos Aires informou ao II Exército, ao SNI, ao DEOPS, à Delegacia de Polícia Federal e à Polícia Militar de São Paulo que houve um assalto a uma unidade da Marinha no Uruguai. No documento se lê: “Este serviço tomou conhecimento e divulga abaixo a relação do material roubado pelos TUPAMAROS, na quantidade ao lado declarada, no assalto ao Centro de Instrução da Marinha, ocorrido no dia 28 Mai 70 em Montevidéu” (AESP, Fundo DEOPS. Documento 50-D-7-1622. 25/09/1970.). Em seguida, listam-se os equipamentos roubados, tais como granadas, pistolas, cartuchos, capacetes etc.

Destaca-se a difusão da informação. O documento é timbrado pelo Ministério da Aeronáutica e, teoricamente, deveria circular apenas nos círculos envolvidos, como, por exemplo, o SNI. Mas ultrapassa essa barreira e chega a uma agência estadual e à polícia militar. Outra questão que se destaca é que a informação é afeta ao Uruguai, mas sai da Argentina. Haveria nesse caso uma concorrência entre os adidos? Porque nesse caso se trata de uma questão de segurança do Uruguai. Como essa informação foi processada na Argentina para vir disseminada ao Brasil, constando no relatório o tipo de material roubado e seu quantitativo? São questões que a documentação não permite responder, e não é uma preocupação deste trabalho adentrar os meandros de eventuais disputas particulares do pessoal; mas, curiosamente, independente de qual problema se trate, a origem e difusão é bastante interessante.

Em relação ao Uruguai, a pesquisa realizada no Arquivo do Estado de São Paulo, no Fundo DEOPS, denota uma preocupação particular com o país vizinho, principalmente pela presença do ex-presidente, João Goulart como exilado naquele país. A tramitação de informações via embaixada e adidos entre o Brasil e aquele país encontra-se bem esmiuçada por Fernandes (2009). Seu estudo, relacionado às relações do Brasil com o Uruguai, antes mesmo do golpe de 1973 naquele país, clarifica a atuação da Embaixada do Brasil, bem como nomes que estiveram vinculados a ela no período. De acordo com a autora, o Embaixador nomeado para

o Uruguai, o já citado Pio Corrêa, já havia se destacado como embaixador do Brasil no México, mas

> devido ao fato de esse país não ter reconhecido o governo golpista, foi chamado de volta ao Brasil. Conforme Philip Agee, a base da CIA do Rio de Janeiro providenciou a sua nomeação para Montevidéu – que havia se tornado, no momento, "ponto em ebulição da diplomacia brasileira -, devido à sua eficiência nas atividades operacionais exercidas anteriormente na Cidade do México. Ainda, segundo o ex-agente, a CIA decidiu envolver-se também nas operações contra os exilados brasileiros.
> Juntamente com o coronel Câmara Senna, que foi para Montevidéu como adido militar, Pio Corrêa dedicou-se à neutralização da articulação entre os exilados, tendo como prioridades João Goulart e Leonel Brizola. (FERNANDES, 2009, p. 117-118 – destaques do original)

Leonel Brizola, João Goulart, assim como diversos outros exilados no Uruguai foram preocupação constante das agências brasileiras e, pelos relatos dos agentes, foram espionados diuturnamente pelos servidores do DEOPS SP. E isso não é pouca coisa. Há reuniões detalhadas, em que parece que o informante conseguiu se infiltrar em círculos altos dos exilados ou, ao menos, havia um bom sistema de escuta.

As informações sobre os exilados brasileiros no Uruguai, via embaixadas, tramitavam para os Estados Unidos, também através de sua embaixada aqui no Brasil; pois o adido político da Embaixada dos Estados Unidos em São Paulo, Claris Halliwell, frequentava a delegacia com muita frequência, conforme revela o Livro de portaria do DEOPS/SP, no qual constam os nome e os cargos de cada um dos visitantes, bem como a hora de entrada e saída. A primeira entrada registrada de Halliwell foi no dia 05 de abril de 1971. A partir desse registro, suas visitas foram frequentes, em horários diversos. O livro examinado cobre o período de 01/04/1971 até 15/10 do mesmo ano[181]. De acordo com reportagem publicada no Jornal Estadão, de 25/02/2013,

> O nome de Halliwell ganhou destaque após a descoberta, nos arquivos do antigo Dops, de uma série de livros de portaria que identificavam as pessoas que visitavam aquele local - um dos

[181] Ver: Livro de portaria do DEOPS revela conluio criminoso entre FIESP, Consulado Americano e Ditadura. Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/geral/livro-de-portaria-do-deops-revela-conluio-criminoso-entre-fiesp-consulado-americano-e-ditadura/. Acesso em 15/01/2017.

> principais centros de repressão política no início da década de 1970. De acordo com levantamento feito pelo **Estado** nos livros, Halliwell frequentou o edifício entre abril de 1971 e novembro de 1973. Identificado como "cônsul", em 1971 realizou uma média de duas visitas por mês aos delegados da linha de frente da repressão, frequentemente envolvidos com denúncias de torturas a presos políticos. (DIPLOMATA que visitou o Dops foi alvo de ameaça, *O Estado de São Paulo*: Jornal virtual *Estadão*)

As informações registradas pelos agentes do CIEx sobre os contatos entre Brizola e Goulart naquele país, como não poderia deixar de ser, foram devidamente registrados e repassados ao adido militar. Como exemplo, há um documento que informa um encontro dos dois, “no dia 29/MAI/68, às 13,30 hs, (...) na residência do último à Calle Leyenda Patria nº 2984 – Montevidéu (ROU)”. (AN. CIEx. 07/06/68).

3.2 - Redes de adidos militares – Agremil

Visando estimular a troca de informações entre os países envolvidos na cooperação para o terror, foi criada uma rede, denominada AGREMIL, e integrada por adidos militares lotados nas embaixadas. Tais redes no Cone Sul tiveram uma importância que ainda precisa ser mensurada.

Ao que já se apurou, a rede surgiu e operou através das Conferências dos Exércitos Americanos (CEA).

> O intercâmbio de informações se realizava em instituições continentais não secretas, como a Conferência de Exércitos Americanos (CEA), e circulava através de adidos militares (a rede AGREMIL*)* destinados a sedes diplomáticas em cada país. Se sabe que, desde as primeiras reuniões da CEA nos anos 60, se alentava o intercâmbio de informação de inteligência acerca dos grupos subversivos e o comunismo internacional, se impulsionava a formação de escolas de inteligência em cada país e se pactuavam programas de capacitação em sistemas codificados de comunicações[182]. (GARZÓN REAL, 2016, p. 60 – tradução da autora)

[182] El intercambio de informaciones se realizaba en instituciones continentales no secretas como la Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA), y circulaba a través de agregados militares (la red AGREMIL*)* destinados a sedes diplomáticas en cada país. Se sabe que, desde las primeras reuniones de la CEA en los 60, se alentaba el intercambio de información de inteligencia acerca de los grupos subversivos y el comunismo internacional, se impulsaba la formación de escuelas de inteligencia en cada país y se pactaban programas de capacitación en sistemas codificados de comunicaciones.

O que se tem mais claro é que a rede parece ter sido subsidiada tanto pela CEA, quanto pelas embaixadas.

Funcionando desde 1960, portanto, antes da ditadura brasileira e quase todas as suas congêneres, constata-se a tramitação de documentos nos países do Cone Sul, conforme documentos examinados no Arquivo do Horror que datam principalmente do período que vai de 1974 a 1990, à exceção de um documento enviado por adido militar datado de 1960.

A informação versa sobre um cidadão cubano na cidade de Posadas – Argentina, em 9 de fevereiro de 1960, que estaria usando um transmissor clandestino com o objetivo de criar "movimentos de perturbação e anarquia na BOLIVIA; BRASIL; ARGENTINA "PARAGUAY y CHILE"[183] fora conseguida com o conselheiro da Embaixada Argentina no Rio de Janeiro, o Coronel Luiz Alberto Florentin e transmitida pelo adido Carmelo Piñeiro Zarza, Agregado Militar e Aeronáutico na Embaixada Paraguaia no Rio de Janeiro que, no ano seguinte, recebeu no Brasil a Ordem do Mérito Militar. Tal documento foi remetido pelo Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación paraguaio (ESMAGENFA) ao Chefe da Polícia da Capital, que na época era Don Ramón Duarte Vera (AH. Documento 0251F 1286, 9/02/1960 – tradução da autora).

A atuação dos consulados paraguaios na região de Posadas, bem como demais localidades do nordeste argentino serão motivo de discussão no capítulo 4, por se referirem à já indicada *Operação Toba*. Por hora cabe destacar que o volume de informações advindos da região se destaca em meio à documentação no Arquivo do Horror desde as pesquisas realizadas para a dissertação de mestrado que realizei (SILVA, 2010). Trata-se de uma região bastante nevrálgica, objeto de intensa colaboração entre argentinos e paraguaios.

Chama atenção a rapidez com que as informações eram difundidas, particularmente por se tratar de documentos transferidos de um país para outro e também nesse sentido, as embaixadas contribuíam muito, dada a imunidade diplomática e o mote inerente as suas funções de garantir a segurança do país. Assim, nem chamava a atenção o caráter de urgência e de sigilo dado aos documentos que tramitavam, dos quais é um exemplo as informações abaixo,

[183] “movimientos de perturbación y anarquía en: BOLIVIA; BRASIL; ARGENTINA "PARAGUAY y CHILE”.

geradas pelo ESMAGENFA. O informe que recebeu o número 13, foi despachado no dia 14 de março de 1975 e visava alertar as forças repressivas argentinas sobre uma "reunião de extremistas latino-americanos"[184] que estaria acontecendo a partir do dia 10 daquele mês e se estenderia até o dia 17, em Jujuy (Argentina). O documento supõe que os "extremistas", "poderiam, como atos de diversão, intentar atos de terrorismo em algum país sul americano"[185], e na Argentina, em particular, desconfiava-se que intentariam sequestrar algum embaixador, "utilizando uniforme do Exército argentino"[186]. (AH, Documento 021 F 1435, 14/03/1975 – tradução da autora)

A suposição enseja o seguinte pedido: "a) onde e quando se realiza a reunião? b) que grupos extremistas latino-americanos participam? c) são os mesmos que integram a JCR ou é um novo? d) Quais temas foram abordados? As conclusões"[187] (AH, Documento 021 F 1435, 14/03/1975 – tradução da autora. Maiúsculas do original)

Aventada a possibilidade de tal ato uma vasta rede foi acionada, movimentando inúmeros agentes de vários países ou lotados em outros, incluindo altos escalões de autoridades, toda interligada no exercício do terrorismo de Estado. Rede essa que pode ser identificada pelas letras que integram os ofícios difundidos, ou seja, "A", "D" e "H", que são, respectivamente: "A" – Comando em Chefe das Forças Armadas, Chefe e Sub-chefe do ESMAGENFA; D- para o Arquivo do ESMAGENFA; "D" - Ministério do Interior; Chefe da Polícia da Capital; Departamento de Investigações; "H"- Adidos militares, da Aeronáutica e navais nacionais. Os adidos que deveriam receber a informação eram os atuantes na Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Estados Unidos e Venezuela (AH. Documento 040F2408, s/d). Revela ainda o documento, a vasta rede de adidos paraguaios atuando no exterior com o objetivo de levantamento de dados, em ações persecutórias constantes.

Os ofícios que comprovam a troca de informações entre adidos militares lotados em embaixadas estrangeiras ou no próprio país, sobre suspeitos de subversão, em parceria com os órgãos repressivos, são inúmeros e demonstram

184 "Reunión de extremistas latinoamericanos".
185 "Podrían, como actos de diversión, intentar actos de terrorismo en los países sudamericanos"
186 "utilizando uniforme del Ejército Argentino"
187 A) Dónde y cuándo se realiza la reunión? B) Qué grupos extremistas latinoamericanos participan? C) Son los mismos que integran la JCR o es uno nuevo? D) Qué temas fueron abordados? Las conclusiones.

que agiam, de fato, como aves de rapina em busca de vítimas para as suas garras. No exemplo a seguir, trata-se de exilados vivendo em locais próximos de fronteiras, o que demonstra também o grau de insegurança a que estavam submetidos esses refugiados. O informe expedido pelo D-2 do ESMAGENFA baseou-se em dados anteriores e se refere à "Presença de dirigentes subversivos em cidades fronteiriças (Arg)"[188], tendo sido difundido a vários órgãos, mas destaca-se o envio das informação ao Adido da Argentina no Paraguai e ao Adido paraguaio na Argentina. (AH. Documento 021 F 1644, 24 de março de 1975 – tradução da autora). O assunto foi avaliado como A-1, que significa completamente confiável e verificada por outra fonte e contesta a suspeita levantada, ou seja, conforme o documento: não se pôde verificar a presença de alguns observados pelos serviços de informações entre os dias 19 e 20 de março de 1975. Em compensação, inicia outra suspeição informando a chegada em Posadas, Argentina, de outros "observados", esses vindos de Buenos Aires, detalhando inclusive o local onde se hospedaram. A chegada aconteceu no dia 18 de abril de 1975 e, nesse mesmo dia, aconteceu uma reunião, mencionando-se os nomes dos presentes.

Nesses casos aqui citados, notam-se com bastante clareza as relações entre adidos argentinos e paraguaios com o Condor movimentando uma rede imensa de serviços de informações em busca de dados sobre situações suspeitas.

No interior dessa rede, destacam-se os adidos como espiões privilegiados no controle aos exilados e, nesse quesito, os paraguaios lotados em Embaixadas nos outros países se sobressaem. O que não difere do que fez o Brasil com seus exilados no Uruguai, como já discutido. Por exemplo, exilados paraguaios na Argentina, como Augustin Goiburu, Epifanio Mendes Fleitas, Mesde Osta são muito citados em toda a documentação que versa sobre o que ocorria na região nordeste da Argentina, demonstrando a vasta conexão que passou pelas chancelarias, Polícia da Capital, em conivência com o mundo empresarial, como no caso da Itaipu Binacional tratado no mestrado (SILVA, 2010). Alvos diletos de Stroessner e da repressão paraguaia eram todos divergentes da ditadura instaurada em 1954 e viveram muitos anos no exílio.

[188] "Presencia de dirigentes subversivos en ciudades fronterizas (Arg)".

O Informe nº16 explica, ainda, que o paraguaio Goiburu não participou da reunião embora estivesse em Posadas e, posteriormente, este viria a constar das listas de desaparecidos no Paraguai, sabendo hoje seu destino:

> Goiburu foi sequestrado no dia 9 de fevereiro de 1977 em Posadas, cidade argentina em que vivia, e levado clandestinamente ao prédio do Departamento de Investigações da Polícia de Assunção - local onde funcionava um centro de tortura e de interrogatórios clandestinos. Nunca mais foi visto nem seu corpo encontrado. (DITADORES monitoravam passos de ativista na tríplice fronteira. *Gazeta Digital*, 31/12/2007).

Tais documentos evidenciam a continuidade na troca de dados e como uma coisa puxava outra, como um cordão sem fim. Assim, por exemplo, aproveitando o mesmo informe, o ESMAGENFA alerta para o fato de que uma pessoa foi a Formosa encontrar-se com outra e que retornaria a Posadas para a Semana Santa, dando inclusive o horário em que saíram de Formosa. Também há dados sobre o trânsito de vigiados vindos de Candelária e Entre Rios, além de outros que se dirigiram para Buenos Aires. Por fim, o documento traz falas detalhadas de Mendes Fleitas.[189]

A precisão dos dados, detalhes das falas, demonstra que o informante esteve presente nas atividades, ou seja, trata-se de infiltrados nas reuniões, possivelmente pertencente aos círculos de exilados. A hipótese já foi aventada em relação ao teor das observações do DEOPS-SP, sobre brasileiros exilados no Uruguai.

Tal vasta rede acompanhava *pari passu* a vida das pessoas, desconfiando até mesmo de patrulhas uniformizadas, como se revela na informação que levanta dúvidas sobre a idoneidade de uma patrulha motorizada que se apresentou em Tartagal (Argentina), em busca de um "campo de guerrilheiros, presumivelmente paraguaios a cargo de um tal fulano"[190] detido em Formosa (Argentina). O documento foi expedido por "A", ou seja, pelo Comando em Chefe das Forças Armadas da Nação paraguaia para o Condor 1 – SIE (Argentina - *Servicio de* Informaciones del Ejército), além do AGREMIL (P e A). Neste caso, não é possível

[189] Fleitas foi um líder do Partido Colorado. Havia sido dirigente do Banco Central paraguaio e possuía bastante influência dentro do país. Com a chegada de Stroessner ao poder, Mendes Fleitas foi afastado de suas funções e logo em seguida seguiu para o exílio. A partir de então, tornou-se um dos homens vigiados pela Ditadura Stroessner.

[190] O nome citado foi omitido pela autora. Alguns nomes largamente conhecidos foram citados, como se verá ao longo do item.

saber se é para os adidos paraguaios atuantes na Argentina ou se será difundido aos adidos de ambos os países. (AH. Documento 021F1522, de 6 de julho de 1976).

Mas os dados não vinham apenas do Paraguai. Ainda em 1975, Adido do Exército à Embaixada do Brasil em Assunção expediu o Pedido de Busca nº 13/75, no dia 13 de outubro. Tal pedido, que teve como origem o Estado Maior do Exército (EME) brasileiro foi difundido para os Adidos na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Tal pedido solicitava a "confirmação e a ampliação de dados conhecidos", além de "outros (...) existentes", sobre Sebastião Mendes Filho. (AH. Documento 050 F 2462). Sobre Mendes Filho sabe-se hoje que

> estava preso no Uruguai, reapareceu misteriosamente no Brasil, mas conseguiu escapar e retornar para lá. Seu irmão, Tarcino Guimarães Mendes, sacerdote, levou aos uruguaios um certificado dado pelas autoridades brasileiras no qual constava que Sebastião não era procurado no Brasil. Contudo, também foi preso em Artigas. (CASSOL, 2008, p. 5 e 6)

Talvez Tarcino tenha caído em uma armadilha, porque Sebastião era, de fato, perseguido também pela ditadura brasileira, conforme se comprova na Carta Aberta ao povo de Montes Claros, publicizada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia em evento realizado naquela cidade de Minas Gerais, tendo como conferencista o Senador Teotônio Vilela, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no dia 20 de outubro de 1979. No cartaz de divulgação, havia um rol de atingidos pela ditadura brasileira e, dentre eles, consta o nome de Sebastião Mendes Filho[191].

Note-se que o Pedido de Busca nº 13/75, foi exarado de Assunção assinado pelo Adido brasileiro lotado naquela cidade. Como foi difundido para o Segundo Departamento das Forças Armadas do Paraguai, encontra-se arquivado no Arquivo do Horror demonstrando as ações persecutórias contra cidadãos brasileiros.

Com as mesmas características do documento expedido sobre Mendes Filho, foi organizado o Pedido de Busca nº 14/75 solicitando dados sobre Liborio Ramon Alderete Albarenga, com o título "o Movimento em Defesa da Pátria (MODEPA)". Exatamente como o anterior, o documento teve origem no EME e expedido pelo

[191]Conforme Carta Aberta do Comitê Brasileiro pela Anistia disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/cba/cba_producao/cba_producao_administrativa/cba_producao_administrativa_material_de_divulgacao_p001_/cba_producao_administrativa_material_de_divulgacao_p001.pdf.

Adido brasileiro em Assunção, em 13 de outubro de 1975. Foi difundido para o II Departamento das Forças Armadas do Paraguai e para os adidos da/na Argentina, Paraguai, Venezuela. Não é possível nomear quais eram os adidos ou sua inserção institucional, porque se trata da cópia que for remetida para o adido paraguaio em particular e apenas indica que outros países o receberam.

Como se trata de um documento confidencial expedido pelo adido brasileiro no Paraguai, possivelmente seu destinatário era o adido paraguaio no Brasil demonstrando laços importantes dos dois países. E, nesse caso, também se estenderia à adidância da Argentina e da Venezuela. O documento pede a confirmação de dados e solicita outros sobre Liborio Ramon. (AH. Documento 050 F 2467, 13/10/1975).

A referência que ele traz consta em outro documento também do EME, de nº 124-3/2.2. Esse pedido de busca, também confidencial, relata uma reunião do Comando Coordenador do MODEPA, ocorrida em Resistência (Argentina), no dia 16/08/1975. Listam-se todos os presentes e a origem de suas organizações. Além disso, o pedido de busca informa os temas tratados na reunião: Estudo da situação atual; Balanço das atividades das várias frentes; Estudo das finanças do movimento; Elaboração de um plano de trabalho para as distintas frentes a serem realizadas no período de 2 a 6 meses. De acordo com o documento, a reunião era de caráter clandestino e nela tratou-se também sobre a existência de paraguaios revolucionários relacionados à presidência da Venezuela. Além disso, diz o relatório, o plano do grupo era voltar ao Paraguai, adquirir casas e lotes, formar pontos de apoio, trabalhar em empresas do lado brasileiro e paraguaio, criar pseudônimos e realizar nova reunião em Buenos Aires ainda no mesmo ano. Como anexo, foi enviada uma ficha com dados de Liborio Ramon.

Tamanha a descrição das atividades, presume-se infiltração na cúpula do movimento. Esses dados são bastante elucidativos das ações repressivas que provocaram, no ano seguinte, o desaparecimento de Goiburu.

Também no dia 13 de outubro de 1975, o Adido brasileiro em Assunção expediu outro pedido de busca (nº 12/75), tendo como tema a Junta Coordenadora Revolucionária (JCR). Dirigido para o II Departamento das Forças Armadas do Paraguai e também para os adidos na Argentina, Bolívia, Uruguai, Chile, Paraguai, Portugal e França. Solicitava-se a “confirmação e ampliação dos dados conhecidos”,

e “outros dados existentes” sobre o movimento e seus integrantes (AH. Documento 050 F 2472).

A Rede Agremil, conforme dissemos, comportou também as relações com o Chile. Embora menos constantes que as estabelecidas entre o Paraguai e a Argentina, e entre aquele país e o Brasil, as relações com o Governo Pinochet operaram de maneira notável reproduzindo o padrão já descrito. No caso a seguir, observa-se que o funcionário/servidor possui uma dupla inserção: a de adido militar lotado na embaixada chilena do Paraguai e a de agente da DINA. Em 19 de agosto de 1974, o adido Coronel Augusto Reijer Rago, exarou, da sede da embaixada chilena em Assumpção ao Chefe da Polícia paraguaia, oficio solicitando informações sobre os antecedentes de funcionários paraguaios que lotados em organismos internacionais. O documento vem com timbre da Embaixada do Chile em Assunção e tem, como referência anterior, um ofício da Dirección de Inteligencia del Ejército (DINE), uma das agências de informações do Governo Pinochet. (AH. Documento 113F2138, Oficio nº 55).

O pedido demonstra claramente que se trata de algo corriqueiro entre Embaixadas/Adidos e serviços de inteligência. Mas sua relação com o sistema repressivo chileno fica mais clara quando se acessa o arquivo Memória Viva chileno onde se lê que, enquanto oficial do exército junto à DINA, Rago participou diretamente de ações de extermínio:

> Comandante do ***Regimento "Caupolicán"*** de Porvenir em 1973. Governador do Departamento da Terra do Fuego.
> Tem responsabilidade superior hierárquica direta nos assassinatos dos presos políticos Carlos Baigorri Hernández, Germán Cárcamo Carrasco y Ramón Domingo González Ortega, ocorridos em 30 de outubro de 1973.
> Este oficial do exército posteriormente presenciou quando os cadáveres foram sepultados, ocultando este ato aos familiares, já que ordenou que fosse [realizado] durante o toque de recolher.
> ***Augusto Reiger*** aparece na lista de oficiais a serviço da DINA durante 1973 - 1975.
> Faleceu sem ser julgado.[192] (Memória Viva – Chile. Tradução da autora. Negritos e Itálicos do original).

[192] Comandante del ***Regimiento"Caupolicán"*** de Porvenir en 1973. Gobernador del Departamento de Tierra del Fuego.
Tiene responsabilidad superior jerárquica directa en los asesinatos de los detenidos políticos Carlos Baigorri Hernández, Germán Cárcamo Carrasco y Ramón Domingo González Ortega, ocurrida el 30 de octubre de 1973.

Um outro pedido de busca enviado pelo adido chileno que atuava na Embaixada em Assunção e assinado por Alejandro Fretes Davalos, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas chilenas, solicitava à Polícia de Assunção informações sobre os antecedentes políticos e ideológicos, além de eventuais dados de interesses policial, sobre 6 paraguaios. (AH. Documento 0106F1845, 16/04/1984). Sempre a mesma lógica da suspeição: uma varredura permanente que enredou um número impossível ainda de ser contado, porque seria necessário um levantamento completo no conjunto dos gigantescos acervos depositários de tais documentos para se saber até onde os estados se imiscuiram na vida das pessoas, de seus cidadãos. Em princípio, todos eram suspeitos, até que se provasse o contrário. Até os indiferentes, nas palavras do citado Saint Jean (citado na introdução desta tese).

Apenas para acrescentar mais um dado, lembremo-nos que as solicitações de "regalos" aos diplomados pela escola de Carabineiros chilena eram feitas aos adidos paraguaios que estivessem atuando em Santiago.

Quanto à adidância brasileira no Chile, segue-se o mesmo padrão. Buscam-se informações sobre pessoas de um país ou de outro como se nacionalidades ou fronteiras não existissem. Não se trata da proteção a cidadãos em países estrangeiros, função inerente às embaixadas, mas sim da busca em outro país, do "inimigo interno". Nesse quesito, a embaixada brasileira é mais clara, pois seus ofícios indicam diretamente tratar-se de pedidos de busca sobre "subversivos", como se lê no Informe de nº 001/77, intitulado "atividades subversivas brasileiras", que solicita a "Confirmação de pedido verbal ao Departamento de Investigações" paraguaio. Trata-se de três brasileiros que viajaram para Assunção, ali ingressando pela Ponte da Amizade – em Foz do Iguaçu. De acordo com o documento, suspeitava-se de que "pudesse se tratar de parentes de [nome omitido pela autora] citados em nosso PB [Pedido de Busca] nº 62/76". Para tanto, solicita-se que localizem as pessoas mencionadas, a sua identificação naquele país e se verifique se conhece alguma relação com a pessoa mencionada no pedido de busca 62/76. (AH. Documento sem numeração, de 03/01/1977).

Este oficial de ejército posteriormente presenció cuando los cadáveres fueron sepultados, ocultando este acto a los familiares ya que ordenó que fuera durante el toque de queda. ***Augusto Reiger*** aparece en el listado de oficiales al servicio de la DINA durante 1973 - 1975.
Falleció sin ser juzgado.

Em outro caso, uma resposta a uma informação fornecida pelo adido militar do Brasil revela a atuação desses servidores na tríplice fronteira. O texto informa sobre um documento “encontrado em uma casa que havia sido ocupada por contrabandistas em Foz do Iguaçu (Brasil)”. Não é possível avançar mais do que isso na informação, porque não tem sequência; mas chama a atenção ter sido distribuído aos adidos uruguaios lotados no Paraguai, no Chile e na Argentina, além de ao Servicio de Información de Defensa (SID) e ao Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCOA). É importante perceber, nesse caso, tal documento foi encontrado longe da fronteira com o Uruguai e, ainda assim, chegou aos organismos e adidos uruguaios atuantes nos diferentes países. (AH. Documento 0021F1619, 27/11/1974).

Avaliado como A-1, sendo portanto de fonte confiável, foi assinado por Marcelino H. Rodriguez, citado da seguinte forma por organismos de direitos humanos:

> A coordenação repressiva uruguaia com o Plano Condor na Argentina sofreu um "impasse". Com a desarticulação do PVP [Partido por la Victoria del Pueblo] o SID deixou de atuar em Buenos Aires, sendo substituído por outro grupo, mais próximo ao comandante em chefe Julio César Vadora: a "Companhia de Contrainformações". Em 1977, o chefe do Estado Maior do Exército era o general Manuel J. Núñez, e a chefia do Departamento II estava em mãos do coronel Nelson B. Viar, que em agosto desse ano assumiria a subdireção do SID e seria substituído pelo coronel Calixto De Armas. Nas três subchefaturas de ‘Contrainformações’ se revezavam nessa época os tenentes coronéis Nelson H. Corbo (D-I) e Marcelino H. Rodríguez (D-II), o qual em junho substituiu Víctor M. Escobal, e Hugo J. Sosa (D-III) que havia assumido nesse cargo em 25 de fevereiro de 1977.[193] (EN 1977 la Compañía de Contrainformaciones del Ejército uruguayo operó en Argentina, Chile y Paraguay. *Diário La Republica*, 12/10/2009 - tradução da autora)

[193] La coordinación represiva uruguaya con el Plan Cóndor en Argentina sufrió un "impasse". Como el PVP había quedado desarticulado, el SID dejó de tener presencia en Buenos Aires y allí comenzó intervenir otro grupo, más cercano al comandante en jefe Julio César Vadora: la ‘Compañía de Contrainformaciones’. En 1977 el jefe del Estado Mayor del Ejército era el general Manuel J. Núñez, y la jefatura del Departamento II estaba en manos del coronel Nelson B. Viar, quien en agosto de ese año asumiría la subdirección del SID y sería reemplazado por el coronel Calixto De Armas. En las tres subjefaturas de "Contrainformaciones" revistaban en esa época los tenientes coroneles Nelson H. Corbo (D-I) y Marcelino H. Rodríguez (D-II), a quien en junio subrogó Víctor M. Escobal, y Hugo J. Sosa (D-III), quien había asumido en ese cargo el 25 de febrero de 1977.

3.3 - Golpes de Estado e comércio de armas: um grande negócio

Além das funções acima descritas que, através de seus adidos militares integraram as funções das embaixadas aos sistemas repressivos e cumpriram um papel chave nas conexões intercontinental relativamente à aplicação da Doutrina de Segurança e dos preceitos da Guerra Contrarrevolucionária na região, esses funcionários/servidores atuaram em outro tipo de relações: a comercialização de armas. Atuaram de várias formas, inclusive em nome de governos, quando não contratados diretamente por empresas vendedoras ou produtoras de armas. Tais atividades conectam diretamente os bonapartismos aos interesses desses capitalistas, para os quais a guerra representa lucros e não vidas humanas.

Se, por um lado, as nações agem conjuntamente para frear as lutas e resistências da classe trabalhadora; por outro lado, cada uma das nações e empresas tem seus interesses em disputa, o que as coloca sempre numa situação de conciliação e divergência. Assim, colaboram na repressão e no controle social, atuando conjuntamente nas práticas de abuso da legalidade e de lesa humanidade e, paralelamente, disputam a comercialização dos equipamentos necessários à guerra, ou seja, o multimilionário mercado de armas.

A venda de equipamentos tornou-se um bom negócio que envolveu os Estados em suas relações promíscuas indo da tortura a seus equipamentos. E as relações não pararam por ai.

Não trata o presente tópico de esmiuçar tal mercado composto por empresários do mundo todo, em especial os empresários norte-americanos, sobejamente hegemônicos no mundo. Mas sim de elencar uma particular função que adidos cumpriram nesse universo: seu envolvimento com os empresários e o governo francês na venda de armas às ditaduras latino-americanas.

Ao cumprirem papel de mediadores na comercialização de armas, os adidos cumprem, aí sim, a função de defenderem os interesses dos empresários de seus países de origem e ainda ganham uns bons “trocados” quando contratados pelas empresas que disputam tal mercado. Assim, quanto mais poderoso parecer ser o “inimigo interno”, de mais armas se necessita, não? A Guerra contrarrevolucionária era custeada pelo Estado, ou seja, pelo próprio inimigo interno que pagava os impostos; mas quem lucrou foi o setor privado, o qual também beneficiou os países

que ajudaram a insuflar tal guerra, se pagaram corretamente seus impostos. O vínculo entre o Estado repressor e o capital internacional possuiu assim outro tentáculo, o qual demonstra a quais interesses estava, de fato, subordinado o discurso ideológico de combate ao inimigo interno, procurado, no caso, internacionalmente.

A íntima relação entre as ditaturas e os interesses franceses na comercialização de armas, aparece, no caso argentino, na entrevista concedida ao Jornal *La Nacion* pelo Ministro francês Michel Poniatowski quando de sua visita oficial à capital argentina, em outubro de 1977, com o objetivo de estreitar relações entre os dois países, acompanhado de uma delegação de industriais. Suas declarações são muito elucidativas de tais conexões:

> Como você vê a política a favor dos direitos humanos do presidente dos Estados Unidos? Pergunta o jornalista, que evoca o presidente democrata James Carter, que leva adiante uma política voluntariosa contra as ditaduras latino-americanas, em ruptura total com a de seu predecessor Richard Nixon.
> - A primeira condição para os direitos humanos e para a liberdade e o progresso é extirpar o terrorismo a que estamos todos submetidos – responde Poniatowski, cujas palavras remetem a Videla e seus consortes - é a condição *sine qua non*. O terrorismo constitui uma situação de guerra e todos os estados são solidários para combatê-lo. A França é solidária de todas as lutas contra o terrorismo […]. A subversão proveniente de potências estrangeiras – não citemos os nomes – diminui na América Latina e na Europa e cresce na África.
> - Quais temas específicos se trataram em suas entrevistas no que concerne aos intercâmbios comerciais?
> - Falamos de gasodutos, de subterrâneos, um pouco de problemas nucleares e equipamentos militares.[194] (La Nación, apud ROBIN, 2014, p. 317 – tradução da autora)

[194] ¿Cómo ve usted la política a favor de los derechos humanos del presidente de Estados Unidos? Pregunta el periodista, que evoca al presidente demócrata James Carter, quién lleva adelante una política voluntariosa contra las dictaduras latinoamericanas, en ruptura total con la de su predecesor Richard Nixon.
- La primera condición para los derechos humanos y para la libertad y el progreso es extirpar el terrorismo al que estamos todos sometidos – responde Poniatowski, cuyas palabras debieron encarar a Videla y sus consortes -es la condición sine qua non. El terrorismo constituye una situación de guerra, y todos los estados son solidarios para combatirlo. Francia es solidaria de todas las luchas contra el terrorismo […]. La subversión proveniente de potencias extranjeras – no citemos los nombres – disminuye en América Latina y en Europa y crece en África.
- Qué temas específicos se trataron en sus entrevistas en lo que concierne a los intercambios comerciales?
- Hablamos de gasoductos, de subterráneos, un poco de problemas nucleares y equipamientos militares.

Ou seja, mais uma vez, em nome da defesa dos direitos humanos para alguns, estreita-se a solidariedade no genocídio de muitos, eliminados exatamente por defenderem os direitos humanos e, concomitantemente, atende-se também aos interesses dos capitalistas vinculados ao comércio de armas e se enriquece o país de sua origem. Com fina ironia, esse periódico, em matéria recuperada por Robin, expressa bem a quem serviu o estreitamento de tais relações com a França no alvorecer da ditadura.

> Foi... pela televisão, em 24 de março de 1976, que os argentinos descobrem que um golpe de Estado acabara de derrocar o governo de Isabel Martínez. As informações anunciam a criação de uma junta militar presidida pelo general Jorge Rafael Videla, Comandante em Chefe do Exército; pelo Almirante Eduardo Massera, da Marinha, e pelo Brigadeiro Orlando Agosti, da Força Aérea. De fato, os tanques AMX13, construídos com licença francesa sobrevoaram sobre Buenos Aires, e os caças Mirage III de Dassault, muito utilizados durante a Operação Independência, sobrevoavam os pontos nevrálgicos da capital.[195] (ROBIN, 2014, p. 297 – tradução da autora).

O papel dos adidos nessas relações fica claro no relatório de Aussaresses, referindo-se a sua estadia no Brasil nos idos de 1974:

> As atividades de um adido militar são múltiplas. A presente equipe tem se esforçado por cumprir todos os objetivos, tentando realizar um justo equilíbrio de todas as missões que dela se espera: papel de conselheiro do embaixador; papel de "vendedor" das armas francesas; informação; contato com as Forças Armadas brasileiras.
> Nossa equipe foi auxiliada por dois fatores: o fato de ficarmos agora em Brasília (não precisamos mais nos dividir entre o Rio e Brasília. Acabou a saudade do Rio) e de toda a equipe (oficiais e secretárias) falar e escrever correntemente o português. No papel de "promotor" dos bens franceses, este adido atribuiu grande importância ao esforço necessário à divulgação dos armamentos franceses... Os contatos foram quase diários. Os mais frequentes são com Thomson e Euromissile. (Anexo N. Aussaresses, *Relatório anual - 1974*. *Apud*. DUARTE-PLON, 2016, p. 61)

[195] Fue… por televisión, el 24 de marzo de 1976, que los argentinos descubren que un golpe de Estado acaba de derrocar al gobierno de Isabel Martínez. Las informaciones anuncian la creación de una junta militar presidida por el general Jorge Rafael Videla, Comandante en Jefe del Ejército; por el Almirante Eduardo Massera, de la Marina, y por el Brigadier Orlando Agosti, de Fuerza Aérea. Por cierto, los tanques AMX13, construidos con licencia francesa habían sido desplegados en Buenos Aires, y los cazas y los cazas Mirage III de Dessault, muy utilizados durante el Operativo Independencia, sobrevolaban los puntos neurálgicos de la capital.

A entrada de armas francesas e norte-americanas alimentava também a indústria regional que se firmava subsidiariamente, vendendo equipamentos e, nos momentos em que, por razões diversas, havia algum impedimento para o fornecimento de tais armas. É o caso, por exemplo, do incentivo dado pelos militares brasileiros ao crescimento da capacidade produtiva de armas da Empresa Engenheiros Especializados S/A (ENGESA). Conforme indica a abertura do site da própria,

> A Engesa – Engenheiros Especializados S.A. foi o mais importante produtor de equipamentos militares de uso terrestre do país. Fundada em São Paulo (SP), em 1958, por um grupo de engenheiros recém-formados liderado por José Luiz Whitaker Ribeiro, a empresa, que nos primeiros anos se dedicou à fabricação de equipamentos para a prospecção, produção e refino de petróleo, acabou por colocar o Brasil, na década de 80, na quinta posição entre os maiores exportadores mundiais de material militar. Congregando em seu quadro técnico profissionais de excelente formação, muitos deles oriundos do ITA, a história de sucessos da empresa teve início em 1966, com o projeto e fabricação de um sistema de tração 4×4 para equipar veículos de série nacionais, composto de caixa de transferência com duas tomadas de força, eixo dianteiro direcional e guincho (opcional). (LEXICAR BRASIL – ENGESA. Disponível em: http://www.lexicarbrasil.com.br/engesa/. Acesso em 12/01/2017)

Mas seu incremento deveu-se ao rompimento do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos, em 1977, o que fez a ditadura brasileira investir na produção armamentista.

> Após a ascensão do regime militar, no Brasil, nos anos 60, sucessivos governos passaram a perseguir deliberadamente uma estratégia de construção de uma indústria de defesa. Nessa mesma época, os EUA começaram a restringir as vendas de armamentos para países da América Latina, o que, por sua vez, levou o Governo brasileiro a buscar equipamentos no mercado europeu e também a estimular sua produção no País (política condizente com o processo brasileiro de substituição de importações). Tal situação agravou-se ainda mais a partir de 1977, quando o então Presidente americano Jimmy Carter impôs severas restrições às transferências de material bélico americano para o Brasil, cancelando o tratado de 1952 de assistência militar entre os dois países, levando dessa forma o Brasil a se voltar mais ainda para o desenvolvimento de uma indústria nacional de defesa. (STRACHMAN, 2010, p. 34)

Embora tenha havido uma série de proibições do Senado norte-americano ao envio de dinheiro e equipamentos para as ditaduras do Cone Sul, ainda assim esses trâmites se mantiveram. Mas as restrições que começaram a vigorar no início dos anos de 1970 provocaram uma mudança no parque industrial bélico brasileiro:

> A partir do início dos anos 70, o nosso governo militar desenvolveu programas de modernização de nossas forças junto com o CTEx, destes projetos entregues a Engesa nasceram os dois principais "carros de combate" fabricados em solo brasileiro e usado largamente por nossas forças militares. Os Engesa EE-11 Urutu e Engesa EE-09 Cascavel ainda hoje seguem operacionais em nossos quadros. Outros projetos foram desenvolvidos para atender as necessidades de outras armas como Engesa EE-18 Sucuri e Engesa EE-03 Jararaca que visavam o mercado iraquiano principalmente. Houve ainda dois projetos importantes que são o Engesa EE-T4 Ogum, visando tanto nosso EB quanto o mercado exterior e o "Main Battle Tank" Engesa EE-T1 Osório, maior projeto de nossa indústria nacional e que visava o mercado saudita, infelizmente estes projetos não foram concluídos. (WELFER, 2014 p. 63-64).

A mesma correlação pode ser encontrada dentre os demais estados sob ditaduras da região. As aglutinações de Estados voltadas para o combate ao inimigo interno conviviam com a concorrência pelos mercados, e é nesse contexto que a Engesa se desenvolveu, ganhando fatias importantes do mercado nacional e internacional.

> Nos anos 70, durante o regime militar brasileiro, a Engesa, que vivia seu "apogeu" com vendas para nossos governos militares (Exército e Marinha) passou junto deste governo a vender seus equipamentos para países, os quais haviam possibilidades estratégicas, sempre respeitando-se a lógica de nossa "Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar" e seu impacto no cenário geopolítico. Sendo assim, esse acesso se dá em mercados periféricos como o terceiro mundo não alinhado, em cenários conflituosos como nos países do Oriente Médio, nos movimentos de descolonização e lutas sectárias na África e nas lutas "anti-insurreições" na América Latina. (WELFER, 2014, p. 91)

Como se vê, há um nítido interesse comercial na questão que permeia todas as ações estatais antisubversivas: vender armas. E é nesse campo que a função dos adidos se imiscui com as finalidades inerentes a existência das Embaixadas: defender os interesses nacionais perpassa pela comercialização de armas, necessárias ao combate ao inimigo interno. Portanto, nenhuma contradição. Além

disso, nada impedia que fossem contratados pelas empresas, principalmente depois que passavam para a reserva. Seus conhecimentos, as relações advindas da presença no mundo diplomático, a experiência no trato do tema - afinal eram militares, embora na reserva - eram atributos muito valorizados para o sucesso das negociações e na disputa do mercado.

Um exemplo das relações entre as forças armadas do Cone Sul e empresas públicas e privadas no Brasil em 1976 transparece no detalhamento da estratégia do policiamento responsável pela segurança de uma comitiva de militares advindos do Peru. (AESP. Documento 50-Z-521-0093, 24/09/1976).

O que se destaca não é o plano traçado, mas sim o roteiro que a caravana fez, visitando empresas multinacionais como a Volkswagen e a Ford e, em São José dos Campos, a Engesa, a Embraer e o CTA, além de um almoço em restaurante fino.

> FINALIDADE:
> 1- Regular as atividades de segurança da comitiva da ESG Peru, composta de "(80) oficiais".
> 2- A referência é o programa de visita da comitiva enviada pelo II Exército.
> 3- Objetivo: impedir atentados.
> 4- Missões:
> 4.1- policiamento;
> 4.2- "Os locais a serem policiados são: Volkswagen e Ford do Brasil, Caesar Park Hotel, Terraço Itália, Santos (Centro de Controle do 'Dersa' e Cosipa), Restaurante 'Beco' e São José dos Campos ('Engesa, Embraer e CTA).
> 4.3 – escolta a ônibus.
> 4.5. – peritos farão vistoria no hotel.
> 4.6. Segurança desde a chegada até a Dutra feita por policiais do DEOPS e patrulheiros da PRF. (AESP, Fundo DEOPS – destaques do original)

A citada comitiva era composta por militares de vários países e não apenas peruanos, conforme se deduz da leitura do documento acima. Mas o relatório de um dos agentes do DEOPS indica que era uma comitiva grande, com representantes militares de vários outros países da região "pertencentes à Escola de Guerra do Peru".

> A comitiva formada por maioria de militares peruanos e também composta de militares da Venezuela, Argentina e/ Honduras e

> Paraguai, pertencentes à Escola Superior de Guerra do Peru" desembarcaram em Cumbica. (...)
> As visitas foram as mesmas estabelecidas no programa fornecido pelo II Exército. (...)
> Durante a estada em São Paulo, Santos e São José dos Campos, transcorreu tudo normalmente" (AESP. Documento 50-C-000-2018, 01/10/1976).

Em meio a tais relações, o papel dos adidos também era o de dar suporte aos interesses das empresas nacionais no exterior, assim como fazer as honras diplomáticas de comitivas estrangeiras aqui. No presente caso envolvendo a Engesa, vinculadas aos objetivos da repressão e da Guerra Contrarrevolucionária.

> Além dos recursos financeiros diretos, a Engesa também se beneficiou de subsídios ao setor militar-industrial, incluindo isenções do IPI e tarifas sobre componentes importados. O Exército também providenciou suporte diplomático com clientes potenciais, por meio de seus adidos militares no exterior. Muitas vendas da empresa ao Oriente Médio, por exemplo, faziam parte de grandes acordos envolvendo petróleo, commodities e contratos de construção – negócios que requeriam compromisso que a Engesa sozinha não poderia conseguir. (LADEIRA JUNIOR, 2013, p. 50)

Também as visitas de delegações estrangeiras com a mesma finalidade recebiam apoio diplomático, nesses casos, cumprindo as devidas funções do Ministério das Relações Exteriores e, no caso brasileiro, do Itamaraty. Várias deles foram lavrados por agentes do DEOPS/SP, particularmente as que se dirigiam a Brasília.

Um ano antes, em 01 de abril de 1975, a Academia de Guerra do Equador, em comitiva composta por 51 oficiais estrangeiros e cinco oficiais acompanhantes, também realizou visita a empresas em São Paulo. De acordo com documento do DEOPS, o percurso seria acompanhado por 5 oficiais e seria o seguinte: em 01/04, chegada em Congonhas. Em seguida, iriam ao Círculo Militar e depois para São Bernardo do Campo, para visitar as instalações da Volkswagen. No dia 02/04- visitas na Engesa, Embraer, CTA, IPD e IAE, retornando ao país de origem no dia 03/04. (AESP. Documento 50-E-000-0075-A)

Como se nota, a venda de armas movimentou um mercado bastante importante, adquirindo centralidade nos setores de informações, polícias e exércitos. E a explicação para tal movimentação defronta as questões inerentes ao capital.

Seu crescimento se deveu, a partir dos anos de 1950 especialmente, com a indústria da guerra se tornando um “novo elixir” para salvacionar o capitalismo de suas crises. A fórmula é anterior, vindo desde os anos de 1930, convertendo os Estados em grandes consumidores de material bélico:

> Nos dois grandes casos do século passado – da Alemanha dos anos 1930 e Estados Unidos a partir da II Guerra Mundial - o meio posto em ação foi o gasto público, o Estado como gastador-consumidor coletivo assumindo despesas desproporcionais (ou keynesianas), só que de natureza militar. A produção não militar - de bens de capital e de consumo (Departamentos I e II) - por si só, (...), não mais conseguirá alavancar uma nova arrancada capitalista e será por conta disso que a guerra e a economia armamentista se conformarão como o novo elixir, convertido em recurso por excelência do sistema em crise. Nessa dinâmica, como se sabe, os gastos com armas envolvem pesados créditos que o governo vai buscar lá no capital rentista privado, numa relação estreita entre o gasto militar e o aumento do capital especulativo circulante, estabelecendo-se fortes relações políticas promíscuas entre os grandes grupos do capital financeiro e o Estado. (DANTAS, 2005, p. 2)

A conversão do pós 2ª Guerra em Guerra Fria manteve os mercados aquecidos, demonstrando que a promiscuidade nas relações entre Estado e capital permaneceu e levou consigo milhares de pessoas à morte. Trata-se, conforme se vê, de uma política clara do capital e dos Estados que cumprem o papel de gerente privilegiado das burguesias.

> De uma maneira geral, a Guerra Fria se converteu no novo e continuado impulso à economia de armamentos. Ou, em outros termos, o surgimento de uma nova tendência depressiva uma vez terminada a II Guerra Mundial, levou à tentativa de sua superação através da expansão do complexo militar-industrial, com base no pretexto e/ou justificativa política da Guerra Fria, da Guerra da Coréia e da Guerra do Vietnã. Os gastos militares somaram, a partir da Guerra da Coréia (1950), montantes jamais vistos: este foi o contexto daquela expansão do pós-Guerra. Segundo a economista britânica Joan Robinson, uma recessão mundial séria foi evitada durante 17 anos essencialmente por conta dos dispêndios em armamentos. (DANTAS, 2005, p. 3-4)

Não por acaso, nessa contenda, os Estados envolveram seus adidos. Tratava-se da “expansão do complexo militar-industrial”, em que o capitalismo apontou como solução para enfrentar uma recessão. Os adidos representavam suas

indústrias enquanto estavam atuando e continuaram a sua atuação, trabalhando para o setor privado quando passaram para a reserva.

Quando, em algum aspecto, setores das indústrias de armamentos encontravam-se em dificuldades, outros eram alavancados, de forma a criar-se a necessidade de um novo produto. É o caso, por exemplo, dos aviões Mirage, vendidos pela indústria francesa ao Brasil em 1974 e sobre o que versa, mais uma vez, Aussaresses.

> Será um sonho querer vender outros MIRAGES aos brasileiros? Enquanto esperamos que comprem mais aviões, podemos fazê-los comprar equipamentos MATRA eletromagnéticos. Mas de que créditos eles dispõem? De qualquer forma, é preciso convencê-los da qualidade de nossos aviões, de nossas munições, de nossos radares. (Anexo N. Aussaresses. Relatório anual de 1974 apud. DUARTE-PLON, 2016, p. 113)

Os equipamentos MATRA citados são mísseis eletromagnéticos de médio alcance, que operavam junto com os aviões Mirage, guiados por radar. Dessa forma, percebe-se que quando não há o uso de uma alternativa, aposta-se em outra. Além disso, o Relatório é sintomático da falta de créditos no mercado que o país vivenciava. E as disputas partem para o plano de interesse de cada uma das nações. Duarte-Plon menciona as disputas reveladas nos relatórios de Aussaresses em relação à indústria norte-americana.

> Esta presença não é expressa apenas no campo da concorrência em matéria de armamento, incômoda para a França. Durante este mês de agosto, as Forças Armadas brasileiras receberam a visita, oficiosa, do general americano Rosson, chefe do Southern Command. O programa não foi divulgado, mas ele se desenrolou sobretudo no Sul, junto ao III Exército, que não perde a Argentina de vista. (DUARTE-PLON, 2016, p. 115)

Além das disputas entre França e Estados Unidos pelas fatias de mercado, também, como já destacado em vários momentos da tese, as disputas regionais mantiveram-se presentes, seja em tempos de ditaduras ou em tempos de constitucionalidades democráticas. No caso da relação entre Brasil e Argentina, sempre pairaram desconfianças, o que fez aumentar a relação com a indústria armamentista.

> O Brasil garante que não quer atacar nenhum de seus vizinhos.
> Existe um, no entanto, que ele observa com desconfiança: a Argentina. O temor - sem fundamento - de uma ameaça vinda desse país levou o Brasil a comprar os MIRAGE em 1973. Sem dúvida, o presidente PERON deu provas de seriedade e de sabedoria. No entanto, um importante dispositivo militar está localizado diante das fronteiras do Sul. (...) Depois da morte do presidente argentino, em julho de 1974, o III Exército foi ainda mais reforçado com cerca de cem tanques americanos. E em janeiro, mais 30 vieram reforçar o dispositivo. (AUSSARESSES, "Relatório de fim de missão" *apud*: DUARTE-PLON, 2016, p. 115-116 – destaques do original)

O Brasil, como se viu, foi um bom comprador de aviões Mirage, que privilegiou a indústria francesa. Mas não foi o único. Aussaresses contou sobre o envolvimento da Argentina na Guerra das Malvinas. Duarte-Plon, ao entrevistá-lo, informa que:

> Apesar de ter trabalhado muito e principalmente com o Brasil, Aussaresses vendeu também armas para outros países como a Argentina, depois que deixou o Exército e se tornou representante de indústria bélica. E se divertia ao contar que Margaret Thatcher ficou furiosa quando descobriu que foram os franceses (ele próprio), que haviam vendido os Exocets que os argentinos usaram na Guerra das Malvinas. (DUARTE-PLON, 2016, p. 113)

A compra dos Mirage em 1972 rendeu uma reportagem da Revista Veja (Nº 192, de 10/05/1972). Nela se mostra que a compra dos equipamentos custou aos cofres brasileiros à época o equivalente a 35 milhões de dólares. A aquisição foi de 16 aviões equipados no valor, à época, de 10 milhões de cruzeiros cada. Ainda segundo a reportagem, a compra dos aviões equivalia a um total de dois terços do programa. O outro um terço era parte do programa de formação de pilotos da Força Aérea Brasileira, que teriam um local específico de treinamentos, organizado junto à empresa Dassalt, fabricante do Mirage, funcionando em Anápolis, Goiás.

A matéria da Veja explica ainda que havia uma cláusula contratual exigida pela empresa, que era o disparo de dois mísseis por ano, por cada piloto, independente das necessidades. A alternativa brasileira encontrada para resolver o impasse no contrato foi a contratação dos equipamentos para a formação de pilotos no território nacional.

Um adido brasileiro intermediou as negociações de todo o processo de venda de armas entre a Dassalt e o Governo brasileiro, além do envolvimento de Aussaresses:

> Em Cumbica, onde comanda a I Força Aeronáutica da FAB, o Brigadeiro Paulo Costa, adido militar aeronáutico em Paris, durante a fase final das negociações descreveu para VEJA a recordação de seu voo num Mirage F-III, em junho de 1970: “Ele oferece a sensação de um aparelho extremamente preciso e moderno. Os pilotos brasileiros se adaptarão rapidamente aos Mirages, pois seus comandos são de fato os de um supersônico avançado, mas comum” (VEJA, Nº 192, 10/05/1972, p. 22)

Como se vê, Aussaresses se tornou um importante vendedor de armas da região. E não apenas ele. A matéria de Veja mostra os entremeios da relação entre um adido brasileiro e uma empresa francesa. Em suas memórias, Aussaresses cita o adido chileno no Brasil, o Coronel Umberto Gordon, que depois se tornou um de seus colegas de trabalho na Thomson.

Cumpre ainda destacar o papel do Itamaraty na exportação de armas brasileiras para a Nicarágua:

> Os contatos iniciais entre o regime somozista e as empresas exportadoras brasileiras – a ENGESA e a EMBRAER – datam de 1976. Estes precoces contatos, que gozaram da aprovação do Itamaraty, intensificaram-se notoriamente em 1977, quando empresas brasileiras efetivamente exportaram armas para o país centro-americano. Tratou-se, na sua maior parte, de armas ligeiras (como revólveres, espingardas e carabinas), por um valor aproximado de US$ 15 mil. Ao mesmo tempo, aprofundaram-se as negociações com a EMBRAER para a eventual exportação de aviões EMB-111 Bandeirante e EMB-326 GB Xavante, com a correspondente assistência técnica e facilidades de financiamento. Procedimentos semelhantes se realizaram entre o governo nicaraguense e a ENGESA, procurando a eventual transferência de veículos blindados para o país centro-americano. (AVILA, 2009, p. 306-307)

Nota-se que se trata de mesmas empresas visitadas pelas comitivas de Escolas Superiores de Guerra. Assim como o adido brasileiro havia frequentado as instalações da Dassault na França, e testado o Mirage, militares latino-americanos estiveram em empresas brasileiras a fim de conhecer suas instalações e entabular negócios; pois o Brasil, naquele período, integrava o rol de importantes fabricantes de armas.

As compras de equipamentos brasileiros ajudaram a aumentar o PIB nacional, contribuindo, assim, para gerar o milagre econômico. Além disso, também promoviam a garantia de sua supremacia na região; o que pode ser visto nas seguintes aquisições realizadas pelas Forças Armadas:

> • Fragatas da classe Niterói: aquisição e posterior produção local no AMRJ6 sob licença do estaleiro britânico Vosper Thornycroft (1970);
> • Programa nuclear da Marinha visando à propulsão naval (1979);
> • Corvetas da classe Inhaúma: desenvolvimento e produção local pelo AMRJ com suporte técnico do estaleiro alemão Marine Technik (1981);
> • Submarinos da classe Tupi: aquisição e posterior produção local no AMRJ sob licença do estaleiro alemão HDW (1985);
> • Aviões de caça supersônicos Mirage III e F-5 Tiger II: adquiridos da empresa francesa Dassault (1970) e da norte-americana Northrop (1973), respectivamente;
> • Aviões de treinamento avançado a jato Xavante: produzidos pela Embraer sob licença da empresa italiana Aermacchi (1971);
> • Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – SISDACTA: implantação do CINDACTA I (1972) e CINDACTA II (1982), com tecnologia da empresa francesa Thompson-CSF e participação da empresa brasileira Esca Engenharia;
> • Aviões de treinamento básico turboélice Tucano: desenvolvidos e produzidos pela Embraer (1978);
> • Aviões de caça subsônicos AMX: desenvolvimento e produção realizados pela Embraer, em conjunto com as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi (1981);
> • Mísseis ar-ar Piranha: início do desenvolvimento (1976);
> • Veículos blindados de reconhecimento (EE-9 Cascavel) e transporte (EE-11 Urutu): desenvolvidos e produzidos pela Engesa (1970);
> • Sistema de artilharia por foguetes de saturação (Astros II): desenvolvidos e produzidos pela Avibras (1983). (ABDI, 2011, p. 09)

De fato, a compra de armamentos durante os anos de 1970 cresceu muito, não só no Brasil, como em todo o Cone Sul. Seu crescimento advinha da compreensão de desenvolvimento embutido nas Doutrinas de Segurança e da necessidade que se criou do desenvolvimento do setor, inclusive com o país transferindo conhecimentos e tecnologias através de técnicos formados nos institutos militares que foram atuar no setor privado. E como atendia à Doutrina de Segurança, também atendia à Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. Eram necessários os armamentos para a luta contra os inimigos internos também. No caso do Brasil,

> o desenvolvimento econômico e, especialmente, o desenvolvimento industrial, eram formas de promover os interesses permanentes da nação até o ponto no qual o país (devido a seu tamanho, recursos variados, localização estratégica e especificidades) alcançaria a grandeza nacional e assim seria respeitado como um poder regional com projeção global. A indústria de defesa era vista como catalisadora para o desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também como uma maneira de estabelecer o poderio nacional. O resultado final foi uma visão de desenvolvimento nacional – incluindo a indústria privada – subordinada à estrutura de defesa do Estado. Talvez o aspecto mais importante desta cooperação para nossos propósitos seja em termos tecnológicos. Técnicos civis e militares, formados nos institutos técnicos das Forças Armadas, foram transferidos para empresas privadas ou semiprivadas como a ENGESA (transporte militar e veículos blindados de transporte) e EMBRAER (aviões civis e militares). O governo militar defendia – e algumas empresas privadas negociaram com sucesso – *joint ventures* com empresas estrangeiras e acordos para transferência de tecnologia. (DREYFUS; LESSING; PURCENA, 2005, p. 69)

Como afirmado acima, a indústria armamentista se tornou um bom negócio para a manutenção do capitalismo, demostrando que diversos fatores interferiram para o seu incremento. Todavia, parte das compras, como demonstrado anteriormente, não faziam frente às economias centrais. Claro exemplo foi a derrota fragorosa da Argentina para a Inglaterra durante a Guerra das Malvinas (1982), no apagar das luzes da Ditadura argentina, que sobreviveu apenas um ano depois da Guerra. Embora houvessem equipamentos pesados, como os caças Mirage ou Mísseis Matra, as compras de materiais bélicos em geral não eram suficientes para fazer frente aos grandes exércitos bem equipados, em que pesem as irritações de Thatcher, conforme “debochava” Aussaresses. O que a descrição acima revela ao trazer as informações sobre a compra das armas é que todo este aparato não era composto por armas pesadas ou de maior custo.

> Em particular, na América do Sul, houve um volume expressivo de importação de armamentos na década de 1970. Com a exceção de 1974 e 1977, o crescimento nas compras militares foi constante (...). É notável que se identifique a maior parcela de participação ativa nessas compras por parte dos Estados envolvidos em questões fronteiriças, como Peru e Chile, além de expressiva participação do Brasil e Argentina, os países com maior pujança militar e que exerciam uma pressão geopolítica mútua no período. A maior parte das aquisições se concentrou em veículos blindados e mísseis, itens de custo reduzido, enquanto poucos navios foram adquiridos, dado seu elevado valor e tempo de construção, quando novos – racionalidade que não se aplicou às aquisições de aeronaves, que

> foram elevadas (.....). (PANAZZOLO NETO; OKADO. 2013, p. 480-481)

Assim, os adidos militares lotados nas embaixadas foram parte integrante do sistema repressivo, ajudando na troca de informações sobre diversas pessoas que estivessem sob o crivo da suspeição. Tal prática gerou sequestros extrajudiciais, além da contribuição para a disseminação da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária e atuaram lado a lado com a indústria armamentista. A totalidade da atuação desses funcionários/servidores está ainda por ser revelada e não se pretendeu analisar o conjunto da atuação destes homens. Os documentos que a cada dia se abrem, demonstram a importância crucial que eles tiveram para a implementação do Estado de Terror.

Capítulo 4 – A Operação Toba no Nordeste Argentino: a disseminação do Terror de Estado (1975 - 1977)

Perdoa-nos quando por medo ficamos calados diante da morte,
Perdoa e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte.
Protege-nos da crueldade,
Do esquadrão da morte,
Dos prevalecidos
Pai nosso revolucionário,
Parceiro dos pobres,
Deus dos oprimidos
Pai nosso, revolucionário,
Parceiro dos pobres,
Deus dos oprimidos[196].

A proposta deste capítulo é demonstrar como uma experiência de repressão interna desenvolvida pelo Estado argentino foi repassada para o Paraguai durante as reuniões de integração de seus sistemas de inteligência realizadas por militares, na década de 1970, visando operações conjuntas de perseguições políticas e de extermínio dos opositores às ditaduras que grassavam nesses dois países.

Para tanto, será utilizado como exemplo a análise de uma documentação que relata aos militares paraguaios as estratégias e táticas de guerra desenvolvidas pelas forças armadas argentinas na denominada *Operação Toba,* quando do encontro denominado *IIda Reunion Regional Bilateral de Inteligência entre los Ejercitos de la Republica del Paraguay y de la Republica Argentina,* em 1978[197].

A discussão já foi mencionada em outros momentos da tese e será aqui desenvolvida como um estudo de caso. A importância de discutir a Operação Toba é trazer ao debate e demonstrar a similaridade das repressões ocorridas em outros locais do Cone Sul. As técnicas e táticas utilizadas corroboram na compreensão de como massacres de tal ordem possuem sincronia repressiva e se coadunam num único processo internacionalizado de repressão. Embora a repressão denominada *Operação Toba* tenha se desenvolvido apenas pelo Estado argentino, a mesma

[196] PADRE ZEZINHO. Pai Nosso dos Mártires. Arquidiocese de Vitória (Espírito Santo). Cantai ao Senhor. 3.ed. Vitória: Comunicação Impressa, 2001.

[197] *IIda. Reunion Regional Bilateral de Inteligencia entre los Ejercitos de la Republica del Paraguay y de la Republica Argentina*., documento secreto. Por se tratar de um volume documental extenso, tal documento será denominado como *Reunion* durante o texto. O volume documental cobre os documentos 0246F0373 a 0246F0427, e são datados de 27-28/06/1978. Serão doravante denominados *Reunion.*

demonstra um encadeamento internacional da repressão, assim como a similaridade no *modus operandi* dos preceitos da Guerra Contrarrevolucionária, discutida ao longo da tese.

A *Operação Toba* aconteceu na região Nordeste argentino, nas localidades das províncias de Chaco, Formosa, Corrientes e Misiones, entre os anos de 1975 e 1977, para combater as Ligas Agrárias. Essas Ligas tiveram forte influência da Igreja Católica, através do Movimento da Teologia da Libertação. A Operação contou com quatro fases: a Operação Toba I, a Operação Toba II, a Operação Toba III e a Operação Toba IV. A discussão deter-se-á especialmente nas três primeiras fases da Operação, uma vez que a documentação a que tive acesso no Arquivo do Horror no Paraguai conta apenas com detalhamento das três fases. Contudo, ao longo da pesquisa bibliográfica, tanto sobre as Operações quanto sobre a realidade social dessas províncias, foi possível encontrar informações sobre a quarta fase.

É importante destacar que está se falando de um massacre a trabalhadores e pequenos proprietários rurais, alguns deles com a posse de suas terras e outros ocupantes de terras devolutas. Não cabe aqui adentrar em toda uma discussão sociológica da composição social das classes do campo; pois são bastante distintas e, por si só, a compreensão dessas classes no Nordeste argentino comporia uma tese. Genericamente, adotarei a terminologia camponeses; sabendo que ali se encaixam tanto os trabalhadores sem-terra quanto os assalariados, os meeiros, os pequenos proprietários. Enfim, toda uma gama de situações econômicas bastante diversas em cada uma das províncias. O massacre que se sucedeu foi para provocar a desmobilização desses camponeses que compuseram a formação de Ligas Agrárias.

> "As Ligas Agrárias" são um processo que se inicia em fins de 1970 e praticamente termina em março de 1976 com a destituição do governo de Isabel Perón. Consiste em uma sucessão de mobilizações de um espectro muito amplo de produtores - desde camponeses minifundistas pauperizados até chacareiros médios - que resulta numa organização, primeiro provincial, regional e finalmente nacional, sob a denominação genérica de "Ligas Agrarias", e agrupou em seu conjunto mais de 20.000 famílias e

> 54.000 jovens, segundo o expressaram em 1973[198] (ROZE, 1992, p. 10 - tradução da autora)

Como veremos logo adiante, trata-se da formação de organizações sociais que lutaram, estabelecendo reivindicações mínimas e que foram duramente reprimidas. Embora a repressão tenha se iniciado antes de 1976, foi com a consolidação do Golpe naquele ano que o processo repressivo se intensificou também nas zonas rurais, conforme aponta Roze, discutindo as Ligas Agrárias e as lutas dos trabalhadores rurais.

4.1 - O nordeste da Argentina: situação das províncias e formação das Ligas Agrárias

Para a compreensão do que ocorreu no Nordeste argentino no desencadeamento da Operação Toba, foi necessário retomar aspectos das estruturas social, agrária e econômica daquele país, na qual estavam inseridos os camponeses, em particular sobre o nordeste, de forma a tornar possível compreender as ações repressivas na região.

> Os produtores agrários que interessam a nossa análise estão situados em uma região no nordeste argentino, que compreende uma superfície de quase um milhão de Km². (...)
> É, como assinalamos, uma região de incorporação tardia ao processo produtivo. Só Corrientes se constitui na época colonial e estrutura uma produção pecuária complementar da pampa úmida, destinada a atender o consumo local, podendo ser destinada aquela a produzir excedentes exportáveis.
> O resto foi, até muito avançado no século XIX, hábitat do indígena e a prática produtiva fundamental era a extração de madeiras e erva mate através de enclaves produtivos instalados nas encostas dos rios.
> As necessidades do estabelecimento de fronteiras determinaram a progressiva ocupação do território, primeiro através de avanços militares, cuja missão foi determinar em todos os casos a capacidade produtiva destes territórios e a possibilidade do emprego da mão de obra do selvagem em tarefas agrícolas e imediatamente da abertura

[198] "Las Ligas Agrarias", es un proceso que se inicia a fines de 1970 y prácticamente termina en marzo de 1976 con la destitución del gobierno de Isabel Perón. Consiste en una sucesión de movilizaciones de un espectro muy amplio de productores —desde campesinos minifundistas pauperizados hasta chacareros medianos— que se dan una organización, primero provincial, regional y finalmente nacional, bajo la denominación genérica de "Ligas Agrarias", y agrupó en su conjunto a más de 20.000 familias y 54,000 jóvenes, según lo expresaran en 1973.

> à colonização por meio de contingentes migratórios[199]. (ROZE, 1992, p. 18 - tradução da autora)

Como se nota, trata-se de uma grande região do país, pauperizada em algumas delas, compondo um processo produtivo hipertardio, característico dos países do Cone Sul.

Tal processo produtivo na região teve como característica a expropriação das terras devolutas, que atendiam às demandas de abastecimento local ou mesmo regiões habitadas pelos povos originários. Não é necessário retomar aqui como Espanha e Portugal organizaram a expropriação de tais terras; contudo, os países independentes que hoje compõe o Cone Sul, trataram e continuam tratando a situação dos povos originários do continente americano dessa mesma forma, com a dizimação. Mas está claro, assim como em outros lugares, que na Argentina fora empregado o uso dos militares na ocupação do território, bem como na submissão de nações indígenas ao uso da mão de obra capitalista, muitas vezes lançando mão do massacre. Além disso, as missões colonizadoras dos territórios denotam uma atuação bastante repressora, porque objetiva a entrega dessas regiões aos conglomerados de capital, empreendendo a internacionalização do mesmo e, para tanto, não se furtam à repressão.

Tal processo histórico é bastante similar ao que se procedeu na ocupação da região do Araguaia, conforme Mechi (2015, p. 59-60)

> O Araguaia é um dos locais do país onde rotas de camponeses se encontram. As condições de expulsão do nordeste e do centro-oeste brasileiros têm ali um ponto de interseção, e o lugar é considerado, como se disse, porta de entrada para a Amazônia. O Norte era a região menos integrada ao restante do país na segunda metade do século XX. Esta característica era uma permanência que resistia

[199] Los productores agrarios que interesan a nuestro análisis están situados en una región al nordeste argentino, que comprende una superficie de casi un millón de Km². (…)

Es, como señalamos, una región de incorporación tardía al proceso productivo. Sólo Corrientes se constituye en la época colonial y estructura una producción ganadera complementaria de la pampa húmeda, destinada a atender el consumo local pudiendo ser destinada aquella a producir excedentes exportables.

El resto fue hasta muy avanzado el siglo XIX hábitat del indígena y la práctica productiva fundamental es la extracción de maderas y yerba mate a través de enclaves productivos instalados en las costas de los ríos.

Las necesidades del establecimiento de fronteras determinaron la progresiva ocupación del territorio, primero a través de avanzadas militares, cuya misión fue determinar en todos los casos la capacidad productiva de estos territorios y la posibilidad de empleo de la mano de obra del salvaje en tareas agrícolas y muy pronto de apertura a la colonización por medio de contingentes inmigratorios.

> desde o período colonial, quando a província do Grão-Pará estabelecia laços diretos com a metrópole portuguesa, separada da sede da administração no Rio de Janeiro. Nos anos 1960 e 70, a dificuldade de comunicação com o restante do país ainda se mantinha. A região apresentava muitas áreas que não tinham sofrido com o avanço da fronteira agrícola e possuía grande quantidade de terras devolutas.
> A particularidade do tipo de colonização que se verifica na região amazônica e seu desenvolvimento posterior revelavam, na segunda metade do século XX, um país em que condições criadas ao longo de cinco séculos provocaram uma grande disparidade regional em relação ao crescimento industrial, infraestrutural, e ao acesso aos bens econômicos e culturais, além do estabelecimento de relações também díspares entre o Estado e a sociedade.

Em que pesem diferenças históricas de cada região, há que se notar uma similaridade no isolamento, a presença de muitas terras em poder da união, a transformação do local em fronteira agrícola, os conflitos agrários com os povos indígenas. Tanto Brasil, quanto a Argentina possuem um território bastante vasto e, na medida em que as fronteiras agrícolas foram avançando, suas populações mais pobres foram sendo empurradas. Também, em ambos os países, a luta de resistência por melhores condições de sobrevivência ganharam contornos de grandes proporções, tendo o Estado como um interventor que pendeu sua balança para os negócios com o capital multinacional. Tanto Mechi (2015), quanto Roze (1992) demonstraram que a intervenção de empresas capitalistas nas regiões que estudaram - Araguaia e Nordeste da Argentina, respectivamente - sucumbiram aos desmandos do latifúndio que se implantava ou se expandia.

É importante salientar que cada uma das províncias do nordeste argentino teve características próprias de produção e, consequentemente, à medida que as questões econômicas se agravavam, iniciava a organização de sua Liga Agrária como forma de resistência. A província do Chaco centrava as bases na produção algodoeira. Desde os anos anteriores à década de 1970, a produção vinha sofrendo reveses devido à inversão da produção, que vinha privilegiando as terras para a "a engorda do gado para exportação"[200] (ROZE, 1992, p.36 - tradução da autora). Do ponto de vista da composição social, tanto no Chaco, quanto no norte da província de Santa Fé, eram produtores médios, com vínculos em cooperativas, mesmo que

[200] "el engorde de la ganadería vacuna de exportação".

“comercializem irregularmente”[201] (ROZE, 1992, p. 42 - tradução da autora). A maior parte dos proprietários, de acordo com o autor “não aparecem nas suas expressões de massa setores semiproletários e, em geral, a situação geográfica de cada liga define que em alguns casos na liga local haja produtores abaixo dos limites que temos assinalado[202]. (ROZE, 1992, p. 42-43 – tradução da autora)

Já em Misiones, a característica da composição social é diversa da região do Chaco. Lá havia “dois tipos de agricultores básicos” (GALAFASSI, 2008, p. 2).

> na extensão da rota 12, que margeia o rio Paraná, se encontrava predominantemente um tipo de colono que poderíamos chamar de um "camponês médio" ou "médio produtor" (em termos relativos ao tamanho e características da produção da província), com terras de 50 hectares em média; na extensão da rota 14, que cruza Misiones pelo centro, nós encontramos fundamentalmente com "camponeses pobres" ou "pequenos produtores próximos da subsistência", ocupantes em geral de terras devolutas, com uma média de exploração em torno de 25 hectares e uma alta proporção de semiproletariado rural.[203] (tradução da autora)

Consonante com as afirmativas anteriores, Roze explicou que em Misiones havia

> uma massa de pequenos e médios produtores (como se autodenominam no MAM [Movimento Agrário Missioneiro]); e uma burguesia agroindustrial de plantadores que incorporam processos primários de industrialização utilizando os secadores etc. Nos últimos anos, se consolida uma burguesia agroindustrial de capitais regionais e com capitais mistos ligados a interesses extra regionais. Assim, no interior da sociedade missioneira, o conflito se internaliza entre o produtor com explorações, que pelo seu reduzido tamanho, não permite efetuar acumulação capitalista e/ou nenhuma outra, frente à demanda personificada em uma diversidade de indústrias de elaboração de capitais regionais e ligadas, por sua vez, a grandes capitais monopólicos nacionais. Essas empresas não atuam somente

[201] “comercien irregularmente.”

[202] No aparecen en sus expresiones de masa sectores semiproletarios, y en general la situación geográfica de cada liga define que en algunos casos en la liga local haya productores por debajo de los límites que hemos señalado.

[203] Podemos hablar de dos tipos de agricultores básicos para Misiones. Mientras que a lo largo de la ruta 12, que bordea el río Paraná, se encontraba predominantemente un tipo de colono que podríamos homologar a un "campesino medio" o "mediano productor" (en términos relativos al tamaño y características de la producción de la provincia), con explotaciones de 50 hectáreas promedio; a lo largo de la ruta 14, que cruza Misiones por el centro, nos encontramos fundamentalmente con "campesinos pobres" o "pequeños productores cercanos a la subsistencia", ocupantes en general de tierras fiscales, con un promedio de explotación de alrededor de las 25 hectáreas y una alta proporción de semiproletariado rural.

> na órbita da comercialização como demanda, mas cultivam em grande escala com mão de obra assalariada, atuando na órbita da produção[204]. (ROZE, 1992, p. 63 - tradução da autora).

As demandas em Misiones são diferentes das do Chaco. Uma característica que Roze (1992) aponta, sobre o produtor missioneiro, é que desde os anos de 1940 ele foi obrigado a diversificar sua produção e os novos produtos inseridos tiveram muitas oscilações no mercado.

Em Formosa, a produção tinha outras características.

> A principal característica da província de Formosa é a de uma economia pecuária extensiva, assentada em imensos latifúndios sobre terras de características agrícolas, e uma economia agrária baseada na presença de camponeses mini fundistas que se localizam nos interstícios deixados pelos latifúndios antes florestais, agora pecuaristas[205]. (ROZE, 1992, p. 91 - tradução da autora)

Vê-se, portanto, que as características locais demarcaram a formação diversa de seus movimentos sociais. As lutas dos trabalhadores foram acompanhadas detalhadamente pelos militares em seus relatos sobre as ações da Toba. Em cada uma das províncias, surgiram diversas entidades. Algumas eram de representação dos trabalhadores, outras de pequenos, médios ou grandes proprietários, de acordo com as demandas locais e necessidades de interlocução com o Governo Provincial ou Governo Central, dependendo do tipo de sua produção e sua inserção produtiva no mercado nacional e internacional.

Do ponto de vista da organização política dos movimentos que surgiram no interior dessas províncias argentinas, cada uma teve suas particularidades. Calvo (2015, p. 2 - tradução da autora) explica que, no caso do Chaco,

---

[204] una masa de pequeños y medianos productores (como se autodenominan en el MAM); y una burguesía agroindustrial de plantadores que incorporan procesos primarios de industrialización a través de secaderos, etc. En los últimos años se consolida una burguesía agroindustrial de capitales regionales y con capitales mixtos ligados a intereses extrarregionales. Así, en el interior de la sociedad misionera el conflicto se internaliza entre el productor con explotaciones que por su reducido tamaño no permiten efectuar acumulación capitalista y/o ninguna otra, frente a la demanda personificada en una diversidad de industrias de elaboración de capitales regionales y ligadas a su vez a grandes capitales monopólicos nacionales. Estas empresas, no actúan solamente en la órbita de la comercialización como demanda, sino cultivan en gran escala con mano de obra asalariada, actuando en la órbita de la producción.

[205] La principal característica de la provincia de Formosa, es la de una economía ganadera extensiva asentada en inmensos latifundios sobre tierras de características agrícolas, y una economía agraria basada en la presencia de campesinos minifundistas que se ubican en los intersticios dejados por los latifundios antes forestales, ahora ganaderos.

> As Ligas Agrárias no Chaco surgiram neste cenário de crescimento vertiginoso da espiral de conflitividade durante a primeira metade da década de setenta, como ferramenta de representação das famílias camponesas vinculadas ao complexo agroindustrial algodoeiro. Impulsionaram a distribuição e titulação da terra, a regulamentação da comercialização e a produção por parte do Estado; e enfrentaram aos monopólios de armazenamento e a comercialização rural e aos fazendeiros locais e forasteiros. Rapidamente se integraram ao processo nacional de contestação social contra as consequências da política da Revolução Argentina, que somadas à proscrição do peronismo, favoreciam a radicalização popular.[206]

É importante destacar que a autora refere-se a uma política específica da Argentina. O país conviveu, num interstício de dez anos com dois processos de golpe. Contudo, cabe notar que o golpe de 1966 já interferia fortemente no processo de organização da sociedade, provocando fortes contestações. Não é demais também salientar períodos anteriores com golpes, uma marca bastante comum em diversos países da região.

Com a crise internacional do capitalismo nos anos de 1970, a ditadura inaugurada em 1976 aprofundou as relações de exploração; pois, nele, criariam-se as bases de implantação do neoliberalismo. Tais medidas, já discutidas na parte introdutória da tese, tiveram como meta,

> O poder militar se propõe como tarefa varrer os entraves da velha ordem [peronismo] através de:
> a) Redefinir o papel de cada uma das regiões no marco de um novo esquema produtivo;
> b) Estabelecer condições para que o capital industrial monopólico possa ser subsumido pelo capital financeiro;
> c) Liquidar outras formas atrasadas de capital em áreas competitivas (pequeno capital industrial);
> d) Definir novas formas de acesso ao aparato do Estado;
> e) Otimização do Estado aos fins do Capital financeiro[207]. (ROZE, 1992, p. 28 - tradução da autora)

[206] Las Ligas Agrarias en Chaco surgieron en este escenario de crecimiento vertiginoso del espiral de conflictividad durante la primera mitad de la década del setenta, como herramienta de representación de las familias campesinas vinculadas al complejo agroindustrial algodonero. Impulsaron la distribución y titulación de la tierra, la regulación de la comercialización y la producción por parte del Estado; y enfrentaron a los monopolios del acopio y la comercialización rural y a los terratenientes locales y foráneos. Rápidamente se integraron al proceso nacional de contestación social contra las consecuencias de la política de la Revolución Argentina, que sumadas a la proscripción del peronismo, favorecían la radicalización popular.

[207] el poder militar se propone como tarea barrer las rémoras del viejo orden a través de:
a) Redefinir el papel de cada una de las regiones en el marco de un nuevo esquema productivo.
b) Establecer condiciones para que el capital industrial monopólico pueda ser subsumido por el capital financiero.

A proposta seria, portanto, a reorganização do setor produtivo e da reestruturação do trabalho que gerou fechamento de postos de trabalho, com perda de direitos. De forma que esse processo tivesse uma boa concertação, era necessário destruir a organização dos diversos setores da classe trabalhadora, de forma a impor a nova ordem, nos marcos do neoliberalismo. Para tanto, a Argentina adotou a autorização a "bancos e entidades financeiras a outorgar créditos de acordo com sua capacidade de captação de depósitos[208]" (PRYLUKA, 2016, p. 214); o que na prática, ainda de acordo com o autor, provocou o favorecimento da especulação financeira. A morte de Perón e o Governo frágil de Isabel Perón, sua esposa e vice-presidente que o sucedeu, deu espaço ao fortalecimento das bases sociais de propagação dos grupos de extrema-direita, tanto militares, que impuseram o Golpe de 1976, quanto os grupos paramilitares, tais como a Triple A; levando a Argentina a um contingente enorme de mortos, desaparecidos e torturados. Conforme veremos, o processo persecutório que se instalou naquele país desde então teve como pano de fundo um severo combate para o silenciamento das demandas sociais. É nesse contexto que surgem as Ligas Agrarias, tanto para combater a reestruturação produtiva que as abalava, quanto para resistir à repressão. Galafassi, em seus estudos, explica que

> Os diferentes movimentos de protesto rural em geral e as Ligas Agrárias — desenvolvidas nas províncias do Nordeste — em particular, se apoiavam no fator de marginalidade dos pequenos produtores, camponeses e trabalhadores rurais na sociedade capitalista vigente. Então, as Ligas Agrárias representaram um grande setor de produtores rurais: colonos e camponeses que, vendo-se marginalizados do modelo de desenvolvimento dominante, irromperam na arena da luta política dos setenta e colocaram o agronegócio ao lado do resto das expressões de mudança radical daqueles anos.[209] (2006, p. 160-161- tradução da autora)

---

c) Liquidar otras formas atrasadas de capital en áreas competitivas (pequeño capital industrial)
d) Definir nuevas formas de acceso al aparato del Estado.
e) Optimización del Estado a los fines del Capital financiero.

[208] "bancos y entidades financieras a otorgar créditos de acuerdo con su capacidad de captación de depósitos".

[209] Los diferentes movimientos de protesta rural en general, y las Ligas Agrarias —desarrolladas en las provincias del Nordeste— en particular, se apoyaban en el factor de marginalidad de los pequeños productores, campesinos y trabajadores rurales en la sociedad capitalista vigente. Las Ligas Agrarias representaron entonces a un gran sector de productores rurales: colonos y campesinos que, viéndose marginados del modelo de desarrollo dominante, irrumpieron en la arena de la lucha política de los setenta y colocaron al agro al lado del resto de las expresiones de cambio radical de aquellos años.

A organização dos trabalhadores do campo está visceralmente vinculada às questões do capitalismo ou, mais particularmente, do neoliberalismo e a sua forma de se colocar na Argentina. Galafassi (2006) explica que as províncias do Nordeste aqui sob foco são as mais afetadas na distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) e, também, a crise que se instalou na Argentina foi

> o prolegômeno do novo ciclo de acumulação que começa em meados dos setenta (ou a fase final do ciclo substitutivo de importações iniciado nos anos trinta). Se começa a gestar a etapa centrada na abertura econômico–financeira, reestruturando todo o ciclo do capital e gerando um prolongado declive das economias regionais e a deterioração do mercado interno[210] (GALAFASSI, 2006, p. 161 - tradução da autora)

Num momento histórico de crise, ao mesmo tempo em que se implementava uma nova fase do capital, tendo como mote o neoliberalismo, claro está que setores de trabalhadores, do campo e da cidade iniciariam suas lutas em busca de melhores condições de vida. Não se trata simplesmente de uma ordem política, mas das condições materiais de sobrevivência que impeliram tantos na organização de suas lutas. O processo de pauperização dos trabalhadores do Chaco e norte de Santa Fé transformou muitos deles em trabalhadores temporários. A região foi sentindo paulatinamente a penetração do capital internacional e as medidas do Estado foram para de cessação das reivindicações.

Tal processo se repetiu em todo o Nordeste, já que a "política de concentração, somada à queda dos preços agrícolas gerou consequências negativas para a região[211]" (SERVETTO, 2013, p. 163), algo que já ocorria desde a década de 1960. Essa política "provocou um forte êxodo da região, especialmente nas províncias de Formosa, Corrientes e Chaco[212]" (SERVETTO, 2013, p. 163)

As questões econômicas afetaram profundamente o nordeste Argentino, "com a redução de subsídios, a saturação do mercado e a queda de preços mergulharam

[210] el prolegómeno del nuevo ciclo de acumulación que comienza a mediados de los setenta (o el coletazo final del ciclo sustitutivo de importaciones iniciado en los treinta). Se empieza a gestar la etapa centrada en la apertura económico–financiera, reestructurando todo el ciclo del capital y generando un prolongado declive de las economías regionales y el deterioro del mercado interno.
[211] "política de concentración sumada a la caída de los precios agrícolas generó consecuencias negativas para la región".
[212] "provocó un fuerte éxodo de la región, especialmente en las provincias de Formosa, Corrientes y Chaco"

extensas zonas de Formosa e o Chaco em uma curva descendente de depressão[213]" (SERVETTO, 2013, p. 63). A autora acrescenta que, em Formosa, terras devolutas foram cedidas a pecuaristas, provocando a expulsão dos pequenos agricultores que não tinham direito de propriedade. Em relação à Misiones, houve uma luta contra a "desregulamentação dos mercados de erva mate e chá, que também produziu uma diferenciação maior entre os produtores"[214]. O processo derrocado em Corrientes fora o de "reestruturação da indústria de tabaco" [em que] quase todos os produtores nacionais foram deslocados por empresas estrangeiras[215]." (SERVETTO, 2013, p. 63). Foi nesse contexto que surgiram então as Ligas Agrárias.

Os movimentos das Ligas Agrárias encontram raízes nos movimentos de ação católica, encampados por vários religiosos e que tinham como diretriz a "opção pelos pobres". Durante os anos de 1960, o Concílio de Medelín orientava neste sentido, indo ao encontro das demandas sociais desses segmentos da população e da luta por justiça. Tal perspectiva, adotada pelos sacerdotes, orientou o Movimento da Teologia da Libertação e auxiliou na propagação da ideologia da justiça.

> Um dos fatos que se poderia reconhecer como fundacional foi o Primeiro Cabildo Aberto do Agro Chaquenho, celebrado em novembro de 1970 na localidade de Sáenz Peña, uma das zonas algodoeiras mais importantes do Chaco. Sob a consigna *Grita o que sentes*, este Cabildo reuniu milhares de trabalhadores do campo, cuja organização começou logo a expandir-se a outras províncias. Desta forma, os Movimentos Rurais Diocesanos foram se convertendo nas Ligas Agrárias com características distintas de acordo com as províncias, sendo, as Ligas Agrárias Chaquenhas (LACH) - as primeiras a fundar-se -, e o Movimento Agrário Misionero (MAM), a mais importante em quantidade de militantes e em ações de reivindicação e protesto. A União das Ligas Campesinas Formosenhas (ULICAF) e as Ligas Agrárias Correntinas (LAC) tiveram também um desenvolvimento destacado, com a particularidade de nuclear produtores mais próximos à caracterização de "camponeses", onde problema do acesso à terra foi o fator chave

[213] reducción de subsidios, la saturación del mercado y la caída de precios sumieron a extensas zonas de Formosa y el Chaco en una curva descendente de depresión

[214] desregulación de los mercados de yerba mate y té, que también produjo una diferenciación mayor entre los productores

[215] "reestructuración de la industria tacabalera, casi todos los productores nacionales fueron desplazados por empresas extranjeras".

> da organização.[216] (SERVETTO, 2013, p. 165 – tradução da autora, grifos do original)

Enquanto o movimento crescia, estabeleciam-se relações mais profundas com a Igreja e com outras organizações, especialmente as vinculadas ao Peronismo e aos Montoneros. Tais mudanças de orientação no interior dos movimentos provocaram cisões, ou seja, "a aproximação com o peronismo e Montoneros foi motivo de tensões e conflitos com a Igreja e o interior das Ligas.[217] (SERVETTO, 2013, p. 168 - tradução da autora).

Em 1973, com a volta de Perón ao poder, os governos locais se viram obrigados a restabelecer diálogo com as Ligas como ocorreu, por exemplo, na Província de Misiones. Lá, as Ligas estavam num processo mais avançado de organização, com maior base social.

> De fato, em 30 de novembro de 1973, morreram em um acidente aéreo o governador e o vice-governador eleito, Juan Manuel Irrazábal e César Ayrault. Depois de um ano, se convocou novas eleições para eleger autoridades provinciais. A novidade da campanha eleitoral foi o surgimento de um novo partido político que expressava a esquerda do peronismo: o Peronismo Autêntico (PA). Este agrupamento se inscreveu para competir nas eleições provinciais em aliança com um partido provincial denominado Terceira Posição (TP). A fórmula governamental, composta pelos dirigentes Teofilo Puentes e Orestes Peczak, expressava a união destas duas forças políticas. Peczak, por sua parte, era um reconhecido dirigente das LAM [Ligas Agrárias Misioneras]. Como dado ilustrativo, podemos destacar que o ato de encerramento da campanha se caracterizou por uma importante visibilidade e apoio da organização Montoneros. Todavia, os resultados dos comícios colocaram o PA em terceiro lugar, com um decepcionante 9,7% dos votos, atrás do Frejuli (45,98%) e da UCR (38,7%). Igualmente, conseguiram acender, às bancadas para deputados provinciais, dois

[216] Uno de los hitos que se podría reconocer como fundacional fue el Primer Cabildo Abierto del Agro Chaqueño celebrado en noviembre de 1970 en la localidad de Sáenz Peña, una de las zonas algodoneras más importantes del Chaco. Bajo la consigna Grita lo que sientes, este Cabildo reunió a miles de trabajadores del campo cuya organización comenzó luego a expandirse hacia otras provincias. De esta forma, los Movimientos Rurales Diocesanos se fueron convirtiendo en Ligas Agrarias con características diferenciales según las provincias, siendo, las Ligas Agrarias Chaqueñas (LACH) - las primeras en fundarse -, y el Movimiento Agrario Misionero (MAM), las más importantes en cantidad de militantes y en acciones de reivindicación y protesta. La Unión de Ligas Campesinas Formoseñas (ULICAF) y las Ligas Agrarias Correntinas (LAC) tuvieron también un desarrollo destacado con la particularidad de nuclear a productores más cercanos a la caracterización de "campesinos", en donde el problema del acceso a la tierra fue el factor clave de la organización.

[217]" El acercamiento al peronismo y a Montoneros fue motivo de tensiones y conflictos con la Iglesia y hacia el interior de las Ligas"

> membros do PA - Juan Figueredo e Pablo Fernández Long - e um da Terceira Posição.[218] (SERVETTO, 2013, p. 170 - tradução da autora)

Mas cabe aqui destacar que a ascensão desse setor do peronismo não foi sem dificuldades: durante a campanha eleitoral de Irrazábal e Ayrault para o Governo da Província, houve denúncias de ameaças de morte devido aos seus posicionamentos e suas proximidades com a Liga em Misiones. As mortes constam no rol dos casos não resolvidos, em que pairam suspeitas em relação aos envolvimentos da Triple A.

> Em 30 de novembro desse ano se produziu, segundo as declarações oficiais, um "defeito mecânico" no voo que produziu as mortes do governador Irrazábal, o vice Ayrault, suas respectivas esposas, uma filha do governador e o piloto. No dia anterior, o governador havia compartilhado "uma grande mesa com estudantes secundaristas em uma confeitaria no centro" vinculados à UES. O governador e seus colaboradores haviam ido encontrar-se com o ministro de bem estar social, José López Rega, chefe da organização paraestatal "Triple A" (Aliança Anticomunista Argentina) responsável por centenas de assassinatos de militantes opositores. Investigadores e vozes da época sugeriram que o fato foi um atentado[219]. (RODRÍGUEZ, 2009, p. 12 - tradução da autora)

As questões afetas a esse atentado são bastante controversas. Afora as suspeitas dos atentados, um jornal da época mencionou possíveis relações de interesses econômicos localizados. Em que pesem as denúncias do atentado, há

[218] En efecto, el 30 de noviembre de 1973 murieron en un accidente aéreo el gobernador y vicegobernador electo, Juan Manuel Irrazábal y César Ayrault. Después de un año, se convocó a nuevas elecciones para la elegir autoridades provinciales. La novedad de la campaña electoral fue el surgimiento de un nuevo partido político que expresaba a la izquierda del peronismo: el Peronismo Auténtico (PA). Esta agrupación se inscribió para competir en las elecciones provinciales en alianza con un partido provincial denominado Tercera Posición (TP). La fórmula gubernamental, compuesta por los dirigentes Teofilo Puentes y Orestes Peczak, expresaba la unión de estas dos fuerzas políticas. Peczak, por su parte, era un reconocido dirigente de las LAM. Como dato ilustrativo, podemos destacar que el acto de cierre de campaña se caracterizó por una importante visibilidad y apoyo de la organización Montoneros. Sin embargo, los resultados de los comicios ubicaron al PA en tercer lugar, con un deslucido 9,7% de los votos, detrás del Frejuli (45,98%) y la UCR (38,7%). Igualmente, lograron acceder a bancas para diputados provinciales, dos miembros del PA -Juan Figueredo y Pablo Fernández Long- y uno de Tercera Posición.

[219] El 30 de noviembre de ese año se produjo, según las declaraciones oficiales, un "desperfecto mecánico" en el vuelo que produjo las muertes del gobernador Irrazábal, el vice Ayrault, sus respectivas esposas, una hija del gobernador y el piloto. El día anterior el gobernador había compartido "una larga mesa con estudiantes secundarios en una confitería céntrica" vinculados a la UES. El gobernador y sus colaboradores habían ido a encontrarse con el ministro de bienestar social, José López Rega, jefe de la organización paraestatal "Triple A" (Alianza Anticomunista Argentina) responsable de cientos de asesinatos a militantes opositores. Investigadores y voces de la época sugirieron que el hecho fue un atentado.

que se compreender a importância do agronegócio se instalando em todo o Nordeste argentino e os interesses ali colocados:

> E detrás de toda esta suja história de interesses monopólicos que implantaram durante longos anos um colonialismo interno opressivo, distintas variantes de contrabando com o Brasil, ou favores à "Cargill" com a venda da soja. Como arremate, a segurança de que o governo ia intervir na CRYM (Câmara Reguladora da Erva Mate) e a suspeita de que dezembro e janeiro iam ser "drásticos" para os oligarcas. O povo o tem claro: estes são os que ganharam com a morte do companheiro Irrazábal e do vice governador Ayrault[220]. (EL DESCAMISADO. Ano I, nº 30, 11 de dezembro de 1973, p. 6 - tradução da autora)

Claros estão os interesses postos, mas não se tratou de um processo persecutório qualquer, e sim da organização internacionalizada da repressão para balizar a sustentação do capital da forma que se punha na região, em que aparecem inclusive interesses do capital brasileiro em expansão.

4.2 - A repressão no Nordeste argentino – modus operandi da Guerra Contrarrevolucionária

Conforme já aventado, a Operação Toba, foi uma ação de guerra visando a desmobilização das Ligas Agrárias existentes no Nordeste da Argentina. A região em que o movimento acontecia localiza-se principalmente nas Províncias de Formosa, Chaco e Corrientes e, conforme se observa no mapa a seguir, são todas províncias de fronteira.

[220] detrás de toda esta sucia historia de intereses monopólicos que implantaron durante largos años un colonialismo interno opresivo, distintas variantes de contrabando con Brasil, o favores a la "Cargill" con la venta de la soja. Como remache, la seguridad de que el gobierno iba a intervenir la CRYM (Cámara Reguladora de la Yerba Mate) y la sospecha de que diciembre y enero iban a ser "drásticos" para los oligarcas. El pueblo lo tiene claro: éstos son los que ganaron con la muerte del compañero Irrazábal y del vicegobernador Ayrault.

FONTE: http://ferroviaintermodal.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html. Acesso em 29/11/2016

A preocupação do Estado com as Ligas Camponesas se agudizou nos idos de 1972, momento em que a Juventude Peronista ocupava as ruas das cidades e, em especial, as da capital exibindo cartazes com a legenda de “Montoneros”.

Sobre os Montoneros, cumpre esclarecer alguns aspectos; pois o mote da Operação Toba era essa organização guerrilheira, sobre a qual os militares fazem uma retrospectiva logo no começo do documento.

A historiografia diverge bastante sobre a data ou mesmo época do surgimento dos Montoneros e se pode apontar que isso se deve ao fato de que a história dessa organização se confunde com a trajetória das forças peronistas desde os anos de 1956, a que se soma a história das Ligas Camponesas.

O fato é que as lutas entre as guerrilhas surgidas na década de 1950 e as forças armadas sofrem uma inflexão em 1972, pois a violência do Estado, sob a égide da Guerra Contrarrevolucionária, se expande, passando a atingir populações não diretamente vinculadas a elas.

A guerrilha “rururbana” surge inicialmente como reação à violência desencadeada pelos golpistas liderados por Aramburu (1955 a 1958) e liderada por um grupo de jovens peronistas inconformados com os fuzilamentos de 1956 e o

desaparecimento de sacerdotes vinculados à Teologia da Libertação, entre outras atrocidades. Os autores que localizam a gênese dos Montoneros nesse momento indicam que se tratou, desde então, de uma guerrilha que atuou no sul da Província de Tucuman, no Departamento de Chicligasta, e se autodenominou Exército de Libertação Nacional-Movimento peronista de Libertação; mas que, na região, ficou conhecida como Uturunco.[221]

Até a sua extinção pela repressão por volta de 1978, esse(s) movimento(s) guerrilheiro(s) argentino(s) (se é que se pode nomeá-los no plural) passou (passaram) por três fases: enquanto uturuncos, até 1959/60 quando foram desbaratados pela operação denominada Plan Conintes (Commocion Interna del Estado), à época da presidência de Frondizi. Em 1964, ressurge(m) na província de Salta, agora no sudoeste de Tucumán, como Exército Guerrilheiro do Povo (EGP) ramo proveniente da Juventude peronista, até a nova repressão em 1968. No ano seguinte, jovens universitários e sindicalistas rearticulam a organização até sua queda final nos idos de 1978. Exatamente no mesmo ano da denominada Operação Toba.

4.2.1 - Operação Toba: uma experiência a ser transmitida

As referências a tal operação encontram-se nas atas de uma reunião denominada *Reunion* que ocorreu em 1978.

Ao que tudo indica, tratava-se de mais uma das várias reuniões ou conferências entre as forças armadas, argentina e paraguaia, visando a integração de seus sistemas de segurança nacional no combate ao “inimigo interno”, ou seja, a perseguição a indivíduos e integrantes da sociedade civil, de forma disseminada e que já aconteciam com certa regularidade desde os anos de 1970, conforme já demonstrado ao longo da tese.

Em uma dessas reuniões, os militares argentinos relatam as operações de guerra executadas contra segmentos da população do Nordeste de seu país, a

[221] A historiografia diverge sobre esta gênese, afirmando alguns autores, como ADAMINI, 2009, que se tratava de dois grupos distintos. Sobre o tema, ver também: CALVEIRO, Pilar: Política y/o violencia, Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2005.

denominada *Operação Toba,* em 1975 e 1976 para combater "organizações subversivas que atuam na Jurisdição do Destacamento de Inteligência 124"[222]. (AH. Documento 246F0411, 27-28/06/1978– tradução da autora). Em princípio, as tais organizações pareciam referir-se apenas aos Montoneros, mas ao longo do relato, observa-se que se tratava de algo mais: acabar com as Ligas Agrárias.

A Operação Toba foi realizada somente pelo Exército Argentino. Mas os relatos das atividades demonstram que fora muito elucidativo para os argentinos e que deveria servir de exemplo sobre como desenvolver atividades nesse mesmo formato pelos paraguaios. Há um caráter didático nessas explicações e seu somatório culmina com a ideia de que ambos os exércitos deveriam continuar mantendo contato e combatendo conjuntamente seus inimigos subversivos, na lógica da Guerra Contrarrevolucionária.

O relato do exército argentino sobre o Montoneros parte de sua atuação a partir de 1973, vinculando-os, acertadamente, às divisões ocorridas no interior do peronismo. Segundo os militares, apesar do desbaratamento ocorrido nos anos anteriores, o recrutamento para a Organização recomeçara em 1974, realizando-se treinamentos para a luta armada. Percebe-se que tinham clara compreensão da organização, já que explicam as Colunas Montoneras e suas localizações na região Nordeste, abarcando Chaco, Formosa, Corrientes e Misiones.

Tal recrudescimento parecia-lhes que, por mais que combatessem a luta armada, ela renascia das cinzas, sendo, portanto, necessário extirpá-la de uma vez por todas.

A partir de então, a luta para combater os Montoneros atingiu em cheio os camponeses e também estudantes,[223] produzindo um verdadeiro massacre, conforme veremos. A operação de guerra desencadeada, já em formatos modernos, aplicava os princípios do que eles denominam "Guerra Revolucionária", observando-se uma série de particularidades em cada uma das fases, tendo em comum o fato

[222] "Organizaciones subversivas que actúan en Jurisdicción del Dest. Icia. 124"

[223]Aliás, o receio da articulação dos Montoneros já havia desencadeado várias ações "preventivas" na Argentina, dentre as quais podemos citar a que resultou na série de sequestros e no assassinato de estudantes secundaristas da Província de La Plata que haviam se mobilizado contra o aumento das passagens de ônibus, em setembro de 1976. Conhecida como "La noche de los lápices", a operação foi desencadeada pelo Batalhão 601 do Serviço de Inteligência do Exército e a Polícia da Província de Buenos Aires e "dirigida pelo então general Ramón Camps, que *calificó al suceso como lucha contra 'el accionar subversivo en las escuelas*'". Acesso em: 16.09.2014. Disponível em: http://www.argentina.ar/temas/historia-y-efemerides/31826-la-noche-de-los-lapices

de que toda a sociedade estava sob suspeita e que as ações objetivavam controlar a sociedade civil em todas as suas modalidades.

A ditadura argentina inaugurada em 1976 dividira o país em regiões de forma a facilitar a caçada e o extermínio; como pode-se observar no depoimento de Servent citado por Robin (2014, p. 316 – tradução da autora):

> Toda a guerra esteve baseada na divisão territorial em zonas, subzonas, setores, algo que foi muito benéfico para os resultados, mas muito problemático para a direção da guerra. Finalmente, isto dispersava os níveis de responsabilidade, porque cada um se sentia proprietário de um pedaço do território, como na época feudal: isto é seu, isto é meu... Isto fez muito mais difícil o controle pela hierarquia da luta contra a subversão...[224]

Tal modelo de divisão tem inspiração na Batalha de Argel, uma vez que os franceses estavam na Argentina prestando assessoria. Aussaresses explicou que na Argélia, as regiões foram divididas em quatro zonas, cada uma delas de responsabilidade de um Regimento de Infantaria Paraquedista. (AUSSARESSES, 2001, p. 116)

A *IIda Reunion Regional Bilateral* citada anteriormente foi mais uma de uma série que já vinha ocorrendo há vários anos, todas tratando da integração entre os países no combate ao "inimigo interno".

Assim, por exemplo, entre 3 e 7 de Maio 1976 ocorrera a *IV Conferencia Bilateral de Inteligencia entre los Ejercitos de Paraguay y Brasil*. Nela, sob o título "*Actividades subversivas interna y su conexión con el Exterior, desde el mes de Noviembre 1974 a la fecha*", o Paraguai apresentou aos países vizinhos um balanço, com dados minuciosos acerca da "subversão*"* na região, inclusive sobre os problemas fronteiriços, de passagens dos eventuais subversivos de um país a outro e sobre grupos e pessoas que eram de oposição ao governo de Stroessner. O balanço foi apresentado pelo General de Divisão Francisco A. Britez, chefe do Departamento de Inteligência da Polícia da Capital, a mando do então chefe da

[224] Toda la guerra estuve basada en la división territorial en zonas, subzonas, sectores, algo que fue muy beneficioso por los resultados, pero muy problemático para la dirección de la guerra. Finalmente, esto dispersaba los niveles de responsabilidad, porque cada uno se sentía propietario de un pedazo de territorio, como en la época feudal: esto es tuyo, esto es mío… Esto hace mucho más difícil el control por la jerarquía de la lucha contra la subversión…

ESMAGENFA, o General de Divisão. (AH. Documento 021F1553 de 27 de abril de 1976).

Em 1977, outro balanço das “ACTIVIDADES SUBVERSIVAS DENTRO DEL PAIS” foi apresentado pelo Pastor Coronel, Chefe de Polícia do Paraguai, na Conferência Bilateral de Inteligência - Paraguai e Argentina, a mando do General de Brigada e Subchefe do Estado Maior Geral do Exército Paraguaio, Guillermo F. Clebsch. (AH. Documento 021F1692 de 5 de setembro de 1977- grifos do original)

Por fim, Calloni (1999, p.134-135 - tradução da autora) informa sobre a *Reunion* que:

> Este é apenas um dos documentos de uma série do mesmo tipo, e outros que confirmam plenamente a Operação Condor. De mesmo modo mostra a similaridade deste documento com o já mencionado (...), enviado pelo Coronel Robert Scherrer (FBI) a seus chefes em Washington[225].

Não há dúvidas de que a autora, ao tratar do Condor, e tendo encontrado tal documento de caráter bilateral, o tenha compreendido como parte dessa mesma Operação.

Ela tem razão ao perceber que o dispositivo de trocas de informações, técnicas, táticas e prisioneiros possuem bastante similaridade. As atividades dessas fases, tenham a nomenclatura que tiverem, possuem dispositivos semelhantes e acontecem com o mesmo objetivo: eliminar os inimigos dos Estados que, sob a égide do capitalismo, precisam lançar mão de ditaduras para fazer as renovações de parques industriais, numa lógica de divisão internacional de tarefas do capital [226], mas há que se ressaltar que não se trata da Operação Condor, mas de um dispositivo da Internacionalização da Repressão. Ao demonstrar que, apesar de suas diferenças, essas atividades compõem uma mesma matriz de ação; a pesquisa destaca que necessitamos compreender o conjunto desses fenômenos a fim de conseguir abarcar o mesmo tipo de prática.

---

[225] Esto es solo uno de los documentos entre una serie del mismo tipo y otros que confirman plenamente el Operativo Cóndor. Asimismo muestra la similitud de este documento con el ya mencionado (…), enviado por el coronel Robert Scherrer (FBI) a sus jefes en Washington.

[226] A respeito da discussão sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo, consultar CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. In: A miséria brasileira: 1964-1994 do Golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.

O percurso da pesquisa demonstra que as características das Operações fizeram-se por suas particularidades. Ao contrário do que os pesquisadores inicialmente previam - que se tratava da eliminação de inimigos mais destacados, com renome e importância internacional -, as pesquisas mais recentes indicam que as vítimas eram todas as que interessavam aos diversos países envolvidos.

A nomenclatura usada para designar o inimigo, como "comunista" ou "subversivo" era elástica o suficiente para que quaisquer pessoas pudessem ser caracterizadas como tais. Dessa forma, não apenas os militantes, mas todos os que interessassem poderiam receber a denominação e ser colocados sob suspeição. Da mesma forma, as atividades bilaterais de inteligência relacionavam-se aos Estados ou regiões em que estavam envolvidos.

As atividades bilaterais já ocorriam antes de 1975, quando se marca o início das multilaterais - Condor. O ano de 1975 marcou o início oficial do Condor, mas tal operação não paralisou as demais; pois, para além do combate ao "comunismo" ou à "subversão", sua última finalidade era a da defesa da manutenção do capitalismo, de setores das burguesias nacionais, de capital associado ao internacional, já bastante comprovado por autores como Dreifuss (1981) e Fernandes (2006).

Estudiosos que tratam, por exemplo, da Operação Condor explicam que a criação dessa Operação acontecera devido à articulação dos grupos de oposição às ditaduras instaladas na região: a *Junta Coordinadora Revolucionária* (JCR) que reunia o *PRT- ERP* da Argentina; o *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros*, do Uruguai; o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) do Chile e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) da Bolívia.

Todavia, operações anteriores à formalização do Condor demonstram já haver atividades, ao menos bilaterais, acontecendo na região, reunindo forças de segurança dos Estados no combate ao inimigo "subversivo".

É nesse contexto que ocorre a *IIda Reunion Regional Bilateral de Inteligência entre los Ejercitos de la Republica del Paraguay y de la Republica Argentina,* na qual o dispositivo desencadeado pelo Exército argentino, denominado Operação Toba, foi a pauta.

A ata dessa reunião recebeu o carimbo de "Secreta" e lista 9 itens estabelecidos durante a Reunião. Os assinantes de tal documento foram Benito Guanes Serrano, Chefe do II Departamento do Estado Maior Geral das Forças

Armadas Paraguaias e o Coronel Juan Felíx Porcel de Peralta, G-2 do II Cuerpo de Ejercito. A respeito do *II Cuerpo de Ejercito*, encontramos a seguinte denúncia sobre os responsáveis pela jurisdição:

> A determinação sobre a sorte dos presos era, a princípio, tomada pelo II Corpo de Exército, por ordem do general Díaz Bessone até outubro de 1976. Depois dele, o sucedeu Galtieri. A partir da assunção deste ao Comando, aumenta consideravelmente a quantidade de fuzilados. Logo que chegou, se escapou um preso do Serviço de Informações, pelo que Galtieri ordenou que se fuzilasse a todos os que haviam sido sequestrados com o fugitivo. Eram sete pessoas, entre elas a mulher de um dirigente sindical, relatou a revista "Caras y Caretas", em abril de 1984, Angel Ruani[227]. (FRADE, s/d, s/p – tradução da autora)

Como se vê, 1976 é bastante emblemático das ações do Estado Argentino: a ditadura assumiu a sua faceta mais cruenta. O domínio *Nunca Más* também traz relatos sobre o *II Cuerpo de Ejercito*:

> Dependente da VII Brigada de Infantaria com assentamento na cidade de Corrientes, as operações repressivas se coordenaram através da Brigada de Investigações de Resistencia onde, segundo denúncias recebidas, já haviam verificado casos de sequestros e torturas durante o ano 1975.
> Quando este método se institucionalizou, se organizou um circuito de lugares para serem utilizados como centros ilegais de detenção e de tortura[228]. (CENTROS Clandestinos de Detención en jurisdicción del II Cuerpo de Ejército: Chaco. Nunca Más, s/d, s/p - tradução da autora)

A institucionalização da repressão foi demarcada com o Golpe. Pode-se ver na ata esse processo se consolidando. Nas resoluções finais do evento, observa-se

[227] La determinación sobre la suerte de los presos era al princípio tomada por el II Cuerpo de Ejército, al mando del general Díaz Bessone hasta octubre de 1976. Después le sucedió Galtieri. A partir de la asunción de éste al Comando, aumenta considerablemente la cantidad de fusilados. Apenas llega, se escapó un detenido del Servicio de Informaciones, por lo que Galtieri ordenó que se fusile a todos los que habían sido secuestrados con el fugado. Eran siete personas, entre ellas, la mujer de un dirigente sindical", relató a la revista "Caras y Caretas", en abril de 1984, Angel Ruani.

[228] Dependiente de la VII Brigada de Infantería con asiento en la ciudad de Corrientes, las operaciones represivas se coordinaron a través de la Brigada de Investigaciones de Resistencia donde, según denuncias recibidas, ya se habrían verificado casos de secuestros y torturas durante el año 1975.
Cuando este método se institucionalizó, se organizó un circuito de lugares para ser utilizados como centros ilegales de detención y de tortura.

que ela foi um resumo, constando dela apenas os encaminhamentos práticos a serem tomados para fins de que

> No transcurso de suas deliberações, se trocou informação e inteligência referente ao desenvolvimento da subversão no marco continental, no marco nacional de cada país e no marco regional, com particular ênfase à área fronteiriça comum. (AH. Documento 246F0373, *Reunion* - tradução da autora)

Cabe destacar que, das atividades, previu-se manter a troca de informações na área de fronteira realizadas entre o Estado Maior Paraguaio e o Destacamento de Inteligência 124, mais o Comando da Brigada de Infantaria VII, ambos argentinos. Os tópicos seguintes também se referem a manter (portanto, já existiam anteriormente), a partir do enlace obtido através do Adido Militar, medidas de segurança na fronteira; aprofundar a ofensiva sobre a subversão, especialmente aos Partidos Comunistas de ambos os países; estabelecer troca de informações para situações de cidadãos sem documentos; realizar reunião conjunta para estabelecer normas de expulsão de cidadãos de ambos os países.

Conjuntamente a essas medidas estabelecidas, ainda foram definidas as seguintes, as quais tratarei em separado, pois repercutiam diretamente numa tática ainda mais profunda de caçada aos inimigos. A primeira delas foi a de que "cada órgão de Inteligência atuaria em todas as atividades de investigação e detenção em forma independente dentro dos limites de seu país".

Mas o item seguinte complementa que: "Segundo a importância do alvo, se poderá efetuar consultas bilaterais e se autorizará o trabalho conjunto nos interrogatórios"[229] (AH, Documento 246F0373 e 0374 - tradução da autora); demonstrando que, em se tratando de realizar a caçada aos "subversivos", as táticas poderiam adentrar o país vizinho, tendo a presença de policiais de ambos os lados da fronteira para os interrogatórios.

Além disso, não se previa nenhuma sanção, caso o preso fosse estrangeiro, cabendo a cada um dos países a definição das medidas a serem tomadas, sem a salvaguarda de sua integridade, pois se tratava de um inimigo de Estado. E, por fim, se "estabeleceu como forma para o intercâmbio de informação o contato pessoal,

[229] Según la importancia del blanco se podrán efectuar consultas bilaterales y se autorizará el trabajo conjunto en los interrogatorios

prévia comunicação telefônica, utilizando um sistema de senhas para facilitar o encobrimento do tráfico[230]" (AH. Documento 246F0374 - tradução da autora). No final do documento, esse item ficou melhor especificado, quando se diz sobre a possibilidade de "obter radio BLU em forma permanente entre o chefe do Destacamento de Inteligência 124 e o Departamento de Inteligência das Forças Armadas Paraguaias".[231] [232]

O documento dessa *Reunion* veio organizado da seguinte forma: a ata acima mencionada, com as respectivas assinaturas, o programa mais geral do evento, bem como os nomes dos respectivos responsáveis por cada uma das falas, índice, programa pormenorizado do evento, membros de cada delegação.

No dia 27 de junho de 1978, o Exército Paraguaio foi responsável pela exposição. Já no dia 28, a exposição ficou ao cargo da Delegação Argentina. O evento concluiu-se no dia 29, com a leitura e assinatura da Ata.

A parte que analisamos pormenorizadamente, e que nos interessa para as reflexões do capítulo, é o balanço argentino acerca da "subversão" na região fronteiriça, sendo a segunda parte do documento por eles apresentada durante a *Reunion*.

4.3 - O escopo da Operação Toba - a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária

Na Argentina, desde os anos 1950, durante os governos de Frondizi e Illia, ainda sob a égide das constitucionalidades democráticas, o tema da defesa da segurança interna passou a ser prioritário nas esferas mais centrais do poder. Particularmente entre os agentes das Forças Armadas, que ficaram incumbidas de definir seus princípios teórico-operativos, os quais acabaram por ser fixados na lei

[230] Se estableció como forma para el intercambio de información el contacto personal, previa comunicación telefónica, utilizando un sistema de claves, para facilitar el encubrimiento del tráfico.
[231]"Solicitar posibilidad de obtener radio BLU en forma permanente entre J Dest Icia 124 y el Dpto Icia FFAA PARAGUAYAS"
[232] Embora se tenha buscado de diversas formas as informações sobre esse tipo de sistema de comunicação, não foi possível estabelecer que tipo de transmissão de dados se tratasse. Os grifos do nome da Radio BLU estão no original, possivelmente referindo-se a um código. Houve contatos com especialistas que se referem ao tema de transmissão de dados dentro das Forças Armadas no Brasil, bem como com especialistas que lidaram com os dados de cifragem de documentos da Operação Condor. Não foi possível rastrear essa informação. Agradeço a gentileza da pesquisa dessas informações a Wagner Luiz Bueno dos Santos, Vera Lucia Vieira, Nilson Mariano e Enrique Serra Padrós.

de Defesa Nacional de nº 16.970, sancionada em meados de outubro de 1966 e regulamentada pelo decreto nº739 de 1967 por Juan Carlos Onganía, militar empossado presidente pelas três forças armadas que haviam encabeçado o golpe de estado contra o presidente Ilia.

É nesse contexto que as forças armadas argentinas passaram a priorizar, seguindo os preceitos da Guerra Fria, a luta contra o "inimigo interno" e, segundo Pontoriero (2015), incorporaram o termo 'guerra revolucionária' contra o inimigo "comunista". Conforme vimos, a "guerra revolucionaria" era afeta aos seguintes termos,

> Terrorismo, guerrilha, insurreição, movimento de resistência, combate não convencional e conflito assimétrico, por exemplo, são alguns dos conceitos ou práticas abarcadas pelo conjunto de ideias, mais amplo e muito compreendido, denominado Guerra Irregular (VISACRO, 2009, p. 7).

As teorias criadas em Escolas Superiores de Guerra, que embasaram Leis de Segurança, serviram para auxiliar nesse tipo de combate, munindo grupos vinculados às burguesias locais de arsenal teórico e militar com o fim de exterminar forças oposicionistas. Na Argentina, a Lei de Segurança Nacional encetou o conceito de "comoção interna", com o objetivo de combate ao formato do tipo revolucionário.

Não só com o fim do último Governo de Perón; mas, desde os anos anteriores, as forças que atuavam contra as classes trabalhadoras já estavam organizadas de forma clandestina, sob a égide da Lei de Segurança Nacional e das estratégias e táticas da Guerra Contrarrevolucionária. A Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) agia desde 1973 e foi nesse clima, após a morte do dirigente, que as atividades encobertas continuaram no país. Longe de ser uma faceta localizada, as "ações encobertas" iniciadas por esquadrões da morte estavam intimamente vinculadas às operações desenvolvidas pelos Estados.

4.4 - Operação Toba: fases I, II e III

Desencadeada em 1975, contra os camponeses da região do nordeste argentino que, desde fins dos anos de 1970, em resposta à crise econômica,

passaram a atuar conjuntamente, unificando suas organizações, o que os levou à formação das Ligas Agrárias do Nordeste argentino.

A justificativa para o início das Operações Toba era a de que se tratava de uma ação cívica, pela qual o Estado tinha o objetivo declarado de "erradicar a 'subversão'"[233] (CALVO, 2015, p. 3). A fachada dessas operações era a pintura de escolas e consertos nas instituições estatais, as quais escondiam as "outras operações", destinadas a "marcar" os futuros presos políticos, de acordo com julgamento em Misiones (COMIENZA un nuevo juicio por delitos de lesa humanidad en Misiones. *El Territorio*, 19.03.2012). As ações estiveram sob o comando do II Corpo de Exército, que era responsável por uma das seis zonas nas quais a Argentina esteve dividida. Do ponto de vista da estratégia, buscava-se "conservar ou recuperar o apoio da população, recuperar o domínio da zona (reestabelecer a ordem) e aniquilar a subversão[234]" (CALVO, 2015, p. 4 - tradução da autora). Assim se iniciaram as Operações Toba I, II, III.

É interessante notar a correlação de *modus operandi* dentro das operações nacionais. Durante os anos de 1970, no Brasil, foram desencadeadas as operações para desbaratamento da Guerrilha do Araguaia. De acordo com Mechi (2015), as ações foram desmembradas em fases. Houve uma Operação desencadeada pela Polícia Militar na região de Xambioá, denominada Ação Cívico-Militar (Aciso)

> Por decisão do general Vianna Moog, alguns efetivos permaneceram na área. A Polícia Militar de Goiás passou a controlar a região de Xambioá e a do Pará, a de São Geraldo. Do Exército, ficaria o 36º Batalhão da Infantaria de Uberlândia, sob o comando do general Bandeira, realizando a Operação Presença, que visava empreender ações de cunho social, uma Aciso. (MECHI, 2015, p. 253).

As Aciso tinham o caráter de reconhecimento de campo, levando atividades de assistência médica e odontológica, que sabidamente o Estado reconhecia como deficitárias na região. Os dados sobre atendimentos deficitários já existiam, mas apenas após o início das atividades do PCdoB na região é que o Estado interveio, muito mais no sentido de cooptação de camponeses e levantamento de dados, do que para prestar serviços assistenciais à população (MECHI, 2015). Também foi

[233] "erradicar a la 'subversión'".
[234] "conservar o recuperar el apoyo de la población, recuperar el dominio de la zona (restablecer el orden) y aniquilar la subversión".

dentro da Aciso que se criou a possibilidade de deslocamento de helicópteros e aviões para a região do Araguaia, tal como fora relatado aos Fiscais que faziam investigações no Chaco sobre os restos mortais resultantes da Operação Toba. No caso do Araguaia, a historiadora ainda narra momentos em que cabeças ou mesmo o corpo do guerrilheiro Osvaldão eram transportados nos helicópteros, de forma a demonstrar à população local como as forças estatais se comportavam com os guerrilheiros (MECHI, 2015).

Após a Aciso, foi desencadeada a Operação Peixe, contando com cinco fases:

> Entre março e outubro de 1972, algumas operações militares foram realizadas na região do Araguaia – ao todo houve cinco "Operações Peixe". A primeira delas teria o objetivo de levantar informações sobre "atividades subversivas" e capturar e destruir o inimigo, e foi chamada de "Peixe I". Estas operações seriam marcadas por uma série de dificuldades e as ações militares acabaram restringindo-se ao levantamento de informações, à prisão de alguns militantes e à descoberta de esconderijos já abandonados pelos guerrilheiros (MECHI, 2015, p. 239-240).

A Operação Peixe II teve como objetivo "levantar mais informações" (MECHI, 2015, p. 240). A Peixe III, "'realizar uma incursão com tropa sobre o 'ALVO' a fim de capturar, neutralizar e/ou destruir o inimigo'. Ou seja, tratava-se de uma nova ofensiva." (MECHI, 2015, p. 241-242 – aspas e maiúsculas do original). Já a fase IV objetivava "realizar o levantamento de informações na região de Marabá-Xambioá, a partir dos dados obtidos nas operações anteriores, e 'aprofundar os dados quanto à localização, valor e identificação do inimigo'". (MECHI, 2015, p. 244 – aspas do original). Na fase V, se "repetia o objetivo de diversas outras de 'neutralizar e/ou destruir o inimigo'". (MECHI, 2015, p. 244 – aspas do original). A autora ainda destaca que "o relatório da Operação Peixe IV menciona que, 'para mascarar a chegada do avião em Xambioá, será desenvolvida uma Aciso'". (MECHI, 2015, p. 244 – aspas do original).

Como se nota, há similaridades que precisam ser compreendidas nessas Operações. Obviamente, trata-se de operações de caráter nacional, mas suas ações demonstram uma mesma lógica – primeiro reconhecer o espaço onde o inimigo opera. A diferença aqui é que, no caso brasileiro, a estratégia foi a de trazer os

adeptos do inimigo para o seu campo de ação. Na Argentina, a de mapear o campo inimigo, que havia sido aquele prenunciado por Trinquier e que foi discutido nos capítulos anteriores.

Os trabalhos para desbaratar as Colunas Montoneras iniciaram-se em 1975, desencadeando a Fase I, podendo-se ver que

> Devido às tarefas de recrutamento e doutrinação em que se encontrava essa BDT [Banda de Delinquentes Terroristas], o Cdo Br I VII [Comando de Brigada de Infantaria VII] põe em execução a Operação TOBA I com o que se consegue a reunião de informações importantes que permitem detectar e individualizar a maioria dos integrantes dessa organização que se encontravam camuflados dentro da população, especialmente na zona rural, onde encontraram campo propício para a realização de seus fins, especialmente explorando a situação econômica pela qual atravessa o país[235]. (AH. Documento 246F0412 - tradução da autora, maiúsculas do original)

Os integrantes do Comando de Brigada de Infantaria VII também gerenciaram centros clandestinos de detenção, conforme informa o Diário Momarandu, em notícia de 2003, em que se abordam as denúncias de graves violações ocorridas na região. Além desse Comando, as denúncias versam sobre os aparatos clandestinos de repressão, subsidiados pelos próprios chefes, nas localidades onde foram desencadeadas as diversas fases da Toba, sendo eles:

> Comando do Segundo Corpo do Exército (localizado em Rosario): Comandantes Generais de Divisão Ramón Díaz Bessone (setembro de 1975 a setembro de 1976); Leopoldo Galtieri (desde outubro de 1976 a janeiro de 1979); Luciano Jáuregui (fevereiro de 1979 a dezembro de 1980). Segundos Comandantes Generais de Brigada: Otto Carlos Paladino (setembro de 1975 a janeiro de 1976); Andrés Aníbal Ferrero (fevereiro de 1976 a dezembro de 1977). Comando da Subzona 23. Sede: Brigada de Infantaria VII (localizado na cidade de Corrientes). Comandantes Generais de Brigada: Cristino Nicolaides (fevereiro de 1976 a dezembro de 1977); Eugenio Guañabens Perelló (janeiro de 1978 a janeiro de 1980). Regimento 9 de Infantaria (localizado em Corrientes). Chefes: Tenientes Coroneles José Félix Aguiar (janeiro a dezembro de 1976); Adolfo Pietraneve (janeiro de 1977 a dezembro de 1978); Francicsco E. Gassino (desde janeiro de 1979). (Centros clandestinos de detenção e repressor.

[235] Debido a las tareas de captación y adoctrinamiento en que se encontraba esta BDT, el Cdo Br I VII pone en ejecución el Operativo TOBA I con el que se logra la reunión de importante información que posteriormente permiten detectar e individualizar a la mayoría de los integrantes de esta organización que se encontraban mimetizados dentro de la población y especialmente en la zona rural, donde encontraron campo propicio para la realización de sus fines, explotando en especial la situación económica por la que atraviesa el país

> Companhia de Telecomunicações 121 (assento em Goya). Chefes: Majores Walter Ernesto Domínguez (desde novembro de 1976); Enrique Jorge Martínez (desde novembro de 1979).
> Destacamento de Inteligência 124 (assento en Resistencia Chaco). Chefes: Armando M: Hornos (desde o dia 17 de novembro de 1975); Herminio L. R. Quiroz (desde o dia 26 de novembro de 1976); Roberto L. Martínez (desde o dia 27 de outubro de 1977); Ítalo César Pasquini (desde o dia 31 de outubro de 1979); Dardo W. Herrera (desde o dia 30 de setembro de 1981).
> Destacamento de inteligência 124 (localizado em Formosa). Chefes: Francisco J. Molina (desde o dia 11 de outubro de 1974); Eduardo Gustavo Gomar (desde o dia 8 de novembro de 1977); Jorge Alberto Fariña[236]. (CENTROS clandestinos de detención y represores, Momarandu, 23/03/2003 - tradução da autora)

A Toba I é a fase do mapeamento diagnóstico do que eles entenderiam ser a extensão da ação dos Montoneros, assim como fora a Operação Peixe I, com a diferença de que na Argentina as operações de mapeamento, que aqui ficaram conhecidas como Aciso, não foram separadas. Nessa lógica, tratariam como inimigos do Estado as reivindicações tanto de trabalhadores rurais quanto de estudantes, conforme pode ser observado a seguir. Ela teve como objetivo trazer a

> reunião de importante informação, que posteriormente permitiu detectar e individualizar a maioria dos integrantes desta organização, que se encontravam mimetizados dentro da população e, especialmente na zona rural, onde encontraram campo propício para a realização de seus fins, explorando em especial a situação econômica pela qual atravessa o país; utilizando as Ligas Agrárias para passar desapercebidos e aproveitaram a ascendência que tinham sobre os agricultores, seus principais dirigentes, como

[236] Comando del Segundo Cuerpo del Ejército (asiento en Rosario): Comandantes Generales de División Ramón Díaz Bessone (septiembre de 1975 a septiembre de 1976); Leopoldo Galtieri (desde octubre de 1976 a enero de 1979); Luciano Jáuregui (febrero de 1979 a diciembre de 1980). Segundos Comandantes Generales de Brigada: Otto Carlos Paladino (septiembre de 1975 a enero de 1976); Andrés Aníbal Ferrero (febrero de 1976 a diciembre de 1977). Comando de Subzona 23. Sede: Brigada de Infantería VII (asiento en ciudad de Corrientes). Comandantes Generales de Brigada: Cristino Nicolaides (febrero de 1976 a diciembre de 1977); Eugenio Guañabens Perelló (enero de 1978 a enero de 1980).
Regimiento 9 de Infantería (asiento en Corrientes). Jefes: Tenientes Coroneles José Félix Aguiar (enero a diciembre de 1976); Adolfo Pietraneve (enero de 1977 a diciembre de 1978); Francicsco E. Gassino (desde enero de 1979). Compañía de Telecomunicaciones 121 (asiento en Goya). Jefes: Mayores Walter Ernesto Domínguez (desde noviembre de 1976); Enrique Jorge Martínez (desde noviembre de 1979). Destacamento de Inteligencia 124 (asiento en Resistencia Chaco). Jefes: Armando M: Hornos (desde el 17 de noviembre de 1975); Herminio L. R. Quiroz (desde el 26 de noviembre de 1976); Roberto L. Martínez (desde el 27 de octubre de 1977); Ítalo César Pasquini (desde el 31 de octubre de 1979); Dardo W. Herrera (desde el 30 de septiembre de 1981). Destacamento de inteligencia 124 (asiento en Formosa). Jefes: Francisco J. Molina (desde el 11 de octubre de 1974); Eduardo Gustavo Gomar (desde el 8 de noviembre de 1977); Jorge Alberto Fariña.

> LOVEY, ORIANSKY, PICCOLLI etc.[237] (AH, Documento 0246F0412, *Reunion* - tradução da autora, maiúsculas do original)

Os nomes destacados no documento (Lovey, Oriansky e Piccolli) foram duramente caçados. Lovey fora torturado, juntamente com sua esposa. De acordo com ele, a repressão teve como mote a desarticulação e a desmobilização dos protestos. Embora a documentação do Exército argentino tenha como justificativa a informação ao Exército paraguaio de que se tratava de repressão aos Montoneros, Lovey alega que "não tinha vinculação com nenhuma ação armada, porque não geraram ações armadas no âmbito das lutas camponesas, a ação apontou para desarticular, aniquilar sua direção e instaurar um modelo econômico de concentração"[238]. (ARANGUREN, 2015, s/p - tradução da autora). Além do diagnóstico da região e do mapeamento das características da população, em princípios de Abril de 1975, levam a cabo "diversos procedimentos antisubversivos na região de Resistencia e no interior da Província do Chaco"

> que culmina(m) com o desbaratamento de parte da Coluna 26 que vinha operando no âmbito da província desde que a citada organização decidiu lançar-se na clandestinidade e a que se encontrava estruturada na base a uma UNIDADE SINDICAL, UMA UNIDADE TERRITORIAL e UMA UNIDADE ESTUDANTÍL, com assento em RESISTENCIA; UMA UNIDADE em Pcia ROQUE SAENZ PEÑA; UMA UNIDADE em FORMOSA e UMA UNIDADE em RECONQUISTA, cujo responsável pela Coluna e da Regional 1O NORDESTE encontrava-se a cargo do DT FERNANDO VACA NARVAJA (a) "GUSTAVO" Of My (atualmente se encontra fugitivo no exterior) e desta Regional dependia a COLUNA 27 com uma UNIDADE em GOYA (Ctes), uma UNIDADE em CORRIENTES e uma UNIDADE em MISIONES (AH. Documento 246F0412, *Reunion* - tradução da autora, maiúsculos no original[239]).

---

[237] reunión de importante información que posteriormente permiten detectar e individualizar a la mayoría de los integrantes de esta organización que se encontraban mimetizados dentro de la población y especialmente en la zona rural, donde encontraron campo propicio para la realización de sus fines, explotando en especial la situación económica por la que atraviesa el país; utilizando a las Ligas Agrarias como pantalla y aprovecharon la ascendencia que tenían sobre los agricultores, sus principales dirigentes, caso LOVEY, ORIANSKY, PICCOLLI, etc.

[238] "No tenía vinculación con ninguna acción armada porque no se generaron acciones armadas en el ámbito de las luchas campesinas, la cosa apuntó a desarticular, aniquilar su dirigencia e instaurar un modelo económico de concentración",

[239]que culmina con el desbaratamiento de parte de la Columna 26 que venía operando en el ámbito de la provincia desde que la citada organización decidió lanzarse a la clandestinidad y la que se encontraba estructurada en base a una UNIDAD SINDICAL, UNA UNIDAD TERRITORIAL y UNA UNIDAD ESTUDIANTIL, con asiento en RESISTENCIA; UNA UNIDAD en Pcia ROQUE SAENZ PEÑA; UNA UNIDAD en FORMOSA y UNA UNIDAD en RECONQUISTA, cuyo responsable de Columna y de Regional 1O NORDESTE, se encontraba a cargo del DT FERNANDO VACA NARVAJA

É importante destacar os motivos que levaram esses militantes, sejam eles Montoneros ou Liguistas à clandestinidade. Ao contrário do que relataram no documento, a opção pela clandestinidade fora uma saída encontrada para garantir-se a sobrevivência já que

> Roque Sáenz Peña foi um lugar de concentração de detidos ilegais durante a última ditadura, que particularmente serviu como sede de passagem para os integrantes das Ligas Agrárias ou pessoas vinculadas com eles que foram sequestrados em distintas operações[240]. (ARGENTINA, 2014, s/p – tradução da autora)

A Promotoria de Resistência ainda informa que pelo Governo da Província "passaram ao menos umas 150 pessoas relacionadas com as Ligas"[241]. (ARGENTINA, 2014, s/p). Mas esse lugar era uma passagem apenas. Era lá que aconteciam as torturas, mas estas "continuavam na Brigada de Investigações de Resistencia, um dos centros clandestinos maiores da zona"[242] (ARGENTINA, 2014, s/p). Todos esses dados, segundo a reportagem do domínio do Ministério Público Fiscal, eram para "obter informação no marco das operações Toba realizadas em toda a região do nordeste. Participava o Exército com seus helicópteros"[243].

Na sequência, no mês de agosto de 1976, colocaram em execução a fase II denominada Operação Toba II

> Com a qual se logra o aniquilamento do Destacamento 1, com assento territorial em MISIONES; desbaratamento do aparato logístico e territorial de CORRIENTES e estrutura estudantil de RESISTENCIA, com a detenção de todos seus integrantes, ambas estruturas componentes do Destacamento 3 "RESISTENCIA-CORRIENTES". Também se desarticularam totalmente o Destacamento 2 "GOYA", ficando a única estrutura da organização sem desbaratar totalmente, a UBC [Unidade Básica de Combate] Interior do CHACO, a que atualmente contaria com um efetivo de 10 a 12 integrantes, os que, devido ao constante acionar das FF LL se

---

(a) "GUSTAVO" Of My (actualmente se encuentra prófugo en el extranjero) y de esta Regional dependía la COLUMNA 27 con una UNIDAD en GOYA (Ctes), una UNIDAD en CORRIENTES y una UNIDAD en MISIONES.

[240] Roque Sáenz Peña fue un lugar de concentración de detenidos ilegales durante la última dictadura, que particularmente sirvió como sede de paso para los integrantes de las Ligas Agrarias o personas vinculadas con ellos que fueron secuestrados en distintos operativos.

[241] "pasaron al menos unas 150 personas relacionadas con las Ligas".

[242] "continuaban en la Brigada de Investigaciones de Resistencia, uno de los centros clandestinos más grandes de la zona".

[243] para obtener información en el marco de los operativos Toba realizados en toda la región del nordeste. Participaba el Ejército con sus helicópteros.

> encontram dispersos numa ampla zona que abarcaria distintas localidades da zona centro e noroeste da Província, nas quais predomina a Vegetação de bosques[244]. (Arquivo do Horror. Documento 246F0412, *Reunion* – tradução da autora, maiúsculas do original)

Destaca-se no documento que, dentre as vítimas da repressão, além dos camponeses, organizados ou não, a ação repressiva foi extensiva aos estudantes.[245] Além disto, a operação ocorre quase um ano depois da primeira, que foi a fase de implantação e organização do Golpe.

A terminologia utilizada remete à descrição de um campo de guerra, no qual se desenrolam batalhas. O "Destacamento 1 com assento territorial em MISIONES", refere-se, na realidade, aos integrantes do *Movimiento Agrario Misionero* (MAM), um dos que possuía o maior número de militantes e que se destacou pelas ações reivindicativas e de protesto (GALAFASSI, 2006, p. 166).

A referência ao desbaratamento do movimento estudantil "Destacamento 3-*Resistencia-Corrientes"* - remete à brutal repressão contra esses jovens que já vinham se mobilizando no último governo peronista, por reivindicações educacionais e que foram os primeiros a protestar massivamente contra o golpe bonapartista de 1976. Ainda conforme estudo de Galafassi,

> É importante começar mencionando que, entre 1955 e 1976, o "interior" (ou seja, as regiões extra–pampas) teve um protagonismo importante na política argentina devido, em princípio, à "resistência peronista" que seguiu a destituição de Juan Domingo Perón pela ditadura militar de Lonardi–Aramburu (chamada Revolução Libertadora), mas especialmente a partir da ditadura militar instaurada em 1966 (chamada Revolução Argentina), logo do massivo levantamento operário–estudiantil de Córdoba em maio de

[244] con el cual se logra el aniquilamiento del Destacamento 1 con asiento territorial en MISIONES; desbaratamiento del aparato logístico y territorial de CORRIENTES y estructura estudiantil de RESISTENCIA con la detención de todos sus integrantes, ambas estructuras componentes del Destacamento 3 "RESISTENCIA-CORRIENTES". También se desarticularon totalmente el Destacamento 2 "GOYA", quedando la única estructura de la organización sin desbaratar en forma total, la UBC Interior del CHACO, la que actualmente contaría con un efectivo de 10 a 12 integrantes, los que debido al constante accionar de las FF LL se encuentran dispersos en una amplia zona que abarcaría distintas localidades de la zona centro y noroeste de la Provincia en las cuales predomina la Vegetación boscosa.

[245] Aqui não me deterei em analisar a repressão aos estudantes, mas traz-se como referência o episódio conhecido como episódio conhecido como *La Noche de los Lápices*, que deu ensejo ao documentário que leva o mesmo nome, ocorrido na região de La Plata em 1976, portanto, no mesmo ano em que estudantes secundaristas que reivindicavam diminuição do valor de passagens de ônibus foram presos, torturados por meses e finalmente assassinados cujos corpos desapareceram. Tudo isso justificado pelo combate aos Montoneros.

> 1969 (Cordobazo). Depois desse último, os levantamentos e rebeliões populares cresceram até que foram abruptamente "aniquilados" pela ditadura instalada em 1976, a qual deixou uma cifra de cerca de 30.000 desaparecidos[246]. (GALAFASSI, 2006 p.160)

Observa-se que, da forma como relatam os militares, não se tratava de pessoas, mas sim de um "destacamento", ou seja, uma praça de guerra que foi aniquilada, e que foram exterminados todos os seus integrantes. Em Misiones, os relatos sobre os centros clandestinos informam que:

> Teve conhecimento que previu a estas detenções e dentro do marco da Operação denominada TOBA, as forças conjuntas da polícia provincial, o exército e gendarmaria instalaram um acampamento no caminho da Rota 8, a margem do Arroyo Acaraguá e em cercanias de Salto Chávez de Campo Grande, lugar que logo foi reconhecido como o centro clandestino de detenção e tortura da zona central.
> Por este centro de horror passaram muitíssimos detidos políticos, a maioria deles pequenos colonos que tiveram participação nas lutas agrárias. Aí padeceram Enrique Igor Peczak, Norma Yanzat e sua mãe, Mario Andrujovich, Juan Cieplinski, Matias Staquievich, Adán Holot, Sabino Mendoza e Alcaraz, pai junto com dois de seus filhos e o companheiro Ireneo Lopuch[247]. (BÁES (comp.), 2011, p. 169-170)

É interessante notar na narrativa do Exército Argentino, durante a *Reunion,* a preocupação numérica acerca das colunas de Montoneros que foram desbaratadas. Ao citar cada uma delas, aparecem os números de sua destruição, tal como se vê nesse fragmento "Destacamento I "MISIONES": Posterior a sua desarticulação, não se detectou nenhum tipo de atividade subversiva. Se encontra destruído em 100%" (AH. Documento 246F0413. Grifos no original – tradução da autora)

---

[246] Es importante comenzar mencionando que entre 1955 y 1976, el "interior" (es decir las regiones extra–pampeanas) tuvo un protagonismo importante en la política argentina debido, en un principio, a la "resistencia peronista" que siguió a la destitución de Juan Domingo Perón por la dictadura militar de Lonardi–Aramburu (llamada Revolución Libertadora), pero especialmente a partir de la dictadura militar instaurada en 1966 (llamada Revolución Argentina), y luego del masivo levantamiento obrero–estudiantil de Córdoba en mayo de 1969 (Cordobazo). Tras este último, los levantamientos y rebeliones populares crecieron hasta que fueron abruptamente "aniquilados" por la dictadura instalada en 1976, la cual dejó una cifra de cerca de 30 000 desaparecidos.

[247] Tuvo conocimiento que previo a estas detenciones y dentro del marco del Operativo denominado TOBA, las fuerzas conjuntas de la policía provincial, el ejército y gendarmería instalaron un campamento en el camino de la Ruta 8, a orillas del Arroyo Acaraguá y en cercanías del Salto Chávez de Campo Grande, lugar que luego fue reconocido como el centro clandestino de detención y tortura de la zona centro.
Por este centro del horror pasaron muchísimos detenidos políticos, la mayoría de ellos pequeños colonos que tuvieron participación en las luchas agrarias. Allí padecieron Enrique Igor Peczak, Norma Yanzat y su señora madre, Mario Andrujovich, Juan Cieplinski, Matias Staquievich, Adán Holot, Sabino Mendoza y Alcaraz padre junto con dos de sus hijos y el compañero Ireneo Lopuch.

Assim como se destaca nesse fragmento, cada uma das colunas citada veio acompanhada pela indicação de seu ulterior aniquilamento. Foram elas Misiones, Goya, Resistencia – Corrientes, interior do Chaco. Exceto essa última coluna citada, com 90% de "aniquilamento", usando as próprias palavras do documento, as demais foram destruídas em 100%.

A fim de reordenar a região e combater eventuais problemas futuros, foi formada a Operação Toba III. Os dados, embora não tão minuciosos quanto às ações, deixam claro que essa operação também teve caráter aniquilador na região.

O processo de repressão acontecido no Nordeste Argentino foi bastante grande e, como se viu, serviu à lógica de expansão do capital. Mas cabe destacar ainda que, além desses aspectos, o Exército lançou mão de prisões clandestinas, centros clandestinos de detenção e pilhagem para obter as informações acerca das Ligas que, em seu entender, estariam vinculadas aos Montoneros. Recentemente, descobriu-se como o expediente funcionou, nos marcos da Operação Toba.

Ao mesmo tempo em que a Argentina demonstrava a forma do desbaratamento, o Paraguai esforçou-se para conseguir informações internamente que pudessem interessar ao Exército amigo. Assim, ao relatar a Organização Primeiro de Março (OPM) e as etapas de sua organização, o Paraguai informou que haveria uma etapa de

> enfraquecimento das 'forças reacionárias' e fortalecimento das 'forças revolucionárias' buscando o equilíbrio de forças e posterior desequilíbrio em favor da segunda para desencadear na 'guerra regular, a formação de forças regulares e zonas liberadas, estabelecendo-se como hipótese a liberação de zonas, algumas regiões limítrofes com a ARGENTINA[248]. (AH. Documento 246F0387 e 0388. *Reunion* - tradução da autora, grifos e maiúsculas no original)

A existência do dispositivo das Operações Toba é a evidência de que cada um dos grupos colocados sob suspeição estava sob a mira de táticas de guerra. E não qualquer guerra, pois se operava em formato diferente das guerras regulares.

[248]"debilitamiento de las "fuerzas reaccionarias" y fortalecimiento de las "fuerzas revolucionarias" buscando el equilibrio de fuerzas y posterior desbalance en favor de la segunda para desencadenar en la "guerra regular, la formación de fuerzas regulares y zonas liberadas, planteándose como hipótesis la liberación de zonas, algunas regiones limítrofes con la ARGENTINA.

Pelo rigor das informações contidas no documento, é presumível que houvesse agentes infiltrados operando no interior dos movimentos.

A implantação da Operação seguia a lógica da suspeição e manutenção do capitalismo. Na Argentina,

> Efetivamente, a implantação de um governo autoritário sustentado por uma aliança cívico-militar se propôs transformar as bases econômicas e sociais do Estado para refundar ou reconstruir o pacto de dominação capitalista. Esse objetivo só era factível a partir da redefinição do papel do Estado, que implicava, entre outras coisas, desmobilizar e disciplinar o comportamento dos atores sociais e econômicos. Como propõe Guillermo O´Donnell, o alto grau de ativação política do setor popular aparecia como portador de uma séria ameaça para a preservação da ordem social, de tal forma que estava em jogo a sobrevivência da condição capitalista da sociedade e suas filiações internacionais[249] (SERVETTO, 2013, p. 162 - tradução da autora).

A *Reunion* apresenta ainda, como medida de salvaguarda, a definição de "medidas de contrainteligência" que foram tomadas, definindo-se em conjunto o que ambas as forças de segurança deveriam fazer para derrotar os Montoneros, especialmente. Para isso, sugere-se o "enlace pessoal dos integrantes do sistema de Inteligência de ambos os países", medidas de segurança na fronteira, intercâmbio de informações sobre suspeitos, "aprofundar a ofensiva sobre a subversão", tendo como frente as "atividades encobertas que realiza o PC [Partido Comunista] de ambos os países"; o intercâmbio de informação "ante a aparição de cidadãos sem documentação a fim de determinar a verdadeira identidade".

Percebe-se, portanto, que os dispositivos utilizados em atividades bilaterais de inteligência formam um volume documental bastante elucidativo. Embora de conjunto, essas operações envolvendo duas nações componham um acervo documental maior e tenham servido de base de dados para operações maiores, como a Condor, por exemplo, temos operações diferentes acontecendo na mesma fase.

[249] Efectivamente, la implantación de un gobierno autoritario sostenido por una alianza cívico-militar se propuso transformar las bases económicas y sociales del Estado para re-fundar o re-construir el pacto de dominación capitalista. Este objetivo sólo era factible a partir de la redefinición del papel del Estado que implicaba, entre otras cosas, desmovilizar y disciplinar el comportamiento de los actores sociales y económicos. Como plantea Guillermo O´Donnell, el alto grado de activación política del sector popular aparecía como portador de una seria amenaza para la preservación del orden social de tal forma que estaba en juego la supervivencia de la condición capitalista de la sociedad y sus afiliaciones internacionales

A fase 4 da Operação não foi registrada nos documentos encontrados no Arquivo do Horror. Todavia, em meio à pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como da constituição, organização, reivindicações e posterior desbaratamento das Ligas Agrárias, foi possível encontrar alguns dados sobre sua existência. Ela ocorreu em 1977 e, de acordo com Galafassi (2008), foi essa fase que colocou o movimento liguista em Misiones "fora da lei" (p. 9). Tal medida só fora conseguida com

> O exército a cargo do Estado, declara uma guerra onde o inimigo é a subversão, caindo nesta categoría, tanto o Partido Autêntico, como a JP [Juventude Peronista], os Montoneros e aqueles setores do movimento agrário mais próximos a estas expressões políticas, especialmente os próximos às Ligas Agrárias Misioneras.[250] (GALAFASSI, 2008, p. 9 - tradução da autora)

Tais medidas adotadas pelo Exército Argentino, sob autorização do Estado, encerram as mobilizações das Ligas em Misiones. Roze (1992, p. 86) informa que Misiones foi ocupada pelo Exército "para ganhar a paz".

As Operações Encobertas eram orientadas pela ótica do anticomunismo, da luta contra o "subversivo", na linha de Guerra Contrarrevolucionária, combatendo o inimigo dentro e fora de sua nação.

As atividades de trocas de informações, transferências de presos ou sistemática vigilância aos "subversivos" foram uma constante durante a segunda metade do século XX no Cone Sul e se embasaram nas Doutrinas de Guerra Contrarrevolucionária, estendendo ao interior das nações a ideia do inimigo interno. Conceito bastante elástico, em que pudessem nele caber quaisquer denominações desejadas: "subversivos", "comunistas", "sindicalistas" ou mesmo "estudantes".

É importante destacar o caráter didático das discussões. Longe de ser um encontro que objetivasse formalizar os meios de combate à "subversão", a ideia preconizada nos documentos é a da didaticização dos informes argentinos. Há um formato específico, em que se desencadeia paulatinamente a descrição das fases da Operação. Os dados reunidos demonstram que Toba I teve o caráter de

[250] El ejército a cargo del Estado declara una guerra en donde el enemigo es la subversión, cayendo en esta categoría tanto el Partido Auténtico, como la JP, los Montoneros y aquellos sectores del movimiento agrario más cercanos a estas expresiones políticas, especialmente los allegados a las Ligas Agrarias Misioneras.

levantamento das informações. E isso aparece bem explicado aos paraguaios durante a *Reunion*.

A fase II, conforme já visto, remeteu-se ao desbaratamento das Colunas de Montoneros, numa lógica em que imperou o tratamento de Guerra ou, para ser mais evidente: Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. Também a fase III caracterizou-se por esse teatro de guerra sendo desencadeado, efetivando um aparato que teve por objetivo sufocar as tensões e reivindicações de trabalhadores do campo e estudantes, garantindo a primazia do capital na região. Do que se percebe na bibliografia, a fase IV, foi do aniquilamento final.

Conforme se viu, as similaridades entre os processos repressivos no Brasil e na Argentina demonstram uma formação sistematizada, tendo como mote a "caçada" ao inimigo interno. Em que pesem terem sido ações nacionais, a atuação e sistematização das ações demonstram que ambas estiveram inseridas no Sistema Internacional de Repressão e, portanto, precisam serem verificadas sob um novo olhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Soy... soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena[251]

As evidências da interconexão repressiva que vigorou em distintos países na América latina aparecem em inúmeros estudos, em geral voltados para temas afetos às distintas formas de violência institucional que vicejam na região. No entanto, ainda são poucas as análises que se detêm em perscrutar tal interconexão de *per si*, ou seja, a inter-relação entre os sistemas doutrinários, as estratégias e táticas comuns que caracterizam o *modus operandi* vigente em diferentes países, a introjeção de tais práticas no interior do Estado e em conluio com segmentos da sociedade civil. São ainda mais raros os que situam tal conexão em âmbito internacional naqueles idos anos em que vigoraram as ditaduras na região.

A extensão de tais interconexões parece não ter limites quando se adentra a documentação que, graças à tecnologia e aos esforços de estudiosos, têm vindo à tona a cada dia. Há evidências de que, para além de um sistema nacional, bilateral ou regional, as ações orquestradas tiveram como mote um sistema internacional que adentrou os estados nacionais tornando-se parte deles durante algumas décadas, com presença até os dias de hoje. Conforme já diz Martin Almada, “El Condor sigue volando”, assim como, dizemos nós, tudo o mais no que ele esteve inserido.

[251] CALLE 13. Latinoamerica. Música. 2010.

A presente tese restringiu-se a analisar tais interconexões em países da região do Cone Sul, a partir dos tentáculos advindos do Brasil, os quais foram encontrados interconectados com os países referidos ao longo da tese (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai) entre os anos de 1960 a 1990. A começar pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tão comum a todos que se pode a ela se referir como “a doutrina” no singular e à qual se integra a Doutrina de Guerra de Contrarrevolucionária.

Configura-se assim um sistema repressivo com dois pilares: a DSN deu as bases filosóficas e as justificativas do Estado que transferem as funções de guerra para o interior do país, contra o inimigo interno. A Contrarrevolução gestou o Estado paralelo, ilegal, amoral e sem ética, que justifica a desumanização das ações contra esse inimigo que nada mais eram do que a sociedade civil, ou seja, os segmentos organizados com capacidade de pensar e intervir na ordem pública sobre a qual os autocratas que comandaram tal sistema reivindicaram monopólio como o fazem até os dias de hoje.

Tal sistema teve como precursores os países centrais, e aqui colocamos sob evidência a colaboração dos Estados Unidos e da França que, num processo de triangulação, exportaram suas doutrinas para os países do Cone Sul a eles alinhados. Mas as colaborações também vieram de outros países, como da Inglaterra, por exemplo. Os dados documentais e bibliográficos apontam para um sistema muito maior que a triangulação apontada nesta tese.

A Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária, criada e praticada na Indochina e amplamente utilizada na Argélia, atravessou o oceano e demarcou um importante lugar nas escolas militares dos Estados Unidos, especialmente Fort Bragg e Fort Benin, e sentou base na Escola das Américas, principal centro de treinamento dos oficiais, militares e civis que colocaram em prática tal repressão. Assim como a DSN foi o aporte teórico, a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária garantiu o aporte das “estratégias paralelas”, praticadas à revelia dos preceitos do próprio Estado, materializando as ações que já se delimitavam na Doutrina de Segurança, transmutando-se no Terror de Estado.

Foi com a Doutrina francesa, de Guerra Contrarrevolucionária, que os Estados Unidos organizaram com os países do Cone Sul um sistema internacionalizado.

Restam dúvidas se tal teia foi desfeita ou se tais doutrinas ainda não configuram as entranhas impregnadas deste sistema. Basta lembrar que a partir das Jornadas de Junho de 2013, fora evocada a Lei de Segurança Nacional no Brasil. Viu-se, a partir de então, novamente, a configuração do crime de "subversão" contra quatro estudantes em Goiás.[252] Tal exemplo pode se configurar como o reinício da articulação de tal Sistema ou, para ser mais precisa, a demonstração de que há um processo de evolução no Sistema, reaparecendo agora com outras particularidades, que merece ser melhor examinado. A simples retomada da expressão denota um contexto que, resguardadas as devidas proporções, chama a atenção para um momento histórico anterior, permeado por Golpes de Estado e sistemático controle sobre os movimentos sociais. Longe de tentar comparar períodos tão distintos, é importante, contudo, destacar a permanência da utilização de jargões que são estranhos, no mínimo, ao momento histórico do século XXI, em que já se vivia as constitucionalidades democráticas ou os estertores das últimas ditaduras no Cone Sul no final do século XX. Uma troca de informações entre policiais de dois países, aparentemente corriqueira, se utiliza dos mesmos jargões, as mesmas persecutoriedades, as mesmas suspeições sobre o inimigo interno, revelando um controle que se pensava, se restringira aos períodos ditatoriais. Vislumbra-se a necessidade de novas pesquisas, a fim de relacionar possíveis continuidades de tal conexão repressiva ou, quando menos, permanecendo com doutrinas que deveriam ter desaparecido nas transições para as constitucionalidades democráticas.

Tais Doutrinas permearam as estruturas dos Estados, particularmente pela ação de seus agentes - funcionários e/ou servidores - , os quais remeteram milhares de informações, dados, considerações e suspeições às centrais de informação, através dos meandros da burocracia e fora dela, desde o mais simples policial ou soldado raso até Embaixadas, Ministérios, envolvendo adidos militares, fomentando o terrorismo que se abateu sobre a sociedade em geral e, em particular, determinados segmentos da sociedade civil.

Na trama que se urgiu, sequer hierarquias formais foram respeitadas, de que é um exemplo a articulação direta do DEOPS/SP com agentes dos países vizinhos, com agentes circulando inter-relações diplomáticas e inter-institucionalidades em

[252] Cf. TAVERES et al. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. In: *Revista OPINIÃO PÚBLICA*. Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016.

busca de informações, não importava de onde advinham. Fossem eles do Serviço Nacional de Informações no Brasil, fossem dos Carabineros do Chile, ultrapassaram fronteiras, circularam e, quando era o caso, chegavam aos Estados Unidos ou à França, muitos através de seus adidos militares.

A aplicação dessas doutrinas cumpriu o papel histórico da contenção. Conteve o fluxo das reivindicações, levou à morte de muitos dos que ousaram sair do fosso e erguer as cabeças contra a barbárie que se instalara. Nesse particular, chama a atenção como os Estados Nacionais conheciam bem e de perto cada uma das demandas sociais. Da Guerrilha do Araguaia no Brasil à Operação Toba na Argentina, destaca-se o minucioso conhecimento e mapeamento das regiões em que os exércitos atuaram. Resguardadas as devidas diferenças entre cada uma delas, os Estados tinham plena ciência das condições precárias em que viviam milhares de camponeses, sabiam de suas dificuldades, restrições de acesso à saúde e educação. Quando adentraram cada qual às suas regiões, uma de suas estratégias preliminares da guerra suja que desencadearam foi a de cooptar a população, ganhar sua confiança, suprindo minimamente necessidades básicas da população dessas localidades, porque sabidamente, o Estado brasileiro e o Estado argentino conheciam a falta de acesso à saúde, à educação, sabiam das péssimas condições de vida daquelas pessoas. Foram lá oferecendo atendimento mínimo, com a ciência de que objetivavam deflagrar um conflito bastante extenso contra populações pauperizadas, criminalizando-as.

As doutrinas implementadas, como se viu, cumpriram a função de preparar as condições básicas para que os países de desenvolvimento hipertardio adentrassem a um novo modelo: o neoliberalismo. Em que pesem as diferenças de ritmos de entrada, todos eles tiveram como norte essa divisão de tarefas com o capital, e a da repressão foi exercida com exímia presteza por essa conexão repressiva. Mas serviram também para implementar um ramo essencial ao capitalismo: o da indústria armamentista e em sua comercialização se envolveram tanto os governos de cada país, quanto agentes da repressão – servidores e funcionários - , muitos dos quais duplamente contratados, porque também pelas empresas.

O mercado de armas incrementou os treinamentos dos agentes servidores nos centros como o CIGS em Manaus, a EsNI em Brasília, a Escola de Carabineros no Chile, uma outra no Equador. Pouco se sabe sobre cada uma delas. Afora a

Escola das Américas, já melhor esquadrinhada, sobre as demais ainda há pouca documentação disponível.

A guerra movida contra o inimigo interno, tendo como mote o combate ao "comunismo", à "subversão", foi o combustível dos motores desses Estados capitalistas naquela etapa de suas reestruturações produtivas e reconfiguração do mercado de trabalho. Caçavam-se todos, inclusive os "indiferentes", relembrando aqui novamente Saint Jean. A doutrina foi disseminada, seja através das escolas, seja através dos manuais e textos e as estratégias da guerra suja utilizadas impunemente. Embora muitas dessas práticas já fossem recorrentes, dentre as quais as técnicas de tortura como estratégia para a obtenção de informações, a chegada das doutrinas, particularmente a da Guerra Contrarrevolucionária, organizou a "dispersão" que existia anteriormente. As interconexões repressivas que compõe esse grande sistema são encontradas em praticamente todos os bancos de dados disponíveis, seja os notoriamente conhecidos por conterem centenas de milhares de documentos com tal característica, como é o caso do Arquivo do Horror do Paraguai, seja em arquivos que, em princípio, tratam da ação repressiva localmente ou, quando muito, regionalmente, como de DEOPS/SP ou, em outra ponta, os dispersos pela Argentina ou os agregados pela cúria no Chile. Trata-se da ponta do iceberg de todo o aparato repressivo, pois os documentos utilizados foram os que "vazaram do sistema". Ainda assim, neles se percebe a caçada, ao mesmo tempo em que se nota a valoração dos militares que dele participaram. As relações estabelecidas entre os adidos militares desde as embaixadas, prestando informações que auxiliaram a repressão, o papel de embaixadores e de Ministérios de Relações Exteriores ainda estão muito distantes de serem conhecidas. Afora esse aspecto, há ainda muito a se saber sobre as relações nem sempre conflituosas entre embaixadores, adidos e indústria armamentista, particularmente quando cumpriam a dupla função de adidância e de vendedor de armas.

Passado mais de meio século da chegada e entrelaçamento das Doutrinas de Segurança e de Guerra Contrarrevolucionária que constituíram a base da conexão repressiva na região do Cone Sul e adjacências, ainda há muito o que pesquisar sobre a longa trajetória, desde as suas criações até serem transformados em sofisticados métodos de extermínio.

Tais doutrinas se entrelaçaram aos sistemas de segurança e adentraram os Estados Nacionais dizimando milhares de pessoas. O número de vítimas, entre mortos e desaparecidos, torturados, sobreviventes, vítimas do terror psicológico, assassinados por esquadrões da morte, milícias de latifundiários, exércitos paramilitares ainda está por ser contado e, possivelmente, nunca chegaremos ao dado final.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVICI, 2001. O pesadelo da "operação Condor". *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=401. Acesso em 08/08/2013.

ADAMINI, Marina. [en línea]. Trabajo final *El consenso social de Montoneros entre 1970 y 1972*de grado. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 2009.

AGÊNCIA Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira.* Marcos José Barbieri Ferreira; Fernando Sarti. Campinas: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2011.

ALLEG, Henri. *A tortura*. Prefácio de Jean Paul Sartre. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

ALMADA, Martin. *Paraguay, la cárcel olvidada*: el país exiliado. Asunción. Ñanduti Vive /Intecontinental Editora, 1993.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil. In: BARROS FILHO, Omar L. de; Bojunga, Sylvia (orgs.). *Potência Brasil*: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável (Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008.

_____. A formação da diplomacia econômica no Brasil. Lua Nova. N° 46. *Revista do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea* (Cedec). São Paulo, 1999.

_____. O Brasil e os blocos regionais: soberania e interdependência. *São Paulo em Perspectiva*, *16*(1), 2002.

AMORIM. Celso. Prefácio. In: *Cúpula da América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento* - CALC. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. *A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar*. 2014, Dissertação, UNESP, Franca, 2014.

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. *Revista Varia Historia.* Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: Jul/Dez 2007.

ARANGUREN, Gerardo. La justicia retomó la investigación sobre la represión a las Ligas Agrarias*. Infonews*, 11/05/2015. Disponível em: http://www.infonews.com/nota/199218/la-justicia-retomo-la-investigacion-sobre. Acesso em 19/12/2016.

ARAÚO, R. N. A influência francesa dentro do exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? In: *Revista Esboços*: Revista do Programa de pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: 2009.

ARGENTINA. Decreto S 1199/1976. Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.) 02-jul-1976. Decretos Secretos y Reservados. Designaciones. Publicada en el Boletín Oficial del 26-nov-2013 Número: 32772 Página: 22. Disponível em: http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do;jsessionid=8AB38A0ED34353ED67A667A707B7662B?id=222904. Acesso em 12/12/2016.

_____. LEY DE DEFENSA NACIONAL. Ley 16.970. Buenos Aires, 6 de Octubre de 1966.

_____. MINISTERIO PUBLICO FISCAL. Chaco: buscan restos de desaparecidos en el predio de la alcaidía de Roque Sáenz Peña. 29.08.2014. Disponível em: https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/chaco-buscan-restos-de-desaparecidos-en-el-predio-de-la-alcaidia-de-roque-saenz-pena/. Acesso em 15/01/2015.

ARRUDA, José Jobson de Andrade**.** Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. *Revista de História*. Revista do Departamento de História da USP, n° 115. São Paulo: 1983.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. Verinotio revista on-line – n. 11, Ano VI, abr./2010. *Espaço de interlocução em ciências humanas* n. 18, Ano IX, out./2013**.**

AUSSARESSES, Paul. *Services spéciaux*: Algerie 1955-1957. Paris: Editions Perrin, 2001.

_____. Je n'ai pas tout dit: Ultimes révélations au service de la France. Paris: Editions du Rocher, 2008.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. Armas brasileiras na América Central um estudo sob a perspectiva da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM (1974-1991). Belo Horizonte: *Varia Historia*, vol. 25, nº 41, 2009.

AZCONA, José Manuel. Metodología estructural militar de la represión en la Argentina de la dictadura (1973-1983). *In*: *Documentos de trabajo Instituto de Estudios Latinoamericanos* – Universidad de Alcalá, N° 32 (noviembre, 2011), Alcalá de Henares, Madrid, Instituto de Estudios Latinoamericanos - Universidad de Alcalá, p. 1-74.

BÁEZ, Amelia Rosa (compilação). *Misiones*: Historias con Nombres Propios II. Posadas: Ministerio de Derechos Humanos de Misiones. Subsecretaría de Derechos Humanos, 2011.

BARCELLOS, Caco. Rota 66: *A história da polícia que mata*. Rio de Janeiro, Record: 2015.

BENGOA VALDÉS, Ana J.; VILLAVICENCIO RODRÍGUEZ, Erandi. *Políticas de la violencia estatal*: los casos de Colombia y El Salvador. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

BRASIL, Decreto-Lei de 13 de março de 1967.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Volume 1, Tomo I. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Volume 1, Tomo II. Brasília: CNV, 2014b.

BLAY, Milton. *Direto de Paris*: Coq au vin com feijoada. São Paulo: Contexto, 2014.

BUITRAGO, Francisco Leal. Estado de seguridad nacional. La doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. Guerra (II) *Revista de Estudios Sociales* (RES). Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de los Andes (Colombia). p. 74 – 87, Junio 2003.

CALLEJA, Eduardo GONZÁLEZ. Sobre el concepto de represión. *Hispania Nova*: Revista de Historia Contemporánea. Número 6, 2006.

CALLONI. Stella. *Operación Cóndor*: pacto criminal. Cidade do México: La Jornada, 2001.

_____. Stella Calloni y el complejo laberinto de la Operación Cóndor. Entrevista concedida à *La Retaguardia*. 6 de mayo de 2013. http://www.laretaguardia.com.ar/2013/05/stella-calloni-y-el-complejo-laberinto.html. Acesso em 08/08/2013.

CALVEIRO, Pilar: *Política y/o violencia*: una aproximación a la guerrilla de los años 70. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2005.

CALVO, Claudia. Representaciones sobre el pasado reciente en el campesinado chaqueño. El caso de las Ligas Agrarias y la experiencia de la represión. In: *XI Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

CAÑÓN VOIRIN, Julio Lisandro. Terrorismo de estado. El sur del continente americano durante la década de 1970. Un caso de transnacionalización del terrorismo estatal. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI), *Relaciones Internacionales*, Nº 32, UAM, Junio, 2016.

CARABINEROS de Chile. *Memoria Chilena,* Biblioteca Nacional do Chile. Disponível em: http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96880.html. Acesso em 14/01/2017.

CARTA Aberta Do Comitê Brasileiro Pela Anistia. Disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/documentos_digitalizados/cba/cba_producao/cba_producao_administrativa/cba_producao_administrativa_material_de_divulgacao_p001_/cba_producao_administrativa_material_de_divulgacao_p001.pdf. Acesso em 18/01/2017

CASSOL, Gissele. Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985). *IX Encontro Estadual de História - ANPUH-RS*. Vestígios do Passado – a história e suas fontes, 2008.

CECEÑA, Ana Esther; MOTTO, Carlos Ernesto. *Paraguay*: eje de la dominación del Cono Sur. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2005.

CERVEIRA, Neusa. *Memória da dor* - A Operação Condor no Brasil (1973/1985). São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2007.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*.* São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.

_____. *A Miséria Brasileira* – do golpe militar à crise social *(1964-1994).* Santo André: Add Hominem, 2000.

CHILE. *Biblioteca Nacional de Chile*. Memória Chilena. Disponível em http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96880.html. Acesso em 24/08/2015.

_____. Instituto Nacional de Derechos Humanos. *Comisión Valech*. Tomo 1. 2004a.

_____. Instituto Nacional de Derechos Humanos. *Comisión Valech*. Tomo 2. 2004b.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHOMSKY, Noam. *Rumo a uma nova Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CIGS. *Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva* (CIGS) (Centro Coronel Jorge Teixeira/1999). Sem local: sem editora, 2010.

_____. *Resumo Histórico*. Disponível em: http://www.cigs.ensino.eb.br/index.php/principal/historico. Acesso em 14/01/2017.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COMIENZA un nuevo juicio por delitos de lesa humanidad en Misiones. *El Territorio*, 19.03.2012. Disponível em: http://www.territoriodigital.com/nota3.aspx?c=6006844732566538&r=1. Acesso em 03/03/15.

CONDENARON a perpetua a tres represores por delitos ocurridos en San Nicolás. *La Capital*, 27/12/2012. Disponível em: http://www.lacapital.com.ar/condenaron-perpetua-tres-represores-delitos-ocurridos-san-nicolas-n374492.html. Acesso em 06/09/2016.

CONVENÇÃO de Genebra. 21 de outubro de 1950, Genebra. *Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos. São Paulo*: USP. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-i.html. Acesso em 12/01/2017

CORREIA, Maldonado. O Congresso de Viena - Fórum da Diplomacia Conservadora no refazer da Carta Europeia. In: *Revista Nação e Defesa. Revista do* Instituto da Defesa Nacional*.* Ano 19; Nº 69 (Janeiro-Março 1994).

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*: o sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. *Observatório da Imprensa*. 14/12/2013, edição 776. http://www.sul21.com.br/jornal/qual-o-obituario-de-manoel-pio-correa-junior-merece-maior-credibilidade-por-benedito-tadeu-cesar/

CURZIO, Leonardo. La seguridad nacional en México y la relación con Estados Unidos, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América del Norte, 2007.

CUYA, Esteban Las Comisiones de la Verdad en América Latina, KO'AGA ROÑE'ETA se.iii (1996) – Disponível em: http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html. Acesso em 08/12/2016.

DANTAS, Gilson. O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico: algumas notas para um debate contemporâneo. IN: *CEMARX*. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c4.pdf. Acesso em 17/01/2017.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEFESANET. *Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) completa 50 anos*. 10/11/2014. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/toa/noticia/17390/Centro-de-Instrucao-de-Guerra-na-Selva-(CIGS)-completa-50-anos-/. Acesso em 10/12/2016.

DIÁRIO. *Margarita Belén*. Disponível em: http://www.diariochaco.com/noticia/87845/Margarita-Belen-se-reanudo-la- causa-

con-el-testimonio-de-la-periodista-francesa-Marie-Monique-Robin.html. Acesso em 01/08/2015.

DINGES, J. *Os anos do Condor*: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

DITADORES monitoravam passos de ativista na Tríplice Fronteira. *Gazeta Digital*, 31/12/2007. Disponível em: https://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/32/materia/164518/t/ditadores-monitoravam-passos-de-ativista-na-triplice-fronteira. Acesso em 27/09/2016.

DIVÉRIO, George da Silva. *A gestão pela excelência no Centro de Instrução de Guerra na Selva*. Disponível em: http://www.portalpeg.eb.mil.br/images/fotos2011/cigs.pdf. Acesso em 04/05/2015.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREYFUS, Pablo; LESSING, Benjamin; PURCENA, Júlio Cesar. A Indústria Brasileira de armas leves e de pequeno porte: Produção Legal e Comércio. *In*: Fernandes, Rubem César (coordenador) *Brasil:* as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

DUARTE-PLON, Leneide. A Tortura se justifica quando pode evitar a morte de inocentes. *Folha de São Paulo*, 04/05/2008. Acesso em: 26/05/2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0405200809.htm

_____. A tortura como arma de Guerra - Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

EN 1977 la Compañía de Contrainformaciones del Ejército uruguayo operó en Argentina, Chile y Paraguay. *Diário La Republica.* Instituto João Goulart, 12/10/2009. Disponível em: http://institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=717 Acesso em 15/01/2017.

ECUADOR. *Libro de oro del paracaidismo*. 1956 – 2006. Fuerza Terrestre del Ecuador: Fondo Ecuatoriano Populorum Progresso. Quito, 2006.

EL CASO De Los 119. Memoria Viva, Disponível em: http://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/119.htm. Acesso em 15/01/2017.

EL DESCAMISADO. Ano I, nº 30, 11 de dezembro de 1973.

EX GENERALES A Juicio Por "Apología Del Delito". *La Nacion*, 04/09/2003. Disponível em: http://www.lanacion.cl/noticias/mundo/ex-generales-a-juicio-por-apologia-del-delito/2003-09-03/204437.html. Acesso em 31/05/2016.

FEBBRO, Eduardo. O general francês que veio ensinar a torturar no Brasil, *Carta Maior*. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-general-frances-que-veio-ensinar-a-torturar-no-Brasil/6/25680. Acesso em 25/05/2015.

_____. A batalha de Argel na América do Sul, *Carta Maior*, 21/07/2012. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-batalha-de-Argel-na-America-do-Sul/6/25679. Acesso em 15/01/2017.

FEIERSTEIN, Daniel. Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina. *Prometeo*. Buenos Aires: 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira*: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Porto Alegra: UFRGS, dissertação, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, *24*(47), 2004.

FIGUEROA IBARRA, Carlos. Dictaduras, tortura y terror en América Latina Bajo el Volcán, vol. 2, núm. 3, segundo semestre, 2001, pp. 53-74. *Benemérita Universidad Autónoma de Puebla*. Puebla, México. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/286/28600304.pdf. Acesso em 31/05/2015.

FRADE, Carlos del. Capítulo 2: Díaz Bessone y Galtieri. *Proyecto Desaparecidos*. Disponível em: http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/frade76/frade76_02.htm. Acesso em 19/12/2016.

GALAFASSI, Guido. Conflictos agrarios del Nordeste argentino en la década de los setenta. *In: Perfiles Latinoamericanos.* Nº 28 - Julio–Diciembre 2006.

_____. El Movimiento Agrario Misionero en los años setenta. Protesta, movilización y alternativas de desarrollo rural. In: *Revista Herramienta*: debate y critica marxista, nº 38, ano XII, junho/2008. Buenos Aires, Argentina.

GARZÓN REAL, Baltasar. *Operación Cóndor*. 40 años después. 1a ed. adaptada. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos (CIPDH) Categoría II UNESCO, 2016.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*: As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAUDICHAUD, Franck. Las *fisuras del neoliberalismo maduro chileno*. Trabajo, "Democracia protegida" y conflictos de clases. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015

GIL, Luis V. Pérez. El dilema de la seguridad nacional en la teoría de las Relaciones Internacionales. *Anales de la Facultad de Derecho*. Universidad de La Laguna. Nº 17, p. 207-240, 2000.

GILL, Lesley. *Escuela de las Américas*. Santiago: LOM Ediciones; Cuatro Vientos, 2005.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. Sobre el concepto de represión. In: Hispania Nova. *Revista de Historia Contemporánea*. Número 6 (2006).

GUENA, M. *Arquivo do Horror*. Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980). São Paulo: Memorial, 1996.

_____. *Operação Condor* – Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. São Paulo: PROLAM/USP, 1998 – Vols. I e II. Dissertação de Mestrado.

GUERRA VILABOY, Sergio; MALDONADO GALLARDO, Alejo, Raíces históricas de laintegración latinoamericana. In: *Historia y perspectiva de la integración latinoamericana*. Asociación por la Unidad de Nuestra América, Escuela de Historia de la Universidad Michoacanade San Nicolás de Hidalgo, México, 2000.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Caparaó, a lembrança do medo*: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a guerrilha do Caparaó. UFJF, 2006. Dissertação.

HALPERÌN, JORGE. *Entrevista à Marie Monique Robin*. Sem data. Disponível em: http://www.elortiba.org/soja.html. Acesso em: 11/09/2016.

JUSBRASIL. *Memória & Poder entrevista Genival Tourinho*, 2009. Disponível em: http://al-mg.jusbrasil.com.br/noticias/938483/memoria-poder-entrevista-genival-tourinho. Acesso em 24/12/2016.

KALYVAS, Stathis; ARJONA, Ana. Paramilitarismo: una perspectiva teorica. In: RANGEL, Alfredo. *El poder paramilitar*. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, Editorial Planeta Colombiana, 2005.

KORNBLUH, Peter. *Pinochet*: Los archivos secretos. Barcelona: Crítica, 2004.

KUSHNIR. Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, nº 41, 2006.

LACABE, Marga. El operativo Toba ao desnudo*. In: Proyecto Desaparecidos: Notas***,** 29/03/2008. Disponível em: http://desaparecidos.org/notas/2008/03/arg-el-operativo-toba-al-desnu.html. Acesso em 13/01/2017

LADEIRA JUNIOR, Paulo Cesar. *A ascensão e queda, e os desafios ao crescimento das empresas de defesa Avibras e Engesa*. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2013. Dissertação.

LA DOCTRINA argelino francesa y el terror em america latina. *La nota digital*, 24/03/2016. Disponível em: https://lanotadigital.com.ar/2016/03/24/la-doctrina-argelino-francesa-y-el-terror-en-america-latina/. Acesso em: 18/01/2017
LEFEBVRE, Henri. *De L'Etat*. Tome IV: Les Contradictions de L'État Moderne la dialectique et/ de L'État. Paris: UGE, 1978.

LESSA, Antônio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vo.43, dez. 2000.

LIMA, S. *Clamor*: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LOBATO, Monteiro. O presidente negro. In: _____. *A onda verde e o presidente negro*. São Paulo: Brasiliense, 1948, v. 5.

MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARINHO, H. A. de Moraes Pimentel. ESTADOS UNIDOS: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. In: *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

MARINI, Rui Mauro. El estado de contrainsurgencia. Intervención en el debate sobre "La cuestión del fascismo en América Latina", *Cuadernos Políticos* n. 18, Ediciones Era, México, octubre-diciembre, 1978.

MARTÍNEZ, Ismael Crespo; FILGUEIRA, Fernando. La intervención de las Fuerzas Armadas en la política Latinoamericana. *Revista de Estúdios Políticos* (Nueva Época) Núm. 80. Abril-Junio 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2008, vol.23, n.67.

_____. A conexão francesa da Argélia ao Araguaia, 1959-1975. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, n 519 o 48, pp.519-536: jul/dez 2012.

MATTOS, Dyonisius Dias de. *A Infame Academia*: a história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina (1959-1989). Porto Alegre: UFRGS, TCC, 2013.

MATTOS, Vanessa de. *Esquadrões da Morte no Brasil* (1973 A 1979): repressão política, uso abusivo da legalidade e juridicidade manipulatória na autocracia burguesa bonapartista. São Paulo: PUC/SP, tese, 2016.

_____. O uso abusivo da legalidade e a banalização da violência do Estado: Esquadrões da Morte no Brasil (1973 A 1979). Anais Eletrônicos do *XXII Encontro*

Estadual de História da ANPUH-SP. Santos, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406746313_ARQUIVO_ANPUH2014-TEXTOCOMPLETO-DOC.pdf. Acesso em: 17/01/2017.

MAZZEI. Daniel. La misión militar francesa en la Escuela Superior de Guerra y los orígenes de la Guerra Sucia, 1957-1962, *Revista de Ciencias Sociales*, Universidad Nacional de Quilmes, núm. 13, 1998, p. 105-137. Disponível em: http://cehsegreti.org.ar/archivos/FILE_00000387_1412624438.pdf. Acesso em: 17/01/2017.

McSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores*: la Operación Cóndor y la guerra encubierta em América Latina. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

MECHI, Patrícia Sposito. As Forças Armadas e a barbárie no Araguaia: a repressão à Guerrilha entre 1972 e 1974. In: *OPSIS*: Revista da Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão. Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 101-119 - jan./jun. 2014.

_____. *Os protagonistas do Araguaia*: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015.

MEDEIROS FILHO, Oscar. *Entre a cooperação e a dissuasão*: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese, 2010.

_____. Augusto Reiger Rago. Ejército de Chile, Coronel. Disponível em: http://www.memoriaviva.com/criminales/criminales_r/reiger_rago_augusto.htm. Acesso em 18/01/2017.

MENDES, Clécio Ferreira. *O Papel da Direção de Inteligência Nacional (DINA) na Ditadura Chilena*: para além da repressão (1974-1977). São Paulo: PUC/SP, tese, 2016.

MOMARANDU, *CENTROS CLANDESTINOS...* 23/03/2003. Disponível em: http://www.momarandu.com/amanoticias.php?a=14&b=0&c=%2010031. Acesso em 19/12/2016.

MONTARULLI, Silvana. In: SUÁREZ SALAZAR, Luis y LORENZO ,Tania García. *Las relaciones interamericanas*: continuidades y cambios 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

_____. El concepto de integración en el discurso de Simón Bolívar. Perspectivas para el presente. In: Luis Suárez Salazar; Tania García Lorenzo. *Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

MORAES, C. *Paraguai*: a consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001**.**

MORRE Universindo Dias, símbolo da luta contra a Ditadura. *Zero Hora*, 02/09/2012. Disponível em: http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/09/morre-universindo-diaz-simbolo-da-luta-contra-ditadura-3873404.html. Acesso em 08/08/2013.

NETO, Álvaro Panazzolo; OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. A corrida armamentista Sul-americana: realidade ou falácia? In: *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, v.19, n. 2, 2013.

CENTROS Clandestinos de Detención en jurisdicción del II Cuerpo de Ejército *Nunca Más*. Disponível em: http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/190.html. Acesso em 29/11/2016

OLIVEIRA, Nilo Dias. *A configuração do sistema nacional de repressão no Governo JK* (1956 A 1961). Tese, PUC/SP: 2013.

OYANEDEL, Juan Carlos. Entrevista a Immanuel Wallerstein. Sistema-mundo y movimientos sociales. Santiago: Némesis: *Revista de estudiantes de sociología de la Universidad de Chile*, 2002.

PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tomo 1 e Tomo 2. Porto Alegre: UFRGS, 2005 – tese.

_____. As Escolas Militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina. In: *Outros Tempos*, Vol. 1 esp., 2007

_____**.** A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, n 495 o 48, p.495-517: jul/dez 2012.

PALMAR, Aluizio**.** *Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor* Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/geral/documentos-revelam-participacao-de-itaipu-na-operacao-condor/. Acesso em 30/05/2016.

_____. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PARAGUAY. Comisión de Verdad e Justicia. Informe Final. *Síntesis y Caracterización del Régimen*. TOMO I. Asunción: CVJ, 2008a.

_____. Comisión de Verdad e Justicia. Informe Final / *Algunos Casos Paradigmáticos*. Tomo VII, parte 1. Asunción: CVJ, 2008b.

PAZ, Alfredo Bocchia; GONZÁLEZ, Myrian Angélica; AGUILAR, Rosa Palau. *Es mi informe*: los archivos secretos de la policía de Stroessner. 4. ed. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994.

PANAZZOLO NETO, Álvaro; OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. A corrida armamentista Sul-Americana: realidade ou falácia? *In*: *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p. 463 - 484, jul./dez. 2013.

PNUD. Programa De Las Naciones Unidas Para El Desarrollo. Informe Auditoría a la Democracia. Vitacura: LOM Ediciones, 2014.

PONTORIERO, Esteban Damián. Estado de excepción y contrainsurgencia: el Plan Conintes y la militarización de la seguridad interna en la Argentina (1958-1962). *Contenciosa - Centro de Estudios Sociales Interdisciplinarios del Litoral, Santa Fé, Argentina.* Año III, nro. 4, primer semestre 2015

PRADO, Rodolfo Ortega. La Geopolítica y Geoestrategia chilena: ¿presente en el discurso y ausente en la práctica?, *Cuaderno de Trabajo N° 02/2015*, Centro de Estudios Estratégicos, ANEPE, Santiago de Chile, 2015.

PRYLUKA, Pablo Federico (2016). "*¿Shock* o gradualismo? La influencia del caso chileno (1973-1982) sobre los debates económicos en el campo del liberalismo argentino durante la última dictadura (1976-1981)", *Papeles de Trabajo, 10* (17), 2016.

QUADRAT, S. V. "Muito além das fronteiras". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá. *O golpe e a ditadura militar*: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

_____. "Os porões internacionais da repressão". In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004. *Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do Golpe de 1964 realizado no Rio de Janeiro*, de 22 a 26 de março de 2004, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV.

_____. "A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.19-41: jan/jun 2012.

RANALLETTI, Mario. *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"*. Córdoba (Argentina), año 11, n° 11, pp. 261-278, 2011, p. 267.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2000, vol.43, n.1.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. In: *Revista de Teoria da História*. Ano 3, Número 6, dez/2011. Universidade Federal de Goiás.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em 31/05/2016.
ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela. Los radicalizados del sector rural. Los dirigentes del Movimiento Agrario Misionero y Montoneros (1971-1976). In: *Mundo Agrario.* Revista do Centro de Estudios Histórico Rurales. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata. Vol. 10, nº 19, segundo semestre de 2009.

ROZE, Jorge Próspero. *Conflictos agrarios en la Argentina* /1. El proceso liguista. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina S.A., 1992.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. ANPUH – *XXV Simpósio Nacional De História* – Fortaleza, 2009. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1230.pdf. Acesso em: 18/01/2017.

SANTOS, Luciano Felipe dos. *Paul Aussaresses*: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Mestrado. USP, 2014.

SANTOS, Marcia Guena dos. *Operação Condor* – Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. São Paulo: PROLAM/USP, 1998 – Vols. I e II. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Norma Breda dos. Cinquenta anos de OEA: o que comemorar? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1998, v. 41, nº 2.

_____. *Funções das teorias geopolíticas*: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino. UFSC, 1985, dissertação.

SANTOS JÚNIOR, Luiz Guilherme dos. As origens da guerra revolucionária e o uso da tortura pela ótica do documentário *Esquadrões Da* Morte: a escola francesa – a história de um legado. *Olho d´água – revista da UNESP*: São José do Rio Preto, 6(2): 1–134, Jul.–Dez./2014.

SANTOS, Theotonio dos. La teoría de la dependencia Balances y Perspectivas. PLAZA JANÉS, Madrid, 2002. Disponível em: http://theomai.unq.edu.ar/Conflictos_sociales/Theotonio_Dos_Santos_Teor%C3%ADa_de_la_Dependencia.pdf. Acesso em: 18/01/2017.

SCHOULTS, Lars. Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SERVETTO, Alicia. Indio Toba no llorando aquel tiempo feliz...Otra vez, Otra vez. De la lucha política al Operativo Toba: las Ligas Agrarias del Nordeste Argentino y el terrorismo de Estado en los años setenta**.** In: *PolHis. Boletin Bibliografico Electronico del Programa Buenos Aires de Política.* Ano 6, nº 12, segundo semestre de 2013. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4739699. Acesso em: 15/01/2017.

SERRANO, Felipe Victoriano. Estado, Golpes de Estado y Militarización en América Latina: una reflexión histórico política. *In:* Argumentos: UAM-X MÉXICO, 2010.

SILVA, Jussaramar. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor*: o outro lado das relações bilaterais Brasil/Paraguai (1973-1987). São Paulo: PUC/SP, dissertação, 2010.

_____; DALMORO, Nataniél; MARCONDES, Ricardo. “Monteiro Lobato e um país por ser construído (ou reproduzido?). Cordis – *Revista de História Social da Cidade. PUC/SP, 2008, p. 1-21.*

_____. Trocas de Informações e Transferências Extrajudiciárias entre as ditaduras militares na América do Sul (1960-1970). In: REIS FILHO, Daniel Aarão. [et al.] *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina.* Rio de Janeiro, Editora Mauad X, 2014.

_____; DALMORO, Nataniél. Fronteiras física e política entre as nações brasileira e paraguaia. *In*: *Revista Historiador*, ano 6, nº 6. Porto Alegre: FAPA, janeiro de 2014.

SIZA Rita**.** Relatório confirma Portugal entre os 54 países que colaboraram com programas secretos da CIA. *Mundo P*, 05/02/2013. Disponível em: http://www.publico.pt/mundo/noticia/relatorio-aponta-portugal-como-um-dos-54-paises-que-colaborou-com-programa-de-transferencia-de-suspeitos-de-terrorismo-dos-eua-1583385. Acesso em 08/08/13**.**

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 4.ed. Local: Paz e Terra, 1988.

SLATMAN, Melisa. “Una doctrina contrarrevolucionaria para el ejército argentino. Análisis de la discursividad oficial del Ejército Argentino durante la Guerra Fría (1957-1976)”, en García Ferreira, Roberto (comp.), *Guatemala y la Guerra Fría en América Latina* (1947-1977), Guatemala, CEUR-USAC, 2010.

_____. Una doctrina militar contrarrevolucionaria para la Nación Argentina. Análisis de la discursividad oficial del Ejército Argentino durante la Guerra Fría (1957-1976). *In*: Actas digitales de la VII Reunión de Antropología del MERCOSUR. “Diversidad y poder en América Latina”. Buenos Aires, 29 de septiembre al 2 de octubre de 2009.

SOA WATCH [Observatorio de la Escuela de las Américas]. Manual de Estudio: Guerra Revolucionaria Guerrillera e Ideologia Comunista. *School of the America*: 1989. Disponível em: http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index. Acesso em 22/05/2016.

SOLER. Lorena. *Paraguay*. La larga invención del golpe. El stronismo y el orden político paraguayo**.** Asunción: Arandurã Editorial, 2014.

SOUZA, Reginaldo Canuto de; MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. *POLÍCIA E SOCIEDADE*: uma análise da história da segurança pública brasileira. In: V Jornada Internacional de Políticas públicas. Anais. São Luiz – MA, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf. Acesso em 03/05/2016.

SPITTA, Arnold. Raíces ideológicas de la "guerra sucia" en América Latina (en especial Argentina). San José: *Revista de Filosofía de la Universidad de Costa Rica,* 1993.

STELLA Calloni y el complejo laberinto de la Operación Cóndor. *La Retaguardia,* 06/05/2013. Disponível em: http://www.laretaguardia.com.ar/2013/05/stella-calloni-y-el-complejo-laberinto.html. Acesso em 24/12/2016.

STRACHMAN, Eduardo. A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. In: *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 31-58 , ago. 2010.

TAPIA VÁLDES, Jorge, El Terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur, *Nueva Imagen* México, 1980.

TAVERES et al. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. In: *Revista OPINIÃO PÚBLICA*. Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016

TERESTCHENKO. Michel. *O bom uso da tortura* – ou como as democracias justificam o injustificável. São Paulo: Edições Loyola. 2011.

TRINQUIER, Roger (Coronel): *La Guerra Moderna*. Buenos Aires, Editorial Rioplatense, [1963?].

VÁZQUEZ, Enrique, *PRN. La última. Origen, Apogeo y Caída de la Dictadura Militar*, EUDEBA, Buenos Aires, 1985.

VELÁSQUEZ RIVERA, Édgar de Jesús. Historia de la Doctrina de la Seguridad Nacional. Convergencia. *Revista de Ciencias Sociales*, vol. 9, núm. 27, enero-abril, 2002. Universidad Autónoma del Estado de México. Toluca, México.

VEJA. *O Brasil e a Mach 2.15*. Edição 192. 10/05/1972. Disponível em: https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/192?page=22&section=1&word=Mirage%20F-III. Acesso em 17/01/2017.

VIANA, Natalia. Relações Militares. In: *Agência APUBLICA*, 07/02/2013. Disponível em: http://apublica.org/2013/02/relacoes-militares/. Acesso em 31/05/2016.

VICTORIANO SERRANO, Felipe. Estado, golpes de Estado y militarización en América Latina: una reflexión histórico política*. Argumentos* (Méx), México, v. 23, n. 64, p. 175-193, dic. 2010 Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952010000300008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 06 Junho 2016.

VILABOY, Sergio Guerra; GALLARDO, Alejo Maldonado. "Raíces históricas de la integración latinoamericana". In: CRISORIO, Carolina; *et all*. *Historia y Perspectiva de la integración latinoamericana*. Asociación para la Unidad de Nuestra América (AUNA). Escuela de Historia de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, México, 2000.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular*: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

WELFER, Rafael Luciano. *A História da Indústria Militar brasileira: organizações, complexo industrial e mercado durante o século XX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2014, TCC.

Sites:

http://www.cigs.ensino.eb.br/images/simpledata/cfgs69/69%20Cerimnia%20do%20Faco%20do%20Guerreiro%20de%20Selva.jpg. Acesso em 07/09/2015).

http://www.cigs.ensino.eb.br/index.php/historico. Acesso em: 21/05/2015

Filmes e reportagens:

CENTRO de Instrução de Guerra na Selva. Disponível em: Amazon Sat. https://www.youtube.com/watch?v=PPQ3BAjN8qM. Acesso em 21/05/15.

CONDOR*, o Filme*. Diretor Roberto Mader. Co-Produção: Taba Filmes e Focus Filmes. Brasil, 2007. 110min. Color.

ESCUADRONES DE LA MUERTE: *la escuela francesa*. Direção: Marie-Monique Robin. 2003

GUERRA NA SELVA. Portal G1. Disponível em: http://g1.globo.com/am/amazonas/guerra-na-selva/platb/. Acesso em 01/06/2015.

Mapas:

MAPA CONE SUL. *In:* MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. São Paulo: USP, 2010, tese.
MAPA DA REGIÃO NORDESTE DA ARGENTINA. *In:* FERROVIA INTERMODAL. Disponível em: http://ferroviaintermodal.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html. Acesso em 29/11/2016.

Documentos:

Arquivo do Horror:

ARCHIVO del Horror. Museo de la Justicia, Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos. Corte Suprema de Justicia, Poder Judicial, Republica del Paraguay.

021F1435. Informe Nº 13. Confidencial. 14/03/1975.

021F1522. Pedido de Busqueda Nº 23/76. Sem classificação de sigilo. 6/07/1976.

021F1553. Nota nº B/310. Sem classificação de sigilo. 27/04/1976

0021F1619. Partes Especiais da Informação (I) Nº 965/B/74. Secreto. 27/11/1974.

021F1644. Informe nº 16. Confidencial. 24/03/1975.

021F1692. “ATIVIDADES SUBVERSIVAS DENTRO DO PAÍS”. Sem classificação de Sigilo. 06/09/1977.

040F2408. Evaluación, sem classificação de sigilo. s/d.

00046F0537. Sem data. (?) Relações Exteriores, (?) Salvocondutos otorgados por nacionalidad. Origem: Lista nominada por gentileza dos Carabineros de Chile. Sem classificação de sigilo.

0046F1344 a 0046F1377. VII Conferência Bilateral de Inteligência Paraguai - Argentina. Secreto. 1975.

050F2462. Pedido de Busca nº 13/75. Sem classificação de sigilo. 13/10/1975.

050 F 2467. Pedido de Busca nº 14/75. Confidencial. 13/10/1975.

050 F 2472. Pedido de Busca nº 12/75. Confidencial. 13/10/1975.

0050F2481. Informe nº 30. Origem: Benito Guanes Serrano. Chefe D-2 ESMAGENFA. Sem classificação de sigilo. 21/12/1974.

0067F0039. Ofício ao Sr. Jefe del Departamento de Investigaciones Don Pastor Milciades Coronel. Sem classificação de sigilo. 26/08/1982.

072F0436. Providencia J.P. Nº 84. Policia de la Capital. Sem classificação de Sigilo. 17/02/1983.
072F0438. Ejemplar Nº 14. Hoja Nº 01. Dirección de Relaciones Publicas de Carabineros de Chile. Sem classificação de sigilo. 17/11/1982.

0106F1845. Pedido de Busqueda nº 15. Sem classificação de sigilo. 16/04/1984.

108F1757 a 1759; 161F0847 a 0848; 198F2591 a 2592; 198F2617. Conjunto de documentos que se referem à Confederação Mundial Anticomunista.

113F2138. Del Agremil e la Embajada de Chile al Jefe de la Policia de la Capital. Sem classificação de sigilo. 19/08/1974.

0143F08 a 0143F0780. IV Conferência Bilateral de Inteligência entre os Exércitos do Paraguai e Brasil. Sem classificação de sigilo, 1976.

00143F0080. 12/12/1974 e 00143F0190. Ambos os documentos estavam disponíveis na versão em pdf no Arquivo do Horror. Recentemente, o buscador de documentos não realiza mais levantamentos, e por este motivo, não foi possível encontrar os dados do título, sem classificação de sigilo e data.

0175F1675. D.P.A. Nº 638. Polícia de la Capital. Sem classificação de sigilo. 01/08/1981.

0203F1976. Orden Especial Nº 38. Polícia de la Capital. Sem classificação de sigilo. 16/05/1977.

0203F2134. Orden Especial Nº 19. Polícia de la Capital. Sem classificação de sigilo. 18/09/1981.

0203F2651. Orden General Nº 23. Sem classificação de sigilo. 22/02/1983.

0204F0316. Orden Especial Nº 201. Sem classificação de sigilo. 17/12/1979.

204F0539. Oden General Nº 46. Sem classificação de sigilo. 22/04/1981.

204F0574. Orden General Nº 28. Sem classificação de sigilo. 10/03/1981.

0246F0373 a 0246F0427. *IIda Reunion Regional Bilateral de Inteligencia* entre los Ejércitos de la República del Paraguay y de la República Argentina. Secreto. 27-28/06/1978.

0251F 1286. Transcribir Nota. Ao Chefe da Polícia de la Capital. Sem classificação de sigilo. 9/02/1960.

0265F1458. Ao Agregado Militar de las Fuerzas Armadas a la Embajada del Paraguay en Chile. Sem classificação de sigilo. 02/10/1985.

0274F0104. N.R.E. 3/90. Embajada del Paraguay en Santiago – Chile. Sem classificação de sigilo. 08/02/1990.

274F1778. Do Chefe dos Carabineros para Chefe da Polícia da Capital. Sem classificação de sigilo. 24/05/1990.

275F1464. Chile – Ofício do Dep. De Relações Públicas da Escola de Carabineros. Reservado. 13/08/1990.

275F1465. Nota Nº 216. Do Departamento de Relaciones Publicas Carabineros de Chile. Sem classificação de sigilo. 20/08/1990.

0275F1466. Origem: Chile – Dep. De Relações Públicas da Escola de Carabineros. Sem classificação de sigilo. Anexo de 20/08/1990

0276F1004. Nota N.G. Nº 292. Sem classificação de sigilo. 27/10/1989.

Documento sem numeração. PB [Pedido de Busca] nº 62/76. 03/01/1977

Documentos Revelados:

LISTA de torturadores da ditadura preparada pelos presos políticos 1970/1980, s/d.

LIVRO de portaria do DEOPS revela conluio criminoso entre FIESP, Consulado Americano e Ditadura. s/d. Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/geral/livro-de-portaria-do-deops-revela-conluio-criminoso-entre-fiesp-consulado-americano-e-ditadura/. Acesso em 15/01/2017.

Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

50-D-7-1622. Informe 263 de 25/09/1970. Confidencial

50-Z-521-0093. Plano de Policiamento do DOPS referente à visita da Comitiva da ESG do Peru'. Sem classificação de Sigilo. 24/09/1976.

50-C-000-2018. Relatório enviado ao Dr. Silvio Pereira Machado, Diretor da Divisão de Ordem Política. 01/10/1976.

50-Z-521-0093, 24/09/1976.

50-C-000-2018. Inv. 3227 e equipes. Escolta e Segurança dos Militares Peruanos. 01/10/1976.

50-E-000-0075-A. Visita a São Paulo das Academias de Guerra do Equador. Sem classificação de sigilo. s/d.

Arquivo Nacional – Fundo CIEx:

ARQUIVO Nacional do Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Fundo do Centro de Informações do Exterior. Brasília.

BR AN. BSB IE. 03.6, p. 27/76. Atividades dos Exilados LEONEL BRIZOLA e JOÃO GOULART. Nº 307. Secreto. 07/06/68.

Arquivo de Segurança Nacional – EUA:

THE *NATIONAL* Security Archive. The George Washington University. Washington DC. Disponível em: http://nsarchive.gwu.edu/nsa/the_archive.html. Acesso em 18/01/2017.